



**A IMPLEMENTAÇÃO DO ACOLHIMENTO FAMILIAR EM
PORTUGAL: POTENCIALIDADES E DESAFIOS NA
PERSPETIVA DE INTERVENIENTES-CHAVE DO SISTEMA
NACIONAL DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E JOVENS**

Orientadora de Dissertação:

PROFESSORA DOUTORA MARIA JOÃO VARGAS-MONIZ

Professora de Seminário de Dissertação:

PROFESSORA DOUTORA MARIA JOÃO VARGAS-MONIZ

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

Especialidade em Psicologia Comunitária

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação de Professora Doutora Maria João Vargas-Moniz, apresentada no ISPA – Instituto Universitário para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicologia Comunitária.

Este trabalho é dedicado a todas as crianças e jovens e a um futuro que é de vosso direito.

*“O suficiente é para quem não ama.
No amor, só existem infinitos.”*

Mia Couto

Agradecimentos

À minha avó Fernanda, que permanecerá uma inspiração de delicadeza e bondade.

Ao meu avô Manel, pelo exemplo de sabedoria, constância, dedicação e amor que transmite, especialmente, no cuidado dos seus netos.

Ao meu avô Francisco, que me preparava os melhores petiscos e que nunca se poupou em dizer o quanto acreditava em mim.

À minha mãe, por ser um exemplo de perseverança e me mostrar que os mecanismos do afeto são o motor da mudança que queremos ver no mundo.

Ao meu pai, que me ensinou a importância de colocar as ideias em ação e o valor da criatividade, da visão estratégica e perspicácia na adaptação aos desafios.

Ao Ricardo, Neil, à Sara, Sofia, Carolina, Dora, Rita, Sofia e Tânia, dos mais próximos aos mais distantes (geograficamente) pela presença, genuinidade e sabedoria que tantas vezes tornou o meu mundo num sítio mais bonito e alegre.

À Professora Doutora Maria João Vargas-Moniz, pela confiança que depositou em mim, pelos valiosos conselhos e orientação ao longo deste percurso e, especialmente, por me ensinar que a teoria e a ação transformadora constituem uma unidade indissolúvel.

A todos os profissionais que aceitaram participar nesta investigação e disponibilizaram tempo, conhecimento, experiências e reflexões, fundamentais para a concretização deste estudo.

Resumo

O acolhimento familiar é uma medida de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em perigo, consagrada na Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, Lei nº142/2015. Apesar da Lei determinar o acolhimento familiar como medida de acolhimento preferencial, em Portugal no ano de 2020, do total de 6706 crianças e jovens que integram o sistema de acolhimento, apenas 3% foram acolhidas em ambiente familiar, sendo que mais de 95% das crianças com menos de 6 anos encontraram-se em acolhimento residencial (ISS. IP., 2020).

A implementação da medida de acolhimento familiar em Portugal tem permanecido fraturada, ou inexistente, contrariando as tendências internacionais de desinstitucionalização e os regulamentos e diretivas da União Europeia. De modo a compreender os fatores que influenciam a implementação do acolhimento familiar em Portugal, foram acolhidas as perspetivas de intervenientes-chave do sistema nacional de acolhimento através da técnica qualitativa de entrevistas-semiestruturadas.

A análise de conteúdo das entrevistas de 18 participantes permitiu identificar um conjunto de fatores contextuais e organizacionais, ao longo dos diferentes níveis do sistema de proteção de crianças e jovens em Portugal, informados pela Estrutura teórica de implementação EPIS (Exploração, Preparação, Implementação, Sustentação) desenvolvida por Aarons e colaboradores (2011).

Os resultados deste estudo, identificaram fatores facilitadores e bloqueadores da implementação do acolhimento familiar ao longo de 7 dimensões principais, de acordo com os diferentes níveis e influências percebidas que estes têm no processo de implementação do acolhimento familiar em Portugal, designadamente: ao nível da política e sistema, de uma estratégia nacional; da monitorização, avaliação e sistemas de informação; dos recursos humanos e financeiros; do ambiente inter-organizacional e trabalho em rede; das características organizacionais e das características da medida de acolhimento familiar. Os resultados percebidos, foram por sua vez consolidados em 19 ideias-chave, que se divulgam neste estudo sob a forma de recomendações e pragáticas, com vista a promover a implementação da medida de acolhimento familiar em Portugal, e colocar em primeiro plano, a promoção dos direitos e a proteção das crianças e jovens em Portugal.

Palavras-chave: Acolhimento familiar; proteção de crianças e jovens; políticas públicas; implementação; Portugal

Abstract

Family foster care is a measure to promote the rights and protection of children and young people in danger, enshrined in the Law on the Promotion and Protection of Children and Youth in Danger, Law nº 142/2015.

Although the Law determines family foster care as a preferential care measure, in Portugal in 2020, from a total of 6706 children and young people who were part of the care system, only 3% were cared for in a family environment, with more than 95% of children under the age of 6 finding themselves in residential care homes (ISS. IP., 2020).

The implementation of family foster care in Portugal has remained very fractured, or non-existent, contrary to international deinstitutionalization trends and the regulations and directives of the European Union. In order to understand the factors that influence the implementation of foster care in Portugal, the perspectives of key-informants in the national foster care system were gathered through the qualitative technique of semi-structured interviews.

The analysis of the interviews of 18 participants, identified a set of contextual and organizational factors, throughout the different levels of the protection system for children and young people in Portugal, informed by the Theoretical Framework for EPIS implementation (Exploration, Preparation, Implementation, Support) developed by Aarons et al (2011).

The results of this study identified factors that facilitate and block implementation through 7 main dimensions, according to the different levels and influences perceived that these have in the process of implementing foster care in Portugal, namely: at the level of policy and system, of a national strategy; monitoring, evaluation and information systems; human and financial resources; the inter-organizational environment and networking; organizational characteristics and characteristics of foster care. The perceived results were, in turn, consolidated into 19 key ideas, which are shown in this study through recommendations and pragmatics, with a view to promoting the implementation of foster care in Portugal and placing the promotion of rights and the protection of children and young people in Portugal in the foreground.

Keywords: Family foster care; child protection; public policy; implementation; Portugal

Índice

Introdução.....	1
I. Enquadramento Teórico.....	4
Capítulo 1. Enquadramento das políticas sociais de proteção de crianças e jovens	4
1.1 Promoção do bem-estar e Proteção de crianças e jovens: História e abordagens	4
1.2 Direitos da Criança: ambiente familiar e cuidados alternativos	6
1.3 Relevância do acolhimento familiar	8
1.4 Perspetiva ecológica dos programas dirigidos a crianças, jovens e famílias	11
Capítulo 2. Acolhimento familiar de Crianças e Jovens em Portugal	13
2.1 Acolhimento familiar: Definições, pressupostos e protagonistas	13
2.2 Enquadramento social e jurídico do Acolhimento Familiar em Portugal	16
2.3 Implementação do Acolhimento familiar em Portugal	22
2.4 Contributos da Psicologia comunitária e da Ciência da implementação no estudo de implementação de políticas públicas	25
2.4.1 EPIS - Estrutura de Exploração, Preparação, Implementação, Sustentação	26
II. Estudo Empírico.....	30
Capítulo 3. Método	30
3.1 Objetivos e questões de investigação	30
3.2 Paradigma de investigação	31
3.3 Instrumento.....	31
3.3 Procedimentos	33
3.4 Participantes.....	34
3.4.1 Caracterização sociodemográfica e socioprofissional	35
3.5 Considerações éticas	36
Capítulo 4. Resultados.....	37
4.1. Política e sistema.....	37
4.1.1 Matriz cultural e política de institucionalização	37
4.1.2 Vontade política e liderança: Aposta política e social no acolhimento familiar	39
4.1.3 Investimento na prevenção e intervenção com as famílias de origem	42
4.2. Estratégia Nacional.....	45
4.2.1 Políticas de Captação e Campanha permanente	45
4.2.2 Definição de Metas e Objetivos.....	50
4.2.3 Suporte instrumental: Uniformização de Procedimentos	51
4.2.4 Suporte técnico de implementação: Equipas de Implementação	53
4.2.5 Parcerias comunidade-academia	54
4.3. Monitorização, avaliação e sistemas de informação	55

4.3.1 Supervisão e avaliação dos programas de acolhimento	55
4.3.2 Sistemas de informação, comunicação e disponibilização de dados	56
4.4. Recursos humanos e financeiros	58
4.5. Ambiente inter-organizacional e trabalho em rede	62
4.5.1 Falta de clareza quanto à função dos profissionais	62
4.5.2 Falta de coordenação e articulação entre as equipas.....	62
4.6. Características organizacionais.....	63
4.6.1 Cultura organizacional	63
4.6.2. Capacidade Organizacional	65
4.7. Características da medida de acolhimento familiar.....	72
4.7.1 Necessidade percebida de mudança	72
4.7.2 Benefícios do acolhimento familiar	73
4.7.3 O acolhimento familiar pela família alargada.....	75
4.7.4 Potencial do acolhimento familiar.....	76
Capítulo 5. Discussão.....	80
5.1 Limitações e contributos do estudo	92
Capítulo 6. Conclusão.....	94
Referências Bibliográficas	100
Anexos.....	111
Anexo A – Fatores EPIS – Exploração, Preparação, Implementação, Sustentação. Adaptado e traduzido de Aaron et al. (2011)	111
Anexo B – Guião da Entrevista Semiestruturada.....	113
Anexo C – Consentimento Informado	114
Anexo D – Categorias e segmentos codificados	115

Introdução

A Convenção sobre os Direitos das Crianças afirma que “a família é o elemento natural e fundamental da sociedade, o meio natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros, e em particular das crianças”, reconhecendo que “a criança, para o desenvolvimento pleno e harmonioso da sua personalidade, deve crescer num ambiente familiar, em clima de felicidade, amor e compreensão”. (CDC)

A proteção na infância ocorre através da resposta às necessidades das crianças e dos jovens, que por diversos motivos, se encontram em situação de vulnerabilidade.

Até ao século XX, a proteção na infância assentava fundamentalmente na institucionalização, de forma consensual e em ritmos diferentes, a partir daí, cada país transitou do cuidado institucional para um modelo de intervenção familiar centrado nas famílias de origem e no acolhimento familiar, como medida prioritária, quando determinada a necessidade de afastamento do meio familiar de origem (Del Valle & Bravo, 2013).

Esta transição deve-se principalmente à ratificação de legislação, de instrumentos e diretrizes internacionais e décadas de anos de investigação, que sublinham a importância de crianças e adolescentes usufruírem de um ambiente familiar, que atenda às suas necessidades de desenvolvimento.

A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, revista em setembro de 2015, defende “a manutenção da criança no seu contexto familiar, atendendo ao seu superior interesse, sempre que esta não se encontre em risco ou perigo”. Quando não é possível manter a criança protegida na sua família, determina-se a necessidade do seu afastamento e acolhimento, enquanto a família não possa tomar a totalidade do exercício das responsabilidades parentais (Lei nº142/2015). No caso da necessidade de acolhimento, esta Lei determina a preferência do acolhimento familiar sobre a medida de acolhimento residencial, especialmente em crianças até aos 6 anos, obrigando à fundamentação da impossibilidade da sua aplicação (Lei nº142/2015).

Todavia, em Portugal, o acolhimento residencial é a solução que, por regra, espera as crianças quando a medida de apoio junto dos pais é inviável ou fracassa no decurso da sua concretização. De acordo com o Relatório de Caracterização Anual da Situação de

Acolhimento de Crianças e Jovens (Relatório CASA), do total de 6.706 crianças e jovens que integram o sistema de acolhimento 3% (202) estão acolhidas em família de acolhimento, mais de 95% das crianças com menos de 6 anos encontram-se em acolhimento residencial (ISS, I.P., 2020).

O número de crianças e jovens em acolhimento residencial tem valido a Portugal diversos reparos a nível internacional. Não surpreende, pois, que em 2019, o Comité dos Direitos da Criança da ONU se tenha dirigido a Portugal expressando preocupação sobre a ampla expressão da institucionalização - incluindo para crianças com menos de 3 anos de idade, assim como sublinhou a persistência de um baixo número de famílias de acolhimento (Comité dos Direitos da Criança, 2019).

Estas observações reforçaram advertências, já anteriormente dirigidas a Portugal pelo Comité dos Direitos da Criança que reforçaram a necessidade do desenvolvimento de uma estratégia, com metas precisas, de desinstitucionalização, de forma a garantir a eliminação progressiva do acolhimento institucional (Comité dos Direitos da Criança, 2014, Delgado & Gersão, 2019). É por isso urgente privilegiar o encaminhamento para o acolhimento familiar, dando assim o justo cumprimento à legislação em vigor.

Neste quadro, este estudo de investigação considera premente incidir sobre a compreensão dos fatores que influenciam o processo de implementação da medida de Acolhimento Familiar, à luz da legislação em vigor (Lei nº142/2015), e que consagra esta medida como a resposta preferencial, especialmente para crianças com menos de 6 anos.

Realça-se que o campo de estudo acolhimento familiar a nível científico em Portugal encontra-se ainda pouco desenvolvido (Delgado, 2007; 2013). No entanto, é com nota positiva que se relata, nos últimos anos, um crescimento de iniciativas científicas (ex. seminários, cursos de formação para profissionais da área) e não-científicas (ações de informação, *webinars*) sobre o acolhimento familiar, acentuado pelo facto do acolhimento familiar ter entrado novamente na Agenda Política e Governamental, com a publicação do Decreto-lei nº.139/2019, que regulamenta a execução do acolhimento familiar.

As mais recentes iniciativas sobre a medida cumprem um duplo propósito essencial aos esforços da implementação do acolhimento familiar no território nacional, tanto ao nível da disseminação e da promoção do acolhimento familiar junto da comunidade, como da sensibilização da comunidade para a realidade das crianças em situação de acolhimento

no território nacional, e colocam em evidência a importância e a urgência da implementação desta política pública como objeto essencial ao bem-estar, promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens em Portugal.

Realça-se a importância e papel crítico que as famílias de acolhimento têm no sistema de proteção das crianças, a visibilidade residual da medida de acolhimento familiar e o número reduzido de famílias de acolhimento em Portugal.

À data e como veremos no decurso deste estudo, a implementação da medida de acolhimento é em Portugal muito fraturada, ou inexistente, pelo que se afigurou mandatário estudar os fatores que influenciam a implementação e o estabelecimento da medida de acolhimento em família em Portugal, como solução alternativa ao acolhimento residencial no nosso país.

A metodologia utilizada para a recolha de dados foi a entrevista semiestruturada junto de intervenientes-chave.

Relativamente à dimensão do estudo, foram realizadas 18 entrevistas, 17 entrevistas não presenciais, de pandemia de COVID-19 e 1 entrevista presencial. As entrevistas foram transcritas e anonimizadas de modo a garantir a confidencialidade dos participantes, as transcrições organizadas em categorias encontram-se acessíveis em anexo (ver anexo D, pág. 115 -195).

De acordo com o universo, e de forma a servir os objetivos do estudo, foram adotados procedimentos de análise de dados através da técnica de análise de conteúdo.

Nesta senda, este estudo de investigação é um contributo para o estudo do fenómeno do acolhimento familiar em Portugal e, mais especificamente, para o estudo dos fatores que influenciam a implementação desta medida no território nacional.

Deste modo, esta investigação pretende contribuir não só para um estudo mais aprofundado dos fatores que influenciam a implementação do acolhimento familiar em Portugal, mas também, para incentivar o conhecimento e a promoção da visibilidade desta política pública no país.

A compreensão da complexidade da medida, a sua factual implementação, o futuro e a sustentabilidade do Acolhimento Familiar em Portugal é o elemento-chave que atravessa e orienta esta investigação.

Definidos os objetivos que permeiam este estudo, fez-se um levantamento do estado da arte da medida de acolhimento de familiar em Portugal, cruzada com a perceção dos desafios e potencialidades pelos elementos-chave. A recolha de informações, recomendações e pragmáticas conduziram a discussão do problema, orientado para a ação, com vista a promover o desenvolvimento da implementação da medida em Portugal, e colocar em primeiro plano, o superior interesse das crianças e jovens em Portugal.

I. Enquadramento Teórico

Capítulo 1. Enquadramento das políticas sociais de proteção de crianças e jovens

Este capítulo apresenta uma breve história das principais abordagens e teorias que orientam as políticas sociais de proteção de crianças e jovens assim como as principais alterações significativas que estas sofreram resultantes da Convenção sobre os Direitos das Crianças (1989). De seguida, é apresentada a relevância do acolhimento familiar e tendência da desinstitucionalização dos cuidados alternativos das crianças e jovens no contexto internacional. Por fim, são apresentados contributos da psicologia comunitária para o desenvolvimento de programas dirigidos a crianças, jovens e famílias.

1.1 Promoção do bem-estar e Proteção de crianças e jovens: História e abordagens

A promoção do bem-estar infantil é um desafio político e social significativo nos países democráticos. Quais os melhores métodos para garantir o bem-estar das crianças em situação de risco de abuso, negligência e outros perigos que lhe possam infligir danos?

Do ponto de vista político, segundo Gilbert e Parton (2011), o desafio é elaborar políticas públicas capazes de assegurar a proteção das crianças, não cruzar os direitos de privacidade dos pais, assim como salvaguardar o direito a uma vida familiar. Esta questão é acentuada na Convenção dos Direitos das Crianças (CDC) e nas leis nacionais, pelo facto de que às crianças são imputados fortes direitos individuais, enquanto, simultaneamente, estão altamente dependentes dos seus cuidadores para assegurar os seus direitos (Gilbert e Parton, 2011).

Coloca-se então a questão, qual o nível adequado dos esforços públicos para a promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens?

Os Estados podem responder a esta pergunta assumindo uma responsabilidade ora mais alargada, ora mais estreita ao nível do desenvolvimento e da educação das crianças e jovens. A construção da responsabilidade do Estado (estreita ou alargada) relaciona-se com os aspetos históricos, políticos, sociais e culturais e o modo como conceptualizam a criança e a família, o que por sua vez, influencia o modo como os sistemas de promoção e proteção de crianças e jovens definem a sua ação entre as esferas públicas e privadas e por conseguinte, a sua responsabilidade perante a criança e a família (Parton, 2017).

Motivado pelo rápido aumento de relatos de casos de maus-tratos infantis entre 1980 e o início da década de 90, Gilbert (1997) comparou as políticas sociais e práticas profissionais em nove países, examinando as diferenças, problemas comuns e orientações políticas. Os resultados permitiram concluir que as variações diferiam consoante a localização dos sistemas de proteção de crianças e jovens num *continuum* entre a orientação para a proteção da criança e a orientação baseada no serviço de suporte à família e nos países cuja política de notificação era ou não obrigatória.

Em conclusão, Gilbert (1997) defende que o foco e ação do estado na proteção de crianças e jovens deve desenvolver-se numa abordagem direcionada para a participação, prevenção e serviços da criança e da família. Deste modo, a prioridade deve centrar-se na garantia de serviços de apoio às crianças e aos pais na comunidade, reduzindo as ações coercivas ao mínimo (Gilbert, 1997).

A década de 90 trouxe mudanças significativas no domínio do bem-estar infantil e no modo como o Estados assumiram a responsabilidade pelas crianças e jovens em situação de perigo.

Estas alterações refletiram uma tendência emergente no reconhecimento das crianças enquanto sujeitos titulares de direitos, independentes, e não apenas como adultos futuros ou como propriedade dos seus pais. As crianças deixaram de ser vistas não como futuros trabalhadores, mas como cidadãos. Esta perspetiva refletiu a ratificação da Convenção dos Direitos da Criança, adotada em 1989 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, por 196 países, à exceção dos Estados Unidos da América (Gilbert & Parton, 2011, James & James, 2017).

A Convenção sobre os Direitos das Crianças (1989) forneceu uma abordagem centrada na criança e explícita quanto aos direitos humanos básicos inerentes a qualquer criança, em qualquer lugar: o direito à sobrevivência; a desenvolver o seu potencial; à proteção de

influências que lhe causem dano, abuso ou exploração; e a participar totalmente na vida familiar, cultural e social (Munro, 2011, p.14).

A Convenção sobre os Direitos das Crianças (1989) compromete os Estados a proteger e promover um conjunto de direitos específicos para que todas as crianças possam viver, crescer, aprender e participar na vida da sociedade, num ambiente protetor e favorável ao seu pleno desenvolvimento (Parton, 2014).

Deste modo, em meados da década de 90, vários países procederam a alterações legislativas significativas de forma a garantir que a legislação nacional fosse concordante com a Convenção dos Direitos da Criança (James & James, 2017).

1.2 Direitos da Criança: ambiente familiar e cuidados alternativos

A Convenção sobre os Direitos da Criança evoca que o melhor ambiente para uma criança se desenvolver é numa família, num ambiente familiar que “assegure o seu desenvolvimento pleno e harmonioso”. A família é definida como “o elemento natural e fundamental da sociedade e o meio natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros, e em particular das crianças”. Deste modo, a criança tem o direito ao respeito pela sua vida familiar, à proteção da intromissão na sua vida familiar e de ser separada dos seus pais, salvo quando essa separação é necessária ao superior interesse da criança, estabelecendo assim o direito da criança à proteção de todas as formas de violência, incluindo abuso e negligência (artigo 16º, para. 2; Pinheiro 2006).

Ao considerar as circunstâncias e as especificidades de cada caso, os elementos na avaliação do melhor interesse da criança podem entrar em conflito. Por exemplo, a preservação do ambiente familiar pode entrar em conflito com a necessidade de proteger a criança do risco de violência ou abuso por parte dos pais. Em tais situações, os elementos terão que ser ponderados entre si, com o fim de encontrar a solução de acordo com o melhor interesse da criança ou crianças (CRC/C/GC/14 2013, para. 81).

De acordo com Kilkelly e Logan (2021), o equilíbrio dos vários elementos da avaliação do melhor interesse da criança é um desafio, uma vez que uma decisão errada pode ser muito prejudicial para a criança ou crianças. Deste modo, os Estados têm que estabelecer os requisitos substantivos e a salvaguarda de procedimentos, que garantam que a

colocação de crianças em cuidados alternativos é utilizada apenas como uma medida de último recurso (Pinheiro, 2006).

À luz do Artigo 20º da Convenção dos Direitos da Criança, o Estado tem a obrigação de garantir “cuidados alternativos” a uma criança, “temporária ou permanentemente privada do seu ambiente familiar” (Artigo 20 par. 1 e 2; CRC/C/GC/13 2011, para. 3). Os cuidados alternativos incluem entre outros, o acolhimento familiar, a adoção, ou no caso de tal se mostrar necessário, a colocação em estabelecimentos adequados de assistência às crianças (artigo 20º, CDC, 1989).

De modo a reforçar a implementação da Convenção sobre os direitos das Crianças relativamente à proteção e ao bem-estar de crianças privadas de cuidados parentais foram aprovadas pela Assembleia Geral nas Nações Unidas, as Diretrizes para os Cuidados Alternativos de Crianças, pela altura do 20º aniversário da CDC, em 20 de novembro de 2009.

Com o objetivo de atender às necessidades psico-emocionais e sociais e de outras necessidades específicas das crianças e jovens, as Diretivas para os Cuidados Alternativos de Crianças exigem aos Estados-membros que tomem as medidas necessárias para garantir as condições legislativas, políticas e económicas, de forma a providenciar opções de cuidados alternativos adequados, priorizando as soluções familiares e comunitárias (Kilkelly e Logan, 2021).

Embora as Diretivas para os Cuidados Alternativos de Crianças reconheçam a importância do acolhimento residencial no contexto da proteção da criança, defendem que:

“A utilização do acolhimento residencial deve limitar-se a casos em que essa configuração seja especificamente apropriada, necessária e construtiva para as necessidades específicas e para o superior interesse da criança. (ACG 2010, parágrafo 21).”

As condições estabelecidas pelas Diretivas para os Cuidados Alternativos de Crianças no caso da colocação da criança em cuidados residenciais são rigorosas, e implicam que a falta de recursos ou alternativas não possa ser uma razão para colocar as crianças numa instituição, por mais pequena que a instituição seja (Kilkelly e Logan, 2021).

Para crianças pequenas, em particular aquelas com menos de 3 anos, o cuidado familiar é uma regra principal e clara nas Diretivas:

“De acordo com a opinião predominante dos especialistas, os cuidados alternativos das crianças pequenas, especialmente aquelas com menos de 3 anos, devem ser assegurados num ambiente familiar. Exceções a este princípio podem ser justificadas a fim de evitar a separação de irmãos, e nos casos em que a colocação num acolhimento residencial tenha natureza de emergência, predeterminada e com uma duração muito limitada (ACG 2010, parágrafo 22)”.

Deste modo, as Diretivas são claras ao evidenciar que somente perante situações bem definidas é que crianças pequenas podem ser colocadas em cuidados residenciais, com ressalva de ser por um período pré-determinado e muito limitado (Kilkelly e Logan, 2021).

1.3 Relevância do acolhimento familiar

Mais de 70 anos de investigação evidenciam o impacto negativo do acolhimento institucional no desenvolvimento físico, hormonal, cognitivo, comportamental, emocional e social de crianças e jovens institucionalizadas (Browne et al. 2006; Dobrova-Krol et al. 2008; Manso, García-Baamonde, Alonso, & Barona, 2011; O'Connor et al. 2000; Shechory & Sommerfeld, 2007; Glaser D. (2000); Rutter et al., 2010)

Ao longo das últimas décadas, tornou-se claro que deve ser dada prioridade ao acolhimento familiar. A convicção de que o desenvolvimento numa instituição é prejudicial para a criança e deve ser evitado propagou-se internacionalmente (Pinheiro 2006, p. 87; Petrowski et al. 2017, p. 2).

Desde a década de 90, que a desinstitucionalização dos cuidados alternativos das crianças e jovens figura na agenda internacional. De acordo com o Comentário Geral nº13, “os direitos das crianças que precisam de cuidados devem ser garantidas, de preferência em cuidados familiares” (CRC/C/GC/13 2011, parágrafo 35).

Em linha com a evidência científica, os países europeus têm vindo a aderir de forma progressiva a uma política de desinstitucionalização de crianças e jovens, estando esta já consolidada em muitos países (Eurochild, 2010; Negrão et al., 2019)

Del Valle & Bravo (2013), realizaram uma análise comparativa internacional do desenvolvimento do acolhimento familiar e observaram que os países anglófonos

apresentavam uma tendência geral de diminuição da utilização do acolhimento residencial a favor do acolhimento familiar, principalmente na Austrália, na Irlanda, no Reino Unido, na Nova Zelândia e nos Estados Unidos da América.

Nesta linha, na década de 90 eram já muitos os países onde esta resposta preponderava: Dinamarca (60,92% das colocações), Irlanda (72,96%), Grã-Bretanha (72,73%), França (52,9%) e Holanda (52,63%). Também nesta altura assumia já uma forte expressão noutros países, designadamente: Alemanha (42,3%) e Bélgica (31,44%) (Delgado, 2011).

O caso da Irlanda é frequentemente considerado na literatura portuguesa sobre o acolhimento familiar, sendo um país com uma forte tradição católica, onde até muito recentemente predominava a utilização de grandes instituições, mas que conseguiu nos últimos dez anos reverter, quase na totalidade, essa tendência. (Valle & Bravo, 2013; Delgado, 2007).

Os dados estatísticos permitem-nos observar esta tendência geral de diminuição de utilização do acolhimento residencial em favor do acolhimento familiar. Em Inglaterra, nos últimos 20 anos, o acolhimento residencial reduziu de aproximadamente 80%, em 1975, para 20%, em 1998, o que por sua vez significa um aumento de 60% de respostas de acolhimento familiar (Valle & Bravo, 2013). Na Irlanda do Norte, 80% das crianças retiradas da sua família encontram-se em acolhimento familiar, e esta percentagem de crianças em acolhimento familiar passou dos 50% para os 75%, de 1977 a 1997 (Delgado, 2007).

Em Espanha, apesar das variações regionais e da diferente expressão que a medida assume em cada região, observa-se uma tendência de aumento do acolhimento familiar, em que metade das crianças acolhidas vivem com famílias de acolhimento. Destaca-se que uma grande expressão do acolhimento familiar em Espanha é assegurada por familiares com laços de parentesco. Nas Ilhas Baleares, por exemplo, as crianças até aos 6 anos de idade já são atualmente colocadas obrigatoriamente em famílias de acolhimento (Valle & Bravo, 2013).

A lógica protetora expressa nesta tendência internacional é reflexo da consolidação de uma orientação centrada na criança, que tem por finalidade possibilitar a todas as crianças, o exercício efetivo dos seus direitos, nomeadamente o direito de crescer numa família (Gilbert, Parto e Skivenes, 2001 citado por. Delgado & Gersão (2008)

Em Portugal, ao contrário da tendência observada noutros países europeus na última década, o acolhimento familiar tem descido sistematicamente, e o acolhimento familiar continua a ser uma medida insuficientemente utilizada. Segundo dados dos Centros Distritais do Instituto de Segurança Social, I. P., de 2019, o número total de crianças e jovens em situação de acolhimento, familiar e residencial, no ano de 2019, era de 7046. No ano de 2018 era de 7032. O número de crianças acolhidas em acolhimento familiar em 2018 e 2019 era, respetivamente, 200 e 191. Estes números representam uma percentagem de colocações em famílias de acolhimento na ordem dos 3% no ano de 2018 e de 2,7% em 2007. No ano de 2020, 86,3% das crianças acolhidas encontraram-se acolhidas num contexto de acolhimento residencial enquanto 3% foram acolhidas em contexto familiar.

Kelly e Gilligan (2000, p.8) defendem que o acolhimento familiar contém qualidades que confere capacidades únicas e diferenciadas a esta resposta, adequada às especificidades das necessidades das crianças e dos jovens em situação de acolhimento: a oferta de um espaço familiar, a manutenção da criança na comunidade, a providência da oportunidade de desenvolver relações estreitas com a família de acolhimento, a manutenção da relação, vinculação e identificação com a família biológica, apoio na transição para a vida adulta, e o acompanhamento e suporte técnico de enquadramento da medida que acompanha a criança e a família de acolhimento.

De acordo com Delgado & Gersão (2018), o acolhimento familiar proporciona um ambiente familiar alternativo à criança, num contexto favorável à recuperação de dimensões cognitivas, de linguagem, e de expressão emocional.

A Convenção dos Direitos das Crianças facilitou a convergência internacional para um modelo que valoriza o desenvolvimento infantil e exige a proteção das crianças e o apoio às famílias (Valle & Bravo, 2013). De facto, a Convenção dos Direitos das Crianças, as Diretivas para os Cuidados Alternativos de Crianças e outros instrumentos internacionais exigem aos Estados-membros que desenvolvam alternativas que visem habilitá-los de uma estratégia de desinstitucionalização, com metas e objetivos precisos, e que permitam a eliminação progressiva do acolhimento institucional/residencial, e que tem traduzido a um aumento do acolhimento familiar em vários países europeus (Kilkelly e Logan, 2021).

Em suma, nesta última década foram dados grandes passos com o objetivo de colocar os direitos das crianças no centro da temática dos cuidados alternativos das crianças e jovens. Desde o conceito inicial, até ao desenvolvimento e aprovação das Diretrizes para o Cuidado Alternativo das Crianças, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, temos agora um quadro político mais coerente. Atualmente, as Diretrizes moldam a abordagem da formulação de políticas e da tomada de decisão dos profissionais, tanto ao nível da prevenção como na prestação de cuidados alternativos às crianças e jovens.

O principal desafio para os Estados-membros continua a ser a implementação progressiva e plena da Convenção Dos Direitos da Criança e das Diretivas para os Cuidados Alternativos de crianças e jovens (Kilkelly e Logan, 2021).

Em consonância com a prioridade dada ao acolhimento familiar, a Comissão dos Direitos da Criança exige que os membros-parte estabeleçam ou fortaleçam o sistema de acolhimento familiar a nível local e nacional, e neste contexto, Portugal tem sido alvo de vários reparos a nível internacional. Neste sentido, o Comité dos Direitos da Criança pede ao Estado Português que assuma o compromisso de adotar um plano de desinstitucionalização, com metas e objetivos precisos para a implementação de medidas de melhoria da qualidade do sistema de acolhimento de cariz familiar (Kilkelly e Logan, 2021).

No mesmo alinhamento, a *Eurochild* (2020) no seu relatório mais recente “*Growing up in lockdown: Europe’s children in the age of COVID-19*” analisa em 25 países, o estado das práticas e políticas relativas ao bem-estar das crianças, durante o segundo semestre de 2020, e recomenda ao Governo Português que promova programas de acolhimento para crianças e jovens e que elimine a prática da institucionalização de crianças dos 0 aos 3 anos

1.4 Perspetiva ecológica dos programas dirigidos a crianças, jovens e famílias

A perspetiva ecológica pretende compreender as relações entre as pessoas, organizações, comunidades e ambientes, avaliar o impacto da influência dos diferentes contextos e ambientes na vida das pessoas e comunidades e o modo como estes se inter-relacionam de forma a criar condições para operacionalizar mudanças nos padrões sociais, relacionais e contextuais nas comunidades (Ornelas, 2008). Deste modo, os desafios, as mudanças

individuais, sociais e de sistema são observadas dentro de contextos, contextos estes que sinergicamente influenciam e regulam as oportunidades, as liberdades e direitos individuais nos seus diferentes níveis ecológicos: individual, relacional, organizacional, comunitário e ambiente (Prilleltensky & Nelson, 2009, Levine, Perkins & Perkins, 2005).

Esta perspetiva tem intrínseca uma orientação para a ação de base interventiva, já que lhe é imanente a aplicação do conhecimento adquirido em ações que visem a melhoria efetiva do bem-estar das pessoas e das comunidades. (Prilleltensky & Nelson, 2002). Partindo deste paradigma e considerando que os problemas sociais têm uma origem multicausal e multicontextual, intrínseca aos vários níveis do sistema social, as intervenções que visem a mudança ou mudanças nas comunidades são aquelas que têm em conta a influência e interdependência dos diferentes níveis ecológicos, de forma a garantir uma mudança adequada ao contexto onde se insere (Trickett, 2009).

É de referir que Prilleltensky & Nelson (2000) sublinham a importância da perspetiva ecológica no planeamento e implementação de intervenções sociais e programas de prevenção, afirmando que, na sua maioria, os programas tradicionais resultam somente num aumento de conhecimentos e competências dos indivíduos num determinado tópico, tais como, parentalidade, abuso de drogas, capacidades sociais. Na sua perspetiva estes programas restringem-se a uma perspetiva centrada no indivíduo, na análise do indivíduo e do seu microssistema, desatendendo às influências dos múltiplos níveis ecológicos da situação do indivíduo ou da comunidade, mas determinantes no compromisso e na motivação do indivíduo ou comunidade para participar em determinado programa.

Os autores defendem que é imperativo colocar o foco na intervenção a nível social e adotar um modelo de responsabilidade social, em contraponto a um modelo de responsabilidade individual. Enquanto os programas de responsabilidade individual, pretendem “ajustar as pessoas a condições sociais injustas” e não respondem aos determinantes sociais e económicos do maltrato e do bem-estar destas crianças e famílias, os modelos de responsabilidade social concentram-se em responder aos determinantes económicos e sociais de maus-tratos e bem-estar e em desenvolver políticas sociais de suporte a todas famílias (Prilleltensky & Nelson, 2000).

Prilleltensky & Nelson (2000) reiteram ainda que é necessário reformular as soluções em termos da responsabilidade parental, da comunidade e do governo na promoção do bem-estar e dos direitos e da proteção das crianças e das famílias.

Capítulo 2. Acolhimento familiar de Crianças e Jovens em Portugal

Este capítulo apresenta os principais conceitos e pressupostos desta medida de colocação, os atores e dimensões envolvidas no acolhimento familiar, assim como o quadro jurídico, social e legislativo desta política pública. De seguida é apresentado o panorama actual da implementação do acolhimento familiar em Portugal. Por último, é apresentada uma breve reflexão sobre o contributo da integração da psicologia comunitária e da ciência no âmbito do estudo dos factores que facilitam ou impedem a implementação de políticas públicas.

2.1 Acolhimento familiar: Definições, pressupostos e protagonistas

A conceção do acolhimento familiar tem acompanhado as mudanças históricas, políticas, sociais e culturais ocorridas nas últimas décadas e foram alvo de análise no primeiro capítulo deste estudo.

O acolhimento familiar afasta-se dos modelos familiares clássicos de referência do nosso contexto cultural. Na verdade, a família de acolhimento não atua como “substituta dos pais biológicos, mas uma figura original, que cria com a criança laços inéditos” (Delgado, 2011).

O acolhimento familiar é uma resposta social de promoção e de proteção de crianças e jovens que se encontram em situação de perigo, na qual o seu processo de desenvolvimento é ameaçado (Delgado, 2013), que tem como objetivo providenciar uma resposta alternativa de cuidados, que integre as crianças, por um período mais ou menos longo. (Delgado, 2011).

Neste seguimento, o objetivo do acolhimento familiar é garantir a recuperação física, psicológica e o desenvolvimento integral da criança e assegurar modelos parentais de identificação de que a criança necessita (Delgado, 2007; Delgado, 2011).

Cairns (2005) afirma que a experiência de vida num ambiente familiar estável e seguro proporcionado pelo acolhimento familiar está associado à construção de novos vínculos, e sempre que possível, à manutenção dos laços afetivos existentes, o que tem um efeito positivo na recuperação física e psicológica das crianças, contribuindo para o seu bem-estar e desenvolvimento.

Delgado (2013) destaca a complexidade desta resposta enquanto medida de promoção e de proteção. Por um lado, a complexidade da sua origem, pelo facto do acolhimento familiar resultar da ocorrência de situações graves e do consequente afastamento da criança do espaço onde habita, regra geral a casa dos pais da criança ou de quem tem a guarda da criança, e por outro, considerando a multiplicidade de dimensões e intervenientes que estão envolvidos nesta medida.

Martins (2005) destaca a utilidade desta medida no suporte à criança e à família, considerando-a como um recurso social essencial disponível, quando as famílias estão temporariamente impedidas de desempenhar as suas funções e responsabilidades parentais.

De acordo com Neil et al. (2010), o acolhimento familiar deixou de ser meramente definido como uma resposta alternativa à própria família, e passou a ser considerado como um suporte temporal à criança e à sua família, com o objetivo de possibilitar a reunificação familiar.

Vários autores defendem que o acolhimento familiar pode, e deve ser, um contexto de parceria, de participação e de abertura, preservando a relação da criança com a família de origem, os pais e outros familiares (Amorós & Palácios, 2004, David, 2000, Delgado, 2012).

Delgado (2007) afirma que o acolhimento familiar em Portugal se caracteriza genericamente pela previsibilidade de regresso à família biológica. Deste modo, a família de origem da criança acolhida não pode ser alheada do processo de colocação da criança numa família de acolhimento (Delgado, 2013), sendo pelo contrário, a participação da família biológica parte integrante e essencial do processo de reflexão e de gestão da experiência de integração no acolhimento (Schofield et al., 2000).

Neste sentido, o acolhimento familiar pode ser visto como uma oportunidade de mudança não só a nível das crianças, como das famílias nas suas comunidades (Delgado, 2012).

Esta medida de acolhimento familiar pode e deve ser idealmente implementada num contexto de abertura, parceria e participação, visando uma experiência única de vida em família, e preservando a relação com os pais e outros familiares (Amorós & Palacios, 2004; David, 2000).

Por outra via, Amorós & Palácios (2004) notam que dado o aperfeiçoamento progressivo da intervenção ao nível da preservação familiar tem proporcionado o aumento do número dos casos em que a criança permanece no seu meio natural, e em contrapartida, o grau de complexidade dos casos que são encaminhados para o acolhimento tende a aumentar.

De facto, o acolhimento familiar é uma medida complexa uma vez que o desenvolvimento do acolhimento familiar é afetado por múltiplas variáveis e intervenientes, que por sua vez influenciam a qualidade e o sucesso do acolhimento (Delgado, 2013).

Neste puzzle complexo e sujeito à mudança, Neil e Howe (2004) referem que a compatibilidade entre a criança e os acolhedores e a capacidade de gestão de fatores provenientes do espaço exterior como o relacionamento com a família biológica, a resposta da escola, dos profissionais que acompanham a família de acolhimento, e dos próprios membros da família de acolhimento, são condições necessárias para obter resultados positivos no acolhimento.

O papel atribuído à criança é central pela sua participação e porque o acolhimento se deve desenvolver e adaptar em função das suas necessidades e características (Alves, 2007). De acordo com o Governo Escocês (2007), à medida que a criança cresce, deve aumentar o seu nível de participação no planeamento do acolhimento, expressando de modo crescente o seu ponto de vista quanto às pessoas com quem quer ser acolhida, à escola que deseja frequentar, à natureza dos contactos com os seus pais, familiares e amigos.

Os acolhedores têm a função de proporcionar à criança um ambiente caracterizado pela estabilidade, segurança, pela atenção e pela empatia, de modo a “conciliar áreas tangíveis com áreas intangíveis, como a gestão da dor e da perda” (Aldgate, Maluccio & Reeves, 1989 citado por Delgado, 2011). A família de acolhimento apresenta qualidades de compromisso, dedicação, atitude favorável ou benevolente (David, 2000) e sobretudo de grande disponibilidade, física e emocional para compreender, respeitar e refletir sobre os pensamentos e sentimentos das crianças (Beek & Schofield, 2004), qualidades que contribuem para a aprendizagem de limites no sistema familiar (David, 2000).

Face à complexidade destes desafios, os acolhedores devem ser reconhecidos e encarados como parte integrante, como parceiros com uma voz e intervenção ativa na planificação e nos procedimentos do acolhimento (Delgado, 2011, Amorós & Palácios, 2004).

De acordo com Delgado (2013) este cenário evidencia a necessidade de se contar com profissionais nas equipas com melhor formação, mais longa e com conteúdos mais desenvolvidos. A renovação do conhecimento deve, de acordo com o autor, promover a capacidade dos técnicos para trabalhar com as famílias de acolhimento, prestando-lhes o apoio técnico, financeiro e emocional de que necessitam (Delgado, 2013)

Para além do acompanhamento técnico especializado, a formação inicial, a ligação e supervisão com outros acolhedores, a formação contínua e os grupos de ajuda mútua, contribuem para o desenvolvimento de um conhecimento específico e de uma identidade comum, potenciam a sabedoria prática, a partilha de experiências, a diminuição do isolamento e fornece suporte em momentos de crise (Triseliotis et al, 1995, citado por Delgado, 2011).

Num segundo plano, surgem os outros intervenientes, os técnicos especializados que acompanham a criança e a família de acolhimento, a escola, os amigos da criança, a sua família alargada, a família alargada dos acolhedores, os vizinhos, em suma a comunidade envolvente (Gilligan, 2009).

2.2 Enquadramento social e jurídico do Acolhimento Familiar em Portugal

Tendo em consideração o contexto sociocultural dado a sua influência na definição de políticas sociais, importa em primeiro lugar reconhecer que na sociedade portuguesa o acolhimento familiar sempre existiu. As “raízes” do acolhimento familiar estendem-se ao princípio da comunidade, da entreajuda e do espírito solidário (Delgado, 2010).

No passado, o acolhimento de crianças ou jovens consistia num recurso de redes informais, de familiares ou de vizinhança, que ao longo do tempo, devido às profundas transformações que ocorreram nos meios urbanos das sociedades industriais modernas se viram progressivamente alteradas (Martins, 2003).

Em Portugal a medida de acolhimento familiar nunca foi a principal resposta de colocação. Sublinha-se que durante praticamente todo o século XX, as grandes instituições de acolhimento, são praticamente a única resposta de proteção à infância desprotegida (Delgado, 2013).

Atualmente, o acolhimento familiar desenvolve-se, enquanto medida de promoção e proteção, com base num enquadramento legal específico que define os pressupostos, objetivos e forma de atuação das entidades intervenientes.

O acolhimento familiar é pela primeira vez legislado em Portugal pelo Decreto-Lei nº288/79, de 13 de agosto, sendo definido como “colocação familiar” – “o acolhimento temporário por famílias consideradas idóneas para menores cuja família natural não esteja em condições de desempenhar cabalmente a sua função educativa” (Sumário do Decreto-Lei nº288/79). Neste documento, faz-se alusão às práticas tradicionais de acolhimento, descrevendo a atividade de acolhimento familiar como “uma fórmula já experimentada e realizada, muitas vezes espontânea, em obediência a sentimentos de entreajuda”, que se formalizava através de um documento escrito, e que podia ser renumerado ou gratuito (Decreto-Lei nº288/79).

Este decreto foi revogado pelo Decreto-Lei nº190/92, de 3 de setembro, que reformulou a legislação sobre “acolhimento familiar”. Neste contexto, o acolhimento familiar é referido como uma “resposta substitutiva” da família natural”, interpretado como uma “genuína prestação de ação social, com a qual se visa o acolhimento temporário de crianças ou jovens em outras famílias”, sendo “patente as vantagens do acolhimento familiar, sobretudo quando confrontadas com outras respostas de carácter institucional mais tradicionais, como é o caso do internamento em lares” (Decreto-Lei nº190/92).

Em 1999 foi aprovada A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) através da Lei nº147/99, de 1 de setembro, que representou um avanço substancial na promoção dos direitos das crianças, nomeadamente, no sentido de evitar situações de perigo e de criar medidas de promoção e de proteção, numa abordagem integrada dos direitos da criança e do jovem, de forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral (CEJ, 2021).

De acordo com esta conceção, o acolhimento familiar surge como uma medida de promoção e proteção, que consiste “na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitadas para o efeito, visando a sua integração em meio familiar e a prestação de cuidados adequados às suas necessidades, bem-estar e educação necessária ao seu desenvolvimento integral”.

O Decreto-Lei nº11/2008, de 17 de janeiro, estabeleceu um novo regime de execução do acolhimento familiar. A aprovação deste decreto-lei, definiu os traços estruturantes do

acolhimento familiar no país, todavia, mantém a conceção do regresso à família biológica como finalidade principal do acolhimento (artigo 3.º). O acolhimento familiar, enquanto medida de proteção, passa a cingir-se ao acolhimento de crianças sem laços de parentesco com os acolhedores, o que resultou na diminuição expressiva das famílias de acolhimento em Portugal (Delgado, 2013).

De acordo com Delgado (2010) um dos desafios que se colocam ao acolhimento familiar é precisamente o “de reconhecer que a sua finalidade não é forçosamente a de garantir o regresso da criança à família biológica, uma vez que esse regresso é com frequência impossível, e a essa ideia não se podem nem devem subordinar todos os esforços de acompanhamento e avaliação”.

Posteriormente, através da Lei nº142/2015, de 8 de setembro, procedeu-se a alteração à Lei de Proteção de Crianças e jovens em Perigo, concebendo o acolhimento familiar como uma medida de promoção e proteção, cuja execução deve ser perspectivada de forma integrada (Guerra, 2016).

A Lei nº142/2015, de 8 de setembro, determina a preferência do acolhimento familiar sobre a medida de acolhimento residencial, especialmente em crianças até aos 6 anos, obrigando à fundamentação da impossibilidade da sua aplicação. Esta Lei prevê, ainda, a possibilidade de aplicação do acolhimento familiar, independentemente da previsibilidade do regresso da criança à sua família biológica, permitindo que inclusive uma criança possa ser confiada a uma família de acolhimento, com vista à adoção. (Decreto-lei nº142/2015; Delgado & Gersão, 2018, CEJ, 2021)

De referir que a LPCJP aplica-se a todas as crianças – até aos 18 anos exclusive, ou até aos 21 anos, exclusive, desde que a intervenção protetiva se tenha iniciado antes dos 18 anos e a criança tenha pedido, antes dessa idade, a continuação da intervenção protetiva – de qualquer nacionalidade ou origem, e que residam ou se encontrem em território nacional (Guerra, 2016)

Na Lei nº142/2015, o art. 46.º define o acolhimento familiar e os seus pressupostos:

“O acolhimento familiar consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitadas para o efeito, proporcionando a sua integração em meio familiar e a prestação de cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar e a educação necessária ao seu desenvolvimento integral”.

Reconhece-se a intenção do legislador em garantir o direito à família, previsto na CDC (1989), acompanhando as recomendações internacionais e as evidências científicas que apontam para o bem-estar e o desenvolvimento da criança nesta resposta, principalmente na primeira infância (Diogo, 2018; Delgado & Gersão, 2019).

A medida de acolhimento familiar, obteve a sua formulação mais recente com o Decreto-Lei 139/2019, de 16 de setembro, e que desde logo destaca os benefícios do acolhimento familiar pela sua capacidade de proporcionar às crianças e jovens “a satisfação das necessidades físicas, psíquicas e emocionais, realçando a importância dos laços afetivos, seguros e estáveis, a importância da aquisição de competências para a valorização pessoal, social, escolar e profissional e de condições para construir a sua identidade e história de vida (art.º 3.º).

O Decreto-Lei 139/2019, de 16 de setembro, estabelece o regime de execução do acolhimento familiar e surge pela necessidade de regulamentar a nova figura do acolhimento familiar, uma vez que o anterior diploma não respondia ao novo paradigma legal (Guerra, 2016).

O objetivo do acolhimento familiar é definido como a “...reintegração da criança ou do jovem na família de origem, bem como em meio natural de vida, confiada a familiar acolhedor ou a pessoa idónea, quando detenha condições para o estabelecimento de uma relação de afetividade recíproca.” (n.º 2 do art.º 2.º do Decreto-lei nº 139/2019).

A nova regulamentação da execução do acolhimento familiar deixou de constituir o acolhimento familiar como uma prestação de serviço e foi criado um único subsídio pecuniário mensal no âmbito do subsistema da ação social, ajustado ao montante do indexante dos apoios sociais, tendo em conta a idade, problemáticas e necessidades específicas da criança ou jovem (Decreto-lei nº 139/2019; Centro de Estudos Judiciários, 2020: 16). Foi ainda introduzida outras alterações significativas, designadamente a introdução de deduções à coleta e de direitos laborais para as famílias de acolhimento (Lei n.º 47/2019, de 8 de julho).

Este diploma legal veio reforçar a necessidade de rigor e exigência na seleção e na formação dos candidatos a família de acolhimento, bem como a qualidade do apoio e acompanhamento por parte das instituições de enquadramento, previamente enunciadas no Decreto-Lei nº11/2008 (Delgado & Gersão, 2018).

O Decreto-lei nº 139/2019 identifica as entidades competentes no âmbito da promoção e proteção, definindo as suas competências funcionais e estruturas hierárquicas na sua atuação.

No âmbito da execução da medida, define que esta é dirigida e controlada pelo tribunal, que indica equipas específicas, designadas como equipas de assessoria ao tribunal.

As comissões de proteção de crianças e jovens (CPCJ) aplicam a medida e acompanham a sua execução. A definição e concretização do plano de intervenção, cabe às instituições de enquadramento em articulação com o gestor do processo.

A gestão do sistema de acolhimento familiar compete ao Instituto da Segurança Social, I.P (ISS, I.P.) e à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) em colaboração com as instituições de enquadramento. Cabe deste modo, às entidades gestoras, realizar a gestão de vagas em acolhimento familiar, assegurando que cada criança é integrada na família de acolhimento mais adequada ao seu perfil, desenvolver campanhas de sensibilização, determinar o número máximo de famílias de acolhimento a acompanhar, em simultâneo, por cada instituição de enquadramento, estabelecer diretrizes em matéria de seleção e avaliação de famílias de acolhimento (art. 6.º do Decreto-lei nº 139/2019).

Sublinha-se que, mediante acordos de cooperação celebrados com o ISSS, I.P, as instituições particulares de solidariedade social (IPSS), ou equiparadas, que são responsáveis pelas atividades na área, podem atuar como instituições de enquadramento. Da mesma forma, as entidades gestoras referidas podem constituir-se como instituições de enquadramento.

Ao gestor de processo, designado pela CPCJ ou pelo tribunal, cabe a elaboração e gestão do processo de promoção e proteção da criança, isto é, o diagnóstico mais detalhado possível da criança ou do jovem, designadamente, nas áreas de desenvolvimento individual, bem-estar, saúde, educação, família, socialização e integração comunitária. Para este efeito deve mobilizar todos os intervenientes e recursos disponíveis, de forma a assegurar globalmente, coordenadamente e sistemicamente, os apoios, serviços e acompanhamento de que a criança, ou o jovem e a sua família de origem necessitem (art.º 8º, art. 10º do Decreto-lei nº 139/2019).

O referido decreto-to lei determina que «os termos, condições e procedimentos do processo de candidatura, seleção, formação, avaliação e reconhecimento das famílias de

acolhimento, bem como os termos e as condições de atuação das instituições de enquadramento no âmbito da execução da medida de acolhimento familiar» são objeto de regulamentação por portaria do Governo. No que concerne a esta situação, o Centro de Estudos Judiciários argumentou que, as matérias relegadas para esta portaria poderiam constar no decreto-lei promulgado, uma vez que o mesmo se propõe a regulamentar a execução da medida de Acolhimento Familiar. Defende ainda que esta medida legislativa contribuiu para atrasar, ainda mais, o processo de afirmação desta política no atual sistema de proteção de crianças e jovens em perigo (Decreto-lei nº 139/2019, Centro de Estudos, 2020: 36).

A Portaria nº278-A/2020, de 4 de dezembro, definiu os termos, condições e procedimentos do processo de candidatura, seleção, formação e avaliação das famílias de acolhimento. No entanto é de referir que parece não existir uma orientação clara nas estratégias de intervenção no âmbito da captação, formação, certificação e reconhecimento das famílias.

Esta análise sumária ilustra o carácter mais rigoroso e protetor do novo regime de execução do acolhimento familiar na promoção do bem-estar e proteção dos direitos da criança, que contribui para instituir um maior grau de rigor e exigência nos critérios de seleção e qualidade da formação das famílias de acolhimento, assim como da qualidade do apoio e do acompanhamento da instituição de enquadramento devidamente capacitada (CEJ, 21).

Deste modo, o atual regime de execução prevê a qualificação dos técnicos de acompanhamento das famílias de acolhimento e dos técnicos que trabalham em instituições com intervenção em matéria de infância e juventude, de modo a assegurarem uma informação criteriosa e ampla que favoreça a sensibilização da sociedade em geral.

No fundo, o Decreto-Lei 139/2019, de 16 de setembro, assim como a respetiva Portaria nº278-A/2020, de 4 de dezembro, apostam na medida de acolhimento familiar como um sistema integrado, certificado e gerido pelos organismos competentes da segurança social, mecanismos estes que garantem as campanhas de sensibilização, a gestão das vagas existentes em famílias de acolhimento, centralizada, nacional e homogénea, a informação e capacitação das famílias de acolhimento, assim como um plano de formação inicial que as capacite para o seu tão importante papel social, com o objetivo de privilegiar a segurança e bem-estar das crianças em situação de acolhimento.

De facto, o novo regime legal e a respetiva portaria, assentam num conjunto de princípios que permitem regular a sua execução exigindo qualidade, providenciando incentivos, o reconhecimento e a dignificação da eminente função social das famílias acolhedoras (Guerra, 2016).

No entanto, apesar dos avanços descritos no âmbito do quadro legal e da regulamentação da execução desta medida pública, Portugal ainda é um dos países da Europa com mais baixas taxas de colocação de crianças e jovens em acolhimento familiar (ISS, I.P., 2020).

2.3 Implementação do Acolhimento familiar em Portugal

Desde 2006, por imposição legal, o Governo apresenta anualmente à Assembleia da República um relatório sobre a existência e evolução dos projetos de vida das crianças e jovens que estejam em acolhimento residencial e familiar. Neste âmbito foi criado o Plano de Intervenção Imediata, tendo sido substituído em 2011 e adquirido uma nova designação: Caracterização Anual da Situação de Acolhimento de Crianças e Jovens (CASA).

Não obstante o acolhimento familiar se ter consolidado há já várias décadas nos sistemas de proteção infantil nos países do norte e centro europeu, e apesar de se tratar de uma política pública legalmente reconhecida há mais de 40 anos em Portugal, o acolhimento familiar constitui-se como uma medida pouco expressiva no território nacional (Fig.1.1).

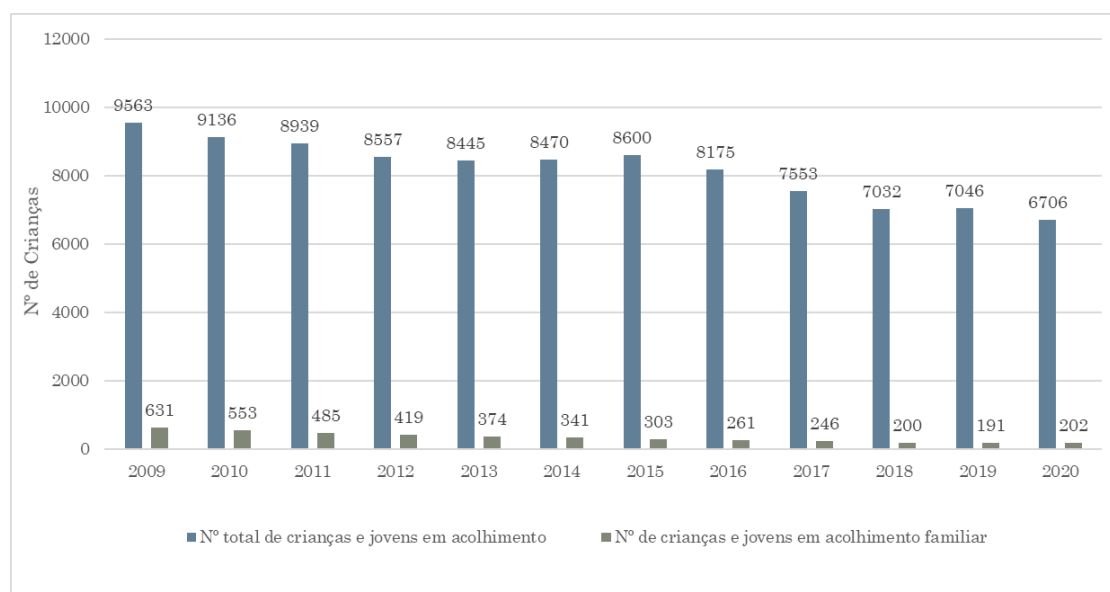


Fig.1.1 – Evolução do número de crianças em acolhimento residencial e do número de crianças em acolhimento familiar entre 2009 e 2020.

Segundo os dados que compõem os relatórios CASA (ISS, I.P., 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020), o número total de crianças no sistema de acolhimento tem revelado uma tendência de diminuição. No período entre 2010 e 2020, o maior número de crianças acolhidas situa-se em 2009, tendo existido, nesse ano, 9136 em situação de acolhimento. O número mais reduzido regista-se em 2020, 6706 crianças encontraram-se em situação de acolhimento, das quais 20022 deram entrada nesse ano segundo os dados CASA (ISS, I.P., 2020).

Na última década houve um decréscimo de 25%, reflexo da evolução das políticas sociais, particularmente no âmbito da infância, juventude e família, no que respeita à proteção das crianças em situação de risco, nos últimos 10 anos (ISS, I.P., 2020).

A diminuição do número de crianças e jovens em situação de acolhimento, poderá estar relacionada com implementação e o impulsionamento de ações de prevenção, medidas de intervenção de cariz pedagógico e psicossocial que promoveram a qualificação e fortalecimento de competências parentais nas diferentes dimensões da vida famílias da família de origem. Nestas identificam-se, entre outras, as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), as Equipas de Apoio à Família (EAF), os Equipas de Intervenção e Capacitação Familiar (EICF) ou os Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP). A estas medidas poderão ser igualmente associadas, medidas de apoio económico, contempladas nas medidas de promoção e proteção em meio natural de vida, ou o Rendimento Social de Inserção.

Por outro lado, a análise revela que, do total de 6.706 crianças e jovens que integram o sistema de acolhimento em 2020, apenas 202 estão em famílias de acolhimento, o que corresponde a 3% do universo da população acolhida. Uma análise comparativa sobre os dados oficiais assinala o decréscimo do número absoluto de crianças em famílias de acolhimento na ordem dos 70% entre 2009 e 2020 (ISS, I.P., 2020), em contrapartida, denota-se um progressivo aumento na escolha do acolhimento residencial em detrimento do acolhimento familiar.

Em 2009 o acolhimento familiar representava 7,2% (658) do total das crianças em situação de acolhimento (9562) (ISS, I.P., 2019). Em 2020 esse valor desceu para 3% no mesmo universo (6706) (ISS, I.P., 2020).

A interpretação dos dados revela que Portugal mantém-se posicionado na fase que Delgado (2013) identifica como de retrocesso, caracterizada pela ausência de campanhas

de promoção e divulgação da medida, carências do processo de seleção de novas famílias e de formação e acompanhamento técnico das famílias de acolhimento existentes.

No que diz respeito à distribuição do Acolhimento Familiar pelo território nacional, o relatório CASA 2020 revela que esta é uma medida marcada por grandes assimetrias no território nacional, com uma maior expressão desta medida nos distritos no norte do país, nomeadamente Porto, Braga, Vila Real e Viana do Castelo (62%), associada à existência de protocolos entre o ISS, I.P e instituições da sociedade civil, nomeadamente a ação da IPSS “Mundos de Vida” pioneira no enquadramento de famílias de acolhimento em Portugal. A região Autónoma da Madeira é segunda região do país com mais famílias de acolhimentos (20%), acompanhadas pela segurança-social da Madeira que funciona como entidade gestora e entidade enquadradora destas famílias.

Em contraponto, os distritos do centro e sul do país apresentam um número residual ou até mesmo inexistente, e Lisboa, o distrito que apresenta um dos números de situações de crianças em acolhimento mais elevado, não tinham qualquer família de acolhimento até ao ano passado (ISS, I.P., 2019). No ano de 2020, Lisboa, acompanhadas pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, foram integradas 20 crianças em acolhimento familiar (9,9% do total de crianças integradas nesta resposta) (ISS, I.P, 2020).

De acordo com Delgado & Gersão (2018) este panorama não tem paralelo quando comparado com a tendência internacional de países de modelo industrial ou pós-industrial, com os quais Portugal partilha afinidades culturais e sociais.

Segundo Delgado (2010), o sistema de proteção português permanece fiel a paradigmas ultrapassados, continuando a caracterizar-se pelos longos períodos de acolhimento e concentrado na medida de colocação residencial.

Não surpreende, pois, que o Comité dos Diretos da Criança da ONU (2019), nas observações finais relativas ao quinto e sexto relatórios periódicos de Portugal (CRC/C/PRT/5-6), expresse “preocupação sobre a ampla expressão da institucionalização - incluindo para crianças com menos de 3 anos de idade, a persistência de um baixo número de famílias de acolhimento, praticamente limitado a uma zona geográfica do país e a ausência de planos de políticas e de ação para garantir a coordenação e qualidade do acolhimento de crianças” (Diogo & Carvalho, 2021). Observações estas que reforçam as advertências anteriores dirigidas a Portugal para que este Estado desenvolva uma estratégia, com metas precisas, de desinstitucionalização, de

forma a garantir a eliminação progressiva do acolhimento institucional (Delgado & Gersão (2018), Comité dos Direitos da Criança (2014).

De acordo com Diogo & Carvalho (2021), acentua-se a necessidade urgente de Portugal adotar as medidas necessárias para o cumprimento das Diretrizes de Cuidados Alternativos (Assembleia Geral das Nações Unidas, 2009), em incumprimento há mais de uma década.

2.4 Contributos da Psicologia comunitária e da Ciência da implementação no estudo de implementação de políticas públicas

A psicologia comunitária tem sido descrita como uma disciplina fulcral, ou como “uma tenda ampla” segundo Toro (2005), que engloba muitos investigadores da atualidade. A combinação da psicologia comunitária e da ciência da implementação têm-se mostrado benéfica na implementação de intervenções e programas adequados às necessidades da comunidade e dos diferentes níveis ecológicos afetos ao fenómeno em estudo. Por um lado, a ciência da implementação, fornece estruturas, metodologias e evidências que apoiam a missão da psicologia comunitária, enquanto noutra perspetiva a psicologia comunitária fornece modelos conceituais, fruto do conhecimento, investigação e ação, no envolvimento ativo da comunidade (Toro, 2005). A integração do conhecimento de ambas a área contribui para melhorar a qualidade do trabalho na tradução, implementação e expansão da implementação de novas práticas baseadas em evidências na comunidade (Durlack & Du Pre, 2008).

A ciência da implementação é descrita como estudo científico de métodos para promover a compreensão sistemática da implementação de práticas e inovações, com o objetivo de melhorar a qualidade e eficácia dos serviços (Bauer et al., 2015). O crescimento da ciência da implementação, paralelamente ao crescimento da investigação da psicologia comunitária dos serviços de saúde mental, tem contribuído para a promoção da aplicação dos resultados e intervenções para provocar mudanças nos diferentes níveis do sistema, de modo a melhorar a saúde mental e bem-estar da comunidade.

A implementação refere-se à sustentação de esforços para incorporar novas práticas, especialmente práticas baseadas em evidência científica, nas rotinas e repertório de práticas profissionais (Fixsen et. al., 2005). Greenhalgh e colaboradores (2005)

descrevem o processo de implementação como o processo “de fazer a mudança acontecer”. A implementação é ativa e deliberada, e concentra-se sobretudo na mudança de comportamento de indivíduos e na mudança dentro de organizações. De acordo com Mets e Barley (2012, p.14), “são as pessoas que mudam e não os sistemas”, portanto as implementações de sucesso ocorrem quando as organizações sistematicamente apoiam e motivam os indivíduos para realizar a mudança desejada.

A investigação tem revelado que a qualidade da implementação afeta diretamente os resultados (Aarons et al., 2009; Durlack & Du Pre, 2008; Fixsen et al., 2005; Lipsey, 2009). A implementação de inovações em organizações e serviços públicos são difíceis devido a diversos factores relacionados com os indivíduos, organizações, sistemas, estruturas e os contextos multiníveis sociais e políticos em que ocorrem (Aarons et al., 2011). Esta complexidade é observada especialmente no estudo da implementação no contexto dos sistemas de proteção de crianças e jovens, muitas vezes altamente burocráticos, suscetíveis a desafios organizacionais relacionados com rotatividade de profissionais; formação; comunicação; supervisão; pressões externas; alterações legislativas; políticas; governo; financiamento; escrutínio da comunicação social e geral percepção negativa da comunidade (Salveron et al., 2015).

Assim, o processo de implementação de novas práticas é reconhecido como um processo complexo e imbuído em desafios (Backer 2000; Mancini et al. 2009; Springer, 2007). Dado o risco de que um bom trabalho e esforços de implementação podem nem sempre significar alterações substantivas nas organizações, especialmente em organizações que lidam com múltiplas pressões internas e externas, a implementação necessita de ser intencional e recorrer a estratégias para criar contextos recetivos, comprometidos e investidos, na sua capacidade tanto a nível individual (ex. formação de profissionais), como a nível organizacional (ex. clima da organização) e inter-organizacional (articulação entre as diferentes organizações), ao longo dos diferentes contextos sinérgicos e das suas influências na comunidade onde decorre a implementação.

2.4.1 EPIS - Estrutura de Exploração, Preparação, Implementação, Sustentação

A EPIS Exploração, Preparação, Implementação, Sustentação, é uma estrutura teórica de implementação desenvolvida por Aarons e colaboradores (2011). A EPIS adota uma abordagem ecológica no estudo dos fatores que facilitam ou impedem a implementação

de políticas públicas. Identifica diferentes fases, fatores (ex. características da população a quem se dirige o programa; características organizacionais, inter-organizacionais e de sistema/política) e procura analisar a sua influência ao longo dos diferentes contextos, nos seus diferentes níveis, e o modo como estes interagem nas diferentes fases do processo de implementação (Aarons et al., 2011).

Face à adequação da EPIS aos princípios e objetivos específicos do presente estudo, e pela visão ecológica dos diferentes níveis e dimensões inerentes à implementação, considera-se essencial a reflexão sobre esta estrutura teórica de implementação, uma vez que esta informou necessariamente a análise de dados, tema explorado no capítulo referente aos procedimentos de análise de dados.

Aarons et al. (2011) destacam quatro fases do processo de implementação: Exploração; Preparação, Implementação e Sustentação (EPIS), e definem a relevância das variáveis contextuais significativas (Fatores EPIS) tendo em conta a fase e o contexto em que se inserem: Fatores do contexto externo, Fatores do contexto interno, fatores da inovação e os fatores-ponte (Fig. 2). O contexto externo descreve o ambiente exterior às organizações e inclui o ambiente do sistema, políticas e características dos indivíduos que beneficiam da implementação da inovação. O contexto externo inclui as relações inter-organizacionais entre as diferentes entidades, incluindo governos, financiadores, sociedades profissionais, grupos de advocacia entre outros, que fazem parte e influenciam a dinâmica do contexto externo.

Os Fatores da inovação incluem as características da inovação, as novas práticas ou programas, e a sua adequação ao contexto nos níveis do sistema, da organização e aos profissionais que aplicam o programa ao nível da comunidade (Becan et al., 2018).

O contexto interno refere-se às características das organizações como a liderança, estruturas organizacionais e recursos, políticas internas, processos de staff, práticas e características individuais dos profissionais que vão implementar as novas práticas. No entanto no contexto interno coexistem múltiplos níveis que variam por organizações e que podem incluir a gestão executiva, gestão média, líderes de equipa, profissionais que aplicam diretamente determinado programa (Aarons et al., 2011).

Os Fatores-ponte influenciam a o processo de implementação já que o contexto interno das organizações é influenciado reciprocamente pelo sistema externo no qual as

organizações operam, estas influências são recíprocas (Políticas, legislação, *lobbying* etc.) (Becan et al., 2018). Uma descrição detalhada dos diferentes níveis e fatores-chave do processo de implementação encontra-se no anexo A.

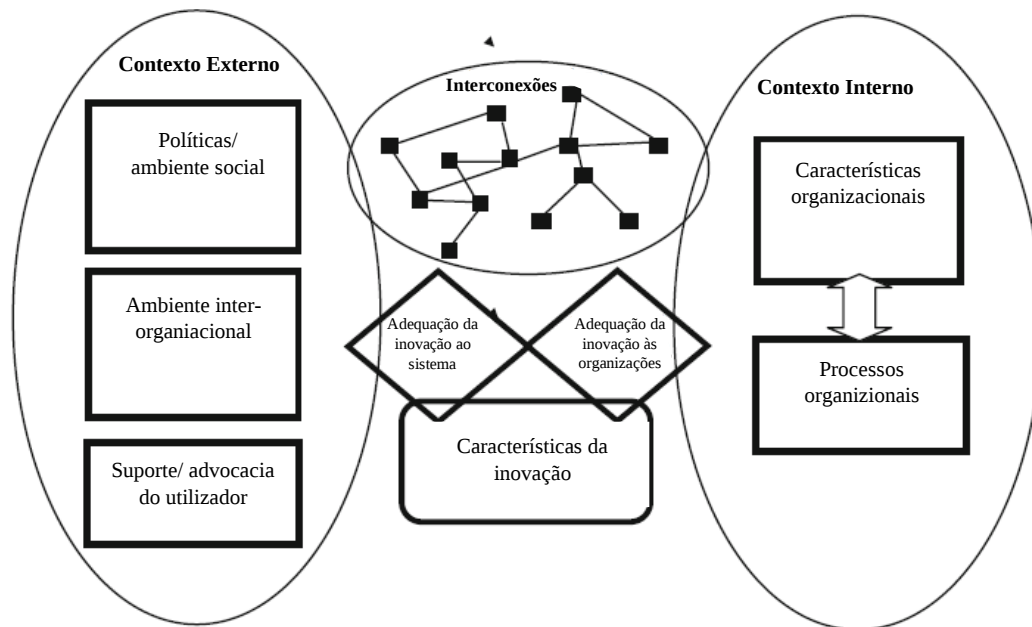


Fig. 2 A Estrutura EPIS – Exploração, Preparação, Implementação e sustentação. Nota Reproduzida e traduzida de (Aarons et. al, 2011)

A EPIS define quatro fases do processo de implementação. Na fase de exploração, um serviço, organização, grupo de investigação e/ou outros *stakeholders* consideram as necessidades emergentes ou existentes da comunidade e identificam as melhores práticas e inovações para responder a essas necessidades, e subsequentemente decidem se adotam ou não a inovação e práticas identificadas (Aarons et al., 2009)

Adicionalmente, considera-se que as mudanças devem ocorrer a diferentes níveis - sistemas, organizações, níveis individuais e da inovação em si.

A preparação, tem como principais objetivos identificar as potenciais barreiras e facilitadores da implementação ao nível do contexto externo e contexto interno, a avaliação das necessidades de adaptação e o desenvolvimento de um plano detalhado com o objetivo de capitalizar os facilitadores da implementação e enfrentar as possíveis barreiras. Nesta fase é fundamental planear o suporte técnico ao processo de implementação (por exemplo, equipas de implementação, formação, auditoria e

feedback) para facilitar a utilização da inovação nas fases seguintes (Implementação e Sustentação), adicionalmente, é crucial considerar qual o melhor modo para desenvolver um clima de implementação, que indique fidedignamente os resultados da utilização da inovação. Na fase de implementação, a utilização da inovação é iniciada e instanciada no sistema e nas organizações.

Na fase de sustentação, as estruturas, processos e suportes são contínuos no contexto externo e interno para que a inovação continue a ser proporcionada, atendendo às necessidades de possíveis adaptações, de forma a conseguir o impacto esperado na comunidade da implementação da inovação (Aarons et al., 2011).

Dentro de cada fase, são identificadas a relevância das variáveis contextuais significativas ao contexto externo ou ao contexto interno tendo em conta a sua importância para o sucesso de cada fase. (Becan et al., 2018).

A título de exemplo, durante a fase da implementação, os fatores identificados como sendo os mais importantes para a fase de implementação incluem a cultura organizacional (ex. “as normas e expectativas que caracterizam o modo como o trabalho é realizado na organização) Glisson et al. 2006, p. 858), o clima organizacional (ex. a percepção partilhada do impacto psicológico do ambiente organizacional no seu bem-estar (Glisson et al. 2008), liderança e as atitudes dos profissionais perante a inovação, assim como a monitorização e o suporte técnico no processo da implementação da inovação.

II. Estudo Empírico

Capítulo 3. Método

3.1 Objetivos e questões de investigação

A presente investigação visa compreender os fatores que influenciam a implementação da medida de acolhimento familiar, como solução preferencial e em alternativa ao acolhimento residencial/ institucional em Portugal. Neste sentido, foram definidos os seguintes objetivos e questões de investigação:

1. Aprofundar o conhecimento científico sobre o estudo da implementação do acolhimento familiar em Portugal.

2. Compreender quais os principais desafios para a implementação do acolhimento familiar, na perspetiva dos intervenientes-chave;

2.1 Compreender os principais fatores identificados e a sua influência na implementação do acolhimento familiar.

2.2 Identificar possíveis fatores percebidos como impeditivos do processo de implementação do acolhimento familiar.

2.3 Identificar possíveis fatores percebidos como facilitadores do processo de implementação do acolhimento familiar.

3. Compreender quais as principais potencialidades da medida de acolhimento familiar, na perspetiva dos intervenientes-chave;

3.1 Compreender as perceções dos participantes acerca das potencialidades do acolhimento familiar e sua influência na implementação do acolhimento familiar

4. Identificar possíveis recomendações e estratégias de modo a promover a implementação do acolhimento familiar.

Para responder a estes objetivos, foram formuladas as seguintes questões de investigação:

- Quais os fatores que influenciam a implementação do acolhimento familiar em Portugal, na perspetiva dos intervenientes-chave?

- Quais as potencialidades da implementação do acolhimento familiar em Portugal, na perspetiva dos intervenientes-chave?

- Que recomendações apresentam os intervenientes-chave para o desenvolvimento do acolhimento familiar em Portugal?

3.2 Paradigma de investigação

Esta investigação foi desenhada e conduzida sob a lente do construcionismo social, ou seja, parte de uma posição ontológica de relativismo, tendo uma visão do conhecimento como relativo ao local e ao tempo onde é desenvolvido, sendo a realidade co-construída (Guba e Lincoln, 1994). Isto significa que a construção do conhecimento é feita através de interações entre indivíduos na sociedade (Berger & Luckmann, 1994), neste caso, entre a interação dos participantes e o investigador, e a interação destes inserida num determinado contexto social, cultural e temporal. Deste modo, o presente estudo exploratório adota um paradigma interpretativo construcionista.

Ao longo do estudo, a lente do construcionismo social foi integrada com a perspetiva ecológica que orientou a compreensão dos padrões sociais, relacionais e contextuais nas comunidades, permitindo analisar o impacto da influência dos diferentes contextos e ambientes subjacentes à problemática identificada (Ornelas, 2008).

Ainda, embora existam vários tipos de processos de investigação que reúnem esforços no sentido da compreensão dos problemas sociais, é na investigação de foco político, social e comunitário, única no seu foco para desenvolver recomendações orientadas à ação para problemas sociais fundamentais, que este trabalho encontra o seu valor distintivo e a sua orientação (Majchrzak & Markus, 2013)

3.3 Instrumento

A metodologia utilizada para a recolha de dados foi a entrevista semiestruturada junto de intervenientes-chave. A entrevista é uma conversa intencional orientada por objetivos específicos, que pretende analisar o sentido que os atores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se confrontam (Amado & Ferreira, 2014). Permite ao investigador desenvolver um entendimento sobre a forma como os sujeitos interpretam determinados aspetos (Bogdan & Biklen, 1994), implicando a partilha de um saber experienciado, com a intenção de se compreender melhor um fenómeno de interesse para as pessoas implicadas (Savoie-Zajc, 2006).

Adotou-se uma estrutura de entrevista semiestruturada, de forma a não limitar a liberdade de resposta dos entrevistados e a não exercer um excessivo controlo sob o conteúdo da entrevista. Numa entrevista semiestruturada combinam-se perguntas abertas com perguntas fechadas, onde os entrevistados têm a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto (Goodwin, 2016).

O entrevistador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas fá-lo num contexto semelhante ao de uma conversa informal. O papel do entrevistador é o de dirigir, sempre que achar oportuno, a discussão para o assunto que lhe interessa, fazendo perguntas adicionais, para esclarecer questões que não ficaram claras, ou para ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o entrevistado tenha “fugido” ao tema ou manifeste dificuldades com ele (Adams, 2015). Neste sentido, a interação entre o entrevistador e o entrevistado favorece respostas espontâneas e podem fazer surgir questões inesperadas que poderão ser de grande utilidade na investigação (Adams, 2015)

As entrevistas a intervenientes-chave têm sido consideradas como uma parte vital da investigação qualitativa, particularmente em investigações relacionadas com políticas. Os intervenientes-chave complementam frequentemente outros métodos de pesquisa como grupos focais e inquéritos. Dentro da hierarquia dos métodos de investigação, os intervenientes-chave podem ser inadvertidamente posicionados como produzindo conhecimentos válidos devido à sua experiência (Adams, 2015).

As entrevistas a intervenientes-chave envolve a entrevista junto de pessoas que têm perspetivas particularmente informadas sobre a temática em estudo. A entrevista a intervenientes-chave é uma técnica qualitativa que recorre à entrevista e que é realizada, como referido, junto de pessoas com um conhecimento específico sobre uma determinada temática na sua comunidade (Gilchrist, 1992) O objetivo da entrevista a intervenientes-chave é recolher informações, perspetivas e experiências diversas, e que detenham uma compreensão particular que permita fornecer *insights* sobre a natureza dos problemas e dar recomendações para soluções (Creswell, et al., 2016)

Deste modo, a entrevista junto de intervenientes-chave permite reunir a perspetiva de profissionais e especialistas sobre esta problemática, que lidam com esta realidade e que, com base no seu conhecimento privilegiado, prática, experiência pessoal e profissional podem dar um contributo essencial para o aprofundamento do tema de estudo – A implementação do acolhimento familiar em Portugal.

O guião da entrevista está estruturado em 9 questões, que permitiram explorar a perceção dos diferentes profissionais sobre as diferentes dimensões da medida de acolhimento familiar (anexo B).

3.3 Procedimentos

Das 18 entrevistas realizadas foram realizadas 17 entrevistas não presenciais, realizadas através da plataforma Zoom, com recurso a gravações-áudio, dado o contexto mundial de pandemia de COVID-19, apenas 1 entrevista foi realizada presencialmente. As entrevistas foram transcritas e anonimizadas de modo a garantir a confidencialidade dos participantes.

Os procedimentos de análise de dados realizaram-se através da técnica de análise de conteúdo. De referir que a análise de conteúdo, não se constitui numa simples técnica e pode ser considerada como uma metodologia variada e em permanente revisão (Bardin, 2009).

De acordo com Bardin (2009), a análise de conteúdo desenvolve-se continua e progressivamente, com base em procedimentos específicos que conduzem à redução e codificação dos dados obtidos (Bogdan & Biklen, 1994). Por meio desta metodologia, procuraram-se estruturas e regularidades na informação obtida, organizando-a e classificando-a em categorias conceptuais (Coutinho, 2011), de acordo com os objetivos da investigação (Bogdan & Biklen, 1994).

A análise de conteúdo permitiu, igualmente, fazer uma descrição objetiva e sistemática dos dados (Amado, Costa & Crusoé, 2017) que, posteriormente, foram relacionados com a fundamentação teórica que suporta o estudo, de forma a guiar e a criar um sentido para a interpretação da informação (Coutinho, 2011).

Salienta-se também que o processo de categorização obedeceu a um procedimento misto, uma vez que, nesta investigação, se optou pela combinação de um sistema de categorias prévio (ligado ao enquadramento teórico e à revisão bibliográfica precedentemente elaborados) com categorias criadas a partir dos dados empíricos (Amado, Costa & Crusoé, 2017).

É ainda de referir que foi privilegiada a técnica de análise de conteúdo para o tratamento dos dados. A análise de conteúdo, para além de possibilitar uma objetiva e rigorosa representação dos conteúdos e dos elementos das mensagens, através da categorização e codificação que propõe, permite igualmente o avanço e aprofundamento do conhecimento, mediante o desenvolvimento de inferências interpretativas válidas (Amado, Costa & Crusoé, 2017).

Deste modo, a análise de conteúdo das entrevistas dos 18 participantes permitiu identificar um conjunto de fatores contextuais e organizacionais, ao longo dos diferentes níveis do sistema de proteção de crianças e jovens em Portugal, informados pela Estrutura teórica de implementação EPIS (Exploração, Preparação, Implementação, Sustentação) desenvolvida por Aarons e colaboradores (2011).

Assim, de modo a melhor compreender o impacto e influência dos diferentes contextos, e o modo como estes se inter-relacionam no âmbito do estudo, os resultados foram organizados em 7 dimensões principais, organizadas de acordo com os diferentes níveis e influências percebidas que estes têm no processo de implementação do acolhimento familiar em Portugal, designadamente: ao nível da política e sistema, de uma estratégia nacional; da monitorização, avaliação e sistemas de informação; dos recursos humanos e financeiros; do ambiente inter-organizacional e trabalho em rede; das características organizacionais e das características da medida de acolhimento familiar.

3.4 Participantes

Como observado, a presente investigação procurou auscultar uma diversidade de atores intervenientes na resposta de acolhimento familiar, abrangendo as diferentes dimensões de intervenção.

Foi utilizada uma amostra propositiva, um método de amostragem não probabilístico, que se foca nas características das pessoas escolhidas (APA, 2021), em combinação com a amostragem bola-de-neve.

Num primeiro momento, foi feito um reconhecimento *á priori* do universo dos participantes, através do conhecimento do trabalho de investigação e intervenção dos profissionais da área das crianças e jovens perigo em Portugal. Os potenciais participantes

foram mapeados e identificados como possíveis intervenientes chaves, uma vez comprovada a sua experiência pessoal e profissional afeta à problemática em estudo.

Numa fase seguinte, os potenciais informantes-chave foram selecionados cuidadosamente de modo a contemplar a multiplicidade de profissionais e especialistas da área, incluindo psicólogos, juizes, investigadores/ docentes, técnicos sociais e diretores de diferentes serviços no âmbito das medidas de acolhimento de crianças e jovens.

Após a primeira entrevista o processo de amostragem de bola-de-neve orientou a consolidação da lista de potenciais participantes. Este procedimento traduziu-se na recomendação de 3 profissionais por cada participante. Este processo permitiu a aproximação de redes formais que poderiam ser de acesso dificultado.

Ao longo do processo de amostragem de bola-de-neve, os potenciais importantes foram contactados na medida em que, para além da comprovação da sua experiência profissional na área, nomeadamente no âmbito do estudo do acolhimento familiar, assegura-se a diversidade de representantes com diferentes origens e de diferentes grupos e de distintos sectores profissionais, de modo a garantir diversidade de perspetivas e problemáticas identificadas subjacentes ao estudo do fenómeno de implementação e dinamização do acolhimento familiar em Portugal.

Deste modo, o universo empírico deste estudo é constituído por 18 intervenientes-chave com comprovada experiência na área de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo, no sistema de acolhimento em geral e no sistema de acolhimento familiar em particular. Os 18 intervenientes-chave podem ser agrupados em 5 níveis de atuação no sistema de acolhimento nacional, versando atividades profissionais em diferentes áreas tais como: investigação e disseminação, tomada de decisão, implementação, acompanhamento e utilizador da medida, correspondendo respetivamente, e a título de exemplo, a profissionais na área da investigação, da magistratura, de cargos diretivos de entidades gestoras e/ou de entidades enquadradoras, técnicos de acompanhamento da resposta de acolhimento familiar (x) e família de acolhimento (1).

3.4.1 Caracterização sociodemográfica e socioprofissional

O universo de participantes deste estudo cobriu Portugal Continental e a Região Autónoma da Madeira. Relativamente à caracterização sociodemográfica dos 18

participantes, a média de idades ronda os 46 anos. 12 dos participantes são do género feminino e 6 são do género masculino. Deste conjunto de participantes, 6 atuam na área metropolitana de Lisboa e limítrofes, 1 em Portalegre, 2 no Porto, 3 em Braga, 3 em Coimbra, e 3 na Região Autónoma da Madeira.

Quanto à área de atuação, 3 são juízes; 5 são investigadores/docentes, 5 são diretores de unidades de Infância e Juventude, unidades de adoção ou de departamentos de apoio à família, 3 são técnicos ou supervisores na área do acolhimento familiar, sendo um deles externo, e 1 dos entrevistados é família de acolhimento. A média de idade na função é de 17 anos.

3.5 Considerações éticas

Previamente à realização das entrevistas, foi entregue a todos os participantes um consentimento informado com a identificação da investigadora e da respetiva orientadora, da faculdade envolvida, do tema e do objetivo geral da investigação, com a garantia do anonimato e confidencialidade da informação prestada e a indicação do direito de recusar ou abandonar o estudo a qualquer momento (Anexo C). A análise de dados através de uma análise conjunta dos testemunhos dos participantes, permite salvaguardar a identidade e o anonimato dos participantes.

Capítulo 4. Resultados

Os resultados deste estudo de investigação traduziram-se na identificação de um conjunto de fatores contextuais e organizacionais, ao longo dos diferentes níveis do sistema de proteção de crianças e jovens em Portugal. Os resultados foram organizados em 7 dimensões principais, organizadas de acordo com os diferentes níveis e influências percebidas que estes têm no processo de implementação do acolhimento familiar em Portugal, designadamente: ao nível da política e sistema, de uma estratégia nacional; da monitorização, avaliação e sistemas de informação; dos recursos humanos e financeiros; do ambiente inter-organizacional e trabalho em rede; das características organizacionais e das características da medida de acolhimento familiar. Segue-se o aprofundamento dos principais resultados identificados em cada dos 7 níveis identificados.

4.1. Política e sistema

Na descrição do sistema nacional de acolhimento, todos os entrevistados evidenciaram o contraste entre a atual legislação (Lei 142/15) e a sua aplicação prática. Consideram que globalmente, a perceção do sistema nacional de acolhimento é de *“um sistema completamente desfasado daquilo que tantas vezes é proclamado, nomeadamente o direito à família, à vida familiar.” (D)*. Nas palavras de um dos participantes, *“Somos reconhecidos por ter legislações muito avançadas, e muito adequadas, mas com pouca correspondência na prática, e isso acontece também com o acolhimento em geral.” (B)*,

A maioria dos participantes considera que apesar das alterações no âmbito do quadro legal e da regulamentação da execução desta medida pública, *“passados seis anos da alteração da Lei”, a verdade é “que sentimos poucas alterações do ponto de vista mais prático”, “em grande parte decorrente dos processos demorados do ponto de vista da regulamentação” (I)*.

4.1.1 Matriz cultural e política de institucionalização

Quando questionados sobre os fatores que, na perspetiva dos entrevistados, consideram ser desafios à implementação do acolhimento familiar e, por conseguinte, explicativos da reduzida expressão desta medida a nível nacional, a totalidade dos entrevistados identificou a existência de uma *“matriz cultural e política de institucionalização”*, um sistema concentrado unicamente na resposta de acolhimento residencial/institucional.

“Nós temos de facto historicamente uma tradição que é o Estado, quando pensamos na resposta do Estado, pensamos numa resposta institucional, formal, não numa outra família. Esta mudança implicaria mudanças históricas e estruturais. Se nós pensarmos no acolhimento residencial e naquilo que são as entidades que estão por detrás das casas de acolhimento, temos também uma larga tradição da Igreja nestes contextos. Portanto estas mudanças têm outras implicações, há outras ligações subjacentes à ideia de sistema, aspetos mais macro.» (I)

“Temo que tenhamos mais receio de colocar crianças em famílias de acolhimento do que de as colocar em centros de acolhimento porque existe um hábito cultural de imediata solução perante um perigo parental, e é essa é imediatamente um centro de acolhimento, mas vamos ter que inverter esse paradigma” (O)

Em harmonia com esta conceção, os participantes destacaram que um dos obstáculos à implementação do acolhimento familiar é, precisamente, a rede de acolhimento residencial instalada que cobre todo o território nacional.

“Há várias razões que nos tem conduzido ao estado em que o nosso sistema de acolhimento está: há uma razão de matriz cultural que remete este tipo de respostas para um coletivo, para instituições, uma resposta associada à igreja, de grandes instituições com muitas crianças acolhidas e menos, ao contrário do que sucede de outros países, uma resposta menos assente na comunidade, no tecido comunitário, nas famílias. Isso é um primeiro aspeto depois, obviamente, o fato do acolhimento residencial ter uma rede completamente instalada desenvolvida a cobrir todas as zonas do país, acaba por ter contribuído para atrasar. É uma resistência óbvia à mudança.” (E)

A maioria dos entrevistados aponta a existência de interesses instalados que não estão alinhados com a intervenção e que, por sua vez, entram em conflito com o desenvolvimento do acolhimento familiar como resposta preferencial, e, por conseguinte, como uma medida alternativa efetiva ao acolhimento residencial/institucional. Na perspetiva dos participantes, estes interesses podem inclusivamente bloqueá-lo ou influenciá-lo de diferentes formas.

“Não sei se em Portugal, se é a questão da Igreja, ou a questão de nepotismos.”
(B)

“Acho que durante muitos anos, há frente destas instituições estão pessoas com algum poder no nosso país, estão pessoas ligadas à igreja, à política, direta ou indiretamente, que têm um papel importante na comunidade e as pessoas querem manter-se.” (F)

“Para conseguirmos inverter os números, deverá ser isso que nos faz mover, inverter totalmente os números, portanto passar a ter uma maioria de acolhimento familiar e um resquício de acolhimento residencial. Vamos ter que fechar muitas casas, e todas aquelas que só recebem crianças com menos de 6 anos. O obstáculo para esta transição tem muito a ver com questões que nada têm a ver com os cuidadores, muito menos com o melhor interesse das crianças, tem a ver com interesses instalados, não sei se lhes chamaria políticos, mas sim, porque comprometem a organização social, e tudo isso é política.” (T)

“Há aqui toda uma situação que acaba por fazer parte também de uma certa hierarquia política, pelo menos a nível local se queira manter este status quo. É muito difícil perceber como é que algumas casas que visivelmente não têm qualidade se mantêm abertas.” (T)

4.1.2 Vontade política e liderança: Aposta política e social no acolhimento familiar

A opinião dos participantes é consensual quanto à falta de aposta política e social no acolhimento familiar em Portugal. Os participantes consideram que a reduzida expressão do acolhimento familiar é, maioritariamente, reflexo da “falta de vontade política” e de “decisão” de investimento nesta medida por parte do Estado.

“A este Estado compete responsabilizar-se. Primeiro tem de haver vontade política (...) o Estado é responsável por estar a revulnerabilizar estas crianças”.
(T)

“Acho que a principal razão tem a ver com falta de vontade política. Isto faz-se se houver uma decisão superior que decida que temos desinstitucionalizar. Havendo essa decisão, como já sucedeu noutros países, nós podemos avançar.

obviamente que não pode ser de um momento para o outro, tem que ser gradualmente, mas decididamente, para um sistema mais baseado no acolhimento familiar e menos baseado no acolhimento residencial, mas isso não aconteceu, não tem acontecido até agora.” (E)

“O Estado não investiu, de facto, nesta figura do acolhimento familiar ao longo dos anos. Agora tem de o fazer por imperativo legal. Volto a dizer que já passaram seis anos sobre a publicação da nova revisão da Lei de Promoção e Proteção de 2015, estamos em 2021 e os números vão subindo paulatinamente, mas é muito pouco”. (F)

Os participantes partilham a opinião de que *“o Governo precisa de assumir o acolhimento familiar como um objetivo.”* Os participantes partilham a opinião de que o acolhimento familiar é reconhecido como sendo uma medida importante na garantia dos direitos das crianças e jovens, mas que *“não é considerada como prioritária pelo Governo”*.

“falta uma força para dizer que é prioritário e avançar! As crianças não votam, os pais destas crianças são uma franja da população com necessidades. Não há aqui uma força que vá lutar por isto.” (M)

“Há uma ou outra iniciativa, mas não tem havido essa decisão e, portanto, enquanto isso não acontecer, enquanto não se definir o que se quer fazer no programa de acolhimento familiar ao nível da Segurança Social, cria-se uma situação um pouco ambígua ao nível do discurso. O discurso político é muito favorável ao acolhimento familiar e às respostas de cariz familiar, não só o acolhimento, a adoção e o apadrinhamento civil, mas a prática não corresponde a esse discurso. A prática é totalmente resistente e é uma prática que tem reforçado inclusivamente o acolhimento em residências.” (D)

Como observado, a maioria dos participantes refere que o facto do desenvolvimento do acolhimento familiar em Portugal não ser considerado como uma prioridade na agenda política e social configura um obstáculo à sua implementação, bem como à sua dinamização no território nacional.

“A grande barreira é a força do governo que está em funções e consequentemente a administração pública para dar resposta, no fundo tornar isto uma prioridade e para tornar isto uma prioridade é preciso haver meios, é

preciso haver recursos. Estamos em setembro, a última legislação saiu em dezembro de 2020 e novas famílias, à exceção do distrito de Lisboa, novas famílias de acolhimento que se candidataram ainda não estão avaliadas e ainda não constituem bolsa.” (O)

“As barreiras passam muito por isto como não é prioritário tudo demora muito tempo. Repare, saiu a legislação e ainda não estão novas famílias formadas e em exercício, com exceção do distrito de Lisboa com a Santa Casa da Misericórdia, que tem avançado. Isto ainda é pouco, dá resposta só às crianças do distrito de Lisboa, é um distrito significativo, mas e o resto do país? Ainda não estamos a atingir o que é a maioria e estamos quase a um ano de ter saído a portaria e ainda não há novas entidades enquadradoras. Tudo demora exatamente porque não é considerado como prioritário.” (D)

“Para isso é necessário que existam famílias de acolhimento que não existem neste momento e digo eu, por inércia do Estado, que não só em 2008 reduziu significativamente o número de famílias de acolhimento através de uma medida legislativa, quanto a mim errada, e depois não arranjou alternativa. Não selecionou novas famílias. Mesmo tendo reformado a medida em 2015 demorou cinco anos a regulamentá-la. Portanto estamos muito atrasados, por contraponto com os outros países europeus (F)

Ainda nesta linha, os participantes sublinharam a importância da valorização das famílias de acolhimento por parte dos órgãos políticos, designadamente na captação de novas famílias de acolhimento no reconhecimento das famílias de acolhimento existentes.

“Tal como não são valorizados os cuidadores das casas de acolhimento receio que também não venham a ser suficientemente valorizadas as famílias de acolhimento, como não são até agora.” (T)

“Tem que existir investimento na valorização do acolhimento familiar, no Canadá isso acontece...o presidente do governo dirigiu-se às famílias de acolhimento valorizando o seu papel na construção de uma sociedade amiga das crianças, em prol das crianças e de todos os cidadãos...a quem se dirige por carta...e que organiza anualmente um jantar com famílias de acolhimento.” (D)

“A valorização do acolhimento familiar, assim como qualquer outra resposta que assente na comunidade, é condição para que haja maior adesão e sucesso na medida.” (F)

4.1.3 Investimento na prevenção e intervenção com as famílias de origem

A opinião dos participantes é consensual: *“o acolhimento familiar não pode ser entendido como uma resposta por si só, mas ao invés disso, deve ser entendido como parte da resposta” (A)*. Em harmonia com esta concepção, os participantes sublinham a necessidade de investimento e “aposta política e social” também na área da prevenção e intervenção em meio natural de vida, junto das crianças e das famílias.

“O que temos observado é que há um trabalho de prevenção, de acompanhamento inicial pelas instituições de primeira linha que não é feito, e quando digo que não é feito, não é criticando as instituições é dizer antes que temos poucos recursos e pouca aposta política e social com as famílias de origem, no seu tempo útil. Falamos de tempo útil das crianças, mas aqui temos de falar no tempo útil da criança e da família quando se trata das intervenções de primeira linha.” (N)

“Neste momento com o conhecimento que temos com a investigação que existe, com o conhecimento científico que já existe, creio que está na hora de repensar o sistema de acolhimento e a intervenção dos serviços de base, digamos assim, ao nível da prevenção. Portanto, numa primeira fase ao nível da prevenção das situações de risco e do acompanhamento as crianças, porque neste momento o acolhimento não corresponde às necessidades e às exigências que as crianças têm, tendo em conta idade, a problemática, o nível e a gravidade da situação. Acho que o nosso sistema está a ficar obsoleto.” (J)

Os participantes destes excertos, assim como outros, mencionam a sinalização das situações de perigo o mais cedo possível, a falta de investimento ao nível da prevenção das situações de retirada e a necessidade de garantir a qualidade e abrangência da intervenção em meio-natural de vida.

“Estamos sempre a trabalhar em crise, não se está a ter um modelo preventivo centrado nas forças das famílias, individualizado. Continua a ser um sistema

muito centrado no adulto e não propriamente um sistema centrado na criança.”
(R)

“Os CAFAP surgiram e foram um recurso muito, muito importante, mas também há desigualdades, mesmo do ponto de vista do território. De facto, há dificuldades deste ponto de vista e, portanto, o que acontece é que podíamos ter retiradas que poderiam ter sido prevenidas se nós tivéssemos outros recursos de intervenção familiar.” (I)

“Nós precisamos de investir mais nesta área para podermos ter recursos que efetivamente façam a diferença na intervenção com as famílias, quer do ponto de vista da prevenção, na perspetiva da prevenção do maltrato e que justifica no fundo a sinalização, quer no ponto de vista da prevenção da retirada, quer no ponto de vista da reunificação, ou seja não há forma de promover os direitos e as medidas de acolhimento familiar ou residencial se não houver intervenção com as famílias.” (I)

Deste modo, perspetivar a implementação do acolhimento exige que se atenda às dimensões “quer a jusante, quer a montante” da colocação das crianças e jovens em acolhimento familiar, designadamente, a prevenção das situações de retirada e a intervenção intensiva com a família de origem, quando se perspetiva a reintegração familiar.

“Para nós termos o sistema de acolhimento familiar que foi desenhado e que está previsto no quadro legal nós temos que trabalhar verdadeiramente na origem, porque senão, no limite ela deixa logo de ser uma medida temporária.” (R)

“O nosso sistema de proteção de crianças e jovens está a incumprir esse nível porque, verdadeiramente, nós não estamos a acompanhar as famílias: ou é porque não há vaga, ou é porque não há CAFAP, ou porque não...não há uma abordagem estruturada, não há uma metodologia, um modelo subjacente. Para o acolhimento ter sucesso nós precisamos de trabalhar de uma forma muito holística e transversal ao acolhimento.” (R)

“Quando a retirada acontece, temos de trabalhar rapidamente também, com o sentido de voltar a permitir que estas crianças voltem ao seio das suas famílias.”

Este trabalho de intervenção tem de ser com alguma intensidade nestas famílias. É fundamental.” (C)

Neste sentido, os participantes consideram essencial assegurar “um conjunto de orientações que têm de ser cumpridas, seja em que ponto do país for; que a criança seja acompanhada pelo CPCJ, ou pela equipa da EMAT”, o investimento e a alocação de recursos para a intervenção com as famílias de origem, assim como o desenvolvimento de “instrumentos ao nível da avaliação das famílias”.

“Conhecendo algumas fragilidades das famílias a quem é aplicada a medida de promoção e proteção, por vezes, quando há uma medida de acolhimento, a família está tão desestruturada que aquilo que é suposto um timing adequado útil para o trabalho útil com a criança e com as famílias de origem muitas vezes não se torna viável.” (N)

“Para que a avaliação seja de qualidade tem de ser assente nas potencialidades das famílias de origem, “tem de ser avaliado o seu potencial de mudança. Um modelo de confiança, de suporte à família, de sinergias para alcançar o potencial de mudança da família.” (J)

A advertência para a necessidade de investimento no trabalho de prevenção e intervenção com a família de origem reflete-se na preocupação dos participantes quanto à tendência de “eternização de processos” das crianças e jovens em situação de acolhimento.

“Esta ideia de que venho a defender há muitos anos, que de facto o acolhimento deve ser um serviço de urgência, de fim de linha, do qual a criança sai o mais rapidamente. Infelizmente não é assim, temos crianças que começam desde muito cedo a residencialização e muitas vezes chegam aos 18 anos ainda residencializadas, ainda institucionalizadas por falta de medidas de autonomia de vida, por falta de respostas de uma família biológica próxima ou alargada, de apadrinhamento civil, e em que a adoção também caiu por não ser um projeto de vida viável para aquela criança, muitas vezes mercê da idade que vai tendo, como sabe temos este limite de 15 anos para a adoção, que há muito tempo que penso que deve subir.” (O)

“O que acontece em Portugal é que ficamos todos muito tranquilos e descansados porque a criança está acolhida, seja numa família, seja numa casa residencial e como a criança está protegida, deixamos o processo andar, vamos revendo de seis em seis meses, e chegamos à conclusão de que a situação de perigo ainda se mantém e não se faz nada, e, portanto, a criança fica a aguardar, no fundo, até aos seus 18 ou aos seus 25 anos.” (G)

4.2. Estratégia Nacional

A inexistência de uma estratégia concertada a nível nacional foi um dos principais desafios identificados do processo de implementação do acolhimento familiar, os participantes deste estudo referiram a importância do pensamento estratégico a longo-prazo e a necessidade de existir um plano concertado para a implementação desta política pública.

“Depois vemos a estratégia nacional para os direitos da criança e vemos que está lá, mas sem concretização nenhuma. Se existe uma estratégia, esta devia ser uma área que devia estar lá com letras garrafais e uma data de medidas de intervenção, e não só de passagem”. (T)

“A questão da regulamentação é importante, mas mais do que isso tem que tem de haver estratégia. Mais importante do que os acordos é a estratégia. Não há estratégia.” (F)

“Há aqui um conjunto de aspetos e nós sabemos também que isto mexe muito com o nosso sistema de proteção nomeadamente com o acolhimento residencial. Eu acho que uma das grandes preocupações, deveria ser a reconversão do sistema. Qual é a nossa estratégia? Eu nunca ouvi discutir isto. Faça se um plano concertado. Parece que às vezes parece um tema tabu, não queremos falar sobre isto.” (R)

4.2.1 Políticas de Captação e Campanha permanente

A maioria dos participantes aponta que o desconhecimento da população em geral face à medida é um dos principais desafios da implementação efetiva do acolhimento familiar em Portugal. Na perspetiva dos participantes, este desconhecimento resulta da falta de

divulgação e sensibilização da comunidade e dos profissionais da área, relativamente às vantagens e importância desta resposta.

“O desconhecimento do que é ser família de acolhimento é um dos impedimentos maiores. Tem de haver uma campanha de informação generalizada que, vise sensibilizar as famílias deste país para a importância de haver famílias de acolhimento.” (T)

“O grande problema é esta pouca oferta de famílias de acolhimento porque as pessoas não sabem o que é, tem que ser feito um esforço sério para que se explique à comunidade o que é de facto uma família de acolhimento.” (O)

“Há de facto pouco empenho na divulgação do instituto, só depois de haver um empenho estatal na divulgação do instituto, havendo já uma razoável oferta de famílias de acolhimento, é que podemos então começar a andar mais rápido, de forma que o sistema de promoção e proteção ajude de facto ao bem-estar da criança e a retirá-la efetivamente do perigo que vivia, eventualmente regressando à família biológica, próxima ou alargada, ou então caminhando para uma adoção”. (O)

Os participantes consideram que é fundamental que exista um investimento substantivo nas campanhas de informação e de captação, através do desenvolvimento de campanhas permanentes e diversificadas a nível nacional e de campanhas locais adaptadas às necessidades dos diferentes contextos.

“É necessário políticas de captação, sermos cada vez mais insistentes na captação. Há que ter consciência que uma família de acolhimento é rara e, portanto, não vai basta celebrar o acordo, contratar uma equipa, dar-lhes umas secretárias e os computadores e abrir um gabinete, um serviço, um conjunto de gabinetes, seja qual for a estrutura que vão aparecer as famílias, porque não vão. Para que haja famílias são necessárias campanhas de dinamização, uma campanha permanente.” (D)

“Precisamos de campanhas porque eu acho que eu não duvido que vamos ter candidatos. Campanhas diversificadas. Nem toda a gente tem disponibilidade para um bebé, nem todos têm disponibilidade para o que pode acontecer, no máximo, de acolher uma criança por 18, 23 anos ou 25 anos. Acho que há espaço

para tudo e para todos. Temos de divulgar, temos de recrutar, temos que selecionar diferentes perfis de famílias.” (B)

“Essas questões devem ser divulgadas de modo genérico quando se trata depois de selecionar, em concreto, para uma determinada área geográfica, aí o que funciona é uma campanha individualizada, ajustada ao contexto local, sou defensor de programas de acolhimento familiar, ajustados à realidade de cada contexto. Acho que deveria haver essa liberdade e essa possibilidade, e em cada contexto se encontrar campanha de seleção mais ajustada.” (E)

De modo a atingir o seu objetivo, destacam a importância da integração de estratégias publicitárias como por exemplo estudos de visibilidade e da sua difusão regular em diferentes meios de comunicação de modo a alcançar um elevado número de pessoas.

“A minha preocupação relativamente ao acolhimento familiar para além da sua implementação, e que vejo como difícil, é que depende de que haja mais campanhas de sensibilização, campanhas a aparecer na rádio e na televisão, programas na televisão pública e nas estações privadas, sobre o acolhimento familiar.” (P)

“Uma campanha permanente como existe noutros países. Por exemplo, sei que em Inglaterra existe, todos os anos, duas semanas dedicadas ao acolhimento familiar e que há promoção do acolhimento familiar com campanhas na rua, nos autocarros. Isso ajuda muito a interessar as pessoas por essa solução.” (P)

“Inicialmente tem de se investir muito em informação, em comunicação, em explicar o que é e o que não é, tem que estar presente em momentos-chave na rádio, na televisão, com uma certa regularidade, o que é avaliado por estudos de mercado. Contratar alguém para o fazer. As universidades fazem isso, estudo de visibilidade, de quando o devem fazer, qual o melhor período.” (L)

Nesta linha, os participantes destacam a importância da informação e da clarificação sobre o que é o acolhimento familiar, qual a sua função, como se operacionaliza e qual a sua importância na proteção de crianças e jovens em situação de perigo. Os participantes sublinham que esta informação deve estar clara, desde logo, nas estratégias de comunicação para a sensibilização da população em geral.

“Há muito caminho a fazer, mas o principal caminho é acreditar nesta medida, ter um sistema de captação de famílias de acolhimento, que o Estado saiba de facto explicar às pessoas o que é uma família de acolhimento, para que as pessoas possam inscrever-se para fazerem a formação e a seleção o mais perfeitamente possível.” (O)

“As pessoas têm que saber exatamente quais são os limites do acolhimento familiar, que não é adoção, que não é apadrinhamento civil, é uma medida de promoção e proteção, que eventualmente pode terminar, mas que podem fazer com que a criança viva melhor a sua infância, mesmo que tenha vivido uma situação de perigo.” (O)

“As pessoas ainda confundem muito os termos, o acolhimento familiar é para crianças em perigo, a criança não é um perigo para ninguém, a criança foi colocada em perigo e tem que sair da posição de perigo, efetivamente há algo que a coloca em perigo psicológico ou físico e não ela que coloca em perigo os outros.” (L)

É de referir que os participantes consideram que os testemunhos das famílias de acolhimento, constituem elementos essenciais na desmistificação e informação sobre o que é, e como é, a experiência de acolhimento familiar. Realçando-se a importância da participação das famílias de acolhimento nas campanhas de sensibilização, na promoção de debates e sessões de esclarecimento sobre o acolhimento familiar.

“Falta desmistificar. Temos que desmistificar o que existe e temos que educar, explicar o que é o acolhimento familiar, aquilo que é, e aquilo que não é, temos que comunicar, expor, pode haver debates, sessões de esclarecimento sobre o que é o acolhimento familiar, o apadrinhamento civil, a adoção, quem o pode fazer e quem não o pode fazer. Tenhamos um debate, partilhemos experiências, ouvir os testemunhos na primeira pessoa, não na quarta ou na quinta pessoa.” (L)

“Impõe-se, antes de mais, nas tais campanhas de sensibilização, dizer o que é, mostrar o que é, deveríamos utilizar vários testemunhos das experiências das pessoas que se constituíram como família de acolhimento, o que significa e o que o acolhimento familiar pode representar para uma criança que está numa situação de perigo. Portanto, esse investimento passará exatamente por aí. (G)

“Os testemunhos são importantes para desdramatizar esta questão do apego e do deixar a criança ir embora, o desdramatizar o contacto com a família biológica, reconhecer que é possível manter o contacto quando a criança se for embora. Criam-se laços afetivos, existe manutenção do contacto. Mesmo após a cessação do acolhimento, podem visitar, ir lá a casa, almoçar, fazer os trabalhos de casa, continuar a conviver com os cuidadores.” (T)

É destacada ainda a importância da divulgação pelas próprias famílias de acolhimento, “a divulgação individualizada, a mensagem boca a boca, (...) Quando uma família que começa a acolher e transmite essa experiência positiva a outras pessoas que conhece na sua família, a amigos e/ou vizinhos.” (E)

Como referido, o desconhecimento sobre o que é o acolhimento familiar estende-se às diferentes equipas e profissionais que intervêm no processo de acolhimento. Deste modo, os participantes destacam a importância da liderança interna, do envolvimento dos profissionais e da sua sensibilização quanto à importância e vantagens da medida.

“Há uma grande falta de conhecimento da resposta, inclusive, por parte dos tribunais. Há uma grande resistência à resposta ainda por parte dos técnicos que tomam a decisão e, portanto, há também aqui a necessidade de um trabalho de formação e informação a quem está nas tomadas de decisões, neste caso a CPCJ. O mesmo acontece nas aplicações das medidas, para que efetivamente se possa aplicar o acolhimento familiar é preciso desmistificar estes mitos, estes estereótipos relativamente às famílias, à motivação das famílias, à postura das famílias, e à relação com a família biológica. Há aqui um conjunto das ideias pré-concebidas que levam a que os juízes e as CPCJ tenham receio de aplicar a medida.” (J)

“Temos que ter profissionais mais conscientes de que para serem bons profissionais, têm que fazer o melhor para as crianças, e estou a falar dos profissionais desta área, do acolhimento residencial, mas também da segurança social, das EMATs, das CPCJs, têm que exigir esta transição.” (T)

“Têm que ser os profissionais da área a comandar e a exigir esta mudança, e acho que isto aqui é uma grande cobardia de todos nós.” (T)

“Acho que precisamos de campanhas de captação tanto para acolhedores como para captação de instituições (...) Precisamos de instituições que se cheguem à frente, e precisamos de equipas técnicas que avancem e que puxem pelas instituições para darem uma volta, para se reconverterem e passarem do acolhimento residencial para o acolhimento familiar. Falta alguma sensibilização para o fazer acontecer. Foi o que aconteceu na Irlanda, foi um corpo de técnicos e de novos profissionais que promoveram a mudança.” (B)

“No caso irlandês o envolvimento, de facto foi imenso, e isto fez a diferença. Aquilo que nós sentimos ainda, é que há uma resistência imensa ao acolhimento familiar mesmo da parte dos técnicos. Quando conseguimos passar esta mensagem, os efeitos positivos, quando conseguimos partilhar casos de sucesso, e isto já tem acontecido, começa-se a abrir caminho.” (C)

No que toca ao envolvimento dos profissionais da área, os participantes afirmaram que “ainda existe uma resistência muito grande” por parte destes, reflexo de crenças e das atitudes partilhadas sobre o acolhimento familiar. Neste sentido, consideram fundamental que haja iniciativas de sensibilização dirigidas aos diferentes intervenientes sobre a vantagem e importância desta medida.

4.2.2 Definição de Metas e Objetivos

A maioria dos participantes defende que é crucial que sejam estabelecidos metas quantitativas e objetivos concretos a nível nacional e distrital, reforçando o carácter prioritário que esta medida tem no acolhimento de crianças e jovens em Portugal.

Nas palavras de um participante, *“a definição de metas, objetivos e estratégias de intervenção concertadas, permite que possamos ter uma diretriz em conjunto (...) um rumo e orientação para que todos trabalhemos no mesmo sentido, e não deixar ao critério de cada instituição de enquadramento” (I).*

“O plano de transição tem de ser bem pensado, tem que ser bem definido, tem que ser claro. Tem que ser especificado onde pretendemos chegar. Pretendemos diminuir a institucionalização em x por cento. Pretendemos que mais crianças até aos seis anos, ainda que numa primeira fase sejam acolhidas num contexto institucional, possam transitar para famílias de acolhimento.” (J)

“A Segurança Social [entidade gestora] já deveria ter definido um plano de transição com metas e objetivos, para que as próprias instituições possam decidir se querem requalificar, para que algumas instituições e equipas técnicas, se possam reconverter e comecem a acompanhar famílias de acolhimento, a dedicar-se ao acolhimento familiar. Isto deveria estar pensado, deveria ser reconhecido para que as próprias instituições possam pensar no seu plano de desenvolvimento e desenharem ou perspetivarem essas questões.” (F)

“Têm que haver objetivos. Para que nós (instituições) possamos também ajudar a segurança social a cumprir os objetivos, que eles próprios também pretendem, e que são os objetivos da lei. Temos de compreender como é que se operacionaliza a nível do trabalho técnico, precisamos de uma visão mais macro e estratégica para as próprias instituições, de forma a se organizarem e planearem e organizarem os recursos humanos. Há um desconhecimento total.” (J)

Na perspetiva dos participantes a definição de uma política efetiva que possa dar resposta aos desafios identificados requer o estabelecimento de objetivos e metas específicas, de modo a permitir monitorizar o progresso de implementação do acolhimento familiar. Alguns participantes advertiram que *“a avaliação e auscultação dos profissionais que estão no terreno é essencial para a elaboração e “definição de metas exequíveis”.* (J)

4.2.3 Suporte instrumental: Uniformização de Procedimentos

Os entrevistados identificaram a ausência de diretrizes e de procedimentos claros. Consideram que os documentos existentes são “vagos” e “inespecíficos” no que respeita a algumas matérias consideradas fundamentais, nomeadamente “critérios e requisitos para a avaliação e a formação das famílias de acolhimento”.

Neste contexto, os participantes identificaram a necessidade de publicação de um documento de suporte às decisões, um documento orientador com diretrizes, princípios e procedimentos claros nas diferentes áreas da intervenção do acolhimento familiar, designadamente o recrutamento, a seleção, a formação, acompanhamento e avaliação das famílias de acolhimento, de modo a assegurar a uniformização dos procedimentos, para que não “dependa sempre da sorte ou de uma arbitrariedade, da região, ou de determinado técnico”

“Temos de ter um sistema de operação com procedimentos muito claros e estruturados. Desenvolver programas de acolhimento familiar bem estruturados, seguir princípios e regras que já são conhecidas, modelos a quem podemos espreitar práticas, boas práticas” (I)

“A Segurança Social, o Instituto de Segurança Social, claro que depois em colaboração com um nível mais distrital, deveriam elaborar estes documentos de suporte às decisões, à intervenção técnica, à intervenção familiar, até como recurso.” (J)

“Não há orientações, não há manuais de boas práticas, não há guiões, ou vão existindo agora, mas estamos em 2021, para alinhar a intervenção quer das instituições, quer dos decisores e de quem toma e aplica as medidas de promoção e proteção, ao nível da CPCJ, ao nível dos próprios tribunais, com princípios indicadores mais objetivos e a definição de metas exequíveis.” (J)

“Penso que nós precisamos de uniformizar vários aspetos, e esta desigualdade territorial é muitíssimo preocupante e eu penso que a Segurança social tem que assumir isto e, tem que marcar a sua posição.” (R)

Neste sentido, os participantes sublinham a importância de existir coesão a nível dos princípios orientadores da intervenção, de modo a garantir que a execução da medida é rigorosa e criteriosa, e apontam que a sua execução, deve ter em consideração as particularidades e as diferentes necessidades de cada caso, contexto e região.

“Há um conjunto de princípios que podem e devem estar definidos a nível do todo nacional, e esse é o papel da lei de proteção, mas depois a concretização deveria ser a nível local, regional, a nível do contexto e cada contexto tem a sua realidade, vai construir respostas que são distintas de região para região, as famílias também são diferentes de região para região. O que é importante é garantir que aquilo que é feito é feito com rigor, com princípios éticos, com acompanhamento criterioso. Deve ser esse o caminho, localmente serem construídos programas para dar resposta às necessidades do contexto local.” (E)

“Obviamente que há as particularidades de cada região, de cada território, mas serão as exceções, há aquela percentagem que temos que perceber que temos que

adequar ao território, às características culturais, mentalidade etc., mas não pode ser a regra, não pode ser aí que vamos guiar a nossa conduta em termos técnicos de recrutamento, de avaliação e de seleção das famílias.” (J)

Os participantes evidenciam a falta da existência de protocolos de intervenção que garantam uma base de uniformização de procedimentos. No entanto, consideram que deve existir espaço para a flexibilidade e criatividade para a adequação da resposta às particulares de cada caso e às diferentes necessidades de acolhimento de cada criança, jovem e família.

4.2.4 Suporte técnico de implementação: Equipas de Implementação

A opinião dos participantes é consensual quanto há necessidade de existir uma estrutura que forneça suporte técnico no processo de implementação do acolhimento familiar nos diferentes centros distritais (entidades gestoras e enquadradoras) e IPSS 's (entidades de enquadramento).

“Eu acho que os diferentes agentes no sistema sentem, e acho que tem a ver com falta de suporte, a ideia de que o suporte pode ser instrumental, profissional. Temos documentos que orientam os serviços, tal como as famílias também têm as regras e sabem o que fazer, agora, o ponto é como traduzir, como implementar e como lidar com as dificuldades que surgem.” (I)

Na perspetiva dos participantes é fundamental a criação de equipas de implementação. Nas palavras de uma participante, “uma equipa centralizada que dê apoio especializado à implementação da medida (...), semelhante à equipa centralizada que dava apoio à implementação do Plano DOM”. (B)

“É necessário outro tipo de apoio, uma estrutura que perante esta situação defina objetivos e metas e que lidere essa mudança, que exija uma mudança radical. Tem que haver um plano concreto, com objetivos definidos, por exemplo, estabelecer como objetivo que daqui a 4 anos, todas as crianças com menos de 6 anos estão obrigatoriamente em acolhimento familiar.” (M)

“É necessário a mobilização concertada que tem sempre que vir de uma diretriz do governo que chega ao pé da Segurança Social e do tribunal de justiça, e

especialmente da segurança social porque tem que apoiar as entidades enquadradoras, enquanto as entidades enquadradoras não têm o esquema montado das diferentes funções, isto tem que começar a funcionar, não é aos bocadinhos e vai-se fazendo um grupinho aqui e outro ali. Faltam diretrizes e monitorização para cumprir o objetivo.” (M)

“Tem que haver supervisão e formação contínua, entidades reguladoras têm que exigir resultados. Não pode estar fechado em si mesmo.” (O)

4.2.5 Parcerias comunidade-academia

Ao longo das entrevistas, os participantes afirmaram que a integração do conhecimento prático, através da colaboração da comunidade (crianças e jovens acolhidos, famílias de acolhimento, famílias de origem e técnicos) e da evidência científica, através da colaboração da academia (colaboração com as universidades e estabelecimentos de ensino superior) é um fator essencial para a promoção da qualidade dos programas de acolhimento familiar.

Neste contexto, os participantes advertem para a necessidade premente da implementação de programas com procedimentos baseados em evidência científica, de modo a garantir a qualidade da seleção, da formação e da avaliação das famílias de acolhimento, e sublinham ainda, a qualidade da colocação, do emparelhamento da criança com a família acolhedora através da avaliação cuidada da correspondência das necessidades da criança e do perfil das famílias de acolhimento existentes.

“Penso que temos que ter a academia muito próxima, a academia precisa de ajudar nos instrumentos de avaliação, não nos podemos limitarmo-nos aos testes de avaliação e escalas de atitude, penso que a avaliação da dinâmica da família é obrigatória e a avaliação da criança nas várias etapas da permanência nesta família também é importante. A avaliação que se solicita nas instituições de primeira linha são importantes, por exemplo na escola, mas muitas vezes não são atribuídos os verdadeiros significados aos comportamentos que as crianças têm, portanto, esta avaliação de comportamento é de facto muito pobre.” (N)

4.3. Monitorização, avaliação e sistemas de informação

4.3.1 Supervisão e avaliação dos programas de acolhimento

Os participantes identificaram a necessidade de mecanismos de supervisão e avaliação da implementação dos programas de acolhimento familiar com base em recursos externos, a nível técnico e científico de modo a garantir o cumprimento dos normativos nacionais e internacionais.

“Precisamos de um outro mecanismo para avaliar a qualidade e promover a uniformização a nível nacional de todos os serviços de acolhimento. Para se perceber se estão a trabalhar da mesma forma, quais são as práticas, como é que podem aprender uma as outras, permitir a troca de conhecimentos e compreender quais são os pontos a melhorar” (B)

“Um sistema que permita monitorizar e dar feedback não apenas sobre como as famílias de acolhimento e as equipas de acolhimento são avaliados, mas também sobre a formação, recursos humanos e financeiros necessários para responder às necessidades dos diferentes contextos e garantir a qualidade do acolhimento familiar.” (I)

Deste modo, os participantes identificam dois níveis de supervisão e avaliação. Por um lado, a avaliação interna, numa lógica de autoavaliação “sublinhando a importância da criação de espaços para a partilha de conhecimento e debate dos casos” (O). Por outro, o nível da supervisão e avaliação externa, sublinhando “a necessidade das próprias instituições serem supervisionadas”, sendo consensual a recomendação de que deve existir uma “supervisão a nível nacional para assegurar que todos os princípios-base estão a ser salvaguardados”. (B)

De acordo com os participantes, é essencial que exista uma avaliação externa por peritos baseada em critérios de qualidade do acolhimento familiar. Neste sentido, alguns participantes consideram que deve existir um “plano de apoio para ajudar a refletir e a pensar com outros técnicos, como o antigo plano DOM”.

“Tem que existir um mecanismo externo para avaliar a qualidade e promover a uniformização a nível nacional de todos os serviços de acolhimento. Para se perceber se estão a trabalhar da mesma forma, quais são as práticas, como é que podem aprender uma as outras - troca de conhecimentos e, quais são os pontos a

melhorar nos diferentes níveis de intervenção. As entidades gestoras deverão fazer isso, mas não sei se a entidade gestora também for enquadradora se não há um conflito de interesses.” (B)

“Para o acolhimento familiar funcionar tem que haver esta triangulação, tem que haver esta dimensão. Tem que haver uniformização de procedimentos, protocolos de intervenção, supervisão e formação continua. A supervisão é fundamental, as entidades reguladoras têm que exigir resultados.” (O)

Por fim, ao nível da avaliação do acolhimento familiar, os participantes consideram que o sistema de avaliação deve garantir o envolvimento de todos os participantes. Atentam que deve ter abordagens mistas, além de inquéritos e questionários e identificam um desafio adicional: a participação das crianças e jovens. Neste sentido, os participantes consideram fundamental assegurar o envolvimento efetivo dos jovens no processo de acolhimento, inclusive no processo de avaliação.

Se por um lado, os participantes identificaram como crucial “a uniformização do processo de avaliação do acolhimento familiar, realizadas a cada três meses ou a cada seis meses” Por outro lado, consideram que os acompanhamentos muito próximos das famílias de acolhimento podem, e devem, permitir que a supervisão e avaliação das famílias não se limite a uma estrutura formal. Sublinhando-se que a avaliação pode, e deve existir, no contexto dos “encontros regulares entre as famílias de acolhimento, encontros entre pares, redes de suporte específicos para o acolhimento familiar e outros contextos” que permitam criar espaços de partilhas mais elaborados e ricos ao nível da supervisão e avaliação das famílias acolhedoras.

4.3.2 Sistemas de informação, comunicação e disponibilização de dados

Na raiz de muitos dos desafios identificados durante as entrevistas, encontra-se a falta de “um sistema de gestão da informação que possibilite um trabalho eficaz e eficiente”

Atualmente, as equipas técnicas operam um sistema baseado em papel, que tem uma alta carga administrativa, e uma infraestrutura, que na opinião dos participantes se revela “insuficiente para capturar, partilhar e aceder a informações relevantes em tempo útil”.

Os participantes sublinharam que as limitações com os sistemas de informação e “a falta de clareza na comunicação e na disponibilização de dados” dificultam o seu acesso e por sua vez a “avaliação crítica das informações em questões centrais” que requerem planeamento, tanto para as entidades gestoras como para as entidades enquadradoras.

“Os dados do Sistema de Proteção são confusos, há os números da Comissão, os dos Tribunais e o do CASA, eu penso que era muito mais útil juntar-se a Segurança Social para poder apresentar números de uma forma objetiva, transparente e regular sobre o acolhimento e o Sistema de Promoção e Proteção. Porque nós com números fidedignos e regulares podemos tomar as medidas em função do que os dados nos dizem” (O)

Deste modo, os participantes consideram que os dados sobre o desenvolvimento das crianças acolhidas e dos respetivos acolhimentos, devem estar acessíveis a todas as equipas técnicas de modo a permitir “sinalizar proactivamente e notificar para a ação, de acordo com necessidades específicas da criança e das famílias” e ampliar a “coordenação das colocações e a sua revisão à medida que o processo se altera”.

A opinião dos participantes é consensual, um sistema de informação bem desenhado tem impactos positivos não só a nível do suporte instrumental e técnico como também a nível do planeamento estratégico, permitindo a “identificação das necessidades de cada contexto” no processo de implementação do acolhimento familiar.

Ao longo das entrevistas foram identificadas necessidades quanto à “disseminação das informações de um modo rápido, eficiente e contínuo”, à “qualidade e transparência da informação dos processos de acolhimento” e indicada a necessidade de investimento no desenvolvimento de uma base de dados atualizada, que permita a monitorização das medidas de cuidados alternativos, e informe a melhoria da qualidade dos serviços de suporte ao acolhimento.

“Penso deveria ter uma ação muito mais vasta, muito mais concertada de divulgação e visibilidade do trabalho que é feito. Deveria haver investimento também este nível pelo menos no site da Segurança Social. Discutimos a importância de se criar um observatório, o que seja, mas um investimento claro. Portugal tem vindo a ser chamado a atenção várias vezes sobre o que não está a fazer e a verdade é que não sabemos o que é feito.” (R)

Esta aposta numa comunicação clara na divulgação do trabalho que é feito pelas organizações intervenientes também se revela importante para o estudo científico das medidas de colocação em Portugal. Neste sentido, os participantes consideram que carências de acesso e comunicação de dados fidedignos e de qualidade constituem uma barreira ao desenvolvimento do conhecimento científico sobre o fenómeno de acolhimento em Portugal, o que por sua vez, impossibilita a implementação de práticas baseadas em evidência.

As medidas precisam de ser monitorizadas muito perto, no sentido de se poder ter números regularmente e números fidedignos e precisos e para isso precisava de estar um bom sistema com indicadores e sistemas de recolha de informação. É algo que nesta área não temos. Nós precisamos de ter indicadores bem definidos, perceber como é que eles são recolhidos e nisso não somos muito bons. Como o exemplo das vacinas, sabemos quantos foram vacinados, quantos faltam e isso é que permite tomadas de decisões informadas. Temos número e temos dados. Nós começamos a fazer um conjunto de coisas, mas não sabemos quantas famílias existem, quantas estão a funcionar, a criança mantém-se nas famílias de acolhimento? regressam à família? se não tivermos isto bem assegurado vai ser difícil isto melhorar.” (M)

4.4. Recursos humanos e financeiros

O tema dos recursos humanos e financeiros é um tema transversal quando se perspetiva a transição para o acolhimento familiar em Portugal.

Alguns participantes consideram que “não é necessário ativar mais recursos do que os recursos existentes”, o que é crucial é assegurar que haja uma distribuição de recursos que permita cumprir os objetivos e metas definidas para o acolhimento familiar. A transição para o acolhimento familiar implica, naturalmente, a redução de casas de acolhimento, e por sua vez, a transferência do investimento de recursos financeiros e humanos do acolhimento residencial para o acolhimento familiar.

“Nós temos imensos recursos, temos é que de institucionalizar. Reconverter as casas de acolhimentos. Estão a realocar recursos na comunidade. Não precisamos de mais recursos, temos que dar formação às pessoas que já

trabalham na área. Os recursos que nós temos chega, agora, temos é que formar as pessoas e ter um modelo na cabeça”. (O)

“Isto implica recursos, agora se pensarmos bem em termos estratégicos, isto não implica mais recursos. Acompanhar uma família de acolhimento não implica mais recursos do que todos os recursos que temos alocado a uma casa de acolhimento. Se fizermos bem as contas, não é mais caro, pelo contrário, é mais barato efetivamente e muito mais eficaz do ponto de vista daquilo que é o interesse das crianças. E é isto tem que ser clarificado, parece-me que ainda não está muito claro.” (C)

Os participantes referem que a canalização dos recursos financeiros para o acolhimento familiar é uma boa perspetiva. Neste sentido é necessário assegurar a “exigência da avaliação do acolhimento residencial”, “encerrar as casas que não cumprem os critérios de qualidade e reconverter as restantes casas de acolhimento para entidades enquadradoras, desde que estas deem garantias de funcionarem bem a estes níveis”.

“Temos que ter a coragem de fechar as casas que não têm qualidade, é imprescindível que haja uma avaliação de qualidade e que essa avaliação de qualidade se reflita no financiamento das casas.” (T)

“Nós sabemos que as casas de acolhimento são quase sempre melhores quando têm um menor número de crianças, que permitem um acompanhamento individualizado quando são casas mais pequenas e, no entanto, as entidades grandes, com mais crianças, recebem mais financiamento. Há aqui há um contrassenso imenso.” (T)

Para que tal aconteça, na perspetiva dos participantes é necessário que a aguardada regulamentação do acolhimento residencial seja verdadeiramente exigente e clara nos critérios, condições e investimento necessário, inclusive a nível da mudança das infraestruturas, para a sua reconversão do acolhimento residencial.

Os participantes sublinham que em Portugal existe um número elevado de casas de acolhimento, de uma maneira geral, caracterizadas por acolher um elevado número de crianças e providenciando uma resposta generalista. De acordo com os participantes, dada a complexidade cada vez mais diferenciada da tipologia das crianças que estão em

situação de acolhimento e o número de anos a que a criança está exposta e vivencia esta problemática, esta mudança exige das casas uma resposta mais diferenciada.

“As crianças e jovens neste caso portanto chegam cada vez mais velhos com acompanhamentos desde praticamente a nascença ou desde a primeira infância sem que os modelos familiares se alterem ou se modifiquem e ficam a viver num contexto desestruturante e depois são acolhidos em casas de acolhimento que comportam crianças ou acolhem crianças que têm comportamentos desviantes, como consumos e comportamentos são muito graves ou outras situações que os jovens a problemática e o absentismo escolar e depois gerir tudo isto num universo de 40 ou 35, 30 acabamos por não conseguir dar uma resposta individualizada.” (J)

Deste modo, os participantes afirmam que por um lado, a reorganização das casas de acolhimento pode passar efetivamente por se transformarem em entidades de enquadramento de acolhimento familiar ou em unidades de apoio às famílias como CAFAPS. Por outro lado, pode também passar por uma especialização do acolhimento residencial, mantendo uma percentagem reduzida de acolhimento residencial caracterizado por respostas especializadas a nível de intervenção terapêutica para as diversas questões de saúde mental e de comportamento identificadas nas crianças e jovens em situação de acolhimento.

De acordo com os participantes, o acolhimento residencial deverá ser considerado como uma medida transitória para situações que não se prevê que uma família consiga dar resposta, uma vez que exige um nível de especialização que só excecionalmente uma família conseguirá dar resposta.

“Quanto mais não seja por essa via, a canalização dos recursos financeiros para o acolhimento familiar seria uma boa perspetiva. Ficarmos à imagem do Canadá com 2 ou 3 casas de acolhimento especializadas, para situações muito concretas ligadas à deficiência ou questões de comportamentos desafiantes, que tivessem uma projeção no tempo, pelo tempo necessário para ultrapassar esta situação de crise, uma intervenção terapêutica para que depois a criança pudesse voltar a integrar num ambiente familiar.” (D)

Deste modo é consensual, que a reconversão das casas de acolhimento exige formação e modelos que orientem a intervenção das equipas.

“As casas de acolhimento para se reconverterem precisam de formação da equipa, se calhar até precisam de repensar o próprio corpo técnico que têm neste momento eventualmente e as pessoas encontrarem outros caminhos e tudo isto é possível, o que é importante nesta fase era começarmos todos a pensar no mesmo sentido. Sentimos muito que as pessoas estão à espera do que é que vai acontecer, mas francamente têm a esperança de que não vá acontecer nada e em algumas situações há esta ideia “já há anos que se fala nisto”, “se calhar nem vai acontecer”, já está a acontecer, é impossível neste momento parar o comboio porque ele já está em andamento.” (C)

A opinião dos participantes é consensual, “não pode haver esta transição sem a colaboração das casas de acolhimento”. De acordo com os participantes, “as casas de acolhimento têm que ser envolvidas em todos estes passos”, “têm o know-how, têm os recursos humanos mais habilitados para funcionarem como entidades enquadradoras do acolhimento familiar e, até, como entidades que trabalhem com as famílias de origem.

“Nem todas as casas de acolhimento vão poder transformar-se em instituições de enquadramento de famílias de acolhimento. às tantas não há essa necessidade, mas há uma necessidade absoluta que é o trabalho interventivo com as famílias de origem destas crianças. Um dos recursos que podemos utilizar é a transformação destas casas que hoje são casas do acolhimento em entidades e equipas que trabalhem estas famílias, que garantam os convívios das crianças que estão em acolhimento familiar com a família de origem, que os monitorizem, que intervenham com estas famílias. A reorganização vai exigir tudo isto” (C)

Os participantes afirmam que o acolhimento residencial apresenta uma grande potencialidade para a reconversão em entidades de enquadramento, “pela qualificação e capacitação das equipas técnicas e a sua possibilidade de adaptação ao acolhimento familiar, com a devida formação”.

Deste modo, a redução do número de casas de acolhimento e, simultaneamente, a transferência de investimento de recursos financeiros e humanos do acolhimento familiar é um investimento que, na opinião dos entrevistados, se traduzirá na economia em termos de custo-benefício.

Os participantes consideram que o acolhimento familiar tem vantagens a nível da sustentabilidade financeira e económica, mas também de vantagem para as crianças e para

as famílias. Do ponto de vista financeiro, os participantes concordam que “é muito mais barato trabalhar na prevenção e na capacitação familiar”, sendo que “o próprio rácio e eficácia do trabalho com estas famílias é mais vantajoso” (C).

Quando perspectivado especificamente o enquadramento de famílias de acolhimento, os participantes sublinham que “o rácio prevê que cada técnico acompanhe, no máximo 15 famílias, com crianças em acolhimento familiar”, quando se compara com o número de profissionais que existem numa casa de acolhimento, “o acolhimento residencial é uma resposta que exige muito mais recursos financeiros e humanos” (F).

4.5. Ambiente inter-organizacional e trabalho em rede

4.5.1 Falta de clareza quanto à função dos profissionais

Os participantes identificam que existe uma falta de clareza quanto à função dos profissionais da área, e, que pode resultar em execuções menos eficazes no âmbito acolhimento familiar. Sublinham que *“é essencial que haja uma clara definição dos papéis de cada um dos intervenientes técnicos, de modo a que o acolhimento familiar desempenhe exatamente a sua função que é proporcionar, durante o tempo necessário para concretização do seu projeto de vida, um ambiente promotor do maior desenvolvimento, equilíbrio e bem-estar da criança”*, sendo que a concretização desta medida *“exige a participação e a mobilização de uma série de recursos para o efeito.”* (D)

4.5.2 Falta de coordenação e articulação entre as equipas

De acordo com os entrevistados, esta falta de clareza estende-se ao ambiente inter-organizacional, manifestando-se na falta de articulação e de manutenção de uma relação ativa de colaboração entre as organizações.

“Tem que haver de facto uma colaboração entre todos os parceiros para que o próprio gestor e coordenador de casa se sinta apoiado a decidir, tendo por base fundamentos, objetivos e avaliações que sejam partilhadas por todos, com suporte em critérios comuns de avaliação.” (J)

As fortes práticas de trabalho em parceria em todo o território nacional, são identificadas como sendo um fator essencial para o sucesso da implementação e execução do acolhimento familiar. O trabalho de articulação entre as diferentes organizações, assim como a genuinidade do trabalho em parceria, impacta positivamente as decisões e as intervenções no âmbito do processo de promoção, de proteção e do acompanhamento da medida de acolhimento da criança.

“As articulações são permanentes, a necessidade de juntarmos as peças é permanente. Nós não conseguimos, de outro modo.” (C)

“De forma mais global gostaria que todos os intervenientes do sistema de promoção e proteção comunicassem e trabalhassem de uma forma mais fluente. Há a comissão nacional, há os centros de saúde, enfermeiros, o tribunal, mas depois quando vamos à prática, no território, percebemos que às vezes as pessoas não se conhecem, não falam. As comissões em cada uma das suas localidades funcionam bem, mas a questão do sistema, todo ele com os tribunais, os centros de saúde, as escolas, com a polícia, acho que não está fluído, penso que ainda temos de melhorar muito ao nível da comunicação e na forma como trabalhamos.” (M)

4.6. Características organizacionais

4.6.1 Cultura organizacional

O desenvolvimento de uma cultura de aprendizagem com estruturas de comunicação eficazes foi identificado como uma ação fundamental para a implementação do acolhimento familiar. Moldar e influenciar a cultura organizacional requer abordar um conjunto interligado de definição de metas, expectativas, papéis, processos, valores, práticas de comunicação, atitudes e suposições, inerentes às práticas organizacionais.

Em relação à cultura organizacional, alguns participantes consideram que apesar de ter existido uma “alteração profunda no âmbito do direito das crianças, resultante da conceção da criança como um ser autónomo” mantém-se uma “tendência assistencialista” expressa pelas atitudes, expectativas e práticas de comunicação dos profissionais no trabalho com as famílias.

“há esta alteração teórica profunda, mas na prática, o sistema continuou a assentar na mesma ideia da criança-objeto, e que levou a este predomínio de um acolhimento de base assistencialista.” (D)

Alguns participantes, consideram que existe *“pouca valorização do direito das crianças a viver em família”*. Neste sentido, esta tendência foi predominantemente identificada no trabalho com as famílias de origem. Os participantes consideram que o trabalho que é feito com estas famílias não é um trabalho efetivo de capacitação.

“É um trabalho ainda de alguma maneira assistencialista ainda é muito na lógica do "atribuir o subsídio" e agora "veja lá o/a senhor/a tem que ir fazer o tratamento", "tem que ir, tem que ir" e quem é que vai com ele? O senhor José não vai é porque ele não consegue ir sozinho porque o contexto dele não lhe permite ser autónomo a esse nível. Portanto, é imprescindível que exista uma equipa que esteja disponível para ajudar o senhor José e a sua família a fazer este caminho de autonomia e este caminho, efetivamente, tem que ser autonomia, de capacitação para autonomia, enquanto pessoa, enquanto indivíduo e depois enquanto pai e aqui ligamos diretamente ao sistema de proteção das crianças.” (C)

Por outro lado, esta dimensão é também ilustrada no acompanhamento da família de acolhimento pelas equipas técnicas dos centros distritais da Segurança Social. Uma participante destaca que o tom e natureza da comunicação que predomina na relação dos assistentes sociais com as famílias de acolhimento, *“se pauta pela procura de aspetos negativos por parte dos técnicos”*.

“É um telefonema apressado um dia antes de escrever o relatório para entregar ao Tribunal. Telefonema este pouco simpático, abrupto, repleto de perguntas do que é que está a correr mal, não se pergunta o que está a correr bem. sentimos sempre que estão à procura de tudo o que está errado, do que correu mal, e é sempre isso que transparece nos relatórios, numa situação que não é sequer acompanhada. Os seis meses são reduzidos a cinco minutos em que nos temos de acautelar de tudo aquilo que dizemos e como dizemos porque é isso que se vai pegar, é uma experiência francamente horrível.” (L)

Neste seguimento, é destacada a preocupação com a tendência de a prática profissional ser uma prática focada na aversão ao risco. Evidencia-se deste modo a necessidade de formação geral e específica dos técnicos intervenientes.

“Penso que tem haver com o treino que é dado, porque quem da parte da segurança social nos vai seguindo, não são pessoas que estão particularmente treinadas para o acolhimento familiar. São pessoas que estão habituadas a avaliar situações de risco, que vão às casas avaliar, se está seguro ou não está e que também é para o fazer, mas é uma situação diferente, é uma medida de promoção. Já tantas vezes que as reuniões começaram com o técnico a contar relatos de situações horríveis de que tinha vindo.” (L)

A maioria dos entrevistados partilha a visão de que as crianças, as famílias de origem e as famílias de acolhimento devem ser concebidos como sujeitos ativos cuja agência é fundamental para o sucesso do acolhimento. Os participantes reiteram que é crucial que os diferentes intervenientes sejam reconhecidos como “parte integrante da equipa” ao longo dos diferentes processos inerentes ao acolhimento, em oposição à conceção dominante destes sujeitos como “sujeitos passivos” cuja ação é “fiscalizada”. Os entrevistados destacam a necessidade de uma cultura mais aberta e transparente, onde a colaboração ativa, a comunicação aberta e o trabalho em parceria seja a norma da prática profissional.

4.6.2. Capacidade Organizacional

O desenvolvimento da capacidade organizacional é um componente central do planeamento da implementação do acolhimento familiar e está relacionado com a capacidade de avaliar as necessidades das organizações, a conceção de um planeamento estratégico dos serviços, a monitorização e a avaliação do acolhimento familiar.

A capacidade organizacional inclui não só a organização dos recursos humanos, mas, e tendo em consideração a natureza do acolhimento familiar, os recursos externos necessários à implementação acolhimento familiar.

Neste contexto, os participantes destacaram que, de um modo geral, a falta de diretrizes e a falta de formação tem repercussões, nomeadamente, na tomada de decisões a nível da aplicação e da execução da medida de acolhimento familiar.

“Ainda se verifica que está deixado muito ao critério subjetivo. Depende da subjetividade do técnico, da decisão relativamente à aplicação da medida de colocação (...) temos várias decisões ou várias situações baseadas naquela expressão, "Se tiver sorte com o técnico que apanhar" (...) o futuro daquela criança não pode depender de um jogo de sorte ou azar, isto é impensável.” (J)

Neste sentido, os participantes consideram fundamental “a definição do nível de formação dos técnicos pelos serviços centrais”. A maioria dos participantes sublinha ainda que deve existir uma formação geral sobre o acolhimento familiar para todos os profissionais da área.

“Formação o mais universalizada possível, formação ao nível dos técnicos da segurança social, junto dos técnicos das entidades de enquadramento, junto dos técnicos das comissões de proteção, que muitas vezes ainda olham com desconfiança para esta medida, e que por isso não a aplicam, o "hábito faz o monge", e enquanto não têm muita experiência tendem a subalternizar esta alternativa- E ainda, é necessário promover a formação ao nível dos juizes e dos magistrados do ministério público”. (O)

Os participantes sublinharam ainda, a importância da distribuição dos recursos humanos em relação ao número de processos, de forma que permita a dedicação e acompanhamento próximo dos profissionais que trabalham com as famílias.

“A questão dos recursos e a distribuição dos recursos, dos rácios é mesmo importante. Não é de todo, de menos importância. É certo que há sempre a perspectiva de que às vezes descuremos, tendo em conta o número de processos, também pode acontecer, mas na maior parte dos casos, não acredito que seja só isso, acho que é bastante mais complexo do que isso.” (C)

De acordo com a opinião dos participantes, a atualização do conhecimento técnico é crucial para a implementação efetiva do acolhimento familiar. Deste modo os participantes consideram fundamental a qualificação e a capacitação dos profissionais das equipas técnicas intervenientes, sobretudo a nível do acompanhamento da execução da medida.

Os participantes, na sua generalidade, destacam também a importância da capacitação das casas de acolhimento residencial como contributo à sua reconversão, potenciando novas

entidades de enquadramento de acolhimento familiar ou novas unidades de intervenção junto das famílias de origem.

“Precisamos de acionar estes recursos, as instituições, os profissionais do sistema de proteção. Eu continuo a ouvir, por exemplo, os discursos das equipas da CPCJ, muitos dos profissionais apresentam muitas reservas quanto ao acolhimento familiar. Enquanto todas estas pessoas não tiverem formação, vão continuar a ter medos. A informação, as experiências positivas, vão tranquilizar as pessoas. Nós vamos ouvindo um conjunto de angústias de preocupações sobre o acolhimento familiar e depois eu pergunto: conhece alguma experiência assim? Não.” (R)

Os entrevistados identificam dificuldades significativas a nível dos recursos humanos, considerando que é necessário a contratualização de novos profissionais, designadamente na intervenção com a família de origem, relatando que o número de profissionais atual é inadequado para atingir os objetivos e garantir a qualidade do acolhimento.

“Uma família que precisa de ajuda hoje não pode esperar meses. A resposta que os CAFAP podem dar é urgente, é aquilo que nós sentimos. Quando nós temos uma criança cuja família reside naquele concelho, só podemos acolher quando garantimos que o gestor de processo, a comissão ou a EMAT, encontrou uma equipa ou um CAFAP que vai trabalhar aquela família de origem. Existem muito poucos CAFAPs tem sido muito difícil.” (C)

Alguns participantes identificaram carências do ponto de vista da estabilidade e especialização das equipas das Comissões de Proteção de Crianças e jovens.

“As CPCJs são constituídas por voluntários representantes da Câmara Municipal, da Saúde, da Educação etc., pessoas que de alguma forma estavam ligadas às questões da proteção. No entanto, nem sempre os serviços colocam o profissional na comissão que está mais habilitado para aquela função na comissão, colocam necessariamente, muitas vezes, em função do seu próprio serviço. De repente é substituído por um novo representante e passamos a vida a mudar de profissionais.” (I)

É de referir que os participantes, na sua generalidade, reconhecem o esforço significativo do Plano DOM (Desafios, Oportunidades e Mudanças) que decorreu entre 2017 e 2012

que se traduziu, na prática, na maior qualificação das equipas técnicas das casas de acolhimento.

É de referir que os participantes, na sua generalidade, reconhecem o esforço significativo do Plano DOM, que se traduziu, na prática, na maior qualificação dos profissionais. Na perspetiva dos participantes, com o Plano Dom e o Plano SER+ houve um conjunto de práticas que capacitaram os técnicos, asseguraram a supervisão e permitiram que novos profissionais integrassem as equipas, o que resultou no desenvolvimento de equipas mais capacitadas. No entanto, os participantes referem que a rotatividade, a saída e entrada de profissionais no sistema continua a ser uma realidade e é reflexo da falta de condições e de estabilidade na carreira.

Para além disso, os participantes destacaram a necessidade de existir formação específica na área, designadamente, formação dirigida aos diferentes intervenientes que acompanham a medida de colocação em acolhimento familiar.

De acordo com os participantes, um grande desafio do acolhimento familiar é a dimensão da manutenção das famílias de acolhimento, justificada pela falta de suporte formal dos técnicos ou das instituições às famílias.

“Algo muito importante na retenção é o suporte contínuo das entidades, o acompanhamento das famílias de acolhimento. De como é que as famílias depois de acolherem as crianças, e com as dificuldades que surgem no processo, como é que elas lidam com as dificuldades e se têm apoio. (I)

De acordo com os participantes, a dimensão da relação dos diferentes técnicos, o gestor do processo e equipa de acompanhamento com as famílias, é uma dimensão fundamental para a manutenção e retenção das famílias de acolhimento. Neste sentido, os participantes destacaram a necessidade de existir formação específica na área para os diferentes intervenientes que acompanham a medida de colocação em acolhimento familiar.

Um dos participante assinala que esta relação, pode, e deve desenvolver-se, à semelhança da relação que se estabelece entre a equipa técnica e a equipa educativa numa casa de acolhimento:

“Vamos supor que a equipa técnica são as pessoas que fazem a supervisão e o acompanhamento, que decidem e acompanham a medida e concretizam, e a equipa educativa passarão a ser as famílias de acolhimento. Isto obviamente

implica uma boa relação, espírito de equipa, trabalho em equipa e implica considerar que os acolhedores, fazem parte do sistema, fazem parte da resposta, de que são uma peça fundamental no programa e que não são vistos como algo exterior à resposta. (E)

A exigência do trabalho de acompanhamento desta medida, durante a permanência da criança na família, é também um dos principais desafios identificados pelos participantes. Enquanto “no acolhimento residencial o acompanhamento da criança é diluído e tratado em várias dimensões pela equipa educativa, pela equipa técnica, pela diretora técnica, pela psicóloga e pela assistente social”. Na família de acolhimento, o problema é tratado pela família, que vai solicitar rapidamente o apoio da equipa técnica de acompanhamento, em momentos de situações de crise e de pressão, momentos de desgaste emocional, na gestão de comportamentos problemáticos, bem como na mediação dos contactos das crianças e jovens com as suas famílias biológicas.

De acordo com os participantes, do ponto de vista do acompanhamento a medida de acolhimento familiar é uma medida exigente, que requer acompanhamento muito regular e sobretudo tecnicamente muito próximo.

“Estão sempre a acontecer coisas. Há sempre questões: problemas na escola, dificuldades, faltas da escola, gestão da comunicação, das visitas, da família biológica, são várias as questões. (J)

Sublinha-se que, na perspetiva dos participantes, é essencial que as equipas técnicas estejam disponíveis e atentas, numa relação próxima com as crianças e as famílias de acolhimento, que façam visitas e que estejam disponíveis para responder às dificuldades e às necessidades das crianças e das famílias de acolhimento. A maioria dos participantes considera que é fundamental que se constituam equipas técnicas que se dediquem somente ao acompanhamento do acolhimento familiar.

Para assegurar a qualidade do trabalho de acompanhamento, os participantes advertem que cada profissional deve acompanhar um número reduzido de famílias de acolhimento. Os participantes identificam que para assegurar a qualidade de acompanhamento, o número de famílias de acolhimento por técnico não deve exceder de 15 famílias.

De acordo com os participantes, uma vez que o acolhimento familiar implica uma grande “capacidade de gestão de expectativas e desejos”, “momentos de desânimo e entusiasmo”

assim como de outros fatores, como a morosidade do desenvolvimento dos processos e de questões ligadas às dinâmicas das famílias”.

O acolhimento familiar exige competências específicas por parte dos profissionais que o acompanham, nomeadamente competências de relacionamento, empatia, sensibilidade e tempo, para a aproximação e a manutenção de relações de confiança e de suporte às famílias de acolhimento.

Os participantes consideram ainda que a equipa de acolhimento tem um papel essencial no estabelecimento da ponte entre a família de origem da criança e a família de acolhimento, assim como na promoção da cooperação entre as duas famílias.

“Eu diria que aquilo que me parece importante, é a ideia da qualidade das relações. Uma das questões que surge é a dificuldade de comunicação das famílias de acolhimento com a família de origem, mas também com as equipas técnicas, com os profissionais. Portanto esta ideia, é uma ideia muito importante para além do treino. A relação é o primeiro contexto de aprendizagem e, portanto, não há forma de treinar famílias e as envolvermos neste papel se não houver uma relação segura relativamente a todas as outras dimensões da formação, mais objetivamente no que se relaciona com a formação dos próprios técnicos, as suas competências no estabelecimento de relações empáticas. A ideia de relações de qualidade com os próprios técnicos é uma ideia que é muito importante relativamente ao sucesso da intervenção”. (I)

Os participantes nesta investigação, consideram que o tema da convivência com a família de origem é um dos temas mais desafiadores da medida. Deste modo, exige que a equipa técnica empreenda esforços no sentido de “capacitar a família de acolhimento a perspetivar-se numa das bases deste triângulo, que é a relação com a criança e com a família de origem”. São temas sensíveis quer na formação, que no próprio acompanhamento e na avaliação das famílias de acolhimento. A “questão da pluriparentalidade, a capacidade de as famílias de acolhimento integrarem e partilharem esta parentalidade que vão ter temporariamente, com mais ou menos tempo, com a parentalidade existente, e que deve ser fortalecida na criança”.

Neste contexto, é necessário que o acolhimento seja perspetivado por todos os intervenientes como a “ativação de um recurso adicional”, e não como “uma substituição permanente da família biológica”. Esta conceção, pode e deve permitir que a transição e

adaptação da criança ao novo meio familiar ocorra com mais tranquilidade e segurança para a criança, para a família de origem e para a família de acolhimento. De acordo com uma participante, “a ideia é sempre de mapear recursos, de agregá-los e não de nos substituírmos.” (I)

“Esta é outra área importante, se souberem apostar na abertura das famílias para criarem relação com as famílias de origem, se isto for bem feito não há como a criança não voltar a família de acolhimento para visitar, para estar, para conviver e haver uma relação que permaneça no fim do acolhimento familiar.” (T)

Uma das questões identificadas como desafio, é a própria estabilidade das relações da vida da criança. De acordo com os participantes “A supervisão às famílias biológicas ou de acolhimento, deve ter naturalmente uma orientação para aquilo que é a estabilidade do ponto de vista relacional, da qualidade das relações e da segurança da criança, tanto ao nível da tomada de decisão, como do planeamento da própria intervenção.”

Os participantes, consideram que um dos aspetos fundamentais para o sucesso do acolhimento é o reconhecimento e a valorização das famílias de acolhimento.

A família precisa de ser valorizada pelos diferentes intervenientes, designadamente pelas equipas técnicas que a acompanham, isto é, a equipa de acompanhamento da entidade enquadradora e o gestor do processo. De acordo com os participantes, e como referido, “é importante que estes profissionais validem as competências das famílias, portanto no fundo é uma abordagem positiva, uma abordagem muito centrada no esforço.” Do mesmo modo, que quando há críticas sucessivas e procura de aspetos negativos da parte dos profissionais relativamente ao desempenho das famílias, “gera-se um clima de desconfiança relativamente ao desempenho da família de acolhimento”, nestas situações é natural que a família sinta que não tem capacidade para continuar.”

Os participantes, reconhecem que o acolhimento familiar de facto é “desafiante” e empreende um “grande esforço” por parte das famílias acolhedoras, “por muito por mais simples e por menos complexo que seja um determinado acolhimento”.

De acordo com os entrevistados, dada a complexidade e a necessidade de adaptação constante destas famílias, se a família não for valorizada, naturalmente se desmotiva.

Assim, os participantes reconhecem que é necessário que as equipas técnicas, que colaboram com a família de acolhimento, alimentem a motivação da família para o

acolhimento, tanto na fase inicial “desde que a família está apta a acolher” até que verdadeiramente começar a acolher, e mesmo quando “está em bolsa, já com experiência, mas que não se encontra a acolher”.

Neste contexto, os participantes consideraram determinante que, o facto de os profissionais continuarem em contacto com as famílias de acolhimento, valorizarem e motivarem estas famílias, é uma peça imprescindível à manutenção e à retenção das famílias de acolhimento.

4.7. Características da medida de acolhimento familiar

4.7.1 Necessidade percebida de mudança

Ao longo das entrevistas, a opinião dos participantes foi consensual quanto à necessidade do desenvolvimento do acolhimento familiar em Portugal.

“Falávamos há pouco da alteração de 2015 vamos pô-la em prática de uma vez por todas e, portanto, começa logo aqui com uma aposta política concertada com avanços sólidos.” (R)

Na perspetiva dos entrevistados, Portugal tem um contexto propício ao desenvolvimento desta medida. Neste sentido é identificada uma cultura de acolhimento, o ser um “país católico”, o “sentimento de missão”, crenças e atitudes partilhadas como as de “ajudar o outro”, a disponibilidade, “onde comem 3, comem 4”, uma cultura que apresenta disponibilidade para a dinamização do acolhimento familiar.

De acordo com os participantes, a resposta de acolhimento familiar, aliás como outras respostas que proporcionaram um enquadramento familiar informal a crianças e jovens “*são respostas e soluções que existiram informalmente ao longo dos séculos, e que se verificaram ser boas respostas, sobretudo em Portugal, e de acordo com a tradição portuguesa*” (D).

Estas respostas, assentes essencialmente na “boa vontade e no espírito de solidariedade comunitária” coexistiram desde sempre com os sistemas formais, o sistema assistencialista de asilos e de orfanatos, e proporcionaram geralmente melhores resultados do que as respostas formais. As regulamentações destas respostas negaram a vontade destas soluções, privilegiando a regulamentação e o controlo permanente, a inspeção e,

portanto, o privilégio dos sistemas que se pensavam serem facilmente controláveis, facilmente inspecionáveis, *“não deixando de ser um erro crasso, porque todos nós sabemos que não são estas instituições, por mais reguladas que sejam que evitam ou impeçam que o abuso surja”* (D).

Alguns participantes consideram que Portugal não tem uma cultura de acolhimento familiar, e que como tal *“a nível social não está preparado ou prevê a possibilidade de, em termos de projeto de vida familiar, receber uma criança com a qual não tem um vínculo à partida”* (G).

Outros participantes consideram que existe, de facto um potencial de acolhimento na sociedade portuguesa, onde impera um sentido comunitário na responsabilidade para com os mais vulneráveis, mas que *“este potencial foi desperdiçado e eliminado progressivamente pela regulamentação excessiva e pelo crescimento das respostas das grandes instituições”* (D). É neste sentido que um participante infere que *“cá a disponibilidade é imensa, tem é que se dar coerência à disponibilidade das pessoas”* (B).

4.7.2 Benefícios do acolhimento familiar

De acordo com os participantes a grande vantagem do acolhimento familiar é proporcionar o acolhimento familiar, ainda que, perante a impossibilidade de a criança ficar junto de outro familiar, que subsista a possibilidade de esta ser integrada num contexto familiar.

A opinião dos participantes é consensual, o acolhimento familiar é uma medida que tem que ser privilegiada, quando efetivamente existe a necessidade de acolhimento. Os participantes evidenciam maioritariamente, que o contexto natural de desenvolvimento é um contexto familiar, e referem ter a certeza que é benéfico para as crianças, em situação de acolhimento, terem a possibilidade de crescerem num contexto familiar, com rotinas de família e com pelo menos uma referência cuidadora estável, com atenção individualizada às suas necessidades.

“A família está presente no modo como nos relacionamos com os outros, os limites que são aprendidos porque se gosta de alguém, são limites completamente diferente dos limites da escola ou de outras instituições. Se acreditamos que é na família que se constrói toda esta organização interna de afetos, da preocupação

com o outro, de ligação, interajuda e de cooperação então faz sentido o acolhimento familiar, enquanto medida de acolhimento preferencial. Para mim faz todo o sentido.” (N)

“A principal potencialidade do acolhimento familiar é decorrer numa família, é proporcionar a uma criança um contexto familiar, que ela infelizmente não pode ter temporariamente na sua família de origem, e permitir que encontre o afeto, a segurança, a permanência, às vezes a permanência que não encontra ou que pode não encontrar, momentaneamente, na sua família de origem. Essa é a grande vantagem.” (E)

Algumas vezes, os benefícios do acolhimento familiar são identificados em oposição ao acolhimento residencial, como por exemplo a possibilidade de a *“criança acolhida poder falar da sua realidade na escola e junto de amigos, sem relatar um contexto institucional (...) poder ter direito a uma vida mais normativa” (F).*

“Permitindo crescer num meio familiar, que invista seriamente no desenvolvimento da criança, na sua capacitação, seja pensando no seu regresso à família seja preparando-a para outro quadro familiar, seja a adoção, o apadrinhamento civil ou até uma integração num outro sistema, ou confiança a pessoa idónea ou confiança a outro familiar, Mas essencialmente esta é a grande vantagem que o acolhimento familiar traz de facto. É permitir à criança deixar de experimentar o sentido de abandono. É algo que eu sempre percebi em crianças que estão em instituições, que querem muito estar em família.” (G)

“Por muito boa que seja uma instituição, não é um modelo familiar. Há uma enorme rotatividade de cuidadores, rotinas e atividades, quase sempre de carácter grupal onde normalmente o espaço único é bastante difícil de ser promovido. Todos nós, especialmente no nosso desenvolvimento, precisamos de atenção individualizada e compromisso pessoal, de presença e disponibilidade, de boas figuras de afeto” (O)

Os participantes assinalam que esta medida é interessante precisamente nesse aspeto, porque, no fundo, faz uma interface entre a dimensão pública e privada: *“Quem dá a resposta é a família que opera numa dimensão absolutamente privada, particular, mas que não pode estar fechada, tem que haver um controlo público sobre como essa família*

que acolhe, responde às necessidades da criança. É também uma medida curiosa, neste sentido, pela articulação da área pública e privada.” (E)

Os participantes identificaram que uma das grandes vantagens desta medida, ao contrário do que sucede, por exemplo, com a adoção, é simultaneamente permitir a manutenção do contacto com a família de origem, e a previsível continuidade dos laços e vínculos afetivos, criados após a cessação do acolhimento da criança, na família de acolhimento.

“Isto é outra área importante, se souberem apostar na abertura das famílias para criarem relação com as famílias de origem, se isto for bem feito não há como a criança não voltar a família de acolhimento para visitar, para estar, para conviver e haver uma relação que permaneça no fim deste acolhimento familiar.” (T)

4.7.3 O acolhimento familiar pela família alargada

De acordo com os participantes, o acolhimento familiar pela família alargada é uma possibilidade definida nos sistemas de proteção de crianças e jovens em vários países. No entanto em Portugal, a partir de 2008, esta hipótese foi vedada.

A impossibilidade de acolhimento familiar pela família alargada foi um aspeto destacado por todos os participantes do estudo: “Pode se questionar algumas das soluções do legislador, nomeadamente continuar a vedar o acolhimento familiar aos familiares da criança”, sublinhando que já quando a alteração legislativa surgiu, “em 2008, significou um decréscimo no ponto de vista do número de famílias de acolhimento em Portugal”.

“Em Inglaterra e noutros países anglo-saxónicos esta opção é o kinship care, englobada no âmbito do acolhimento familiar. Penso que Portugal devia incluir o acolhimento junto de outro familiar no âmbito do acolhimento familiar e providenciar aos familiares que conhecem as crianças todos os apoios que as famílias de acolhimento têm. Portanto tenho dificuldades em perceber, não consigo encontrar uma justificação” (P)

“Independentemente de termos as guardas, acho que não se pode colocar o ónus só na família só porque é a família alargada.” (B)

A maioria dos entrevistados reconhece que esta é uma modalidade de acolhimento com elevada representatividade e em crescimento em vários países, salientando que

compreende vantagens como “permitir que seja atribuído um apoio económico aos parentes que acolhem as crianças”, um recurso que não recebem “no âmbito da medida de apoio junto de outro familiar”, “permitir a supervisão e formação destas famílias” (E) e ainda advertem para o facto do apoio junto de outro familiar ter um limite de tempo de 18 meses.

“Acho que foi uma oportunidade perdida de arranjar uma solução que seria em muitos casos benéfica para as crianças e por simplesmente não compreendo. Vedamos os familiares destas crianças aos apoios económicos e sociais que permitiriam, em muitos casos, criar condições para poderem acolher”

“Nós já temos muitos processos de situações em que os avós os tios já estão a acolher outras crianças dos meus pais ou então tem como é óbvio os filhos próprios de quem cuidam. Isso leva muitas vezes estes familiares a dizerem que já não conseguem, que não podem. O facto de os familiares poderem constituir-se como uma família de acolhimento tem vantagens por um lado a nível económico, porque quer se queira quer não é um fator de decisão. Por outro lado, têm outros tipos de apoios, subsídios, apoio económico e apoio técnico das instituições de enquadramento que no âmbito de uma medida de apoio junto de outro familiar não tem. Penso que seria benéfico para as crianças terem a possibilidade de que os seus familiares pudessem constituir como família de acolhimento.” (P)

Neste sentido, os entrevistados afirmam que a possibilidade de acolhimento familiar por família alargada, para além dos benefícios para as crianças e para as famílias, seria um modo de “potenciar o número de famílias de acolhimento” e que possibilitaria uma maior expressão da medida, advertindo para a dificuldade, de que somente o aumento do número de famílias de acolhimento sem laços de parentesco possa tornar o acolhimento familiar, de facto, uma solução viável para as comissões de proteção e para os tribunais “em todos os distritos de Portugal, com uma distribuição equitativa e justa”.

4.7.4 Potencial do acolhimento familiar

Ao longo das entrevistas, os participantes identificaram o desenvolvimento do acolhimento familiar como uma das principais alavancas para a desinstitucionalização, a

par da intervenção com as famílias de origem, e um maior investimento na promoção de respostas de autonomia.

Consideram que o acolhimento familiar tem o potencial de alteração do paradigma do acolhimento em Portugal atual, sendo esse é um fator explicativo da resistência que esta medida tem vindo a conhecer ao nível do seu desenvolvimento e implementação.

“Todos os processos de mudança significativos encontram resistência e os profissionais já intuem que isto vai mudar de facto muito, vai exigir repensarmos o sistema nacional de acolhimento” (C).

Neste sentido, os participantes consideram que a resistência ao acolhimento familiar “não tem a ver com questionar-se a adequação do acolhimento familiar”, mas deve-se ao seu potencial intrínseco, de mudança, que encontra dificuldades, vários desafios à sua implementação” (C).

Na perspetiva dos participantes, o acolhimento familiar, pode vir a projetar alguma alteração do paradigma de outras respostas relativamente às crianças, designadamente a adoção, e outras formas de intervenção familiar.

Deste modo, esperam que as novas campanhas de acolhimento familiar cumpram o seu potencial de ressuscitar a “vontade e o potencial humano, comunitário e de responsabilidade que está presente em cada português, designadamente no que toca à relação com as crianças”. Como referido anteriormente, a cultura portuguesa apresenta uma cultura familiar centrípeta, com laços familiares muito fortes especialmente em relação às crianças. É nesse sentido, no ressuscitar de soluções baseadas na comunidade, que os participantes deste estudo acreditam que de facto o acolhimento familiar pode fazer a diferença.

Consideram que o acolhimento familiar apresenta um alastrar de benefícios, “não só para a criança que dele beneficia diretamente, mas para os dois sistemas familiares em que esta criança se insere”, e igualmente “no bem-estar da comunidade onde está integrada”.

“Desenvolvendo o acolhimento familiar em proximidade, assistir-se-á ao desenvolvimento de um maior “espírito comunitário, de apoio e de responsabilidade pelo bem-estar das crianças e de todos nós”. (D)

Os participantes consideram também que o acolhimento familiar traz uma maior pressão a “qualquer coisa que também poderia estar mais, desvalorizada ou esquecida, que é este trabalho permanente de capacitação da família de origem, de preservação do vínculo”, exatamente pela necessidade de evitar ruturas.

Consideram ainda que a relação que se estabelece entre as famílias de acolhimento e as famílias de origem da criança, desmistificando também algumas famílias “que tradicionalmente são diabolizadas porque são maltratantes, são negligentes”, através do conhecimento destas famílias, da sua história e do acompanhamento. Deste modo, os participantes consideram que a coexistência responsável entre estes dois sistemas familiares fará a diferença quanto à capacitação das famílias de origem.

Por outro lado, os participantes partilham a expectativa de que o acolhimento familiar seja um contributo para um trabalho mais eficaz com as famílias de origem de forma a possibilitar uma mais rápida reintegração familiar e um trabalho mais rápido e eficaz no progresso dos projetos de vida das crianças e jovens.

“É uma expectativa que não tenho resposta, tenho indícios que isso pode acontecer. Já tivemos várias saídas do acolhimento familiar neste curto espaço de tempo, famílias que já acolheram mais do que uma criança. As crianças que saíram para o acolhimento familiar e que saíram para reintegração familiar e adoção, tiveram um tempo de permanência muito inferior às médias expressas no relatório CASA, em relação ao acolhimento residencial.” (D)

Por fim, é consensual entre os participantes que o acolhimento familiar apresenta um custo-benefício superior à resposta de acolhimento residencial, que esta é uma resposta eficaz e mais sustentável a nível financeiro.

“Uma criança em acolhimento residencial para nós, custa qualquer coisa como 6 a 7 vezes mais do que em acolhimento familiar. Uma criança em resposta de autonomia custa 12 a 13 vezes menos de que uma criança em acolhimento residencial. Uma criança na família intervencionada com um CAFAP custa menos 20 vezes.” (O)

Os participantes consideram que as vantagens do acolhimento devem ser vistas na perspetiva de “estarmos munidos de uma resposta que vai de encontro às necessidades das crianças, e quando nós pensamos numa perspetiva a longo prazo, nós sabemos que,

neste momento, implementar o sistema de acolhimento familiar é muito caro, ou seja, exige um grande investimento num curto espaço de tempo, mas trás, naturalmente, vantagens do ponto de vista económico, não só no investimento direto, se em comparação com o acolhimento residencial, mas claras vantagens a longo prazo” (I), “noutros custos que não estão avaliados financeiramente, nomeadamente o futuro das crianças e jovens, o seu bem-estar psicológico e social” (D).

“A ideia de implementar um sistema de acolhimento familiar que seja de sucesso, traduzir-se-á no menor número de jovens que precisará de acolhimento residencial e, portanto, caminharemos para um acolhimento residencial mais especializado – um acolhimento residencial que responde a um grupo específico. Quando olhamos para o acolhimento familiar, este responderá naturalmente ao conjunto de crianças, em particular, as mais pequenas e com menos necessidades psicológicas adicionais, e responderá de forma adequada às suas necessidades. Portanto será no fundo, também aqui, um buffer para outras dificuldades, do ponto de vista pessoal psicológico e social. Ou seja, há um conjunto de resultados, digamos assim, da implementação desta medida que não são imediatos, mas que de facto quando nós olhamos para diferentes contextos sociais europeus estas diferenças são visíveis” (I)

Capítulo 5. Discussão

Os países europeus têm vindo a aderir de forma progressiva a uma política de desinstitucionalização de crianças e jovens, estando esta já consolidada em muitos países (Eurochild, 2010; Negrão et al., 2019). No entanto, apesar dos avanços descritos no âmbito do quadro legal e da regulamentação da execução desta medida pública, Portugal ainda é um dos países da Europa com as mais baixas taxas de colocação de crianças e jovens em acolhimento familiar (ISS, I.P., 2020).

Tendo como intenção contribuir para o desenvolvimento dos esforços dirigidos à implementação do acolhimento familiar em Portugal, este estudo analisou os fatores que influenciam a implementação do acolhimento familiar em Portugal, as potencialidades da medida e as principais recomendações, na perspetiva de profissionais e especialistas do sistema nacional de acolhimento de crianças e jovens.

Os principais resultados deste estudo, mostram harmonia com a evidência da literatura científica na área da ciência da implementação, que afirma que a implementação de novos programas e, por conseguinte, novas práticas nos serviços públicos, é influenciada por diversos fatores relacionados com os indivíduos, organizações, sistemas, estruturas e os contextos multiníveis sociais e políticos em que esta ocorre (Aarons et al., 2011, Becan et al., 2018).

A nível do contexto político e do sistema alargado, os participantes consideram que a existência de uma matriz cultural e política de institucionalização no país tem constituído um obstáculo à implementação de novas soluções baseadas na comunidade. Neste sentido, o facto do sistema nacional de acolhimento se caracterizar como um sistema concentrado na resposta de acolhimento residencial/institucional, como uma rede desenvolvida e instalada, que cobre todo o território nacional, é apontado como um dos principais fatores que influenciam a implementação desta medida a nível nacional (Martins, 2006).

Neste contexto, é apontado a existência de interesses instalados, interesses que não estão alinhados com a intervenção e que, por sua vez, entram em conflito, e podem inclusivamente bloquear ou influenciar, em distintas formas, os esforços de implementação do acolhimento familiar como uma medida alternativa e efetiva ao acolhimento residencial/ institucional.

A reduzida expressão do acolhimento familiar é também associada por Delgado (2010) à fraca divulgação da resposta, sublinhando que a falta de investimento na divulgação desta medida resultou na estagnação desta medida em Portugal.

Em harmonia com a evidência científica, o desconhecimento geral sobre esta medida pública foi identificado como um dos principais desafios do desenvolvimento da medida em Portugal (Delfabbro et al., 2008). Os resultados deste estudo afirmam que o desconhecimento resulta, maioritariamente, da falta de divulgação e de sensibilização da comunidade e dos profissionais da área, relativamente às vantagens e importância do acolhimento familiar no âmbito da proteção de crianças e jovens em situação de perigo.

Neste contexto, considera-se fundamental que haja um investimento substantivo na sensibilização e conscientização da comunidade e dos profissionais, através do desenvolvimento de campanhas permanentes e diversificadas a nível nacional, assim como, o desenvolvimento de campanhas locais, adaptadas às diferentes necessidades do contexto.

Na literatura, são identificados diferentes tipos de recrutamento/sensibilização da comunidade (Delfabbro, Borgas, Vast & Osborn, 2008; López Del Valle, & Arteaga, 2010). As estratégias de recrutamento geral caracterizam-se por ser uma divulgação básica e indiferenciada do acolhimento familiar ao público geral, difundidas regularmente por anúncios de televisão, rádio, outdoors, jornais, redes sociais, entre outros meios, com divulgação a nível nacional. Todavia, estas campanhas mostram-se mais eficazes no que se refere à educação e à informação da comunidade em geral, do que para o recrutamento de novos acolhedores.

Os resultados, em harmonia com a evidência científica referem que, posteriormente, devem ser realizadas campanhas mais focadas e mais direcionadas, permitindo que os potenciais candidatos tenham acesso a mais e melhor informação sobre os desafios do acolhimento familiar (Delfabbro et al., 2008).

Nestas campanhas deve ser, desde logo, clarificado o que é o acolhimento familiar, qual a sua função, como se operacionaliza e qual a sua importância na proteção de crianças e jovens em situação de perigo. Sublinha-se ainda, a importância da participação das famílias de acolhimento nas campanhas de sensibilização, na promoção de debates e sessões de esclarecimento sobre esta medida, uma vez que os testemunhos das famílias

de acolhimento, constituem elementos essenciais na desmistificação e informação sobre o que é, e como é, a experiência de acolhimento familiar (Delgado, 2011).

Neste sentido, um dos principais desafios identificados à implementação do acolhimento familiar em Portugal, e que por sua vez, explicam a morosidade do seu desenvolvimento, é a falta de vontade política, de liderança e de decisão de investimento nesta medida por parte do Estado. O facto do desenvolvimento do acolhimento familiar não ser considerado como uma prioridade na agenda política e social, configura o obstáculo principal à sua implementação e à sua dinamização no território nacional.

A falta de investimento político e de uma visão sistémica para as políticas da infância em Portugal, tem vindo a ser evidenciada por Carvalho & Diogo, 2021 que consideram que não é concebível que as crianças e jovens, em situação de perigo, continuem a ser privadas da resposta de acolhimento familiar somente pela inexistência de soluções e/ou de recursos.

A definição de uma política efetiva capaz dar resposta aos desafios identificados requer pensamento estratégico a médio e longo prazo. As recomendações dos entrevistados ao longo deste estudo, incluem o desenvolvimento de uma estratégia concertada a nível nacional e o estabelecimento de metas quantitativas e de objetivos concretos, a nível nacional e distrital, de modo a permitir monitorizar o progresso de implementação do acolhimento familiar.

De acordo com Carvalho (2013) o estabelecimento de metas a médio e longo prazo, possibilitam a avaliação das mudanças e a alteração ou a consolidação das práticas no acolhimento.

As recomendações preliminares sobre esta componente do sistema incluem o desenvolvimento de um sistema de operação com procedimentos claros e estruturados. Sobressai, neste contexto, a necessidade de um documento de suporte às decisões e execução da medida com diretrizes, princípios e procedimentos estruturados, no âmbito das diferentes áreas de tomada de decisão e execução do acolhimento familiar, designadamente o recrutamento, a seleção, a formação, o acompanhamento e avaliação das famílias de acolhimento, de modo a garantir a uniformização dos procedimentos e assegurar a qualidade da intervenção.

Neste sentido, Rycus & Hughes (2008) notam que a falta de clareza e definição de diretrizes no âmbito da tomada de decisão, geram muitas vezes confusão entre os profissionais e possibilitam que exista uma variabilidade individual que não é desejada em decisões que acarretam um grande impacto na vida das crianças, jovens e famílias.

A ausência de informação sobre as competências, e o modelo de acompanhamento próximo que a execução desta medida exige, já tinha sido alvo de preocupação por Carvalho & Diogo, 2021 que afirmaram que o Decreto-Lei nº138/2019 parece “descurar o dever do Estado na garantia da modalidade adequada de supervisão das próprias famílias de acolhimento”.

Neste sentido, evidencia-se a importância da coesão dos princípios orientadores da intervenção, de modo a garantir que a execução da medida é rigorosa e criteriosa. Carvalho (2013) afirma que a definição e coesão dos princípios orientadores da conduta dos profissionais em funções, nas entidades que prestam cuidados alternativos é um passo promotor da mudança na intervenção. Esta definição apresenta a vantagem de promover uma uniformidade nos padrões exigíveis na prestação deste tipo de resposta social, uma vez que estabelece as “responsabilidades dos profissionais, para si próprio, para as crianças e jovens e das famílias junto de quem intervém, para com outros profissionais, para com a entidade laboral, para a sua profissão e para a sociedade”.

Todavia, de modo a ter correspondência na prática quotidiana, a elaboração de objetivos e metas exequíveis, estruturação dos procedimentos e coesão dos princípios orientados, precisa de ser construído mediante a auscultação dos profissionais no terreno, de modo a ser apropriado por estes, exigindo a participação e a aceitação dos profissionais a que se destinam (Carvalho, 2013)

Para além do suporte instrumental, através da criação de documentos de suporte às decisões e execução do acolhimento familiar, os resultados deste estudo apontam para a necessidade de existir uma estrutura que forneça suporte técnico no processo de implementação do acolhimento familiar nas entidades gestoras e nas entidades de enquadramento. Neste sentido, é recomendada a criação de equipas centralizadas que providenciem apoio especializado à implementação da medida. As equipas de implementação são consideradas na literatura um fator crucial ao processo de implementação em contextos alargados (Aarons & Sommerfeld, 2012).

A supervisão e avaliação dos programas de acolhimento, são ainda consideradas como imperativos para assegurar a qualidade da intervenção. De acordo com Carvalho (2013) estes mecanismos são decisivos para a mobilização das equipas e para a reflexão crítica sobre a atuação desenvolvida junto das crianças e jovens e famílias.

A supervisão de profissionais do acolhimento familiar tem sido identificada como essencial à qualificação e ao sucesso do acolhimento familiar, na medida em que, simultaneamente maximiza o desempenho e influencia a permanência em serviço dos profissionais, qualifica os acolhedores e promove o desenvolvimento e o bem-estar da criança em acolhimento familiar (Atukpawu, Mertinko, Graham, & Denniston, 2012)

Os resultados desta investigação indicam-nos que a supervisão ser perspectivada a dois níveis: um primeiro nível que diz respeito ao contexto específico de cada entidade de enquadramento e ao seu programa de acolhimento familiar, assente na promoção da reflexão, partilha de conhecimentos e debate dos casos; e um segundo nível, relativo aos mecanismos de supervisão exercidos pela autoridade oficial que o rege, uma supervisão nacional que assegure que todos os princípios-base estão a ser salvaguardados, providenciando suporte técnico, para ajudar a refletir e a pensar com outros técnicos. (Carvalho, 2013, Rodrigues, 2019).

Neste sentido, é recomendado ainda, que seja criado um mecanismo externo de avaliação, realizado por peritos independentes, que garanta a uniformização e a qualidade da intervenção dos serviços de acolhimento a nível nacional, acautelando potenciais conflitos de interesses na relação entre as entidades gestoras e de enquadramento (Carvalho & Diogo, 2021).

Na raiz dos desafios relacionados com a monitorização, supervisão e avaliação dos programas de acolhimento familiar, foi identificado um sistema de gestão de informação pouco útil e eficiente, com limitações a nível da clareza na comunicação e na disponibilização de dados decisivos, tanto para a avaliação crítica na tomada de decisões, como para o planeamento da intervenção das entidades gestoras e enquadradoras.

As dificuldades na disseminação das informações de um modo rápido, eficiente e contínuo, e a qualidade e transparência dos dados dos processos de acolhimento, indicam a necessidade de investimento no desenvolvimento de uma base de dados atualizada, que permita a monitorização contínua das medidas de cuidados alternativos, e informe a

melhoria da qualidade dos serviços de suporte ao acolhimento (Peckover, Hall & White, 2009).

A aposta numa comunicação clara na divulgação do trabalho das organizações intervenientes, também tem implicações ao nível do estudo científico do acolhimento em Portugal. Infere-se que a carência no acesso, na qualidade e comunicação dos dados, tem constituído uma barreira ao desenvolvimento do conhecimento científico e impossibilitado a implementação e a dinamização de práticas baseadas em evidência no sistema nacional de acolhimento.

Para este fim, a investigação e validação científica dos instrumentos, das tomadas de decisão, dos procedimentos e das práticas do acolhimento em Portugal, é naturalmente um passo necessário para a coerência e consistência da intervenção (Carvalho, 2013).

Neste contexto, este estudo adverte para a necessidade premente da implementação de procedimentos baseados em evidência científica, de modo a garantir a qualidade da seleção, da formação e da avaliação das famílias de acolhimento, e sublinha ainda, a qualidade da colocação, do emparelhamento da criança com a família acolhedora, através da avaliação cuidada da correspondência das necessidades da criança e do perfil das famílias de acolhimento existentes (Akin et al., 2014).

A integração do conhecimento prático através da colaboração da comunidade (crianças e jovens acolhidos, famílias de acolhimento, famílias de origem e técnicos) e da evidência científica, através da colaboração da academia (colaboração com as universidades e estabelecimentos de ensino superior), foi identificado como um fator essencial para a promoção da qualidade dos programas de acolhimento.

O reforço da interação entre o ensino superior e a conceção de comunidade de práticas, não sendo um conceito novo, adquire uma especial relevância em contexto de acolhimento, pelo potencial de conhecimento e de aprendizagem, dada a complexidade e especificidade da intervenção. De acordo (Carvalho, 2013) esta é uma etapa necessária que permite que as entidades envolvidas no acolhimento se avaliem a si próprias e possam corresponder melhor às necessidades específicas das crianças, dos jovens e das famílias.

A especificidade e a complexidade da intervenção, assim como as tendências de mudanças no perfil da população acolhida, demonstram precisamente a necessidade de

formação regular e atualização de conhecimentos, a par da especialização e da formação específica dos profissionais em funções nesta área (Arney et al., 2013).

De facto, como referido, o acolhimento familiar é uma medida complexa e exigente, uma vez que o processo de acolhimento familiar é afetado por múltiplas variáveis e intervenientes, que por sua vez influenciam a qualidade e o sucesso do acolhimento (Delgado, 2013).

O trabalho de articulação e de parceria entre as diferentes organizações impacta positivamente as decisões e as intervenções no âmbito do processo de promoção, de proteção e do acompanhamento da medida de acolhimento da criança (Shim, 2010).

Neste sentido, as fortes práticas de trabalho em parceria em todo o território nacional, foram identificadas como sendo um fator essencial para o sucesso da implementação e execução do acolhimento familiar. Destaca-se, porém, uma falta de clareza quanto à função dos profissionais da área, que se estende ao ambiente inter-organizacional e que se manifesta na falta de articulação e de manutenção de uma relação ativa de colaboração entre as organizações.

Ao longo desta pesquisa, ao nível das características organizacionais, o desafio mais significativo a destacar foi identificado ao nível da cultura organizacional, sendo objeto de reflexão, a permanência de uma tendência assistencialista expressa por atitudes, expectativas, suposições e práticas de comunicação *top-down* dos profissionais com as famílias. Coloca-se assim em evidência, a preocupação com a existência de uma prática profissional focada na aversão ao risco, que se pauta pela procura de aspetos negativos em relação às famílias.

De acordo com Hoffman (2007), o foco nas competências das famílias, e não apenas nas suas fragilidades, deve ser reforçado pela promoção de um contexto colaborativo com as famílias, o que pressupõe a participação ativa da família, e portanto, a co-construção de um processo de mudança.

Neste contexto, revela-se crucial que os diferentes intervenientes sejam reconhecidos como “parte integrante da equipa”, ao longo dos diferentes processos inerentes ao acolhimento, em oposição à conceção destes sujeitos como “sujeitos passivos” cuja ação é “fiscalizada”. De acordo com Octoman e Mclean (2014), a vontade de envolvimento por parte das famílias de acolhimento tem vindo a ser subvalorizada, no entanto, os

acolhedores consideram crucial o suporte formal, materializado numa relação mais próxima pelos técnicos que os acompanham.

Uma das principais lacunas identificadas, ao nível do acolhimento familiar prende-se, de facto, com o fraco acompanhamento dos técnicos às famílias. Esta questão relaciona-se diretamente com questões a nível da capacidade organizacional, como a escassez de tempo, por parte de profissionais que acumulam várias funções, e fragilidades inerentes à qualificação e à formação específica destes profissionais (Diogo, 2018).

Uma vez que um dos grandes desafios do acolhimento familiar é a dimensão da manutenção das famílias de acolhimento, que muitas vezes falha por lacunas no suporte formal dos técnicos e das instituições às famílias (Delgado, 2010), considera-se fundamental, que se constituam equipas técnicas que se dediquem somente ao acompanhamento do acolhimento familiar e sublinha-se a importância da distribuição dos recursos humanos em relação ao número de processos, de forma a permitir a dedicação e acompanhamento próximo dos profissionais que trabalham com as famílias.

A atualização do conhecimento técnico, a qualificação e capacitação dos profissionais intervenientes e, sobretudo a formação específica dos profissionais na área, designadamente, formação dirigida aos profissionais que acompanham a execução da medida de colocação em acolhimento familiar foi identificada como uma dimensão fundamental da dinamização desta medida.

Neste contexto, Barbosa-Ducharme & Soares (2021) notam que as oportunidades de formação adicional, apoio e supervisão dos profissionais do acolhimento familiar, são promotoras do sucesso do acolhimento familiar, traduzindo-se, simultaneamente na especialização dos profissionais e na capacitação das famílias acolhedoras. Todavia, apesar de fundamental, a investigação sobre a formação de profissionais do acolhimento familiar é escassa.

Em consonância com a evidência científica, sublinha-se que o acompanhamento das famílias acolhedoras exige competências específicas por parte dos profissionais (Everson-Hock et al., 2012), nomeadamente competências de relacionamento, empatia, sensibilidade, disponibilidade e de tempo, para a aproximação e a manutenção de relações de confiança e de suporte, para responder às dificuldades e às necessidades das crianças e das famílias de acolhimento.

A exigência do trabalho de acompanhamento da medida de acolhimento familiar, durante a permanência da criança na família, é um dos principais desafios da dinamização desta medida. O trabalho das equipas técnicas é crucial na capacitação dos acolhedores, designadamente na gestão de expectativas e desejos, de momentos de situações de crise e de pressão, na gestão de comportamentos problemáticos, bem como na mediação dos contactos das crianças e jovens com as suas famílias biológicas (Barbosa-Ducharme & Soares, 2021).

O tema da convivência com a família de origem, é um dos temas que suscita mais anseios e abarca consigo alguns mitos sobre as dinâmicas de relacionamento dos dois sistemas familiares. São temas sensíveis quer na formação, quer no próprio acompanhamento do processo de acolhimento. Neste estudo, é evidente o papel fundamental que a equipa técnica tem no empreendimento de esforços com vista a capacitar a família de acolhimento a perspetivar-se numa das bases deste triângulo, que é a relação com a criança e com a família de origem, reconhecendo a importância das relações entre as famílias (Brown & Campbell, 2007).

Neste sentido, López e Del Valle (2016) enfatizam a necessidade de haver mais incentivos por parte dos serviços sociais, de forma a promover a relação entre ambas as famílias, uma vez que esta pode apresentar benefícios para a criança. Magalhães e colaboradores (2016) recomendam o recurso à mediação sociofamiliar, que tem como objetivo facilitar a comunicação entre as famílias e os diferentes níveis do sistema social e de proteção da criança e do jovem.

Esta forma de intervenção objetiva o *empowerment* das famílias do ponto de vista individual e social, minimizando eventuais conflitos entre as partes intervenientes no processo, e permitindo a aproximação das interações e relações necessárias, centradas no bem-estar e desenvolvimento da criança e dos jovens (Magalhães et al., 2016).

Desta forma, uma boa relação entre os sistemas familiares permite o reconhecimento de práticas adequadas e treino de estratégias parentais que, por sua vez, podem potenciar a reunificação familiar (Pinheiro e Magalhães, 2021) e assegurar a continuidade das relações entre os dois sistemas familiares e a criança, após a cessação de acolhimento.

Por fim, as dimensões de manutenção do contacto, valorização e motivação das famílias de acolhimento pelos diferentes profissionais, foram identificadas ao longo da pesquisa, como peças imprescindíveis à manutenção e retenção das famílias de acolhimento, que é,

por sua vez, um elemento central da implementação e da dinamização do acolhimento familiar (Gouveia et al., 2021).

Vários autores defendem que o acolhimento familiar pode, e deve ser, um contexto de parceria, de participação e de abertura, preservando a relação da criança com a família de origem, os pais e outros familiares (Amorós & Palácios, 2004, David, 2000, Delgado, 2012).

Este estudo sublinha a importância da valorização das famílias de acolhimento pelos diferentes intervenientes, designadamente pelas equipas técnicas que a acompanham e, sobretudo pela equipa de acompanhamento da entidade enquadradora e o gestor do processo, designado pela entidade gestora. Os resultados do estudo, salientam a importância da validação das competências das famílias pelos profissionais, através de uma abordagem centrada nas forças e competências das famílias, assim como, a motivação da família para o acolhimento tanto na fase inicial (o momento em que a família está apta a acolher), como durante a fase do acolhimento e ainda, quando a família se encontra em bolsa (quando a família já tem experiência, mas não se encontra a acolher).

A opinião dos participantes é consensual: “o acolhimento familiar não pode ser entendido como uma resposta por si só, mas ao invés disso, deve ser entendido como parte da resposta”. Deste modo o acolhimento familiar não pode, nem deve, ser perspectivado como parte de um duelo ou de concorrência entre o acolhimento residencial e o acolhimento familiar ou de outras medidas de promoção e de proteção, uma vez que a melhor medida é sempre aquela que melhor é capaz de dar resposta à complexidade do contexto, perfil e necessidades das crianças e dos jovens, impondo-se assim, uma gestão diferenciada de cada caso.

Neste sentido, ao longo deste estudo sublinhou-se a necessidade de investimento na dimensão da prevenção, como a sinalização das situações de perigo o mais cedo possível, e a necessidade de garantir a qualidade e a abrangência da intervenção, em meio natural de vida, junto das crianças e das famílias.

Em harmonia com esta conceção, perspetivar a implementação do acolhimento exige que se atenda às dimensões, quer a jusante, quer a montante do acolhimento de crianças, designadamente a prevenção das situações de retirada, assim como a intervenção intensiva com a família de origem, quando se perspetiva a reunificação familiar.

Deste modo, os resultados do estudo advertem para a necessidade, previamente identificada, de investimento no trabalho de prevenção e de intervenção com a família de origem, tendo em conta a morosidade dos processos das crianças e jovens em situação de acolhimento familiar e a tendência largamente identificada de eternização dos seus processos (Akin & McDonald, 2018; Hautmann et al., 20018).

Por fim, um dos pontos que importa atender prende-se com a distinção do tipo de acolhimento familiar em duas grandes categorias, que são produto de factores históricos e culturais complexos e que originam grandes diferenças (Del Valle, López, Montserrat, & Bravo, 2009). A primeira categoria, o *kinship care*, remete para a possibilidade da criança ser acolhida junto dos seus familiares; e na segunda, o *non-kinship care*, o acolhimento faz-se por famílias de acolhimento, sem laços familiares com a criança (Assembleia Geral das Nações Unidas, 2009).

A impossibilidade do acolhimento familiar pela família alargada, decorrente da alteração legislativa do decreto-lei 2008, que continuou a ser vetada com o decreto lei- 2019, é identificada como um dos principais obstáculos à implementação efetiva do acolhimento familiar em Portugal, sublinhando-se a representatividade desta resposta em vários países (Delgado, 2013).

De acordo com Delgado (2020) as opções políticas no âmbito do acolhimento familiar pela família alargada constituem, sem dúvida, “um dos traços marcantes que distingue o sistema de acolhimento português do de outros países com modelos de proteção semelhantes, e contribuem, em parte, para explicar o predomínio do acolhimento residencial no sistema de acolhimento português”.

Segundo os resultados deste estudo, e em concordância com Delgado & Gersão (2018), apesar do enquadramento dos parentes acolhedores na medida de apoio junto de outro familiar esteja correto sob o ponto de vista jurídico, veio colocar várias dificuldades práticas, uma vez que esta resposta carece de apoios económicos seguros e também apresenta uma duração limitada no tempo.

Neste sentido, infere-se que o acolhimento familiar pela família alargada, para além de apresentar benefícios para as crianças e para as famílias, possibilita uma maior expressão do acolhimento familiar em Portugal, permitindo que esta resposta seja, efetivamente, uma solução viável e com uma distribuição justa e equitativa em todos os distritos de Portugal.

Por último, é na discussão das características da medida de acolhimento familiar que emerge um resultado inesperado. Os resultados deste estudo revelam que a principal resistência ao acolhimento familiar não advém de uma dificuldade de adequação desta medida ao contexto português, uma vez que a necessidade percebida desta medida, revelou-se alta junto dos participantes entrevistados.

Em consonância com Delgado (2012), o acolhimento familiar pode ser visto como uma oportunidade de mudança não só a nível das crianças, como das famílias nas suas comunidades.

A medida de acolhimento familiar também não encontra resistência no que toca à perceção dos seus benefícios, uma vez que se considera que o acolhimento familiar apresenta um alastrar de benefícios, não só para a criança que dele beneficia diretamente, mas para os dois sistemas familiares em que esta criança se insere, e igualmente, para o bem-estar da comunidade onde está integrada.

Esperar-se-ia que a principal resistência se situasse a nível de recursos humanos e financeiros, contudo é consensual que o acolhimento familiar apresenta um custo-benefício superior à resposta de acolhimento residencial, que custa 6 a 7 vezes mais do que o acolhimento familiar. Na verdade, o acolhimento familiar é perspectivado como uma resposta que vai de encontro às necessidades das crianças e jovens e apresenta claras vantagens, não só do ponto de vista económico, mas noutros aspetos que são dificilmente avaliados financeira e materialmente, designadamente, o futuro das crianças e jovens e o seu bem-estar psicológico e social.

Neste estudo, coloca-se a hipótese de que a resistência ao acolhimento familiar se deve maioritariamente, ao potencial intrínseco de mudança que esta medida carrega, uma vez que a sua execução tal como inscrita no quadro legal em vigor exige, de facto, repensar o sistema nacional de acolhimento.

Por um lado, o acolhimento familiar poderá reforçar a importância do trabalho permanente de capacitação da família de origem, de preservação do vínculo, exatamente com a preocupação de evitar ruturas entre a criança e família de origem. De facto, é até enunciada a expectativa de que o acolhimento familiar possa contribuir para um trabalho mais eficaz com as famílias de origem, de forma a possibilitar um progresso mais rápido dos projetos de vida das crianças e jovens (Akin & McDonald, 2018; Hautmann et al., 20018). Por outro lado, é colocado em evidência que o acolhimento familiar pode, de

facto, projetar a alteração do paradigma de outras respostas relativamente à promoção e proteção de crianças e jovens, designadamente da adoção e do trabalho de intervenção com as famílias.

Em conclusão, o acolhimento familiar tem um potencial percebido de ressuscitar a vontade, o potencial humano e comunitário de responsabilidade que está presente no nosso país, designadamente no que toca à relação com as crianças. É neste sentido, no ressuscitar de soluções baseadas na comunidade que se afirma, que, efetivamente, o acolhimento familiar pode fazer a diferença.

A implementação da medida de acolhimento familiar, urge e é um desafio para as entidades e profissionais que visam transformar de forma positiva o sistema de promoção de direitos e de proteção das crianças e jovens. É uma oportunidade para os cidadãos que elejam o acolhimento familiar como o seu contributo para o bem comum e por fim é um investimento estruturante e sustentável, para que as crianças e jovens possam usufruir dos benefícios da vida em contexto familiar.

5.1 Limitações e contributos do estudo

As principais limitações deste estudo dizem respeito à ausência de uma amostra representativa dos intervenientes-chave do Sistema Nacional de acolhimento, que impõe barreiras à generalização dos resultados.

Considera-se pertinente dar continuidade a esta linha de investigação, envolvendo as crianças e jovens, as famílias de origem e as famílias de acolhimento portuguesas. A participação das crianças e jovens acolhidas, assim como as suas famílias constitui um contributo importante para estudos futuros e aprofundamento do conhecimento sobre o acolhimento familiar em Portugal.

Não descurando as limitações identificadas deste estudo, esta investigação apresenta uma vantagem evidente do envolvimento e da auscultação de intervenientes-chave sobre a implementação do acolhimento familiar, um tema pouco representado na literatura científica a nível nacional, mas que apresenta uma grande relevância e atualidade na sociedade portuguesa.

A caracterização da perspetiva dos intervenientes-chave deste estudo evidenciaram duas mensagens-chave: por um lado, a falta de investimento político e social e, consequente,

inexistência de políticas efetivas no sentido da implementação desta medida, por outro, a manifesta necessidade percebida de mudança e o reconhecimento dos benefícios e potencialidades do acolhimento familiar pelos intervenientes-chave do auscultados neste estudo.

Deste modo, e numa altura em que Portugal se depara com a pressões políticas internacionais e nacionais para a criação de um plano estratégico de ação, que elimine progressivamente a institucionalização das crianças e jovens, e que implica um investimento robusto na prevenção e intervenção com as famílias de origem, em soluções baseadas na comunidade, este estudo constitui-se um contributo para se repensar as políticas que viabilizem o desenvolvimento da cultura do acolhimento familiar em Portugal.

Capítulo 6. Conclusão

A eficácia e a qualidade de um sistema de proteção da infância e juventude manifestam-se no discurso político e nas ações, que permitem promover os direitos e as liberdades ao nível da cidadania e participação.

No conjunto das medidas de promoção e proteção de colocação, “tem sido reunido um substancial consenso em torno da primazia do acolhimento familiar sobre o residencial para a maioria das crianças cuja história de vida é marcada pela vulnerabilidade, disfuncionalidade familiar, negligência e maltrato, que ocasionam a retirada familiar” (Negrão, et al. 2019). Todavia, a sua aplicação em Portugal é escassa, por “manifesta falta de recursos e de investimento político ao longo das últimas décadas nesta medida” (Carvalho & Diogo, 2021).

A medida de acolhimento familiar concretiza-se na possibilidade de seleção de um meio familiar alternativo que garanta, de modo provisório ou contínuo, o bem-estar, os cuidados de saúde, a habitação, a educação, ou seja, a proteção e o desenvolvimento integral das crianças e jovens acolhidos (Delgado, Pinto, Carvalho, Martins, 2011)

Deste modo, e tendo em conta as recomendações internacionais, a intervenção das organizações e as boas práticas estudadas ao nível académico, é crucial caminhar no sentido da promoção de um ambiente familiar seguro e protetor das crianças e jovens, que seja capaz de uma efetiva reparação e recuperação de vínculos, numa maior proximidade com um contexto familiar regular (Delgado, 2011)

Em Portugal, por força da publicação do Decreto-Lei nº139/2019, de 16 de setembro, que estabelece o regime de execução do acolhimento familiar, o desenho e a implementação de um sistema de acolhimento familiar tem, inevitavelmente, de avançar.

Os principais resultados deste estudo, mostram harmonia com a evidência da literatura científica na área da ciência da implementação, que afirma que a implementação de novos programas e, por conseguinte, novas práticas nos serviços públicos, é influenciada por diversos fatores relacionados com os indivíduos, organizações, sistemas, estruturas e os contextos multiníveis sociais e políticos em que esta ocorre (Aarons et al., 2009, Aarons et al., 2021).

Os resultados deste estudo de investigação traduziram-se na identificação de um conjunto de fatores contextuais e organizacionais, ao longo dos diferentes níveis do sistema de

proteção de crianças e jovens em Portugal. Os fatores ou desafios identificados, influenciam o processo e a qualidade da implementação do acolhimento familiar em Portugal, e conduziram à identificação de 19 ideias-mestre neste processo, designadamente:

1) O facto do desenvolvimento do acolhimento familiar não ser considerado como uma prioridade pelo Estado configura como o obstáculo principal à implementação e dinamização desta resposta em Portugal. Os participantes advertem para a necessidade de compromisso e responsabilidade do Estado em tornar o acolhimento familiar prioritário “e, não apenas importante,” (F) na agenda política e social nacional. A falta de investimento político nas políticas da infância já fora evidenciada por Carvalho & Diogo (2021)

2) Neste sentido, as recomendações sobre este componente do sistema incluem a definição de uma política efetiva que assegure o cumprimento da lei em vigor através da definição de metas e objetivos precisos, de modo a permitir a monitorização do progresso de implementação do acolhimento familiar no território nacional. De acordo com Carvalho (2013), o estabelecimento de metas a médio e a longo prazo, possibilitam a avaliação das mudanças e a alteração ou a consolidação das práticas.

3) O desconhecimento geral sobre esta medida foi identificado como um dos principais desafios à sua implementação e dinamização, deste modo, os participantes afirmam como fundamental que haja um investimento substantivo na sensibilização da comunidade e, também, dos técnicos sobre a importância do acolhimento familiar. É recomendado que sejam desenvolvidas políticas de captação insistentes, campanhas permanentes, gerais e diversificadas para a educação e informação da comunidade em geral, e campanhas focalizadas, direcionadas às necessidades dos diferentes distritos, ou seja dos diferentes perfis das crianças acolhidas e das potenciais famílias acolhedoras (Delfabbro et al., 2008, Delgado, 2011).

4) A transição para o acolhimento familiar implica, naturalmente, a redução do número de casas de acolhimento. Neste sentido, revela-se imprescindível que a aguardada regulamentação do acolhimento residencial seja verdadeiramente exigente e clara nos critérios, condições e assegure o investimento necessário para a reorganização das casas de acolhimento e quanto ao encerramento das casas de acolhimento que não cumprem os critérios de qualidade.

- 5) O tema dos recursos humanos e financeiros é um tema transversal quando se perspectiva a transição para o acolhimento familiar, a principal ideia-chave centra-se por isso, na redistribuição estratégica dos recursos existentes e a sua transferência para o acolhimento familiar.
- 6) A falta de clareza e definição de diretrizes, geram muitas vezes confusão entre os profissionais (Rycus & Hughes, 2008). Os resultados deste estudo revelam que os documentos existentes são considerados “vagos” e inespecíficos” pelos profissionais. Deste modo, recomenda-se que seja publicado um documento de suporte às decisões com princípios orientadores e procedimentos estruturados, de modo a assegurar uma base de uniformização de procedimentos nas diferentes áreas de intervenção do acolhimento familiar, designadamente: ao nível recrutamento, da seleção, da formação, do *matching*, do acompanhamento e da avaliação das famílias de acolhimento;
- 7) Para além de suporte instrumental, é identificada a necessidade de suporte técnico, equipas centralizadas que forneça um apoio especializado à implementação, reconhecidas na literatura como equipas de implementação (Aarons & Sommerfeld, 2012).
- 8) Em relação aos recursos humanos e financeiros, um tema transversal ao nível do financiamento da implementação do acolhimento familiar figura-se como imperativo, a auditoria e encerramento de casas de acolhimento que não cumpram os critérios de qualidade e a redistribuição de recursos humanos e financeiros para a reorganização de casas de acolhimentos em entidades enquadradoras do acolhimento familiar ou em unidades de intervenção com a família de origem;
- 9) É sublinhado ao longo das entrevistas, o papel crucial do envolvimento e liderança dos profissionais da área no processo de mudança e transição para o acolhimento familiar em harmonia com a evidência científica e prática a nível internacional (Gilligan, R., 2019).
- 10) Os participantes sublinharam a importância da colaboração da comunidade e da colaboração da academia na integração de novos conhecimentos e práticas nos programas de acolhimento familiar. Neste contexto, advertem para a necessidade premente da implementação de práticas baseadas em evidência, de modo a garantir a qualidade da intervenção (Akin et al., 2014).
- 11) De modo a garantir o cumprimento dos normativos nacionais e internacionais, é sublinhada a importância da criação de mecanismos de supervisão e avaliação a nível

interno e externo, realizada por peritos com base em critérios de qualidade de acolhimento familiar (Rodrigues, 2019).

12) Na raiz de muitos dos desafios identificados encontra-se diversas limitações a nível do sistema de gestão de informação, considerado como ineficaz, de difícil acesso e pouco claro na comunicação e disponibilização de dados o que dificulta. Neste sentido os participantes advertem para a importância do desenvolvimento de um sistema de gestão de informação bem desenhado que assegure uma base de dados atualizada, de modo a permitir sinalizar proactivamente e notificar para a ação, monitorizar as medidas de acolhimento e informar a melhoria da qualidade dos serviços de suporte ao acolhimento (Peckover, Hall & White, 2009).

13) As fortes práticas de trabalho em parceria são um fator essencial para o sucesso da implementação da execução do acolhimento familiar, todavia, os participantes identificaram lacunas a nível da articulação, coordenação e manutenção de uma relação ativa de colaboração entre as organizações, possivelmente relacionada com a falta de coesão de diretrizes e princípios que norteiam a ação das diferentes entidades.

14) Neste sentido, os participantes sublinham a importância do desenvolvimento de uma cultura organizacional de aprendizagem, onde a colaboração ativa, a comunicação aberta e o trabalho em parceria seja a norma da prática profissional (Shim, 2010)

15) Em harmonia com a literatura, o desenvolvimento da capacidade organizacional foi identificado como um componente central do planeamento da implementação do acolhimento familiar (Ong'uti, 2014). A este nível os participantes consideram crucial a atualização do saber através de um investimento na qualificação e capacitação dos profissionais das equipas intervenientes, através de formação geral e formação específica, sobretudo a nível do acompanhamento da execução da medida de acolhimento.

16) A manutenção e retenção das famílias de acolhimento foi considerada como um dos obstáculos ao desenvolvimento do acolhimento familiar, neste sentido sublinha-se a importância da qualidade da formação das equipas de acompanhamento (Barbosa-Ducharne & Soares, 2021), uma vez que esta medida exige competências específicas por parte dos profissionais que a acompanham, nomeadamente é enfatizada a importância da dimensão da relação, da empatia, sensibilidade, disponibilidade para a manutenção de relações de confiança e de suporte às famílias de acolhimento.

17) É consensual que “o acolhimento familiar não pode ser entendido como uma resposta por si só, ao invés disso, deve ser entendido como parte da resposta” (A). É neste sentido que se sublinha a necessidade de investimento ao nível da prevenção das situações de retirada, de assegurar a qualidade e a abrangência da intervenção em meio-natural de vida e garantir um trabalho efetivo e uma intervenção robusta junto de famílias em situações vulneráveis (Akin & McDonald, 2018; Hautmann et al., 20018)

18) Os participantes deste estudo recomendaram a alteração legislativa do veto do acolhimento familiar a parentes das crianças, considerando que é fundamental que família alargada das crianças e jovens se possa constituir como família de acolhimento, de modo a garantir que estas famílias tenham possibilidade de acesso a um suporte económico e acompanhamento técnico adequado para melhor responder às necessidades das crianças e jovens em situação de acolhimento (Delgado, 2013). Esta alteração não só apresenta benefícios para a criança e para as famílias, como para a própria expressão do número de famílias de acolhimento, permitindo que esta resposta se consolide como uma alternativa efetiva com uma distribuição equitativa no território nacional (Delgado, 2011).

19) A principal potencialidade percebida desta medida é a possibilidade de que a implementação efetiva do acolhimento familiar venha a projetar uma alteração do paradigma de outras respostas relativamente à promoção e proteção de crianças e jovens, designadamente da adoção e do trabalho de intervenção com as famílias; que venha reforçar a importância do trabalho permanente de capacitação da família de origem, de preservação do vínculo e possa, então, contribuir para um trabalho mais eficaz junto das famílias de origem, permitindo um progresso mais rápido dos projetos de vida das crianças.

Estes são as 19 ideias-mestre que resultaram deste estudo sobre os desafios e potencialidades da implementação do acolhimento familiar, e afiguram-se como dimensões cruciais ao desenvolvimento da medida, de modo que Estado Português seja capaz de responder efetivamente às sucessivas advertências, a si dirigidas, pelo Comité dos Direitos da Criança nesta última década (Comité dos Direitos das Crianças, 2014, 2019), e, nesta senda, assuma o compromisso de adotar um plano de desinstitucionalização, com metas e objetivos precisos que assegure a implementação de medidas de melhoria da qualidade do sistema de acolhimento, de cariz familiar e ainda, que assegure o acompanhamento e capacitação das famílias de origem, assim como a

existência de um número de famílias de acolhimento adequado por todo o território nacional.

Por fim, este trabalho espera informar e capacitar profissionais e decisores políticos na promoção e a construção de um plano de ação estratégico, apto a capitalizar potencialidades e a enfrentar as possíveis e prováveis barreiras à sua implementação. Espera-se ainda que esta investigação possa contribuir para o estudo do fortalecimento desta medida e de outras soluções de cuidados alternativos baseados na comunidade, sempre imbuídas de um reforçado compromisso da comunidade e dos profissionais com as crianças, jovens e as famílias envolvidas no sistema nacional de acolhimento em Portugal.

Referências Bibliográficas

- Adams, W. C. (2015). Conducting semi-structured interviews. *Handbook of practical program evaluation*, 4, 492-505.
- Alves, S. N. (2007). *Filhos da Madrugada*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
- Amado, J., & Ferreira, S. (2014). A entrevista na Investigação em Educação. In J. Amado, *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. (pp. 207-290). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Amado, J., Costa, A. P., & Crusoé, N. (2017). A técnica da análise de conteúdo. In (orgs). Amado, J. *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*, 3, 209-234.
- Amorós, P., & Palacios, J. (2004). *Acogimiento Familiar*. Madrid: Alianza.
- Aarons, G. A., Fettes, D. L., Flores Jr, L. E., & Sommerfeld, D. H. (2009). Evidence-based practice implementation and staff emotional exhaustion in children's services. *Behaviour research and therapy*, 47(11), 954-960.
- Aarons, G. A., Hurlburt, M., & Horwitz, S. M. (2011). Advancing a conceptual model of evidence-based practice implementation in public service sectors. *Administration and policy in mental health and mental health services research*, 38(1), 4-23.
- Aarons, G. A., & Sommerfeld, D. H. (2012). Leadership, innovation climate, and attitudes toward evidence-based practice during a statewide implementation. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 51(4), 423-431.
- Akin, B. A., Mariscal, S. E., Bass, L., McArthur, V. B., Bhattarai, J., & Bruns, K. (2014). Implementation of an evidence-based intervention to reduce long-term foster care: Practitioner perceptions of key challenges and supports. *Children and Youth Services Review*, 46, 285-293.
- Akin, B. A., Lang, K., McDonald, T. P., Yan, Y., & Little, T. (2018). Randomized study of PMTO in foster care: Six-month parent outcomes. *Research on Social Work Practice*, 28(7), 810-826.

Atukpawu, G., Mertinko, E., Graham, E., & Denniston, J. J. (2012). Supervisor training to support principle-driven practice with youth in foster care. *Children and Youth Services Review*, 34(4), 680-690.

Barbosa-Ducharme, M., Soares, J. (2021). Abordagem Ecológica da Formação em Acolhimento Familiar, In E. Magalhães & J. Baptista (Ed.), *Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens em Perigo - Manual para Profissionais* (pp. 23-46). Portugal: Pactor.

Bauer, M. S., Damschroder, L., Hagedorn, H., Smith, J., & Kilbourne, A. M. (2015). An introduction to implementation science for the non-specialist. *BMC psychology*, 3(1), 1-12.

Backer, T. E. (2000). The failure of success: Challenges of disseminating effective substance abuse prevention programs. *Journal of Community Psychology*, 28(3), 363-373.

Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70

Biehal, N. (2012). A sense of belonging: meanings of family and home in long-term foster care. *British Journal of Social Work* (Available online from 25th November 2012).

Becan, J. E., Bartkowski, J. P., Knight, D. K., Wiley, T. R., DiClemente, R., Ducharme, L., & Aarons, G. A. (2018). A model for rigorously applying the Exploration, Preparation, Implementation, Sustainment (EPIS) framework in the design and measurement of a large scale collaborative multi-site study. *Health & Justice*, 6(1), 1-14.

Beek, M., & Schofield, G. (2004). *Providing a secure base in long-term foster care*. London: BAAF.

Berger, P. & Luckmann, T. (1991). *The social construction of reality*. London: Penguin Books
Berridge, D. (1997). *England: Child Abuse Reports, Responses, and Reforms*. In N. Gilbert (Ed.), *Combating child abuse: International perspectives and trends*. New York: Oxford University Press.

Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto editora.

Browne, K., Hamilton-Giachritsis, C., Johnson, R., & Ostergren, M. (2006). Overuse of institutional care for children in Europe. *Bmj*, 332(7539), 485-487.

Caride, J., Freitas, O., & Vargas, G. (2007). Educação e desenvolvimento comunitário local: perspectivas pedagógicas e sociais da sustentabilidade. Porto: Profedições. Carmo, R. (2010). A justiça e o abuso de crianças e jovens. Um caminho em constante construção. In: T. Magalhães (Ed.), *Abuso de Crianças da Suspeita ao Crime* (pp. 189-203). Lisboa: Lidel.

Carvalho, M. J. L. (2013). *Sistema nacional de acolhimento de crianças e jovens*. Fundação Calouste Gulbenkian. Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano.

Carvalho, M. J. L., Diogo, E. (2021). Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens: o nó Cego da Proteção à Infância em Portugal, In E. Magalhães & J. Baptista (Ed.), *Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens em Perigo - Manual para Profissionais* (pp. 23-46). Portugal: Pactor.

CRC, U. (2013). *General comment No. 14 On the Right of the Child to Have His or Her Best Interests Taken as a Primary Consideration* (art. 3, para. 1), UN Doc. CRC/C/GC/14, para. 17.

Carvalho, M. (2013). *Sistema Nacional de Acolhimento de Crianças e Jovens*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Creswell, J. W., & Poth, C. N. (2016). *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches*. Sage publications.

Coutinho, C. P. (2011). *Metodologias das Ciências Sociais-teoria e prática*. Coimbra: Edições Almedina.

David, M. (2000). *Enfants, parents, famille d'accueil. Un dispositif de soins : l'accueil familial permanent*. Ramonville Saint-Agne : Érès.

Davidson, J. C., Milligan, I., Quinn, N., Cantwell, N., & Elsley, S. (2017). Developing family-based care: complexities in implementing the UN Guidelines for the Alternative Care of Children. *European Journal of Social Work*, 20(5), 754-769.

Decreto-Lei nº11/2008, de 7 de janeiro. Estabelece o regime de execução do acolhimento familiar previsto na lei de protecção de crias e jovens em perigo. *Diário da República* nº12/2008, Série I.

Decreto-Lei nº139/2019, de 7 de janeiro. Estabelece o regime de execução do acolhimento familiar, medida de promoção dos direitos e de protecção das crianças em perigo. *Diário da República* nº177/2019, Série I.

Delfabbro, P., Borgas, M., Vast, R., & Osborn, A. (2008). The effectiveness of public foster carer recruitment campaigns: The South Australian experience. *Children Australia*, 33(3), 29-36.

Del Valle, J.F., López, M., Montserrat, C., & Bravo, A. (2008). El Acogimiento Familiar en España. Una evaluación de resultados. Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales

Del Valle, J. F., & Bravo, A. (2013). Current trends, figures and challenges in out of home child care: An international comparative analysis. *Psychosocial Intervention*, 22(3), 251-257.

Del Valle, J. F., López, M., Montserrat, C., & Bravo, A. (2009). Twenty years of foster care in Spain: Profiles, patterns and outcomes. *Children and Youth Services Review*, 31(8), 847-853.

Delgado, P. (2003). Identidade e mudança: Princípios, funções e dilemas do acolhimento familiar. *Infância e Juventude*, 4, 9-46.

Delgado, Paulo (2007), Acolhimento familiar: conceitos, práticas e indefinições, Porto, Profedições.

Delgado, P. (2008). A criança em risco e a relação escola-família. Protecção e sucesso educativo. *Pedagogía Social. Revista Interuniversitaria*, 15, 113-122.

Delgado, P. (2010). O acolhimento familiar em Portugal: Conceitos, práticas e desafios. *Psicologia & Sociedade*, 22, 336-344.

Delgado, P. (2011). Acolhimento familiar de crianças. Uma perspectiva ecológica. *Maia: Profedições, lda/Jornal a Página da educação*.

Delgado, P. (2012). Acolher em família: uma resposta para as crianças em perigo. Um projeto de investigação sobre o Acolhimento Familiar no Porto. *Cadernos de Pedagogia Social*, (4), 91-103.

- Delgado, P., Bertão, A., Timóteo, I., Carvalho, J., Sampaio, R., Sousa, A., & Vieira, I. (2013). *Acolhimento familiar de crianças: Evidências do presente, desafios para o futuro. Porto, Portugal: Mais leituras.*
- Delgado, P., Pinto, V.S, Carvalho, J., & Martins, T. (2014). A Permanência no Acolhimento Familiar. Uma resposta para as crianças e jovens em perigo, um desafio para a sustentabilidade social. *Pedagogia/Educação Social-Teorias & Práticas. Espaços de investigação, formação e ação*, 278-282.
- Delgado, P. & Gersão, E. (2018), “O acolhimento de crianças e jovens no novo quadro legal. Novos discursos, novas práticas?”, *Análise Social*, 226, 1, pp. 112-134
- Delgado, J. P. (2020). O acolhimento familiar de crianças em Portugal – Evidências e Desafios. *Polêm! ca*, 20(1).
- Diogo, E. (2018). *Ser família de acolhimento de crianças em Portugal: motivações e experiências*. Universidade Católica Editora.
- Dobrova-Krol, N. A., van IJzendoorn, M. H., Bakermans-Kranenburg, M. J., Cyr, C., & Juffer, F. (2008). Physical growth delays and stress dysregulation in stunted and non-stunted Ukrainian institution-reared children. *Infant Behavior and Development*, 31(3), 539-553.
- Durlak, J. A., & DuPre, E. P. (2008). Implementation matters: A review of research on the influence of implementation on program outcomes and the factors affecting implementation. *American journal of community psychology*, 41(3), 327-350.
- Eurochild (2010). *Children in Alternative Care - National Surveys - 2nd edition*, from <http://www.eurochild.org/en/publications/eurochild-reports/index.html>
- Fixsen, D. L., Naoom, S. F., Blase, K. A., Friedman, R. M., Wallace, F., Burns, B., ... & Shern, D. (2005). Implementation research: A synthesis of the literature.
- Guba, E. G., & Lincoln, Y. S. (1994). Competing paradigms in qualitative research. *Handbook of qualitative research*, 2(163-194), 105.
- Gilligan, R. (2019). The family foster care system in Ireland—Advances and challenges. *Children and Youth Services Review*, 100, 221-228.

- Gilbert, N., Parton, N., & Skivenes, M. (Eds.). (2011). *Child protection systems: International trends and orientations*. Oxford University Press.
- Gilchrist, V. J. (1992). Key informant interviews. In B. F. Crabtree & W. L. Miller (Eds.), *Doing qualitative research* (pp. 70–89). Sage Publications, Inc.
- Glaser, D. (2000). Child abuse and neglect and the brain—a review. *The Journal of Child Psychology and Psychiatry and Allied Disciplines*, 41(1), 97-116.
- Guerra, P. (2016). *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo anotada*. Leya.
- Hautmann, C., Hanisch, C., Mayer, I., Plück, J., & Döpfner, M. (2008). Effectiveness of the prevention program for externalizing problem behaviour (PEP) in children with symptoms of attention-deficit/hyperactivity disorder and oppositional defiant disorder—generalization to the real world. *Journal of Neural Transmission*, 115(2), 363-370.
- Human Rights Council (2009). General Assembly – Guidelines for the Alternative Care of Children. Geneva: United Nations
- Instituto da Segurança Social (2019). Relatório de caracterização das crianças e jovens em situação de acolhimento em 2010. Lisboa: Instituto da Segurança Social.
- James, A., & James, A. (2017). *Constructing childhood: Theory, policy and social practice*. Macmillan International Higher Education.
- Kelly, G., & Gilligan, R. (2000). *Issues in Foster Care: Policy, Practice and Research*. Taylor & Francis, Inc., 325 Chestnut Street, Philadelphia, PA 19106;.
- Kilkelly, U., & Logan, E. (2021). National Human Rights Institutions for Children—The International Experience. In *National Independent Human Rights Institutions for Children* (pp. 13-28). Palgrave Macmillan, Cham.
- Lei nº147/99, de 1 de setembro de 1999. Lei de proteção de crianças e jovens em perigo. Diário da República n.º 204/1999, Série I-A.
- Lei nº142/15 de 8 de setembro de 2015. Segunda alteração à Lei de proteção de crianças e jovens em perigo. *Diário da República*, n.º 175/2015, I série.

Lei nº 47/2019, de 8 de julho. Segunda alteração ao Regime de Execução do Acolhimento Familiar, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 11/2008, de 17 de janeiro. *Diário da República* nº.128/2019, Série I

Lei de proteção de crianças e jovens em perigo. *Diário da República*, n.º 175, I série, de 8-09-2015.

Levine, M., Perkins, D. V., & Levine, M. (2005). *Principles of community psychology*. New York: Oxford University Press.

Lipsey, M. W. (2009). The primary factors that characterize effective interventions with juvenile offenders: A meta-analytic overview. *Victims and offenders*, 4(2), 124-147.

López, M. L., Del Valle, J. F., Montserrat, C., & Bravo, A. (2011). Factors Affecting Foster Care Breakdown in Spain. *The Spanish Journal of Psychology*, 14(1), 111-122.

López López, M., Fernández del Valle, J. C., & Bravo Arteaga, A. (2010). Estrategias para la captación de familias acogedoras. *Papeles del psicólogo*.

Lowe, N., & Murch, M. (2002). *The plan for the child: Adoption or long-term fostering*. London: BAAF.

Majchrzak, A., & Markus, M. L. (2013). *Methods for policy research: Taking socially responsible action* (Vol. 3). SAGE publications.

Mancini, A. D., Moser, L. L., Whitley, R., McHugo, G. J., Bond, G. R., Finnerty, M. T., & Burns, B. J. (2009). Assertive community treatment: Facilitators and barriers to implementation in routine mental health settings. *Psychiatric Services*, 60(2), 189-195.

Manso, J. M. M., García-Baamonde, M. E., Alonso, M. B., & Barona, E. G. (2011). An analysis of how children adapt to residential care. *Children and Youth Services Review*, 33(10), 1981-1988.

Martins, E. C. (2006). A infância desprotegida portuguesa na primeira metade do século xx. *Infância e Juventude*, 4, 93-130.

Martins, P. C. (2005). O acolhimento familiar como resposta de protecção à criança sem suporte familiar adequado.

Martins, P. C (2004) Protecção de crianças e jovens em itinerários de risco: representações sociais, modos e espaços [Dissertação de doutoramento, Universidade do Minho]. Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho.

Munro, E. (2011). *The Munro review of child protection: final report, a child-centred system* (Vol. 8062). The Stationery Office.

Negrão, M., Moreira, M., Veríssimo, L., & Veiga, E. (2019). Conhecimentos e percepções públicas acerca do acolhimento familiar: Contributos para o desenvolvimento da medida. *Análise Psicológica*, 37(1), 81-92.

Neil, E., Cossar, J., Lorgelly, P., & Young, J. (2010). *Helping Birth Families: Services, Costs and Outcomes*. British Association for Adoption & Fostering.

O'Connor, T. G., Rutter, M., & English and Romanian Adoptees Study Team. (2000). Attachment disorder behavior following early severe deprivation: Extension and longitudinal follow-up. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 39(6), 703-712.

Octoman, O., & McLean, S. (2014). Challenging behaviour in foster care: what supports do foster carers want?. *Adoption & Fostering*, 38(2), 149-158.

Ong'uti, V. (2014). *Factors influencing implementation of child protection programmes: the case of child protection organizations, Nairobi county, Kenya* (Doctoral dissertation, University of Nairobi).

Ornelas, J. (2008) *Psicologia Comunitária*. Lisboa: Fim de Século

Parton, N. (2014). *The politics of child protection: Contemporary developments and future directions*. Macmillan International Higher Education.

Parton, N. (2017). Comparing child protection systems: Towards a global perspective. In *The Routledge handbook of global child welfare* (pp. 225-242). Routledge.

Peckover, S., Hall, C., & White, S. (2009). From policy to practice: The implementation and negotiation of technologies in everyday child welfare. *Children & society*, 23(2), 136-148.

Petrowski, N., Cappa, C., & Gross, P. (2017). Estimating the number of children in formal alternative care: Challenges and results. *Child abuse & neglect*, 70, 388-398.

Pinheiro, P. S. (2006). Violence against children: a global report. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11, 1343-1350.

Prilleltensky, I., & Nelson, G. (2000). Promoting child and family wellness: Priorities for psychological and social interventions. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 10(2), 85-105.

Prilleltensky, I., & Nelson, G. (2002). *Doing psychology critically: Making a difference in diverse settings*. Macmillan International Higher Education.

Prilleltensky, I., & Nelson, G. (2009). *Community psychology: Advancing social justice*.

Recomendação CM/REC (2011)12, de 16 de novembro de 2011, do Conselho da Europa Sobre os Direitos da Criança e serviços sociais amigos da criança e da família.

Recomendação 2013/112/EU, de 20 de fevereiro, da Comissão Europeia. Investir nas crianças para quebrar o ciclo visioso da desigualdade.

Recommendation CM/REC (2010)2 of the Committee of Ministers to member states on deinstitutionalisation and community living of children with disabilities (Adopted by the Committee of Ministers on 3 February 2010 at the 1076th meeting of the Ministers' Deputies).

Resolução nº64/142, de 20 de dezembro de 2009. Anexo: Diretrizes de Cuidados Alternativos à Criança. Assembleia Geral das Nações Unidas. [http://www.neca.org.br/images/apresent._II%20seminario/Guidelines%20Portuguese%20-%20ONU%20CUIDADOS%20ALTERNATIVOS%20\(1\).pdf](http://www.neca.org.br/images/apresent._II%20seminario/Guidelines%20Portuguese%20-%20ONU%20CUIDADOS%20ALTERNATIVOS%20(1).pdf)

Rodrigues, S. P. D. L. A. (2019). A qualidade do acolhimento residencial em Portugal: Avaliação da adequação dos serviços às necessidades das crianças e jovens institucionalizados.

Rutter, M., Sonuga-Barke, E. J., Beckett, C., Castle, J., Kreppner, J., Kumsta, R., ... & Gunnar, M. R. (2010). Deprivation-specific psychological patterns: Effects of

institutional deprivation. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, i-253.

Rycus, J. S., Hughes, R. C., Lindsey, D., & Shlonsky, A. (2008). Assessing risk throughout the life of a child welfare case. *Child welfare research: Advances for practice and policy*, 201-213.

Salveron, M., Bromfield, L., Kirika, C., Simmons, J., Murphy, T., & Turnell, A. (2015). 'Changing the way we do child protection': The implementation of Signs of Safety® within the Western Australia Department for Child Protection and Family Support. *Children and Youth Services Review*, 48, 126-139.

Savoie-Zajc, L. (2006). Comment peut-on construire un échantillonnage scientifiquement valide. *Recherches qualitatives*, 5, 99-111.

Schofield, G., Beek, M., & Ward, E. (2012). Part of the family: Planning for permanence in long-term foster care. *Children and Youth Services Review*, 34(1), 244–253. Subirats, J. (2003). Educação: responsabilidade social e identidade comunitária. In: C. Gómez-Granell, & I. Vila Eds), *A cidade como projeto educativo* (pp. 67-83). Porto Alegre: Artmed.

Schofield, Gillian, and Mary Beek. "Risk and resilience in long-term foster-care." *British Journal of Social Work* 35.8 (2005): 1283-1301.

Shechory, M., & Sommerfeld, E. (2007). Attachment style, home-leaving age and behavioral problems among residential care children. *Child psychiatry and human development*, 37(4), 361-373.

Shim, M. (2010). Factors influencing child welfare employee's turnover: Focusing on organizational culture and climate. *Children and Youth Services Review*, 32(6), 847-856.

Springer, J. F., & Phillips, J. (2007). The Institute of Medicine Framework and its implication for the advancement of prevention policy, programs and practice. *California, Community Prevention Initiative*.

Toro, P. A. (2005). Community psychology: Where do we go from here?. *American Journal of Community Psychology*, 35(1-2), 9-16.

Trickett, E. J. (2009). Community psychology: Individuals and interventions in community context. *Annual review of psychology*, 60, 395-419.

United Nations [UN]. (2014). “Observações Finais” relativas ao terceiro e ao quarto relatórios periódicos sobre Portugal (CRC/C/SR.1875), adoptadas no 1875^h Meeting, a 31 de janeiro de 2014. Comité dos Direitos da Criança, Nações Unidas.

United Nations [UN]. (2019). “Observações Finais” relativas ao quinto e ao sexto relatórios periódicos sobre Portugal (CRC/C/PRT/5-6), adoptadas no 2430th Meeting, a 27 de setembro de 2019. Comité dos Direitos da Criança, Nações Unidas.

Anexos

Anexo A – Fatores EPIS – Exploração, Preparação, Implementação, Sustentação. Adaptado e traduzido de Aaron et al. (2011)

	<i>Construtos EPIS</i>	<i>Definição</i>	<i>Exemplos</i>
Contexto externo	Ambiente do sistema / Política	Contexto nacional, sociopolítico e económico que influenciam o processo de implementação e da provisão/utilização da inovação	Políticas, legislação, monitorização e revisão, <i>auditing</i> , mandatos
	Financiamento/ Contratualização	Suporte económico provido pelo sistema em que a implementação ocorre. Pode atingir vários níveis como a formação de equipas, monitorização, a provisão de inovação/EBP envolvida na implementação e utilização da inovação/EBP	Contratos, subsídios, incentivos <i>Contracting arrangements; grants; fee-for service, addition to formulary; capitation fees</i>
	Liderança	Características e comportamentos de decisores-chave pertinente a todos os níveis que são necessários, mas não suficientes para facilitar ou promover o processo de implementação/ e da provisão/utilização da inovação	Liderança transformadora, Liderança de Implementação
	Ambiente Inter-organizacional e redes	Relação das organizações profissionais através da qual o conhecimento da implementação da inovação/EBP é desenvolvido/estabelecido	Colaboração inter-organizacional, compromisso, competição, <i>co-copetition</i>
	Características do(s) utilizador(es)	Características demográficas e individuais da população/alvo, utilizador final	Situação económica, condição de saúde, comorbidades, idade, sexo, motivação
	Advocacia do utilizador(es)	Suporte ou campanha para a mudança do sistema baseada nas necessidades dos consumidor, prioridades e/ou demografia	Advocacia do utilizador; <i>class-action lawsuits</i> , organizações do consumidor
Fatores da Inovação	Desenvolvedores do programa	Características dos indivíduos ou da equipa responsável pela criação da inovação/EBP que pode ser alvo de esforços de implementação	Envolvimento na implementação, melhoria da qualidade contínua, testes de ciclo rápido, protótipo
	Características do programa	Características ou qualidades das inovações a ser implementadas	Complexidade, facilidade de aprendizagem, custo, carga, requisitos de relatórios

Fatores de ponte	Adequação do programa	Até que ponto a inovação/EBP se encaixa nas necessidades da população servida ou no contexto em que é implementada	Adequação da estrutura e do processo da inovação/EBP ao sistema, organizações, <i>providers</i> , utilizadores
	Parcerias comunidade-academia	Parcerias ativas entre investigadores e <i>key-stakeholders</i> , pessoas que podem representar múltiplos vários níveis envolvidos na implementação (e.g, representantes do sistema, líderes de organizações, <i>providers</i> , utilizadores	Participação da comunidade; parcerias; manutenção de relações positivas; valorização de múltiplas perspetivas
	Fornecedores/ intermediários	Organizações individuais que fornecem suporte ou consultoria para implementação e/ou formação na inovação	Avaliação da prontidão para a implementação, desenvolvimento de estratégia, suporte a nível da formação
Contexto interno	Características organizacionais	Estruturas ou processos que têm lugar e ou existem nas organizações que podem influenciar o processo de implementação	Cultura; clima: prontidão para a mudança; estrutura; liderança, contexto recetivo; capacidade absorviva; suporte de rede social.
	Liderança	Características e comportamentos dos indivíduos envolvidos na supervisão e/ou tomada de decisão relacionada com a implementação da inovação dentro de uma organização	Prioridades concorrentes; utilização de mecanismos existentes na cultura/clima organizacional; liderança transformativa; liderança de implementação
	Sistema de Suporte e monitorização de qualidade	Processos ou procedimentos realizados para garantir adesão à <i>active delivery</i> da inovação e ou de uma estratégia de implementação	Sistema de suporte de fidelidade; avaliação da garantia da qualidade; melhoria contínua da qualidade
	Processos organizacionais de staff	Processos ou procedimentos a ocorrer na organização relacionado com a contratação, revisão e retenção do staff envolvido na <i>delivery</i> activa da inovação e/ou da sua implementação	Formação profissional e qualificação relacionadas com a <i>delivery</i> da inovação; rotatividade de staff
	Características individuais	Características partilhadas ou únicas de indivíduos (por exemplo, Provider, supervisor, director) que influenciam o processo de implementação	Atitudes em relação à inovação; demografia e/ background; características do cliente; <i>job demands</i>

Anexo B – Guião da Entrevista Semiestruturada

BLOCO	TEMAS	QUESTÕES ORIENTADORAS
I. Caracterização	Caracterização do sistema nacional de acolhimento	1. Na sua perspetiva, como caracteriza o panorama atual do sistema de acolhimento em Portugal? 1.1 Quais as suas virtualidades? 1.2 Quais os aspetos a desenvolver?
II. Desafios	Potencialidades do acolhimento familiar Desafios do acolhimento familiar	2. Face à realidade portuguesa, quais as principais potencialidades do acolhimento familiar? 3 Quais são os desafios e/ou barreiras da sua implementação?
III. Comparativo	Contacto com sistema de acolhimento noutros países Abordagens e estratégias	4. Tem contacto com ou conhece o sistema de acolhimento familiar de outros países? Que lições podemos aprender? 4.1 Quais as potencialidades e/ou dificuldades em sistemas de Acolhimento noutros países 4.2 Como têm sido (ou não) ultrapassados?
IV. Seleção, Formação	Seleção e formação das famílias de acolhimento	5.5 Quais os factores de sucesso na seleção e formação de famílias de acolhimento?
V. Sustentabilidade e avaliação	Monitorização e Avaliação do Impacto do acolhimento familiar	6 O que pensa ser necessário para a sustentabilidade do sistema de acolhimento familiar em Portugal? 7 Quais considera ser os componentes fundamentais para a avaliação do acolhimento familiar em Portugal?
Final	Agradecer a participação, espaço para questões finais, promover a divulgação, pedido de identificação de 3 potenciais participantes	Verificar o bem-estar dos participantes, reforçar respostas de apoio caso necessário.

Anexo C – Consentimento Informado

Consentimento Informado

Esta investigação realiza-se no âmbito do estudo “A Transição para o Acolhimento Familiar em Portugal: desafios e oportunidades” sob orientação da Prof^a Dr^a Maria João Vargas-Moniz (ISPA- Instituto Universitário), no âmbito de Mestrado em Psicologia Comunitária do ISPA- Instituto Universitário, com a colaboração da mestranda Rita Cuña.

O principal objetivo deste estudo é o de aprofundar o conhecimento científico sobre os desafios e as oportunidades da implementação do Acolhimento Familiar em Portugal. Deste modo, será realizada uma entrevista de aproximadamente 1h (uma hora) com informantes-chave do sistema de acolhimento em Portugal. As entrevistas serão gravadas em formato de áudio e posteriormente transcritas. No final do estudo, todas as gravações serão permanentemente eliminadas e quaisquer conteúdos possivelmente identificadores dos participantes serão modificados/eliminados de modo a salvaguardar a confidencialidade dos dados recolhidos e a privacidade dos participantes.

Todos os dados recolhidos serão confidenciais. Todos os participantes têm o direito a não responder a qualquer questão que não queiram responder e, ainda, o direito de desistência em qualquer momento do estudo. Os participantes têm, ainda, direito à informação pós-estudo, ou seja, os resultados desta investigação.

Contactos da investigadora:

Rita Cuña, r.c@outlook.pt

Ao continuar, declaro que aceito participar nesta investigação e que tomei conhecimento dos meus direitos enquanto participante. ☐

Nome do participante: Clique ou toque aqui para introduzir texto.

Data: Clique ou toque para introduzir uma data. Lisboa, 2021.

Anexo D – Categorias e segmentos codificados

<i>Categorias organizacionais da entrevista</i>	<i>Segmentos codificados</i>
<i>Potencialidades percebidas da Implementação do AF em Portugal\Características do Acolhimento Familiar\Necessidade Percebida do acolhimento familiar</i>	A verdade é que desde 2015 estamos em total desrespeito pela legislação em vigor. A legislação diz que as crianças devem ir para acolhimento familiar e então, aquelas até aos 6 anos têm que ir sempre, salvo uma justificação muito forte para não irem. E a questão é: há Lei, temos a Convenção dos Direitos da Criança que nos diz a mesma coisa e, no entanto, nada acontece. Contraste entre Lei e implementação T: 12 - 12 (0) O sistema em Portugal é um sistema que precisa de mudar, precisamos de desenvolver o acolhimento familiar B: 3 - 3 (0) Se nós temos um novo decreto-lei desde 2019, temos agora a portaria que saiu em dezembro, já passaram mais de 6 meses. Os 6 meses terminaram no dia 5 de maio, se não estou em erro. E agora? Tenho receio que nada seja feito. B: 4 - 4 (0) Falávamos há pouco da alteração de 2015 vamos pô-la em prática de uma vez por todas e, portanto, começa logo aqui esta aposta política concertada com avanços sólidos. Nós estamos sempre à espera de que a Segurança Social este progresso enfim a Santa Casa também tem aqui a responsabilidade nesta matéria avançou e bem, queremos não só peca por tardia queríamos nós que tivesse sido há mais tempo. Mas o que nós percebemos é que há muitíssimas organizações que têm vindo a manifestar interesse ao longo dos anos relativamente à possibilidade de executarem esta medida. Já fizemos muitas discussões até na Assembleia da República todos os partidos políticos bateram palmas e disseram sim, sim, e não é, porque às vezes não se consegue consenso. Não foi este caso ou não é este tema. Depois na prática falta aqui muito. R: 1 - 1 (0) Acho que temos uma cultura perfeita para o acolhimento familiar, somos um país católico, do sentimento de “missão”, muito de “ajudar o outro”, de “dar a outra face”, “onde comem 3 comem 4”, a questão dos “filhos do coração”, o ajudar, o estar disponível e, portanto, acho que temos a cultura e o espaço para promover o acolhimento familiar, e, o acolhimento familiar que também foi escolhido para Portugal, que decorre da medida anterior e que agora também se aplica. B: 3 - 3 (0) Eu acho que nós temos o espírito certo, uma legislação que também corresponde. Fiquei bastante surpreendida com o decreto-lei e com a portaria, acho que estão a apontar na direção correta e acho que o que é preciso agora é pôr em prática. B: 4 - 4 (0) Acho que temos as condições certas, temos boa-vontade, temos boa cultura, temos uma boa legislação, só temos que pôr em prática, promover para que aconteça. B: 5 - 5 (0) Nós temos uma lei muito bem pensada, aliás inspirada no modelo canadiano e há poucas falhas, mas depois na operacionalização daquilo que está previsto na lei é muito difícil de conseguir no nosso contexto C: 5 - 5 (0) . Cá a disponibilidade é imensa, tens que dar é coerência à disponibilidade das pessoas. O: 41 - 41 (0)
<i>Potencialidades percebidas da Implementação do AF em Portugal\Características do Acolhimento Familiar\Potencial da cultura portuguesa de acolhimento</i>	

A minha reflexão sobre o acolhimento familiar, aliás, como todas as outras respostas às crianças privadas de cuidados familiares adequados tem a ver com a ideia de que são respostas e soluções que existiram informalmente ao longo dos séculos e que se verificaram ser boas respostas, e sobretudo em Portugal, centrando na tradição portuguesa, nós temos soluções, designadamente estou a pensar no apadrinhamento civil, mas soluções informais no passado. No passado, eu diria que estavam presentes os dois sistemas, tínhamos um sistema assistencialista de asilos, orfanatos e tínhamos um sistema informal que dava resposta a determinadas situações que fazia com que essas crianças não ingressassem nos asilos, nos orfanatos etc. E que lhes proporcionava um enquadramento familiar informal, mas que se revelou ser, ao longo dos séculos, adequado, a par de outras situações que nestes mesmo sistemas informais se assistia a uma exploração, abuso, etc. Num sistema informal não regulado, não controlado, assente essencialmente na boa vontade e no espírito de solidariedade comunitário de uma sociedade mais aberta a soluções comunitárias, típica de uma cidade mais rural, de um meio mais pequeno, e de responsabilização da comunidade pelas necessidades das crianças, havia soluções que tirando as exceções, que seriam situações de abuso, que proporcionaram melhores resultados do que o orfanato e o asilo que coexistia.

D: 6 - 6 (0)

Ao longo deste tempo foram criadas, foi-se regulando tudo isto e a regulação transformou-se, eu penso que há um movimento idêntico no acolhimento familiar, esta regulação centrou-se nos abusos, no que estava a correr mal, no que não estava a ser controlado, para negar a vontade destas soluções e passou a assentar na regulamentação, no controlo permanente, na inspeção, e portanto no privilégio daqueles sistemas que se pensava que eram facilmente controláveis, facilmente inspecionáveis, não deixou de ser um erro crasso, porque todos nós sabemos que não são estas instituições, por mais reguladas que sejam, que evita ou impeçam que o abuso surja, a exploração, etc.

D: 7 - 7 (0)

Ao longo desta evolução, de facto desperdiçou-se um potencial imenso, que eu penso, que estou convencida que existe na sociedade Portuguesa, este potencial de acolhimento, há um potencial grande, há um sentido comunitário na responsabilidade para com os mais vulneráveis mas que se foi desperdiçando com esta ideia errada que isto pode ser perverso e desmantelou-se por completo o sistema. A regulamentação excessiva

D: 7 - 7 (0)

Nós não temos uma cultura de acolhimento familiar, portanto este é o grande problema em termos de sociedade não estamos preparados ou termos como fim a possibilidade, em termos de projeto de vida familiar ou de receber uma criança com a qual não temos vínculo à partida.

G: 3 - 3 (0)

Potencialidades percebidas da Implementação do AF em Portugal\Características do Acolhimento Familiar\Benefícios do Acolhimento Familiar - um sistema de base comunitária

A grande vantagem é proporcionar acolhimento em contexto familiar. Quando não há hipótese de a criança ficar junto de outro familiar, que mesmo assim seja integrada num contexto familiar.

É benéfico para as crianças que crescem num contexto familiar com rotinas de famílias com uma referência cuidadora estável e com atenção individualizada. A criança acolhida pode falar da sua realidade na escola sem relatar um contexto institucional. Também a criança com o acolhedor, de poder ter uma vida mais normativa

M: 15 - 16 (0)

Eu vejo imensas potencialidades no acolhimento familiar e para ter todo o seu potencial e valor tem que conseguir coadjuvado* com um conjunto de outras intervenções para que ele tenha todos os seus benefícios. Quando efetivamente, existe necessidade de acolhimento obrigatoriamente, o acolhimento familiar vem a meu ver ser uma medida que tem que ser privilegiada.

ma família prestada a um projeto desta natureza tem que ser necessariamente especial, e para assegurar que é especial há todo o processo de avaliação, formação e acompanhamento continuado, supervisão sim, mas mais do que supervisão eu diria acompanhamento efetivo. Esta família dá uma perspetiva e uma visão do que pode ser a vida nas relações, nos cuidados, na inserção social de uma forma positiva, que permite à criança e ao jovem enquadrar-se num outro tipo de roteiro de vida.

N: 11 - 12 (0)

Se há alguma certeza que eu tenho esta, o acolhimento familiar é bem melhor que o acolhimento residencial e portanto não consigo compreender as dificuldades doutrinárias, quanto mais pessoas fizerem parte da grande família tutelar civil da

criança, não é "uma em vez de" mas "ao lado de", e é esta ideia do acolhimento familiar, da mesma forma como o apadrinhamento civil assim o é, que vai fazer a diferença para que os números definitivamente se invertam.

O: 13 - 13 (0)

Todos nós somos produtos da nossa família, acabamos por trazer connosco uma família, na forma como nos relacionamos, como agimos, como estamos no nosso dia-a-dia, no nosso trabalho, na relação com as pessoas, inclusivamente na relação com a nossa família. Portanto digamos que isto é uma aprendizagem humana social e a família constitui o contexto natural de desenvolvimento do ser humano. Portanto é na família que o ser humano encontra as condições que necessita para o seu crescimento, para o seu desenvolvimento a vários níveis. É essa a resposta individualizada, atenta, esta construção de laços de vínculo, de construção de afeto não é substituível por um contexto coletivo, numa resposta coletiva. É, portanto, obviamente que o contexto natural de desenvolvimento é um contexto familiar quando falamos especialmente de crianças e jovens parece-me uma evidência. A principal potencialidade do acolhimento familiar é decorrer numa família, é proporcionar a uma criança um contexto familiar que ela infelizmente não pode ter temporariamente na sua família de origem e permitir essa experiência, que encontre o afeto, a segurança, a permanência, às vezes a permanência que não encontra ou que pode não encontrar momentaneamente na sua família de origem. Essa é a grande vantagem.

E: 4 - 4 (0)

Nós como sociedade não podemos ficar descansados e tranquilos porque retiramos da criança da situação de perigo do seu meio familiar e depois deparamo-nos com crianças sem objetivos de futuro, sem projetos de futuro, vazias a esse nível, de ideais, de objetivos. Falta o que sabemos aquilo que é fundamental do ponto de vista do que sabemos que é fundamental nossa estruturação como pessoas, o contacto familiar. Essa é efetivamente a grande virtualidade do acolhimento familiar.

G: 12 - 12 (0)

Permitindo-lhes crescer num meio familiar que invista seriamente no próprio desenvolvimento da criança, na sua capacitação seja pensando no seu regresso à família seja preparando-a para outro quadro familiar, seja a adoção, o apadrinhamento civil ou até uma integração num outro sistema, confiança a pessoa idónea ou confiança a outro familiar mas essencialmente esta é a grande vantagem que o acolhimento familiar traz é de fato permitir à criança deixar de experimentar o sentido de abandono é algo que eu sempre percebi em crianças e instituições não obstante serem lá muito bem tratadas mas é efetivamente isso, quererem muito estar em família.

G: 12 - 12 (0)

A grande vantagem é proporcionar acolhimento em contexto familiar. Quando não há hipótese de a criança ficar junto de outro familiar, que mesmo assim seja integrada num contexto familiar.

É benéfico para as crianças que crescem num contexto familiar com rotinas de famílias com uma referência cuidadora estável e com atenção individualizada. A criança acolhida pode falar da sua realidade na escola sem relatar um contexto institucional. Também a criança com o acolhedor, de poder ter uma vida mais normativa.

M: 15 - 16 (0)

No modo como nos relacionamos com os outros, os limites que são aprendidos porque se gosta de alguém são limites completamente diferente dos limites de escola e das outras instituições quaisquer. Se acreditamos que a instituição família que é toda esta organização interna de afetos, preocupação com o outro, de ligação, interajuda e cooperação faz sentido então o acolhimento familiar enquanto a medida de acolhimento preferencial para mim faz todo o sentido.

N: 13 - 13 (0)

Isso mesmo. Não demonizando o acolhimento residencial, o acolhimento familiar é um caminho que temos que trilhar, para o acolhimento famílias provisórias e que de facto esteja em perigo e que tenha de ser retirada aos pais. Já sabemos que a lei dá preferência para crianças pequenas até aos seis anos, o grande passo que o ordenamento jurídico deu foi de facto os seis anos, podia não ter ido tão hoje, mas eu penso que na prática vão começar pelos mais pequeninos, pelos bebés, pelas crianças de colo com a ideia de que precisam de colo familiar e de vinculação. Por muito boa que seja uma instituição, não é modelo familiar. Há uma enorme rotatividade de cuidadores, rotinas e atividades, quase sempre de carácter grupal onde normalmente o espaço único é bastante difícil de ser promovido.

O: 24 - 24 (0)

Potencialidades percebidas da Implementação do AF em Portugal\Características do Acolhimento Familiar\Benefícios do Acolhimento Familiar - um sistema de base comunitária\Interface entre a dimensão pública e privada

A ideia de que precisamos de atenção individualizada e compromisso pessoal e da presença e disponibilidade de boas figuras de afeto.

O: 25 - 25 (0)

Por isso é que esta é uma medida também importante nesse aspeto porque no fundo faz aqui uma interface entre uma dimensão pública e privada. Quem dá resposta é a família que opera numa dimensão absolutamente privada, particular mas não pode estar fechada, tem que haver aqui um controlo público sobre como essa família acolhe e responde às necessidades da criança. É uma medida curiosa que articular estas duas dimensões da área privada e pública com muito prazer. O acolhimento residencial não, situa-se na área pública e também deve ser acompanhado e avaliado.

E: 29 - 29 (0)

A família de acolhimento como rede de suporte social da família de origem

R: 28 - 28 (0)

Potencialidades percebidas da Implementação do AF em Portugal\Características do Acolhimento Familiar\Benefícios do Acolhimento Familiar - um sistema de base comunitária\Manutenção do contacto e cooperação entre FA e FO

Em Portugal, fala-se muito das tensões entre a família de origem e a família de acolhimento. Por mais que me digam, não me lixem, mas essa tensão existe. E ouvirei-se uma família de origem a dizer que eu mais quero: depois da reunificação – o que eu mais quero é que a minha criança continue a pertencer a ambas as famílias, à minha e a de acolhimento. Isto é o que se pretende. Acho eu, o coração não se divide multiplica-se. Não é a questão de ah vai ficar em acolhimento residencial se não vai fazer uma *attachment, uma vinculação, e depois como é que é?* Não, o amor multiplica-se, é como na Rua Sésamo - essa mesma personagem que diz: -o meu coração ficou maior, olha aqui o desenho do meu coração está maior, porque agora tenho mais pessoas que gostam de mim.

B: 32 - 32 (0)

Esse é um grande desafio e estou convicta que levará à conclusão que sim. É essa a convicção dos estudos noutros países que já implementaram, teremos que confirmar em Portugal. E estamos a falar de países com estádios mais atrasados do que o nosso como é o caso da Roménia aliás investigações que comprovam a grande vantagem do acolhimento familiar também relativamente a esta questão. Do facilitar e possibilitar, fortalecer a capacidade de vínculo com a família de origem e, ou com outra família, esse é o desafio. E não só relativamente aos técnicos e à evolução do processo em si mas também para as próprias famílias de acolhimento, para as próprias famílias de origem, para as próprias famílias de adoção ou apadrinhamento civil. Toda esta intervenção e avaliação, tem que abranger todas estas questões, estes diferentes sensores da qualidade e do sistema de acolhimento familiar.

D: 15 - 15 (0)

Outra vantagem o acolhimento familiar é o facto de que ao contrário do que sucede com a adoção permitir a manutenção do contacto com a família de origem. Falando, obviamente da adoção plena, o acolhimento familiar permite conservar, normalmente, a relação com os pais, os irmãos, a família de origem, mas vivendo num contexto seguro e essa é uma vantagem que a adoção plena não tem porque implica de facto o corte desse relacionamento.

E: 4 - 4 (0)

Potencialidades percebidas da Implementação do AF em Portugal\Características do Acolhimento Familiar\Benefícios do Acolhimento Familiar - um sistema de base comunitária\Manutenção do contacto e cooperação entre FA e FO\Parentalidade Plural

Poder paternal é uma coisa do passado. Os pais não são donos dos filhos e, portanto, esta dimensão da parentalidade plural no momento atual é muito importante e eu acho que esse é o caminho. E esse é o caminho que nós temos que fazer agora. Eu quando digo isto à segurança social: dizem-me "O objetivo é o acolhimento de curta duração". - Está bem, também no acolhimento residencial e tens lá miúdos há 12 anos. A questão é muito melhor estar de longa duração no acolhimento familiar. Aliás se comparar com qualquer país do mundo. Metade dos miúdos do acolhimento familiar são acolhimentos de longa duração, portanto qual é o problema.

O: 49 - 49 (0)

Um pouco aquela ideia também havendo parentalidades cruzadas isto pode resultar e ser complicado para a família de acolhimento e de origem, que não vão olhar com bons olhos esta concorrência de outras famílias na vida desta criança mas temos que definir os limites de cada uma de forma a que a criança possa muito viver com uma família de acolhimento, viver com ela num espaço físico da família de acolhimento mas num espaço de convívio mais curtos ou alargados com a família biológica, mas temos que saber quem faz o quê. De facto, estes pais não perderam a titularidade das responsabilidades parentais, perderam quanto muito, algum do exercício que passou diretamente para esta família de acolhimento mas é preciso onde acaba a intervenção de um e começa a intervenção do outro, isto é também um constrangimento e pode levar a que muitas famílias não se queiram candidatar com receio de conflitos com as famílias biológicas.

Potencialidades percebidas da Implementação do AF em Portugal\Características do Acolhimento Familiar\Benefícios do Acolhimento Familiar - um sistema de base comunitária\Manutenção do contacto e cooperação entre FA e FO\Continuidade após cessação

Potencialidades percebidas da Implementação do AF em Portugal\Características do Acolhimento Familiar\Benefícios do Acolhimento Familiar - um sistema de base comunitária\Potencial na alteração do paradigma de outras respostas

Portanto já ontem defendi a questão da profissionalização, não podemos ser amadores nisto.

O: 28 - 29 (0)

Gostaria também falar da continuidade, que a lei prevê, de no mínimo de seis meses continuarem disponíveis para a relação. Temos pessoas que adotaram e continuam a ter relação com as famílias de acolhimento há 6/7 meses, passam fins-de-semana juntos. Há claro casos diferentes, mas mesmo casos difíceis as tensões são transformadas, às vezes é quase como se a família acolhedora apadrinhasse a família de origem. Esse é o objetivo de uma comunidade mais cuidadora.

O: 55 - 55 (0)

Mas que podem fazer com que a criança viva melhor a sua infância mesmo que tenha vivido uma situação de perigo. mantendo um....continuar gravação 1 - manutenção dos laços - continuidade

O: 6 - 6 (0)

O Acolhimento Familiar é de facto a pedrada no charco que faz mover aqui um bocadinho e, ainda bem, alguma coisa tinha que ser, se tiver que ser o acolhimento familiar, estamos cá para isso!

C: 13 - 13 (0)

O acolhimento familiar pode e tem potencial para mudar isto, e por isso é que vamos encontrar várias dificuldades, vários desafios. Por exemplo, há situações que vem ter connosco, enquanto vamos iniciando este caminho e as pessoas estão a perceber que isto vai mexer com qualquer coisa, e querem posicionar-se neste movimento que está a acontecer e é muito inteligente e muito responsável. Qual é a questão? Nem todas as casas de acolhimento vão poder transformar-se em instituições de enquadramento de famílias de acolhimento. às tantas não há essa necessidade, mas há uma necessidade absoluta que é o trabalho interventivo com as famílias de origem destas crianças. Um dos recursos que podemos utilizar é a transformação destas casas que hoje são casas do acolhimento em, não quero chamá-los Cafap porque nós queremos uma coisa diferente daquilo que hoje é o Cafap mas em entidades e equipas que trabalhem estas famílias, que garantam os convívios das crianças que estão em acolhimento familiar com a família de origem, que os monitorizem, que intervenham com estas famílias. A reorganização vai exigir isto tudo. Esta questão do trabalho com as famílias é, para mim mesmo, até, mais importante do que ter uma família de acolhimento porque mexe com tudo o resto do sistema. Em rigor, só deveria ter uma família de acolhimento quando tivesse uma equipa responsável pelo acompanhamento da família de origem desta criança, a não ser que o projeto seja a adoção e aí é mais fácil e temos muitas situações que são consentimentos prévios para a adoção e aqui "não há família de origem à mistura". Aqui tudo bem, mas na maior parte das situações não são assim. As situações implicam que se não se realizar a reorganização familiar pelo menos tem que haver um diagnóstico de que isto não era possível e alguém tem que o fazer com estas equipas que estão em falta. Fazem mesmo muita falta.

C: 14 - 14 (0)

Efetivamente é uma pedra no charco. Vai ter esse efeito e já está a ter. Eu acho que vai mesmo obrigar e é por isso mesmo é que tem esta resistência toda. As pessoas já intuem, mesmo que não consigam ver o filme todo, porque estão mais focadas nas suas áreas de trabalho, mas intuem que isto vai mudar de facto muito, vai exigir repensarmos, como todos os processos de mudança significativos encontram resistências. Acho que tem a ver com isto. A resistência não tem a ver com questionar-se a bondade ou adequação do acolhimento familiar.

C: 29 - 29 (0)

Há alavancas fundamentais para a desinstitucionalização. que é o quê? As respostas de acolhimento familiar, mais para os mais novos, embora nós temos crianças mais velhas em família de acolhimento. Já temos à data de hoje 58 crianças em acolhimento familiar, ou que já estiveram ou que estão. E não estou a contar com esses 5(crianças refugiadas) e acho que até ao final do ano vamos chegar aos 100. Ou seja, aquilo que estávamos a tentar fazer em 4 anos, vamos fazer em 2 anos. O que é uma coisa espetacular. Essa é uma alavanca clara, o acolhimento familiar alternativo ao acolhimento residencial. 2 alavanca a intervenção com as famílias de origem. Nós criámos equipas de apoio à família que são equipas que fazem intervenção de capacitação e de terapêutica na dinâmica familiar, ainda estão muito longe daquilo que eu quero delas, eram equipas que vieram da ação social e como eu digo é fácil tirar a criança do bairro mas é difícil tirar o bairro da criança, aqui a mesma coisa, é fácil tirar da ação social mas é difícil tirar a ação social das pessoas.

O: 19 - 19 (0)

Também estamos a falar de uma mudança também de modelo, de paradigma, para um modelo muito mais focado nas pessoas que estão a utilizar no próprio sistema como por exemplo as próprias crianças, as famílias de origem e a família de acolhimento.

R: 11 - 11 (0)

Não é por acaso que o acolhimento familiar pode vir a projetar alguma alteração do paradigma de outras respostas relativamente às crianças, designadamente a adoção, e outras formas de intervenção familiar. Porque os sistemas não são estanques, todos eles se relacionam, projetam e gerem muitas vezes provocados por evoluções noutra área mas continua a ser ainda um sistema muito centrado nos direitos dos adultos e não nos direitos das crianças e mesmo a crescer em família, muitas vezes é interpretado como daqueles que podem proporcionar o exercício desse direito mais do que um direito autónomo intrínseco à infância e às crianças. Portanto é esta evolução que está em curso que venha alterar e venha provocar aqui uma mutação profunda nas mentalidades e na nossa comunidade em geral.

D: 3 - 3 (0)

Nesse sentido, do ressuscitar de soluções baseadas na comunidade, o acolhimento familiar poderá ser a tal pedrada, porque de facto as pessoas, quando são confrontadas com os números e quando se diz que na cidade de Lisboa, no distrito de Lisboa, não havia uma única família de acolhimento, isto provoca um abanão para todos. e sentimos que o abanão no sistema resulta do que as pessoas vão sentido e vão fazer sentir.

D: 8 - 8 (0)

A sustentabilidade assenta nisto por um lado na capacidade do acolhimento familiar permitir uma rápida capacitação e reintegração familiar ou rápido diagnóstico nas situações em que de facto não há potencial de reintegração, mas simultaneamente um investimento noutras respostas alternativas também de cariz familiar como será a adoção, o apadrinhamento civil ou eventualmente a criação da tipologia do acolhimento familiar de longa permanência. Acho que a lei é demasiado genérica, o momento em que ela surge também, politicamente ainda há aqui alguns receios, algumas crispções relativamente ao acolhimento familiar. A lei anterior previa a distinção entre o lado profissional e o lado familiar, distinguia também o acolhimento familiar de longa duração e de pequena duração. De certa forma, dizendo que a tipologia não deva vir da lei, a tipologia deve vir do sistema e da organização da resposta. Poderá haver famílias com perfil que tenham apetência para acolhimentos prolongados, poderá haver famílias com outro perfil, assim como há famílias com perfil para acolher crianças pequenas, famílias com perfil para acolher adolescentes, esta diversidade deve surgir no contexto da avaliação.

D: 42 - 42 (0)

Benefícios da Acolhimento Familiar - Modelo integrado que se aposta na capacitação da família de origem - espera-se uma capacitação mais intensiva e alteração deste hiato- trabalhar a medida mais rapidamente- resolver a eternização de processos- agitar as águas

G: 10 - 10 (0)

Potencialidades percebidas da Implementação do AF em Portugal\Características do Acolhimento Familiar\Benefícios do Acolhimento Familiar - um sistema de base comunitária\Potencial na alteração do paradigma de outras respostas\Ressuscitar soluções baseadas na comunidade

daqui a cinco anos. Eu espero que até antes disso, pelo menos em algumas partes do nosso país, porque não precisamos nem podemos avançar todos em simultâneo, mas há algumas zonas, nomeadamente aqui em Lisboa, em que temos essa capacidade e essa responsabilidade também. Um sistema de promoção e proteção de sucesso será aquele que consegue garantir que as crianças estão na comunidade, se desenvolvem na comunidade, crescem na comunidade, com o afeto que a comunidade lhe pode dar, quando digo comunidade é: integrada no ambiente familiar que aquele que é um ambiente natural para uma criança crescer. Isto implica quer um ambiente de família alternativa, digamos, assim em acolhimento familiar enquanto este acolhimento familiar é necessário, mas também em paralelo na sequência do trabalho com as suas famílias de origem, na necessidade de um regresso breve, rápido, eficaz e seguro à família de origem. A resposta está na comunidade e é na comunidade que encontramos a disponibilidade para nos constituirmos com famílias de acolhimento, é na comunidade encontramos a capacidade de trabalhar com estas famílias que precisam da nossa ajuda, de todos, da comunidade e, a máxima de que para criar uma criança é preciso uma aldeia inteira, é cada vez mais importante. Uma comunidade cuidadora, atenta, sem julgamentos. Isto é importante para qualquer um de nós enquanto cidadãos, nas escolas, nos centros de saúde, todas as entidades de primeira linha têm que estar atentas às necessidades destas crianças, sem julgamentos. Estas

famílias e nós temos que aprender a olhar para essas famílias. As famílias não são as más da fita. Estas famílias são atrapalhadas, em sofrimento. Não há acolhimentos familiares nem residenciais sem sofrimento, sofrimento para as crianças, mas também para estas famílias. Que faz assim porque não sabem fazer de outra maneira e, não vão saber fazer de outra maneira se nós não as ajudarmos.

C: 57 - 57 (0)

Ao longo desta evolução, de facto desperdiçou-se um potencial imenso, que eu penso, que estou convencida que existe na sociedade Portuguesa, este potencial de acolhimento, há um potencial grande, há um sentido comunitário na responsabilidade para com os mais vulneráveis mas que se foi desperdiçando com esta ideia errada que isto pode ser perverso e desmantelou-se por completo o sistema. A regulamentação excessiva

D: 7 - 7 (0)

Na destruição através de uma regulamentação assente em pressupostos errados de qualquer coisa que informalmente poderia ter evoluído para neste momento ser o paradigma. Uso muitas vezes esta expressão, parece que o vídeo matou o rádio, desta forma, parece que o suprássumo da regulamentação, de certa forma, correspondente às preocupações nas matérias dos direitos das crianças, mas aqui, por uma má avaliação veio destruir uma força existente na sociedade e na comunidade que agora está a ressuscitar. Desta forma, estas campanhas de acolhimento familiar que vêm desenvolvendo visam ressuscitar esta vontade e potencial humano, comunitário, de responsabilidade que está presente em cada português, designadamente, no que toca à relação com as crianças. Somos um povo claramente com uma cultura familiar centrípeta em relação às crianças e eu vejo pela experiência de viver noutro países onde os laços familiares são mais ténues. Nós estamos prontos para os acolher, para os abraçar. Eu penso que nesse aspeto se perderam anos, mas ele que ele se mantém, é preciso é ressuscitá-lo e abaná-lo. Nesse sentido, do ressuscitar de soluções baseadas na comunidade, o acolhimento familiar poderá ser a tal pedrada, porque de facto as pessoas, quando são confrontadas com os números e quando se diz que na cidade de Lisboa, no distrito de Lisboa, não havia uma única família de acolhimento, isto provoca um abanão para todos. e sentimos que o abanão no sistema resulta do que as pessoas vão sentido e vão fazer sentir.

D: 8 - 8 (0)

Quero acrescentar, que esta exata comunidade responsável pelas crianças é o que está na base da lei de proteção, da lei de proteção das crianças e jovens em perigo, precisamente em que os primeiros intervenientes, a primeira linha é a comunidade, as famílias, os vizinhos.

D: 10 - 10 (0)

Há aqui, eu diria, um alastrar dos benefícios do acolhimento familiar não só para a criança que dele beneficia diretamente, mas para os dois sistemas familiares que esta criança se insere e também para o bem-estar genérico da comunidade onde está integrada. Desenvolvendo-se isto em proximidade, vamos tendo também um maior espírito comunitário, de apoio e responsabilidade pelo bem-estar das crianças e de todos nós. Este é um aspeto que Portugal precisa de estimular, este espírito comunitário que não está muito presente. Temos um potencial grande e acolhedor mas o espírito comunitário de nos organizarmos, de nos apoiarmos, colide também com o espírito demasiado individualista de "na minha casa" e "gosto de estar protegido", este é um fator importante para o desenvolvimento da comunidade, capacidade de se relacionar sem inibição, sem resistência à invasão do outro, com respeito pelo espaço do outro mas de envolvimento solidário.

D: 19 - 19 (0)

Sem dúvida, a ideia é termos famílias de acolhimento que se possa constituir como modelos e como suporte às famílias de origem. Isto já está a acontecer. Temos uma criança temos várias situações destas, mas há uma criança que esteve numa família de acolhimento e já está com sua mãe novamente. Nos primeiros dias de integração, a mãe não conseguia adormecê-lo. Ele estava muito agitado, a mãe ligava à família de acolhimento a perguntar como costumavam fazer lá, para a ajudarem porque ela não estava a conseguir. Isto evolui de tal maneira que no fim-de-semana passado, a mãe foi jantar na casa da família de acolhimento, só soubemos disto depois, a relação mantém-se, já está na comunidade e de uma forma muito natural são apoio uma da outra. Na verdade, a mãe com a disponibilidade de manter esta relação permite que esta criança e esta família de acolhimento mantenha uma relação que é tão importante também para a família de acolhimento. Por outro lado, a família de acolhimento é o suporte efetivo da capacitação desta mãe. Portanto isto é o que se pretende. Em comunidade.

Potencialidades percebidas da Implementação do AF em Portugal\Características do Acolhimento Familiar\Benefícios do Acolhimento Familiar - um sistema de base comunitária\Potencial na alteração do paradigma de outras respostas\ressuscitar um sentido comunitário e responsabilidade

Potencialidades percebidas da Implementação do AF em Portugal\Características do Acolhimento Familiar\Benefícios do Acolhimento Familiar - um sistema de base comunitária\Potencial na alteração do paradigma de outras respostas\cooperação com FO contribuir para um trabalho mais eficaz c FO

C: 59 - 59 (0)

2 alavanca a intervenção com as famílias de origem. Criámos equipas de apoio à família que são equipas que fazem intervenção de capacitação e de terapêutica na dinâmica familiar, ainda estão muito longe daquilo que eu quero delas, eram equipas que vieram da ação social e como eu digo é fácil tirar a criança do bairro mas é difícil tirar o bairro da criança, aqui a mesma coisa é fácil tirar da ação social mas é difícil tirar a ação social das pessoas. O: 19 - 19 (0)

É necessário acolhimento familiar, equipas para trabalhar intensivamente as famílias, quer na preservação familiar para não ter colocação quer na reunificação familiar e depois as respostas de autonomia, não é? porque a lei está muito interessante no ponto de vista da autonomia, mas não existe. Só a misericórdia é que tem. Aliás, ao olhar para os dados do CASA, o CASA diz que há 80 crianças em autonomia, devem ser todas as nossas. Deve haver seis ou sete crianças de outras instituições, o CASA também não tem rigor. Nós temos mais de 80 por ano.

O: 20 - 20 (0)

Por outro lado, ainda há outro potencial do acolhimento familiar que é a ideia da responsabilidade da comunidade quer relativamente às próprias famílias de origem.

D: 19 - 19 (0)

Admitindo que o acolhimento familiar com estas preocupações da transitoriedade tenha trazido aqui uma maior pressão, qualquer coisa que também poderia estar mais, enfim desvalorizada ou esquecida, que é este trabalho permanente de capacitação da família de origem, de preservação do vínculo, pela necessidade de evitar ruturas, eu penso que trará também aqui um aspeto que eu penso que seria muito a própria relação que se estabelece entre as famílias de acolhimento e as famílias de origem da criança que tradicionalmente é diabolizada porque são maltratantes, são negligentes e gerando a sensação que é imediata nas pessoas e nas famílias, como é que é possível fazer isto a uma criança mas que através do conhecimento destas famílias, da sua história e do acompanhamento desejável, que poderá nem ser sempre fácil mas de coexistência responsável entre estes dois sistemas familiares poderá trazer também a diferença em termos de capacitação.

D: 19 - 19 (0)

por outro lado, a expectativa que o acolhimento familiar possa contribuir para o mais eficaz trabalho um trabalho mais eficaz com as famílias de origem em termos de possibilitar uma mais rápida reintegração familiar ou um trabalho mais eficaz mais rápido projeto de vida que possam libertar as famílias para outros acolhimentos. É uma expectativa que não tenho resposta, tenho indícios que isso pode acontecer. Já tivemos várias saídas do acolhimento familiar neste curto espaço de tempo, famílias que já acolheram mais do que uma criança. As crianças que saíram para o acolhimento familiar e que saíram para reintegração familiar e adoção, tiveram um tempo de permanência muito inferior às médias expressas no relatório CASA em relação ao acolhimento residencial.

D: 39 - 40 (0)

O acolhimento familiar é uma solução de coexistência de duas famílias, a família de acolhimento e a família biológica, na maior parte dos casos de acolhimento familiar em que a criança ainda tem como projeto de vida a reintegração familiar, as duas famílias vão ter que coexistir e trabalhar uma com a outra, a questão é como vão ser preparadas para o fazer e qual é o acompanhamento que têm.

P: 19 - 19 (0)

Há aqui uma dimensão relativamente à sustentabilidade - financeira/económica. Efetivamente começando por nos focar numa dimensão sustentabilidade financeira e económica e efetivamente focar naquilo que é a economia e a vantagem para as crianças e estas famílias. Não tenho a mínima dúvida de que este é um modelo sustentável. Aquilo que temos neste momento, e, o que se está a perceber é que não é eficaz e se não é eficaz não pode ser sustentável, não podemos manter por muito mais tempo. Por outro lado, do ponto de vista financeiro é muito mais barato. É mais barato trabalhar na prevenção e na capacitação familiar. De facto, existem equipas que neste momento não existem, mas o rácio e a eficácia do trabalho com estas famílias só trazem benefícios para as próprias e mais uma vez a eficácia é medida aqui. Nas vantagens sociais não tanto, mas na necessidade de investir nestas equipas, sendo que no investimento terá tempo da reorganização de outras respostas que já não serão tão úteis, há aqui um sistema de base comunitária. Por outro lado, se pensarmos especificamente no enquadramento das famílias de acolhimento, é efetivamente mais barato, não há a mínima dúvida. Nós neste momento o rácio prevê que cada técnico acompanhe 15 famílias com crianças em acolhimento familiar. Este rácio de 1 técnico

Potencialidades percebidas da Implementação do AF em Portugal\Características do Acolhimento Familiar\Benefícios do Acolhimento Familiar - um sistema de base comunitária\Vantagem económica-custo benefício

para 12, no máximo 15, se pensarmos na quantidade de pessoas que existem numa casa de acolhimento. Uma casa de acolhimento é um sugador de recursos financeiros e humanos e não é eficaz, não responde às necessidades das crianças. E eficácia e sustentabilidade vejo neste sentido.

C: 55 - 55 (0)

Uma criança em acolhimento residencial custa qualquer coisa como 6 a 7 vezes mais do que em acolhimento familiar. Uma criança em resposta de autonomia custa 12 a 13 vezes menos de que uma criança em acolhimento residencial. Uma criança na família intervencionado com um Cafap custa menos 20 vezes. Ou seja, é a esta estratégia que eu defendo o que eu digo sempre tem uma vantagem é muito mais barata e muito mais barata porque até agora a questão não é a sustentabilidade financeira.

O: 53 - 53 (0)

O acolhimento familiar para além dos outros custos que não estão avaliados financeiramente que tem a ver com o futuro das crianças, o seu bem-estar psicológico, social etc. A nível de custo benefício sai muito mais barato uma criança em acolhimento familiar do que a criança num equipamento

D: 44 - 44 (0)

A vantagem deve ser vista nesta perspetiva de termos uma resposta que vai de encontro às necessidades das crianças e quando nós pensamos em uma perspetiva a longo prazo nós sabemos que neste momento em implementar o sistema de acolhimento familiar é muito caro ou seja exige um grande investimento num curto espaço de tempo, mas traz naturalmente vantagens do ponto de vista económico a longo prazo. Também as vantagens do ponto de vista económico não só no investimento direto obviamente naquilo que é o sistema de acolhimento familiar versos o número de crianças em acolhimento residencial. Mas por outro lado também esta ideia um bocadinho transversal para outras áreas sociais, ou seja, a intervenção social é o parente pobre de qualquer país.

I: 20 - 20 (0)

portanto a ideia do desenvolvimento económico está muito ancorada no progresso tecnológico nestas outras dimensões esquecendo naturalmente que se desconsiderarmos as dimensões sociais que nós vamos ter naturalmente um aumento de um outro conjunto de fenómenos que prejudicam a economia são as questões da criminalidade que são as questões da vulnerabilidade e portanto a ideia de implementar um sistema de acolhimento familiar que seja de sucesso traduzir-se á por um lado no menor número de jovens que precisará de acolhimento residencial e portanto caminharemos para um acolhimento residencial mais especializado - acolhimento residencial que responde a um grupo específico. Quando olhamos para o acolhimento familiar responderá naturalmente ao conjunto de crianças particularmente as mais pequenas e com menos necessidades psicológicas adicionais, responderá de forma adequada a estas estas crianças. Portanto será no fundo também aqui um buffer para outras dificuldades quer do ponto de vista pessoal psicológico social de empregabilidade, portanto, ou seja, há um conjunto de *outcomes* digamos assim da implementação desta medida que não são imediatos, mas que de facto quando nós olhamos para diferentes contextos sociais europeus onde é que também estão as diferenças. Há benefícios naturais e evidentes que a literatura mostra ao nível do desenvolvimento das crianças, ao nível do funcionamento familiar, ao nível das próprias das crianças biológicas da família de acolhimento um conjunto de aspetos relacionados com a solidariedade, com a ideia do papel e da responsabilidade social, há também obviamente um impacto do ponto de vista do funcionamento destas famílias e daquilo que é depois a perspetiva de integração social destas crianças e os recursos que estas terão acesso.

I: 20 - 20 (0)

De facto, a ideia mais normal do acolhimento familiar é que esta criança viva com esta família de acolhimento, mas que tenha de facto convívio com a família biológica para a qual regressará o mais depressa possível, o mais depressa que for possível. Não eternizando o acolhimento familiar. Se for para o eternizar então temos que transformar este acolhimento familiar por exemplo num apadrinhamento civil, que terá muito mais garantias tutelares cíveis e jurídicas ou eventualmente se for caso de um intuito adotivo à priori então depois transformar este acolhimento familiar numa adoção.

O: 11 - 11 (0)

XYZ e eu, há 3 ou 4 anos encontramos-nos, dizia-me que é preciso muita resiliência, porque vai haver muita gente que vai ter obstáculos ao acolhimento familiar e o truque é todo o caso em frente, não há dúvida. são as instituições que têm medo não sei quê, são as questões de poder, são as pessoas que têm crenças,

Potencialidades percebidas da Implementação do AF em Portugal\Características do Acolhimento Familiar\Benefícios do Acolhimento Familiar - um sistema de base comunitária\referência à não eternização do acolhimento familiar-

VERDE

AMARELO

O: 35 - 35 (0)

É um modelo muito avaliativo, a verdade é que provavelmente tem a ver com a burocratização do sistema temos que ter tudo registado, muito documentado para mostrar que, um foco muito naquilo que é visível não nas dinâmicas de relação.

I: 40 - 40 (0)

A lei diz que dá prioridade até aos 6 anos, eu acho que deveria dividir em duas fases, até aos seis anos e crianças que estão em longo-termo no acolhimento residencial. Eu acho que também deveriam dar prioridade aos que estão há mais anos em acolhimento residencial. A implementação do acolhimento familiar deve ser implementada faseadamente, tendo em atenção numa primeira fase os acolhimentos de longa permanência em acolhimento residência. Deve-se encontrar um acolhimento familiar para estes jovens. São estes jovens que são grandes números e não nos podemos esquecer todos os riscos negativos que estão associados, são miúdos que podem ter mais problemas escolares, de não completar o 12º, menos possibilidades de emprego, são as miúdas que vão engravidar mais cedo, miúdos que vão perpetuar os ciclos daquilo que os colocou em acolhimento residencial. As estatísticas são brutais, são assustadoras e o que estamos a dizer é que não são prioritários porque têm mais de 6 anos. Eu percebo a premência para a primeira infância, não retiro de todo a grande importância, mas temos miúdos mais velhos, mas tão pequeninos ao mesmo tempo que necessitam de acolhimento familiar.

L: 28 - 28 (0)

Há muito caminho a fazer, mas de facto concordo consigo que sem 1) captação de famílias, 2) formação dos próprios técnicos que devem abrir-se a esta cultura de acolhimento, desta medida, que já existe na lei mas ainda não está a ser aplicada como deveria ser. Temos que todos juntar as nossas vozes.

O: 12 - 12 (0)

Há necessidade de legislar a família prolongado?

O sistema de promoção e proteção quando uma criança está numa família de acolhimento ou num centro de acolhimento, tem que estar a trabalhar no outro lado com a família biológica, destacando aqui o "com" a família e não "a" família. São duas coisas bem diferentes, às vezes existe a tendência de trabalhar a famílias, sem a ouvir. É necessário não descansar no trabalho com as famílias de origem. O sistema nunca poderá deixar de o fazer, continuo a dizer o acolhimento residencial ou o acolhimento familiar são serviços de urgência da qual a criança deve sair o mais depressa possível, para terem o projeto de vida.

O: 63 - 64 (0)

Modelo focado no défice e assistencialista ou modelo de confiança, de suporte à família, de sinergias para alcançar o potencial de mudança da família.

Há de tudo, na minha vida profissional conheci de tudo. Conheci alguns abandonos, algumas situações em que as crianças eram projetadas e colocadas em centros de acolhimento e havia muito pouco trabalho a fazer com a família mas isso também tende da forma como o juiz ou a comissão de proteção vai visar o acordo de promoção e proteção, tem que dar um caderno de encargos aquela família, tem que lhe dar algumas diretrizes, da mesma forma que tem que dar diretrizes às entidades que têm também a função de acompanhar e fazer cumprir aquele acordo de promoção e proteção. O acordo de promoção e proteção é, digamos assim, o molde que vamos adaptar ao caso de cada criança, daquela criança. Não podemos fazer como muitas vezes vejo, infelizmente, nas comissões e nos próprios tribunais, acordos de promoção e proteção completamente estandardizados, repetidos, muda só o nome. É impessoal, não está adaptado à situação da criança com que estamos a trabalhar, não dá diretrizes aquela família, no sentido do que é necessário fazer durante a medida de acolhimento familiar ou acolhimento residencial. Que muito embora a lei não diga que não tem limite máximo, como tem a medida de apoio de natural de vida, no máximo são 18 meses, e tem que se trabalhar todos em tempo e fazer com que esta família se reerga para poder recuperar a sua criança. Aqui não, dá ideia que o estado descansa com a permanência da criança nestas duas soluções, as soluções de colocação em acolhimento familiar ou centro de acolhimento. Também temos que inverter de facto este caminho.

Por isso, o projeto de vida tem que ser continuado e a visar, não só no momento da retirada, mas durante a permanência o mais imediato possível.

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\ Vontade política: Liderança de Implementação// Lack of will

Referente à questão que me colocou, leia o DOC CEJ parecer do acolhimento familiar - decreto-

Não fomos ouvidos em relação às soluções que lá colocamos, colocamos lá de facto a necessidade do acolhimento familiar de longa duração, do acolhimento familiar de emergência, de haver uma norma na lei que devia dizer algo como isto....a medida de acolhimento familiar também é executado em situação de emergência, tal como é definido no artigo 30º da Lei de Proteção, tendo lugar em famílias formadas e seleccionadas para esse fim que apresentem o perfil de competências. Nada disto ficou na lei, também devia ter ficado que os objetivos primordiais desta medida de acolhimento não são só os que são previstos no artigo 3º, mas também é a recuperação terapêutica das experiências da criança ou do jovem, para que a criança tenha de facto condições para a adequada...das suas necessidades físicas, cognitivas emocionais e

O: 65 - 69 (0)

Acolhimento familiar prolongado

Sustentabilidade económica

Sustentado com os casos de sucesso - disseminação dos casos geograficamente e não apenas numa zona territorial

Avaliação de impacto é fulcral

ACOMPANHAMENTO

F: 1 - 5 (0)

PROBLEMA IDENTIFICADO ARTICULAÇÃO

R: 31 - 31 (0)

Ao estado compete responsabilizar-se.

T: 2 - 2 (0)

Acho que durante muitos anos, há frente destas instituições estão pessoas com algum poder no nosso país, estão pessoas ligadas à igreja, à política, direta ou indiretamente, ou alguém que tem um papel importante na comunidade e as pessoas querem manter-se nestes cargos para manterem algum relevo na sociedade local.

T: 30 - 30 (0)

Primeiro, tem que haver vontade política

T: 42 - 42 (0)

Porque não havia vontade política. Eu trabalho nesta área desde 2008, na altura da mudança do decreto-lei 12 de 2018. A minha primeira investigação, na altura em que estavam a cessar famílias porque não se enquadrarem e devido aos laços de parentesco também, para terminarem. Eu tenho falado com muita gente. E há vontade. Isto não tem a ver com a parte técnica, mas sim, vivemos num país altamente hierarquizado e, sim ninguém pode abrir a boca porque tem outra pessoa logo ali em cima a dizer, *shhh...*

B: 15 - 15 (0)

Eu acho que tem a ver com vontades políticas agora exatamente porquê? Toda a gente tem suspeitas e, mas não passam de suspeitas. Eu acredito que quem trabalha na área tenha as melhores intenções. Querem mesmo fazer a mudança. Há alguns medos a nível da coordenação de casas de acolhimento? Há, tem medo de perder o pelouro, mas, lá está também podem requalificar-se, alterar-se.

B: 16 - 16 (0)

Sim, há aqui uma questão que vem antes das equipas técnicas que é a própria opinião pública. A herança que nós temos do acolhimento familiar é uma herança pesada que não se quer reproduzir de todo. A expressão que vou utilizar é dura, propositadamente. Na verdade, no passado as famílias de acolhimento que nós tínhamos, na maior parte das situações, não eram muito diferentes das famílias de

origem destas crianças. Efetivamente o que acontecia é que era uma forma de, bem para já, 75% das nossas famílias em Portugal eram avós ou tios, tinham laços biológicos com as crianças e havia este subsídio de acolhimento familiar. e isto era o recurso que era utilizado e em algumas situações terá sido um ótimo recurso e um recurso que família precisava, não ponho isso em causa. As outras situações de famílias de acolhimento nem todas teriam qualidade, digamos assim, que as crianças, crianças precisavam, portanto, isto na opinião pública deixou marcas muito profundas, quer na opinião pública, na verdade, quer na opinião política. Este atraso sucessivo da implementação do sistema de acolhimento familiar em Portugal teve muito a ver com isto.

C: 22 - 22 (0)

Há uma ou outra iniciativa, mas não tem havido essa decisão e, portanto, enquanto isso não acontecer. Mesmo enquanto, por exemplo, ao nível da segurança social não se definir o que quer fazer no seu programa de acolhimento familiar, enquanto houver esta ambiguidade, depois cria-se uma situação um pouco ambígua, ao nível do discurso, o discurso político é muito favorável ao acolhimento familiar e às respostas de cariz familiar, não só o acolhimento, a adoção e o apadrinhamento civil, mas a prática não corresponde a esse discurso. A prática é totalmente resistente e é uma prática que tem reforçado inclusivamente o acolhimento em residências. Enquanto não

E: 8 - 8 (0)

Nós temos de facto historicamente uma tradição que é o Estado, a resposta do Estado e, portanto, quando pensamos que na resposta do Estado, pensamos numa resposta institucional, formal, portanto não uma outra família. Pensamos nesta perspetiva. E, portanto, para além daquilo que é histórico além daquilo que tem a ver com mudanças que implicariam mudanças históricas estruturais nós pensarmos no acolhimento residencial e naquilo que são as entidades que estão por detrás das casas de acolhimento. Temos obviamente, mas temos também uma larga tradição da Igreja nestes contextos. Portanto temos as mudanças que têm outras implicações, há outras ligações subjacentes à ideia de sistema, portanto há também aqui aspetos mais macro para explicar um bocadinho

I: 22 - 22 (0)

E cruzar isto com os valores de que a família é um contexto de privacidade e de nós não podemos interferir. Explica também muitas dinâmicas da violência conjugal da violência às crianças etc. Portanto esta ideia está naturalmente relacionada com quem é que resolve os problemas quando eles existem não é outra família porque é o estado que portanto é uma ideia muito conservadora da forma como as sociedades se organizam enquanto que naturalmente quando nós pensamos nos holandeses por exemplo pensamos nesta ideia de solidariedade entre família o mesmo. Portanto a ideia de a criança estar de outra família faz sentido também.

I: 23 - 23 (0)

Speaker 1 tem que haver uma revolução. Por exemplo no caso da Irlanda, sentaram-se e perceberam que tinham que mudar tudo. Houve uma consciência de que o que temos não funciona, mas também não vamos atirar à parede e ver o que é que cola e vamos adaptar à nossa realidade. E se me perguntar quem se calhar tem que vir de cima.

L: 19 - 19 (0)

A grande barreira é a força do governo que está em funções e consequentemente a administração pública para dar resposta, no fundo tornar isto uma prioridade e para tornar isto uma prioridade é preciso haver meios, é preciso haver recursos. O esquema está montado, mas tudo demora muito tempo, estamos em setembro, a última legislação saiu em dezembro de 2020 e novas famílias tirando no distrito de Lisboa, novas famílias de acolhimento que se candidataram ainda não estão avaliadas e ainda não constituem bolsa.

Isto demora muito tempo, quando as crianças não têm esse tempo. Eu entendo que se fossem disponibilizados mais recursos humanos, equipas técnicas, se houvesse mais força ao nível dos organismos da segurança social para avançar. Só no mês de agosto é que foram lançados os concursos para as instituições se candidatarem para entidades de enquadramento familiar.

Comparo a situação com o que vivemos na pandemia, não se percebia muito bem como o que ocorreria a vacinação, até que começou a andar e foi tudo muito rápido, houve mobilização organizada, faseada por idades.

M: 19 - 21 (0)

O governo precisa de assumir isto como um objetivo. Parece que não é prioritário. Toda a gente diz que é importante, mas não é prioritário. Nós temos capacidade de

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\ Vontade política: Liderança de Implementação// Lack of will\Matriz Cultural e Política de institucionalização

fazer isto mas falta aqui uma força para dizer que é prioritário e é para ir para a frente. As crianças não votam, os pais destas crianças são uma franja da população com necessidades. Não há aqui uma força que vá lutar por isto.

M: 23 - 23 (0)

As barreiras passam muito por isto como não é prioritário tudo demora muito tempo, repare saiu a legislação e ainda não estão novas famílias formadas e em exercício com exceção do distrito de Lisboa com a Santa Casa da Misericórdia que tem avançado, isto ainda é pouco, dá resposta só às crianças do distrito de Lisboa, é um distrito significativo mas e o resto do país? Ainda não estamos a atingir do que é a maioria e estamos quase a um ano de ter saído a lei (está a falar do decreto 2020) e ainda não há novas entidades enquadradoras. Tudo demora

M: 24 - 24 (0)

Para conseguirmos inverter os números, deverá ser isso que nos faz mover, inverter totalmente os números, portanto passar a ter 90 por cento de acolhimento familiar e um resquício de acolhimento residencial. Para fazermos isso vamos ter que fechar muitas casas, aquelas que só recebem crianças com menos de 6 anos todas. O obstáculo para esta transição tem muito a ver com questões que não têm nada só ver com os cuidadores muito menos com o melhor interesse das crianças, tem a ver com interesses instalados, não sei se lhes chamaria políticos, mas sim, porque comprometem a organização social e tudo isso é política.

T: 29 - 29 (0)

há aqui toda uma situação que acaba por fazer parte também de uma certa hierarquia política, pelo menos a nível local se queira manter este status quo. É muito difícil perceber como é que algumas casas que visivelmente não têm qualidade se mantêm abertas. Nós sabemos nesta área, os próprios técnicos da segurança social têm essa noção e já pediram o seu fecho. Carrinhas à porta e de repente veio uma ordem e fica tudo, carrinhas para trás. Como é que isto pode acontecer? Contra as recomendações, contra tudo o que os técnicos dizem, não são decisões técnicas de certeza, nem decisões baseadas no melhor interesse das crianças. Tem que haver interesses instalados, e é isto que me preocupa, até que ponto é que nós vamos ter força social para fazer frente a estes poderes instalados. Estes minis-poderes locais, até pela organização partidária que temos no nosso país, acabam por afetar, como braços de um polvo, afeta a cabeça do poder e, por mais que, quando falamos com os deputados, eles têm a noção desta dificuldade e destes problemas, depois, parece que fica tudo empatado

T: 31 - 31 (0)

Eu acredito que quem trabalha na área tenha as melhores intenções. Querem mesmo fazer a mudança. Há alguns medos a nível da coordenação de casas de acolhimento? Há, tem medo de perder o pelouro, mas, lá está também podem requalificar-se, alterar-se.

B: 16 - 16 (0)

Não sei se em Portugal, se é a questão da Igreja, ou a questão de nepotismos.

B: 18 - 18 (0)

Há várias razões que nos tem conduzido ao estado em que o nosso sistema de acolhimento está. Há uma razão de matriz cultural que remete este tipo de respostas para um coletivo, para instituições, uma resposta associada à igreja, de grandes instituições com muitas crianças acolhidas e menos, ao contrário do que sucede de outros países, uma resposta menos assente na comunidade, no tecido comunitário, nas famílias. Isso é um primeiro aspeto depois, obviamente, o fato do acolhimento especial ter uma rede completamente instalada desenvolvida a cobrir todas as zonas do país, acaba por ter contribuído para atrasar, é uma resistência à mudança óbvia.

E: 8 - 8 (0)

Temo que tenhamos mais receio de colocar crianças em famílias de acolhimento em vez de colocar em centros de acolhimento porque existe um hábito cultural de

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\ Vontade política: Liderança de Implementação// Lack of will\Responsabilidade e Liderança na implementação

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\ Vontade política: Liderança de Implementação// Lack of will\Tradução da lei em medidas concretas e implementadas

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\ Vontade política: Liderança de Implementação// Lack of will\Tradução da lei em medidas concretas e implementadas\Decisão de aposta política e social na desinstitucionalização

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\ Vontade política: Liderança de Implementação// Lack of will\Tradução da lei em medidas concretas e implementadas\Decisão de aposta política e social na desinstitucionalização\A portaria da regulamentação do Acolhimento residencial

imediate solução perante um perigo parental é imediatamente um centro de acolhimento, mas vamos ter que inverter esse paradigma,

O: 34 - 34 (0)

Esta importância de cumprirmos as recomendações internacionais. Costumo dizer que o Estado português devia indemnizar as crianças em Portugal acho que deveria mesmo dizer isso porque de facto nós estamos a prejudicar as crianças e comprometer o seu futuro, o presente e o futuro.

R: 39 - 39 (0)

Para nós termos aquele sistema de acolhimento familiar que foi desenhado e que está previsto no quadro legal nós temos que trabalhar verdadeiramente na origem porque senão no limite ela deixa logo de ser uma medida temporária. Nós temos em Portugal nosso sistema de proteção da criança porque estamos a incumprir esse nível porque verdadeiramente nós não estamos a acompanhar as famílias ou é porque não há vaga, ou é porque não há Cafap, ou porque não faço qualquer coisa. No outro dia uma colega dizia a nós fazemos alguma capacitação às famílias, mas não há uma abordagem estruturada e não temos uma metodologia já sei o que ela dizia nós vamos disto tudo para o nosso sistema - diretrizes, metas (Modelo subjacente). Para o acolhimento ter sucesso nós precisamos de trabalhar desta forma muito holística muito transversal não é só o acolhimento familiar.

R: 12 - 12 (0)

O Sistema de acolhimento, tal como a perceção que temos globalmente, é um sistema completamente desfasado daquilo que tantas vezes é proclamado e que é o direito à família, à vida familiar, o direito à integração da família e contrastando com isso temos um sistema, que não obstante dessa proclamação, é uma constante do nosso sistema em geral, da nossa legislação em geral, somos reconhecidos como tendo legislações muito avançadas, e muito adequadas mas pouca correspondência na prática, e isso acontece também com o acolhimento em geral. Durante anos, anos e anos, o acolhimento é sinónimo de instituição, de acolhimento em coletivo, portanto, justamente o contraste com aquilo que se pretende que é o cuidado individualizado, uma integração familiar para estas crianças que, por qualquer razão, precisam de ser acolhidas. Este é o ponto de partida, o acolhimento tem que assegurar a manutenção do direito primordial das crianças que é o direito a crescer em família, que está proclamado na convenção, está proclamado em todas as constituições, está proclamado na legislação, mas em Portugal este direito não é implementando, valorizado, não é executado, até à data.

D: 2 - 2 (0)

Esta proclamação legal, que no fundo é enfatizar que a lei de proteção já previa a prevalência da resposta familiar sobre a resposta institucional mas foi preciso enfatizar de forma muito clara na reforma de 2015 para que fosse tomada esta consciência que de facto era preciso ir mais longe e que estávamos a contrariar no que toca ao sistema de acolhimento em geral.

D: 3 - 3 (0)

Apesar das mudanças no ponto de vista legislativo sofreu na prática ainda poucas alterações também decorrentes dos processos mais demorados do ponto de vista da regulamentação etc. Portanto daquilo que a lei de 2015 vem dizer, já passaram seis anos e sentimos na verdade poucas alterações do ponto de vista mais prático

I: 2 - 2 (0)

Pelo menos teoricamente, mas precisamos de na prática podermos concretizar essas essas medidas agora do ponto de vista legal efetivamente temos aspetos muito bons aspetos, aspetos positivos na especialização dos tribunais o fato de termos mais tribunais especializados na área da família das crianças.

G: 5 - 5 (0)

Acho que a principal razão tem a ver com falta de vontade política. Isto faz-se se houver uma decisão superior que decida que temos desinstitucionalizar, havendo essa decisão, como já sucedeu noutros países, nós podemos avançar. obviamente que não pode ser de um momento para o outro, gradualmente, mas decididamente para um sistema mais baseado no acolhimento familiar e menos baseado no acolhimento residencial, mas isso não aconteceu, não tem acontecido até agora.

E: 8 - 8 (0)

Só quando nós soubermos como vai funcionar o acolhimento residencial é que esta transferência de acolhimento residencial versus acolhimento familiar vai acontecer. Se a regulamentação for verdadeiramente exigente, como deve ser, para as casas de acolhimento, vai levar a que as casas de acolhimento se vejam obrigadas a reconverter-se.

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\ Vontade política: Liderança de Implementação// Lack of will\Tradução da lei em medidas concretas e implementadas\Decisão de aposta política e social na desinstitucionalização\Fechar e reconverter Casas de Acolhimento e/ou Especialização

T: 13 - 13 (0)

Só recentemente o acolhimento residencial foi regulamentado e ainda espera pela portaria.

G: 11 - 11 (0)

não pode haver esta transição sem a colaboração das casas de acolhimento, acho que as casas de acolhimento têm que ser envolvidas em todos estes passos e não sei se estarão a sê-lo. As casas de acolhimento têm o know-how, têm os recursos humanos mais habilitados para funcionarem como entidades enquadradoras do acolhimento familiar.

T: 14 - 14 (0)

sabemos pela história dos outros países que quando este envolvimento não existe há mais oportunidades desta transição falhar.

T: 15 - 15 (0)

Portanto, importa verdadeiramente sermos mais exigentes com o acolhimento residencial, fecharmos as casas que não têm o mínimo de qualidade, fazer a transferência daquelas que existem a mais para entidades enquadradoras e que deem garantias de funcionarem bem a esse nível,

T: 16 - 16 (0)

acho que temos de criar mecanismos de controle e, nisso não tenho dúvida, e muito mais ainda. É algo que tem falhado muito, é imprescindível que haja uma avaliação de qualidade e que essa avaliação de qualidade se reflita no financiamento das casas. Ou seja, enquanto nós tivermos um acolhimento residencial de financiamento por cabeça, quantas mais “cabeças” desculpem o termo, parece que estou a ser insensível mas é a realidade, quantas “mais cabeças” houverem numa casa, maior é o financiamento porque o financiamento é por criança, e não interessa se a criança é mais nova ou se a criança é mais velha e depois, claro, depois temos estes acordos atípicos que cria depois a injustiça de umas casas receberem mais do que outras e nunca é com base num padrão de qualidade, tem a ver com a capacidade comercial de uma determinada entidade do que outra coisa qualquer.

Seja como for, as entidades grandes ganham mais do que aquelas pequenas. Nós sabemos que as casas de acolhimento são quase sempre melhores porque permitem esse acompanhamento individualizado quando são mais pequenas, há aqui um contrassenso imenso.

T: 23 - 24 (0)

Temos que ter a coragem de fechar as casas que não têm qualidade, de fazer avaliações sistemáticas da qualidade das casas, contando verdadeiras aquelas que continuam a ser financiadas ou não, em função da sua qualidade

T: 37 - 37 (0)

A Segurança Social diz que sim o primeiro objetivo é colocar as crianças até aos 6 anos, mas que, contam até ao final de 2023/2024, e acho que é um objetivo extremamente ambicioso, esta inversão dos números. Este assegurar do objetivo foi dado pelas técnicas da segurança social, assumiram este compromisso. É lógico que este implica que a esmagadora maioria das casas de acolhimento feche. Para ter esta inversão dos números, não há outra maneira e que acha também um sistema de criação de famílias e de preparação, seleção, formação e avaliação permanente. Acho que não vai ser neste prazo tão curto, mas agora tenho mais fé que vá acontecer. Até há muito

pouco tempo tinha muitas dúvidas, agora começo a dar o luxo de acreditar um bocadinho, mas só um bocadinho porque enquanto não sair a nova portaria do acolhimento residencial, não acho que estejam garantidas as condições para a Segurança Social começar a exigir às casas de acolhimento o que tem que exigir para que esta seleção natural aconteça. T: 59 - 59 (0)

A verdade é esta, tem que haver critérios para fechar as casas e os critérios têm que ser critérios de qualidade, mas, têm que ser fundamentados na lei. A portaria, exatamente porque define as condições que vão permitir que a regulamentação se aplique. Porque até agora temos a regulamentação, mas ela não pode ser aplicada porque falta lá as condições de como se vai efetivar as exigências da regulamentação, inclusive a definição do que é uma unidade, e também como é que vai ser o financiamento para as casas se mudarem. Estas duas condições têm muitas implicações, se está definido o que tem cada unidade tem que ter é que as casas percebem que condições é que precisam de investir, inclusive na mudança das infraestruturas e para haver essas mudanças das infraestruturas tem que haver formas de financiar essas mudanças. A maior parte das casas de acolhimento não é rica, costuma-se dizer que o acolhimento residencial é a resposta que na generalidade, pelo menos nas casas mais pequenas, dá menos lucro. Que realmente para fazerem um bom trabalho, as casas estão mais apertadas, têm que recorrer, muitas vezes a financiamento da solidariedade, apoios. É lógico que para fazer estas obras estas casas necessitam de ter uma forma de se financiarem e é isso que a portaria vai trazer.

Enquanto não sair a portaria do acolhimento residencial que vai fazer esta filtragem, ver quem é que consegue fazer estas mudanças e quem é que não consegue, e quem é que as faz bem e quem não é e depois não chega sair a portaria tem que haver quem é que avalia isso. Eu começo a acreditar que sim, vejo a Segurança Social a começar a ser mais exigente com as casas de acolhimento. Mais interventiva. Para fazer esta transição temos que fechar casas, para fechar casas necessitamos...

T: 60 - 61 (0)

A reorganização das casas de acolhimento que pode passar efetivamente por se transformarem em centros de capacitação ou como quisermos chamar pode também por uma especialização do acolhimento residencial- a percentagem reduzida de acolhimento residencial tem a ver com respostas especializadas tanto para questões de saúde mental ou questões de comportamento. No fundo para as situações que não se prevê que uma família consiga dar resposta porque exige um nível de especialização e de enquadramento mais institucional que uma família só excecionalmente conseguirá dar resposta. Portanto, isto também exige formação e modelos que orientem a intervenção das equipas.

C: 20 - 20 (0)

A ideia é esta e eu concordo que as casas de acolhimento para se reconverterem noutra coisa precisam de formação da equipa, se calhar até precisam de repensar o próprio corpo técnico que têm neste momento eventualmente e as pessoas encontrarem outros caminhos e tudo isto é possível, o que é importante nesta fase era começarmos todos a pensar no mesmo sentido. Sentimos muito que as pessoas estão à espera do que é que vai acontecer mas francamente têm a esperança de que não vá acontecer nada e em algumas situações, há isto já há anos que se fala nisto e se calhar nem vai acontecer, já está a acontecer, é impossível neste momento parar o comboio porque ele já está em andamento.

C: 20 - 20 (0)

Em Portugal nós temos um elevado número de casas de acolhimento e ainda todas as caracterizadas por uma maneira geral caracterizadas por acolher um Grande elevado número de crianças e todas numa perspetiva muito generalista e portanto a tipologia das crianças que chegam cada vez é mais complexa mais diferenciada e pela sua complexidade e pelo número de anos a que a criança está exposta e vivencia aquela problemática - exige uma resposta mais diferenciadora

J: 2 - 2 (0)

Requer instituições com uma resposta mais referenciada. Não podemos continuar a colocar numa casa faixas etárias tão diferenciadas.

J: 4 - 4 (0)

Portanto as crianças precisam de outro tipo de respostas e aqui pelo menos a experiência aqui a Norte é que, e sei que é diferente de acordo com as características regionais e com uma série de questões, mas na nossa zona- As crianças e jovens neste caso portanto chegam cada vez mais velhos com acompanhamentos desde praticamente a nascença ou desde a primeira infância sem que os modelos familiares se alterem ou se modifiquem e ficam vivendo um contexto desestruturante e depois são acolhido em casas de acolhimento que comportam crianças ou acolhem crianças que têm comportamentos desviantes, como consumos e comportamentos são muito graves ou outras situações que os jovens a problemática e o absentismo escolar e depois gerir tudo isto num universo de 40 ou 35, 30 acabamos por não conseguir dar uma resposta individualizada.

J: 4 - 4 (0)

O que de facto notamos é a ausência de estruturas intermédias. Ou seja temos muitas instituições generalistas portanto todas muito semelhantes iguais entre si pois temos algumas que são poucas mas temos algumas respostas de um carácter mais fechado e depois temos termos aqui uma total ausência de estruturas intermédias estruturas com características mais especializadas com formação nos vários níveis das equipas estrutura física pensada para responder a estas crianças como estava a dizer no caso que falou em que aí foi pensada para crianças pequenas.

J: 8 - 8 (0)

Sobre a transição da criança de uma instituição para o acolhimento familiar. As instituições de enquadramento ou à Segurança Social que já deveria ter definido um plano de transição com metas e objetivos para que as próprias instituições possam decidir se querem requalificar, para que as instituições possam fazer, como aconteceu na Irlanda e noutros países, portanto uma reconversão de algumas instituições de algumas equipas técnicas para deixarem acolher a nível residencial e passarem a acompanhar famílias de acolhimento e se dedicarem ao acolhimento familiar. Isso deveria estar pensado deveria ser reconhecido das instituições para as próprias instituições, no seu plano de desenvolvimento desenharem ou perspetivarem essas questões e haver objetivos. Como é que nós podemos, nós instituições também podemos ajudar a segurança social a cumprir os objetivos que eles próprios também pretendem e os objetivos da lei. Não sabemos e várias instituições nos têm contactado a nível da operacionalização do trabalho técnico, mas também a nível desta visão mais macro e estratégica para a própria instituição, para se organizarem e planearem, organizarem os recursos humanos. Há um desconhecimento total.

J: 23 - 23 (0)

E a potencialidade do acolhimento residencial poderem transformar-se em entidades de enquadramento, utilizar já a capacitação que já existe da parte da equipa técnica e adaptado ao acolhimento familiar, espero, com o devido treino porque são duas realidades muito diferentes, estar a acolher numa instituição de estar a acolher numa casa privada, acho que é bom rentabilizar os recursos.

L: 9 - 9 (0)

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\ Vontade política: Liderança de Implementação// Lack of will\Tradução da lei em medidas concretas e implementadas\Decisão de aposta política e social na desinstitucionalização\Aposta política e social na Prevenção e Intervenção família bi

Tem que ser feito maior investimento, antes de mais, na intervenção em meio-natural de vida, intervenção com as famílias de origem. Atenção não é para privilegiar a biologia, mas para intervir, intervir-se mesmo, neste momento o que fazemos é adiar, “empurrar com a barriga” as coisas para mais tarde e vemos que cada vez mais, as crianças entram mais tarde para o acolhimento residencial, às vezes onde já não há volta a dar nesta situação. Portanto, nós temos que melhorar muito a qualidade e a abrangência da intervenção em meio natural de vida e a sinalização o mais cedo possível destas situações.

T: 32 - 32 (0)

Acho que será bom desde que haja apoio de prevenção. Agora será que há apoio de prevenção ou não? É bom a criança ficar tanto tempo no sistema ou não? Coloca-se aqui a mesma questão não é. Se houver acompanhamento da família biológica recuperação e apoio da família, apoio da família de acolhimento apoio da família. Agora se não há apoio, a criança fica num hiato... não é bom.

B: 21 - 21 (0)

Há questões que não têm só a ver com o acolhimento. Nós não conseguimos pensar esta reestruturação do acolhimento seja um *fading out* do acolhimento residencial para o crescimento do cliente familiar não podemos perspetivar sem olhar para o todo - Há aqui questões fundamentais: Em primeiro lugar, uma questão que ainda está na

estratosfera, infelizmente, mas é muito importante que a dimensão da prevenção, estamos a anos luz de ter prevenção do perigo e do risco em Portugal. Mas não podemos deixar, o fato de não ser fácil chegar lá, não podemos deixar de a perspetivar. No sistema, ela tem um papel fundamental e continua a ter ainda que não esteja a ser implementada como era suposto. Primeiro: prevenção. Depois a questão da prevenção também das retiradas, ou seja, o que acontece no nosso sistema de proteção e por isso é que às vezes é que quase que se confunde o sistema de proteção com o sistema de acolhimento, porque o que acontece é quando se chega ao limite as crianças são retiradas e são acolhidas e até aqui são acolhidas em casas de acolhimento. O que acontece é que muitas vezes estas famílias de onde estas essas saem já são conhecidas no sistema na maior parte das situações, de uma forma ou de outra já passaram por qualquer algum serviço que os esteja a acompanhar mesmo que não seja especificamente dirigido à infância.

C: 2 - 2 (0)

Esta questão da prevenção das retiradas e do trabalho e capacitação das famílias é fundamental e é uma dimensão que ainda estamos também, infelizmente a anos luz de conseguir. Foram criadas as respostas de Cafap e houve uma série de tentativas e há muito o conceito de parentalidade positiva, mas ainda estamos na poesia ainda não estamos na concretização

C: 3 - 3 (0)

Há equipas de apoio à família, e há efetivamente, o que é, mas mesmo estas equipas de apoio existem precisamente para apoio, eu não gosto da expressão, mas para o trabalho de capacitação destas famílias, mesmo onde existem equipa específica ainda estamos à procura do caminho. Qual é a melhor maneira de fazer isto? Como é que conseguimos chegar a estas famílias de forma efetiva e eficaz de que maneira assim a que em tempo útil estas famílias consigam oferecer as condições de segurança e de proteção aos seus filhos evitando a retirada.

C: 3 - 3 (0)

Quando queremos reorganizar o sistema de acolhimento temos que ter isto em conta porque senão o que vai acontecer é que vamos criar muitas respostas de acolhimento seja ele residencial, seja ele familiar e vamos continuar a cair na mesma questão. Vamos engrossar a dimensão do acolhimento. Aquilo que deveríamos ter feito, para bem de todos das famílias e das crianças devia ter sido atuar antes de haver a retirada, antes de haver necessidade de acolhimento. Portanto, é isso, quando nós o que queremos agora é algo muito ambicioso que é reduzir o número de crianças em situação de acolhimento residencial e aumentar o número de crianças em acolhimento familiar, criando a resposta de famílias de acolhimento. Se não tivermos em conta, o que é que vai acontecer? vamos pensar o caso de uma situação prática: se eu tiver uma família de acolhimento que vai acolher uma criança de três anos, que tem uma família de origem para a qual não se perspetiva rutura, portanto, perspetiva-se de que a criança retorna à sua família de origem. Mas se não trabalhar com esta família de origem, por milagre, ela não se vai reorganizar

C: 3 - 4 (0)

Todos os partidos políticos realizaram um encontro sobre acolhimento familiar e na altura disse uma coisa que as pessoas ficaram a olhar para mim de lado, mas que hoje já começa a haver consenso sobre isso que é - o difícil no acolhimento familiar não são as famílias de acolhimento, são as famílias de origem. E se não é claro que a prioridade do acolhimento familiar é devolver as crianças às famílias de origem com uma intervenção semi-intensiva efetiva de capacitação. Então é melhor não haver acolhimento familiar porque se não estamos a falar de um processo de reengenharia social

O: 25 - 25 (0)

Vejamos o caso de uma jovem de 23 anos, mãe adolescente, não está capaz de ser mãe e, portanto, a criança está em perigo e tem que ser retirada. Mas esta mulher quer vir a ser mãe não é capaz tem fragilidades, mas quer ser ajudada. Então nós temos o quê, ajudar esta mãe a ganhar capacidade para ficar com a filha. ora, se ela vai para uma família de acolhimento e só vê de 15 em 15 dias a mãe, não cria vinculação, o nosso papel não é deslaçar, é entrelaçar, sobretudo com bebés em que não há uma vinculação já estabelecida, nós temos que garantir duas ou três vezes por semana que haja convívios, não são visitas.

O: 26 - 26 (0)

Para nós termos aquele sistema de acolhimento familiar que foi desenhado e que está previsto no quadro legal nós temos que trabalhar verdadeiramente na origem porque

senão no limite ela deixa logo de ser uma medida temporária. Nós temos em Portugal nosso sistema de proteção da criança porque estamos a incumprir esse nível porque verdadeiramente nós não estamos a acompanhar as famílias ou é porque não há vaga, ou é porque não há Cafap, ou porque não faço qualquer coisa. No outro dia uma colega dizia a nós fazemos alguma capacitação às famílias, mas não há uma abordagem estruturada e não temos uma metodologia já sei o que ela dizia nós vamos disto tudo para o nosso sistema - diretrizes, metas (Modelo subjacente). Para o acolhimento ter sucesso nós precisamos de trabalhar desta forma muito holística muito transversal não é só o acolhimento familiar.

R: 12 - 12 (0)

Estamos sempre a trabalhar em crise, não se está a ter um modelo preventivo. Centrado nas forças das famílias, individualizado, continua a ser um sistema muito centrado no adulto e não propriamente um sistema centrado na criança.

R: 38 - 38 (0)

Este é o desafio seguinte. Nós em Portugal começamos sempre pelo fim, um maior investimento em termos da regulamentação, foi a adoção, o acolhimento, agora o acolhimento familiar, e espero que haja aqui também uma profunda revisão do acompanhamento, dos protocolos e do sistema em si de acompanhamento das medidas em meio natural de vida

D: 21 - 21 (0)

Neste momento com o conhecimento que temos com a investigação que existe o conhecimento científico que já existe, creio que está na hora de repensar o sistema de acolhimento e a intervenção dos serviços de base digamos assim ao nível da prevenção. Portanto numa primeira fase para primeiro nível ao nível da prevenção das situações de risco e do acompanhamento as crianças porque neste momento o acolhimento não corresponde às necessidades e exigências que as crianças ganhem não chegam neste momento tendo em conta idade, a problemática, o nível, a gravidade da situação, não corresponde. Acho que o nosso sistema está a ficar obsoleto.

J: 2 - 2 (0)

quando nós pensamos por exemplo do ponto de vista de sistemas como o holandês ou outros da Europa Central onde existem claramente recursos comunitários recursos de base que privilegiam a preservação familiar e que, portanto, importa capacitar as famílias para evitar a retirada das crianças. Nós temos ou se quisermos muito provavelmente do ponto de vista ideal daquilo que são as orientações da própria lei. A ideia de privilegiar os laços privilegiados os laços profundos, o contexto familiar biológico. Mas a verdade é que depois quando nós por exemplo discutimos com as equipas das comissões ou de outros contextos como é que eles fazem a intervenção com as famílias e de que as famílias que têm processos de facto têm recursos e são capacitadas para nós prevenirmos. De facto que há dificuldades deste ponto de vista e portanto o que acontece é que podemos ter retiradas que poderiam ter sido prevenidas se nós tivéssemos outros recursos de intervenção familiar.

I: 6 - 6 (0)

Portanto eu diria que nós precisamos provavelmente de investir mais dinheiro na área para podermos ter recursos que efetivamente façam a diferença na intervenção com as famílias quer no ponto de vista da prevenção, na perspetiva da prevenção do maltrato e que justifica no fundo a sinalização, que no ponto de vista da prevenção da retirada, quer no ponto de vista da reunificação, ou seja não há forma de promover os direitos e as medidas de acolhimento familiar ou residencial se não houver intervenção com as famílias. Portanto mais uma vez voltamos à ideia de que é uma forma de melhorar isto não melhoramos em todas as frentes.

I: 6 - 6 (0)

1) Conhecendo algumas fragilidades das famílias a quem é aplicada a medida de promoção e proteção, efetivamente e quando é aplicada a medida de promoção e proteção, por vezes, quando há uma medida de acolhimento, a família está tão desestruturada que aquilo que é suposto um timing adequado útil para o trabalho útil com a criança e com as famílias de origem muitas vezes não se torna viável. O que temos observado que há um trabalho de prevenção, de acompanhamento inicial pelas instituições de primeira linha que não é feito, e quando digo que não é feito, não é criticando as instituições é dizer antes que temos poucos recursos e pouca aposta política e social com as famílias de origem, no seu tempo útil. Falamos de tempo útil das crianças, mas aqui tempo que falar no tempo útil da criança e da família quando se trata das intervenções de primeira linha.

N: 3 - 3 (0)

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\ Vontade política: Liderança de Implementação// Lack of will\Tradução da lei em medidas concretas e implementadas\Decisão de aposta política e social na desinstitucionalização\Aposta política e social na Prevenção e Intervenção família bi\Reforço das medidas em meio natural de vida

2) tal como a lei indica, uma medida de acolhimento deve ser o mais transitória possível e com vista a um trabalho com a família de origem, com a criança em condição protegida e sem interromper as condições que lhe permitam o desenvolvimento sustentado e global. Parece-me que na nossa maioria dos técnicos envolvidos, quando se faz o diagnóstico da família e se propõe uma medida de acolhimento, quase que há um desacreditar da família, porque a primeira medida que supostamente se aplica, seria uma medida em meio natural de vida. Portanto, quando passa para esta fase é porque outras medidas, outras tentativas e muitas vezes prolongadas no tempo que já aconteceram e sem os efeitos esperados. A nossa aposta ainda não é na prevenção, quando há uma sinalização de uma criança ou jovem na comissão de proteção deveria de haver aqui obrigatoriamente logo todas as luzes, os semáforos a acenderem-se e apostar-se tal como depois se aposte quando uma medida vai para tribunal. As comissões também aplicam medidas, mas num primeiro momento.

N: 4 - 4 (0)

O objetivo do acolhimento familiar é ser temporário. O problema é que tenta-se durante, talvez, demasiado tempo a reconstrução da família quando se sabe que muitos deles estão perdido à partida mas continua-se a insistir porque se está a colocar o peso sobre a família natural, não se está a colocar na criança e no que é melhor. São crianças que deviam se calhar ter ido há muito tempo para outras soluções, como por exemplo a adoção, mas que não vão porque ainda se está a tentar reconstruir a família de origem. Depois passam 5 anos, 10 anos em instituições, talvez, ou anos na família de acolhimento e se ainda há um telefonema ou o mínimo interesse, o sistema continua a dizer que ainda há uma possibilidade, mas que possibilidade é que existe? quantos anos têm que passar até percebermos que não há possibilidade? Dá-se demasiadas possibilidades e estende-se demasiado no tempo.

L: 25 - 25 (0)

No apoio junto de outro familiar ou de confiança a pessoa idónea, muito embora exista um apoio financeiro assim como o acolhimento familiar não existe formação como existe com as famílias de acolhimento. Muitos estudos indicam que na família alargada ou das pessoas idóneas que estas pessoas não têm formação. Não se percebe porque é que não existe formação e providência de estratégias para estas pessoas.

M: 3 - 3 (0)

Tendem a dar resposta às necessidades, mas depois a falha começa a surgir da forma como são operacionalizadas, acho que ainda há aqui um trabalho de desenho das medidas e desenho do sistema para por um lado haver um número mais significativo de crianças que saem do acolhimento residencial para um contexto familiar. As medidas de apoio junto de outros familiares e de confiança à pessoa idónea aí deve haver a possibilidade de existir formação, assim como está preconizada no acolhimento familiar depois das famílias serem selecionadas, uma formação contínua e específica em função das necessidades destas crianças

M: 7 - 7 (0)

Gostava que as outras respostas em contexto familiar, neste caso em meio natural de vida como o apoio junto de outro familiar e a confiança a pessoa idónea que essas famílias fossem reforçadas, que essas famílias fossem acompanhadas no sentido de terem formações ajustadas às necessidades das crianças e ajustadas às necessidades e realidades destas famílias. Não só fazer blocos de formação, mas uma formação guiada, um esforço intensivo que corresponda de facto à necessidade destas famílias. Gostava que houvesse uma solução viável que permita o acolhimento em contexto familiar de longa duração e que se aplica às crianças que estão no sistema de promoção e proteção, nomeadamente, as crianças que estão em situação de adaptabilidade que não encontram resposta porque o facto destas crianças estarem em família pode ser determinante para estas crianças

M: 40 - 40 (0)

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\ Vontade política: Liderança de Implementação// Lack of will\Tradução da lei em medidas concretas e implementadas\Decisão de aposta política e social na desinstitucionalização\Aposta política e social na Prevenção e Intervenção família bi\Eternização dos processos e do acolhimento

Questões de prevenção, de capacitação familiar e as questões dos gestores do processo das entidades decisores que depois não conseguem ter apenas isto acabam por criar situações muito difíceis e depois centralizam (?) e faz com que as crianças estejam 10, 11 anos, às vezes a vida toda em casas de acolhimento. Basicamente, estas são ideias que me correm relativamente ao sistema de promoção e de proteção.

C: 5 - 5 (0)

Porque não há alternativas. Depois também há aqui outra questão é muito importante, os gestores do processo têm pouco espaço de reflexão também e nós tendemos muito a dicotomizar aqui: "ou não existe relação com a família, a família abandonou então é a adoção ou então se existe então é a reunificação familiar" e nós não podemos

dicotomizar porque a complexidade das situações é tal que muitas vezes existe relação efetivamente e não faz sentido efetivamente cortar o vínculo mas não existe e nem vai existir provavelmente tão cedo capacidade por causa de saúde mental ou debilidade, é muito frequente, não existe capacidade ou não vai existir capacidade de ser cuidador e de exercer as responsabilidades parentais. Então ficamos e agora, não vamos cortar porque é desumano e não corresponde ao interesse da criança nem da família, mas vamos deixá-los na casa de acolhimento a ter visitas uma vez por semana isto é o quê para esta criança? Não é nada efetivamente! Nós temos que encontrar alternativas, seja o acolhimento familiar, que podemos perspetivá-lo, não há mal nenhum em perspetivar acolhimentos familiares de longa duração. Em algumas situações, de facto, esta pode ser a resposta. Na minha perspetiva, não temos que ter nenhum prurido em assumir que é assim, mas é para aquelas situações em que de fato faz sentido.

C: 7 - 7 (0)

Eu não defendo que as famílias de acolhimento devam estar durante 20 anos, se calhar algumas vão estar.

O: 41 - 41 (0)

Grande problema quanto a mim de ponto de vista da lei de promoção e proteção, da sua aplicação prática tem a ver com a tendencial eternalização de processos que são por extensão da sua aplicação prática tem a ver com tendencial eternização de processos que são por natureza transitórios. O processo de promoção e proteção o que visa na sua própria essência é a remoção da situação de perigo, e a criação de condições que promovam no fundo a ativação dos direitos da criança, isto impõe-nos uma cultura que ainda não é expressiva ao nível dos nossos tribunais que é a definição de um prazo razoável para a duração do processo. Ter um prazo razoável significa perceber o tempo que vamos necessitar para a resolução de determinada situação de perigo, importa perceber se a família, de onde a criança foi retirada, se oferece condições ou dá-nos garantias de poder vir a ser capacitada, de poder fazer caminho no sentido de poder vir a receber a criança novamente em segurança, se isto é assim então vamos investir na família. Mesmo ao nível do acolhimento familiar, o objetivo primeiro é a reintegração da criança no seu meio familiar de origem. Essa família dá-nos condições ou garantias de que esse trabalho de capacitação é possível? Então vamos investir na família, não vamos é estar eternamente à espera de que a família se organize. Por isto é importante a ideia de um prazo razoável, se num prazo que se considera razoável a família de origem não se mostra solução então tem que ser revisto o projeto de vida da criança. O que acontece em Portugal é que ficamos todos muito tranquilos e descansados porque a criança está acolhida, seja numa família, seja numa casa residencial e como a criança está protegida, deixamos o processo andar, vamos revendo de seis em seis meses e chegamos à conclusão que a situação de perigo ainda se mantém e não se faz nada e portanto a criança fica a aguardar, no fundo, até aos seus 18 anos ou os seus 25. A ideia de prazo razoável vai depender sempre da situação concreta mas o que impõe ao tribunal é que os pais sabem exatamente com o que podem contar.

G: 7 - 7 (0)

Quando uma medida é aplicada, concretamente a medida de acolhimento familiar, que também está muito direcionada para a capacitação da família de origem, que sejam definidos prazos e que nestes prazos sejam definidos objetivos que os intervenientes têm de alcançar, para que no fim da medida seja possível avaliar se foi cumprido ou não. Não foi cumprido, mas é considerado que ainda é possível cumprir, então a medida é renovada, após seis meses, continua sem cumprir, é necessário compreender porquê? Não existe vontade de mudança? existe acomodação? há incapacidade de mudar? Se chegarmos a esta conclusão então é necessário considerar outra resposta. O prazo vai depender disto, o que é importante é isto que o que normalmente não se faz. A experiência diz-me que nos limitamos todos a aplicar a medida, no fundo quando reproduzimos o conteúdo da medida no fundo reproduzimos o conteúdo legal mas é preciso mais do que isso, é preciso que na decisão que implica a medida, no acordo no qual a medida é aplicada, lá constem concretas obrigações, objetivos concretos, metas que nos permitam perceber se a família está a evoluir ou não está. Depende do fundo da análise que o técnico faz do estudo da situação familiar da situação, depende da fonte de perigo e o que o concretiza de modo a sabermos as medidas que se podem aplicar para ultrapassar essa situação. Depende muito de um trabalho de assessoria eficaz e ativa, e de interdisciplinaridade, do diálogo com as várias estruturas da sociedade.

G: 8 - 8 (0)

Esta ideia de que venho a defender há muitos anos, que de facto o acolhimento deve ser um serviço de urgência, nos quais a criança e o mais rapidamente saem.

	Infelizmente não é assim, temos crianças que começam desde muito cedo a residencialização e muitas vezes chegam aos 18 anos ainda residencializadas, ainda institucionalizadas por falta de medidas de autonomia de vida, por falta de respostas de uma família biológica próxima ou alargada e em que a adoção também caiu por não ser um projeto de vida viável para aquela criança, muitas vezes mercê da idade que vai tendo, como sabe temos este limite de 15 anos para a adoção que há muito tempo que penso que deve subir de forma a preencher todo um conjunto de situações efetivas que estão a existir no país e faz com que muitas crianças não possam ser adotadas, claro que podem ser apadrinhadas mas estamos a recusar um vínculo mais perpétuo que é de facto a adoção. O: 27 - 27 (0)
<i>Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\ Vontade política: Liderança de Implementação// Lack of will\Valorização das famílias de acolhimento</i>	Um dos receios que tenho no acolhimento familiar. Nós por experiência percebemos que quando uma criança ou jovem é colocado numa família as decisões nos projetos de vida dessas crianças ou não são tomadas ou vão-se prolongando de tal ordem no tempo que perde a oportunidade, por exemplo, de um projeto alternativo de adoção. Porque a criança está na família, está na família, está bem e isto para o mundo judicial, dos magistrados da área de família e menores, sinto por experiência que às vezes se atrasa o processo. Quanto mais tempo a criança está numa família de acolhimento, criam-se laços, criam-se vínculos. Quanto mais novos vão para a família de acolhimento e quanto mais se prolongarem no tempo, isto vai afastando a decisão do projeto de vida. Portanto, se calhar uma criança que consideramos e avaliamos as possibilidades todas e não vemos retorno à família de origem, então é para agilizar um processo de adoção, mas não se agiliza. Depois de uma criança pequena estar a viver há 3 anos com uma família eu questiono, então quem é que vai adotar? Aqui também se vai criar o corte do vínculo. Esta é também uma das preocupações em termos do bem-estar socio-emocional das crianças. Temos uma família que aconteceu isto, a criança foi acolhida com 3/4 meses, cresce com esta família, está com 4 anos e meio até altura que sai uma decisão de adoptabilidade e, esta família veio-nos dizer: então queremos nós adotar porque não conseguimos imaginar agora um corte com esta criança e esta família tentou sempre apoiar a recuperação da família de origem. R: 3 - 3 (0) Tal como não são valorizados os cuidadores das casas de acolhimento também não venham a ser suficientemente valorizadas as famílias de acolhimento, como não são até agora. T: 18 - 18 (0)
<i>Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Políticas de Sensibilização e Captação</i>	Há de facto pouca oferta e temos de facto que apostar na promoção desta medida. O: 40 - 40 (0) Há de falta pouco empenho na divulgação do instituto, só depois de haver um empenho estatal na divulgação do instituto havendo já uma razoável oferta de famílias de acolhimento é que podemos então podemos começar a andar mais rápido de forma a que o sistema de promoção e proteção ajude de facto ao bem-estar da criança e a retirar efetivamente do perigo que vivia, eventualmente regressando à família biológica, próxima ou alargada, ou então caminhando para uma O: 43 - 43 (0)
<i>Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Políticas de Sensibilização e Captação\Desconhecimento: Políticas de Captação e Campanhas Permanentes</i>	população em geral, tem que haver uma campanha de informação generalizada que, vise sensibilizar as famílias deste país para a importância de haver famílias de acolhimento e que, faça mudar também na opinião pública esta ideia das famílias de acolhimento. T: 18 - 18 (0) Uma aposta nas famílias de acolhimento, em encontrar famílias de acolhimento, fazer uma campanha permanente para angariar famílias de acolhimento T: 37 - 37 (0) O desconhecimento sequer do que é ser família de acolhimento é um dos impedimentos maiores. Temos que fazer, certamente, uma grande campanha nacional para explicar o que é o acolhimento familiar e para atrair famílias de acolhimento, desdramatizar esta questão do apego e do deixar a criança ir embora, o desdramatizar o contacto com a família biológica, reconhecer que é possível manter o contacto quando a criança se for embora. Criam-se laços afetivos, deve existir manutenção do contacto, mesmo após a cessação do acolhimento, podem visitar, ir lá a casa, almoçar, continuar a conviver com os cuidadores. Isto é outra área importante, se souberem

apostar na abertura das famílias para criarem relação com as famílias de origem, se isto for bem feito não há como a criança não voltar a família de acolhimento para visitar, para estar, para conviver e haver uma relação que permaneça no fim do acolhimento familiar.

T: 49 - 49 (0)

Precisamos de campanhas porque eu acho que eu não duvido que vamos ter candidatos. Isso não só mesmo começar a maquinaria a pôr tudo em marcha. E daqui a cinco anos, eu não espero façamos o reverso da medalha porque isso seria nocivo e isso já assisti em sistemas que não é o melhor para as crianças. Não sei se fossemos um pouco mais como o caso espanhol e ou italiano 50/50

B: 54 - 54 (0)

Como é que as famílias chegam até nós? tem que haver uma campanha sempre. Tem que haver sempre sensibilização. Uma campanha com mais ou menos impacto, mas tem que haver sempre qualquer coisa, as famílias não saem do seu espaço de conforto se não forem interpeladas. Havendo esta campanha há sempre um boom de contactos, por exemplo, na primeira campanha tivemos cerca de 500 contactos, na segunda tivemos cerca de 700 contactos, o que acontece a seguir? esclarecemos, prestamos as primeiras informações e aí inscrevemos as famílias na sessão informativa, nem todas vão há sessão informativa. 300 vão, e depois destas temos ainda uma percentagem que depois então avança no processo.

C: 32 - 32 (0)

É necessário políticas de captação, cada vez mais sermos mais insistentes na captação.

D: 39 - 39 (0)

Há que ter consciência que uma família de acolhimento é rara e, portanto, não vão basta celebrar o acordo, contratar uma equipa, dar-lhes umas secretárias e os computadores e abrir um gabinete um serviço, um conjunto de gabinetes, seja qual for a estrutura que vão aparecer as famílias porque não vão. Para que haja famílias é necessário campanhas de dinamização, campanha permanente.

J: 12 - 12 (0)

Há um fator de sucesso no caso da divulgação, seleção que é a divulgação individualizada, a mensagem boca a boca. Uma família que começa a acolher e transmite essa experiência positiva a outras pessoas que conhece na sua família ou amigos e vizinhos. A comunicação é uma resposta que necessita de ser divulgada para ser conhecida nos meios de comunicação social, nos jornais, na televisão. São mecanismos que podem ser úteis na divulgação da medida, o que é que ela implica, que papel tem, o acolhedor, quanto tempo é que a criança vai ficar, quando é que depois vai sair.

E: 21 - 21 (0)

Isto exige um perfil muito particular de generosidade já de acolhe e isso não tendo esta tradição, impõe-se antes de mais as tais campanhas de sensibilização, dizer o que é, mostrar o que é, deveríamos utilizar vários testemunhos das experiências das pessoas que se constituíram como família de acolhimento, o que significa e o que o acolhimento familiar pode representar para uma criança que está numa situação de perigo. Portanto esse investimento passará exatamente por aí,

G: 3 - 3 (0)

Mas a minha preocupação relativamente ao acolhimento familiar para além da sua implementação é que vejo como difícil depende de haver e é importante que haja mais campanhas de sensibilização, campanhas a aparecer na televisão, programas na televisão pública nas estações privadas sobre o acolhimento familiar. Uma campanha permanente como existem noutros países. Por exemplo sei que na Inglaterra existe todos os anos duas semanas dedicadas ao acolhimento familiar e que há promoção do acolhimento familiar com campanhas na rua, nos autocarros, etc. etc. Isso ajuda muito a interessar as pessoas por essa solução.

P: 18 - 18 (0)

Insuficiente na divulgação do mesmo, é insuficiente no esclarecimento sobre o mesmo, no recorrer ao mesmo, no número das famílias que existe.

L: 2 - 2 (0)

Falta desmistificar. Temos que desmistificar o que existe e temos que educar, explicar o que é o acolhimento familiar, aquilo que é e aquilo que não é, temos que comunicar, expor, pode haver debates, sessões de esclarecimento, o que é o acolhimento familiar, o apadrinhamento civil, a adoção, quem o pode fazer e quem não o pode fazer.

	Tenhamos um debate, partilhemos experiências, ouvirmos testemunhos na primeira pessoa, não na quarta ou na quinta pessoa. As pessoas ainda confundem muito os termos, o acolhimento familiar é para crianças em perigo, a criança não é um perigo para ninguém, a criança foi colocada em perigo e tem de sair da posição de perigo, efetivamente há algo que a coloca em perigo psicológico ou físico e não ela que coloca em perigo os outros. L: 13 - 14 (0) Enquanto que o que devemos estar preocupados e como é que passa transmitir a mensagem, como é que posso montar uma campanha, L: 23 - 23 (0) Um sistema que inicialmente tem que investir muito em informação, em comunicação, em explicar o que é e o que não é, tem que estar presente em momentos-chave na rádio, na televisão, com uma certa regularidade, que é calculado informado por estudos de mercado, contratar alguém para o fazer. As universidades fazem isso, estudo de visibilidade de quando o devem fazer, qual o melhor período. L: 48 - 48 (0) Há muito caminho a fazer, mas o principal caminho é acreditar nesta medida, ter um sistema de captação de famílias de acolhimento que o Estado saiba de facto explicar às pessoas o que é família de acolhimento para que as pessoas possam inscrever-se para fazermos a formação e a seleção o mais perfeitamente possível. O: 8 - 8 (0) Portanto é óbvio que temos de facto muitos constrangimentos porque nós não temos de facto famílias de acolhimento. A captação é essencial, não pode ser uma questão de geografia. O: 38 - 38 (0) O grande problema é esta pouca oferta de famílias de acolhimento porque as pessoas não sabem o que é, da mesma forma que não sabem o que é o apadrinhamento civil, tem que ser feito um esforço sério para que se explique às crianças o que é de facto uma família de acolhimento. O: 39 - 39 (0) A verdade é que o povo português não está muito apto ainda porque não conhece, não sabe exatamente as portas a que deve bater e sei de muitas famílias que durante muito tempo enquanto tudo isto ainda estava num grande neblina de famílias que bateram à porta da segurança social e que vieram para trás porque ainda se estava a pensar no que se estava a fazer quando as famílias de acolhimento existem na lei desde 1992 e depois 2001, portanto que isso não seja desculpa, isso foi uma forma até de afugentar pessoas que começam a ficar temerosas com o próprio sistema e portanto afastam-se e acabam por tentar encontrar outros caminhos ou possibilidades como por exemplo tornarem-se famílias amigas dos centros de acolhimento. O: 39 - 39 (0) Precisamos de campanhas diversificadas. A campanha da Santa Casa como a Santa Casa fez nas traseiras dos autocarros com diferentes crianças. A mensagem é mais ou menos a mesma que é preciso uma família. O que acontece não é. Mas depois o que se vai perceber qual é o perfil desta família. Nem toda a gente tem disponibilidade para um bebé, nem todos têm disponibilidade para o que pode acontecer, no máximo, de acolher uma criança por 18 anos ou 23 anos ou 25 anos. Acho que há espaço para tudo e para todos. Temos é que recrutar, temos que seleccionar. B: 40 - 40 (0)
<i>Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Políticas de Sensibilização e Captação\Desconhecimento: Políticas de Captação e Campanhas Permanentes\diversificadas</i>	
<i>Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Políticas de Sensibilização e Captação\Desconhecimento: Políticas de Captação e Campanhas Permanentes\Adaptadas ao local</i>	Essas questões devem ser divulgadas de modo genérico quando se trata depois de seleccionar, em concreto, para uma determinada área geográfica, aí o que funciona é uma campanha individualizada, ajustada ao contexto local, sou defensor de programas de acolhimento familiar, ajustados à realidade de cada contexto, portanto significa que de um sistema centralizado e uniformizado, controlado por uma única organização, a entidade promotora. Acho que deveria haver essa liberdade e essa possibilidade, em cada contexto se encontrar campanha de seleção mais ajustada. E: 21 - 21 (0) Campanhas de captação para acolhedores e campanhas de captação de instituições. B: 13 - 13 (0)

Segundo, os profissionais da área a comandar e exigir esta mudança, e acho que isto aqui é uma grande cobardia de todos nós

T: 42 - 42 (0)

Temos que ter profissionais mais conscientes de que para serem bons profissionais, têm que fazer o melhor para as crianças, e estou a falar dos profissionais desta área, do acolhimento residencial mas também da segurança social, das EMATS, das CPCJs, têm que exigir esta transição, têm que reconhecer que se estão a compactuar com ela, estão a compactuar com maus-tratos às crianças. Toda a gente que não faz nada que continua a aceitar isto como está, está a compactuar com um Estado que é maltratante para com as suas crianças e isto tem que ser olhado de frente.

T: 42 - 42 (0)

A Segurança Social diz que sim o primeiro objetivo é colocar as crianças até aos 6 anos, mas que, contam até ao final de 2023/2024, e acho que é um objetivo extremamente ambicioso, esta inversão dos números. Este assegurar do objetivo foi dado pelas técnicas da segurança social, assumiram este compromisso

T: 59 - 59 (0)

Precisamos de instituições que se cheguem à frente, e precisamos de um corpo de técnicos que digam e que puxem pelas instituições para darem uma volta para se reconverterem e passarem do acolhimento residencial para o acolhimento familiar. Falta alguma sensibilização para o fazer acontecer. Foi o que aconteceu na Irlanda, foi um corpo de técnicos e novos profissionais que também promoveram a mudança.

B: 4 - 4 (0)

Precisamos de instituições que digam “nós queremos também ter uma bolsa de famílias de acolhimento” e, não sei tanto se vão ser quem está na coordenação, temos muitas associações ligadas à igreja, existem meandros...temos que contar com isso.

B: 7 - 7 (0)

Precisamos de instituições, precisamos de equipas técnicas que digam não, não, “vamos então” não quer dizer que tenham que fechar as casas de acolhimento, continuará a haver crianças com necessidade de acolhimento residencial.

B: 12 - 12 (0)

A Irlanda, fez a passagem de onde nós estávamos e em cinco, dez anos ou dez anos, creio, fizeram a mudança e estão atualmente equiparados à Austrália nos 90 e tal por cento. Sei perfeitamente que foi a equipa técnica, foi os profissionais que juntaram e temos que mudar, não pode ser assim

B: 18 - 18 (0)

Precisamos de instituições que se cheguem à frente para ser entidades enquadradoras, que técnicos já se estejam a preparar para acompanhar as famílias de acolhimento, espero que estejam a começar a convidar pessoas para fazer a supervisão como num antigo plano DOUM, que agora é o plano que o substitui - um plano de apoio para

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Políticas de Sensibilização e Captação\Da resistência ao envolvimento dos técnicos na mudança\Crenças e atitudes dos técnicos em relação ao acolhimento familiar\Mentalidade: Intervenientes, opinião pública e política

ajudar a refletir e pensar com outros técnicos e precisamos disso para o acolhimento familiar .

B: 53 - 53 (0)

A principal dificuldade é toda a mentalidade ligada à ideia do acolhimento familiar. A ideia que as pessoas têm do acolhimento familiar ainda é o do acolhimento familiar do passado, das famílias que não eram minimamente acompanhadas, que faziam isto, se calhar, por dinheiro, pelo menos era assim que as pessoas achavam.

T: 11 - 11 (0)

Não sei que dinheiro, mas pronto, e que de alguma maneira existiam casos de abusos, como se isso não acontecesse também no acolhimento institucional, como se no acolhimento residencial esses casos não tenham vindo ao longo dos anos ao de cima, começando pelo caso Casa Pia, mas por todos os outros que a gente tenha ouvido falar.

T: 11 - 11 (0)

Mas há sempre esta ideia de que nas famílias, ninguém controla e eu pergunto-me, e quem controla as casas de acolhimento? Porque infelizmente, se há coisa que falha, no meu ponto de vista, é essa avaliação.

T: 11 - 11 (0)

Uma mudança de mentalidades que tem que acontecer e tem que começar pelos próprios técnicos, da segurança social e das outras entidades tutelares, ainda se ouve muito dizer que “aí, eu tenho muitas dúvidas, a minha experiência diz-me que isto vai falhar”, “que isto não é o melhor para as crianças” e, “que não percebem porque é que estamos a querer fazer esta transição”.

T: 17 - 17 (0)

Todos os estudos científicos mostram que esta é mesmo a melhor solução. Portanto, temos de convencer de uma forma informada estes técnicos disso.

T: 17 - 17 (0)

As pessoas põem muitas reservas de como é que a família vai reagir à saída da criança? Como é que a família de acolhimento se vai relacionar com a família de origem; Quem é que vai avaliar e como é que vão ser avaliadas as famílias?; até que ponto isto não é uma forma enviesada de ser família de adoção?;Sinceramente, acho que há aqui um centrar quase total nos adultos e nos interesses dos adultos e não na própria criança e no bem-estar da criança, que tem que ser, o superior interesse tem de ser sempre aquilo que nos guia.

T: 19 - 19 (0)

Como sabe, em Portugal a medida de acolhimento familiar sempre existiu, nunca deixou de existir, mas na prática, no passado, há coisa de 20 e até 2008, quando sai a portaria que regula as medidas em meio natural de vida e, que veio de alguma forma criar balizas para o acolhimento familiar. Já havia acolhimento familiar, não era um valor muito substantivo, mas existia de uma forma significativa sendo que a maior parte das famílias eram famílias com laços de sangue e na altura a avaliação que se fez do acolhimento familiar era muito negativo. Eu na altura não acompanhei disse que estava no acolhimento residencial e, portanto, acompanhei a discussão, mas não participei diretamente. Sei que na Santa Casa da Misericórdia essa avaliação foi feita,

mas genericamente o que posso dizer assim não tenho dados é que avaliação era muito má, porque muitas das vezes as crianças tinham mais problemas nas famílias de acolhimento das famílias de origem. Porquê. Porque não havia avaliação, porque não havia acompanhamento, porque não havia digamos um pensamento técnico sobre coisa e, portanto, era baseado um pouco na ideia das pessoas quererem ajudar, e o voluntarismo, como costume dizer, é perigoso. Uma coisa as pessoas terem um espírito de solidariedade, mas o voluntarismo nestas áreas de solidariedade pode ser perigoso. E, portanto, partindo do pressuposto que não havia má fé e perversidade, mas a dinâmica em si era negativa. Portanto, a imagem que existe do acolhimento familiar em Portugal está muito marcada por essa experiência. Aliás o caso mais paradigmático é aquele caso da Esmeralda que é muito falado, o pai do coração ou o pai biológico, quando não era um acolhimento familiar, foi um negócio de vão de escada, a criança foi dada a uma família para mas para algo que é muito falado julgo acompanhou o que era o pai do coração ou o pai biológico. Quando essa situação não era um acolhimento familiar, era um negócio de vão de escada, a criança foi dada a uma família para tomar conta dela e mais tarde foi vendida. Mas na percepção da população em geral eu acompanhei essa sua expressão concreta, criou-se um bocado a ideia de que as crianças vão para as famílias de acolhimento e depois são adotadas e roubam-nas as famílias de origem e criou-se um conjunto de equívocos que eu acho que contribuiu muito negativamente para uma certa resistência que existe do acolhimento familiar. Há outras resistências que já ouvimos falar sobre isso que são transversais, lá à frente, mas esta claramente foi uma das questões. O acolhimento familiar, embora tenha existido sempre, na prática nunca teve grande efetividade.

O: 2 - 2 (0)

Esta ideia ganhasse pontos de certeza eu consigo controlar o que se passa num orfanato e numa instituição e não consigo controlar o que se passa numa família e, ainda há relativamente pouco tempo ainda essa afirmação foi feita publicamente dizendo que as famílias de acolhimento, cautela, é preciso cuidado porque não podemos controlá-las e podem ser perversas e podem ser um horror.

D: 7 - 7 (0)

O principal desafio neste momento, é o facto de descolar de um passado que tem sido tão criticado e que tem haver com conceções e narrativas incorretas do acolhimento familiar. Ainda há pouco tempo ouvi alguém dizer, "mas as famílias de acolhimento são tão mal vistas" e resulta de situações que nada têm a ver com a acolhimento familiar. Desafio de descolar do passado, não no sentido, também houve bons acolhimentos familiares no passado e ainda há, sobretudo no norte do país mas de um passado de ataque ao acolhimento familiar que levou a uma conceção das famílias de acolhimento como famílias que querem é ganhar dinheiro, que não estão preparadas, que sofrem dos mesmos problemas, ou que sofrem dos mesmo problemas ou algumas questões que as famílias de origem das crianças acolhidas também têm. O desafio de descolar da má imagem que o acolhimento familiar tinha em Portugal, é algo que ainda está muito presente e que é também um reflexo desta perspetiva de famílias muito acolhedoras, mas afetivamente muito insistentes, e que tem a ver com o facto do acolhimento familiar ser mau para as crianças porque implica aqui a passagem de descontinuidade nas relações afetivas. O acolhimento familiar é temporário, em princípio será temporário. E, portanto, será difícil para uma criança que vive meses ou anos numa família de acolhimento depois aceitar uma outra família, seja por via da adoção seja a própria família de origem, para onde regressa e onde terá dificuldades de se adaptar fruto da diversidade dos ambientes e da relação que entretanto estabeleceu. Todas estas ideias ainda existem, ainda estão muito presentes. Portanto é um desafio, de certa forma. Não podemos afirmar que isto não vá acontecer, ou que não é ainda uma constante do acolhimento familiar.

D: 14 - 14 (0)

Porque há uma grande falta de conhecimento da resposta inclusive por parte dos tribunais. Há uma grande resistência à resposta ainda por parte dos técnicos que tomam a decisão e portanto há também aqui a necessidade de um trabalho de formação e informação, a quem está nas tomadas de decisões, neste caso CPCJ e nas aplicações das medidas para que efetivamente se possa aplicar o acolhimento familiar e desmistificar estes mitos, estes estereótipos relativamente às famílias, à motivação das famílias, à postura das famílias, à relação com a família biológica. Há aqui um conjunto das ideias pré-concebidas que levam a que os juízes e as CPCJ tenham receio de aplicar a medida e reconhecerem

J: 12 - 12 (0)

Para além destes estereótipos ou destes preconceitos existe também falta de conhecimento da forma como as famílias são avaliadas, selecionadas, formadas e

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Políticas de Sensibilização e Captação\Da resistência ao envolvimento dos técnicos na mudança\Crenças e atitudes dos técnicos em relação ao acolhimento familiar\Da resistência ao envolvimento dos técnicos na mudança

acompanhadas e, portanto, entende-se nomeadamente aqui no Norte se calhar na região de Lisboa onde não há famílias de acolhimento. Portanto também não mas aqui no Norte existe uma tradição do acolhimento familiar efetivamente. Depois são estas imagens, estas notícias que ficam: a imagem negativa das famílias, a pouca formação, pouca colaboração, o interesse digamos assim a motivação assente em fatores económicos. Portanto há aqui um conjunto de situações que aconteceram no passado e que neste momento estão ultrapassadas e não há a atualização dessa informação e mesmo até, verifica-se uma falta de conhecimento ao nível dos benefícios psico-emocionais para a criança e para a importância de uma criança nomeadamente de tenra idade estar integrada numa família, num contexto familiar, num ambiente estruturante, individualizada e depois leva a que não seja aplicada a medida. Pese embora que desde 2015 esteja na lei que crianças preferencialmente até aos 6 anos, deve ser preferencialmente aplicada a medida de acolhimento e temos ainda muitos tribunais e CPCJS que por falta de informação, com certeza. Depois, por exemplo a Segurança Social que neste domínio tem aqui uma responsabilidade e até um processo de comunicação mais facilitado. Poderia ser uma entidade colaboradora e não é, continua a ser fiscalizadora, vem perceber se temos os técnicos a cem por cento ou a percentagem do técnico ou gabinete a ou b, ainda muito focado nas questões mais burocráticas, de protocolo.

J: 12 - 12 (0)

Temo que tenhamos mais receio de colocar crianças em famílias de acolhimento em vez de colocar em centros de acolhimento porque existe um hábito cultural de imediata solução perante um perigo parental é imediatamente um centro de acolhimento mas vamos ter que inverter esse paradigma, vamos ter que ter bolsas de famílias adequadas, quer para situações de acolhimento de emergência quer para acolhimento de maior duração de volta a que esta transição da família biológica para a família de acolhimento seja o mais pacífica possível. Sabendo o que cada família terá que fazer de acordo com os critérios legais e de acordo com o que foi definido no acordo de promoção e proteção ou na decisão judicial do tribunal.

O: 34 - 34 (0)

Tem que haver um envolvimento dos profissionais do acolhimento residencial para que não haja demasiada resistência à mudança tem que ser dada uma solução. Em muitos países, o que aconteceu foi que os técnicos passaram para técnicos de entidades enquadradoras os educadores, passaram eles próprios para famílias de acolhimento.

T: 44 - 44 (0)

No caso Irlandês o envolvimento, de facto, foi imenso, e de todos os outros da geração dele, e isto fez a diferença. Aquilo que nós sentimos ainda é que há uma resistência imensa ao acolhimento familiar mesmo da parte dos técnicos. Quando conseguimos passar esta mensagem, dos efeitos positivos, quando conseguimos partilhar casos de sucesso, e isto já tem acontecido, começa-se a abrir caminho. Mas o primeiro contato é sempre de enorme resistência e isto é assim é o que é o contexto que temos e não vamos desistir por isso. Mas eu acho que calhar os dez anos da Irlanda connosco vão demorar um bocadinho mais do que dez anos, mas demorará o tempo que for preciso. Mas sim, há uma resistência muito grande ainda.

C: 18 - 18 (0)

Do ponto de vista dos técnicos. Por um lado, temos aqui uma resistência muito grande de uma das Entidades que aqui precisava de estar mais envolvida que é a segurança social. falando com toda a clareza, eu venho de lá, sou de lá, mas reconheço que há esta enorme resistência. De alguma forma, quando se começa a falar de acolhimento familiar é incomodativo. As pessoas começam a perceber a tal pedrada no charco que o acolhimento familiar vai ter. E depois começam a pensar do ponto de vista de seu próprio trabalho. A maior parte das equipas o que acontece é que as pessoas fazem titular, civil e também representam a comissão, se for preciso e assessoria ao tribunal, às tantas, e às vezes, nem quero pensar muito nisto, mas às vezes até adoção, a própria lei obriga análise adoção. E é isto tudo e como é que eu vou encaixar mais uma tarefa que é tão exigente como acompanhar uma família de acolhimento em permanência como é vou encaixar esta tarefa em tudo aquilo que eles já têm.

C: 24 - 24 (0)

É uma medida muito exigente. As nossas equipas estão disponíveis 24 horas por dia, isto não significa que as famílias estejam 24 horas por dia connosco, mas só o fato de as famílias saberem que nós estamos disponíveis para qualquer emergência, ao fim de

semana, ao final do dia, isto faz toda a diferença, isto dá-lhes uma segurança não sentiriam. Vamos pensar, eu sou família de acolhimento, acolho uma criança a uma sexta, porque isto não mudou, sexta-feira ao fim do dia, à noite, existem sempre muitos pedidos de crianças para acolher. Temos um sentido de urgência e está no limite, a seguir vem o fim-de-semana e tem que ser hoje. Acolhi sexta-feira um bebé e ele passou a noite a chorar. No sábado eu preciso ir ao hospital, porque ele não está bem, mas se eu for sozinha é uma coisa se eu for, pelo menos ao telefone, com a minha equipa, que me acompanha e que eu já conheço, com quem eu já tenho uma relação de confiança é completamente diferente. As famílias de acolhimento precisam de se sentirem apoiadas, sentirem-se também de alguma maneira parte desta equipa. É uma equipa, cada um com o seu papel, a dimensão é nossa a família não tem que ser técnica, nem tem que saber fazer tudo. A família tem a importante função que nenhum de nós lhes consegue dar que é garantir um ambiente familiar àquela criança e, o cuidado o amor e carinho que uma família consegue dar. A nossa função é técnica, cada um tem o seu papel, mas funcionamos efetivamente como uma equipa, cada um com a sua dimensão e esse espírito existe efetivamente. Agora, como dizia é de facto muito exigente, portanto, é perfeitamente compreensível que nesta fase em que estamos - as equipas se sintam até ameaçadas com isto. Vou dar-lhe outro exemplo, sobre a transição acolhimento familiar - adoção - é sobretudo difícil para as famílias, mas também para os técnicos que acompanham as famílias. Quando propomos que este período de transição seja um período de transição gradual em função do ritmo do bebé, a família vai mudar a fralda se o bebé aceitar. que se não aceitar, não vamos forçar, vamos dar tempo. Quando nós permanentemente estamos a pedir para adiar a gratificação o de alguém que está há seis anos (tempo médio de espera de famílias candidatas à adoção) é difícil de gerir isto. Sobre tudo quando eu, equipa técnica, estou a fazer esta integração, mas eu tenho não sei mais quantas para fazer. Enquanto que nas casas de acolhimento é uma semana. Porque é que esta tem que demorar muito tempo? Estamos um bocadinho assim ainda entre o funcional e eu acredito que isto seja preciso. Falamos das teorias da vinculação que toda a gente conhece e que toda a gente questiona nesta fase. Isto tem acontecido e tem sido um trabalho difícil com as equipas de adoção, por exemplo, como tem sido com outras, de refrear aqui e introduzir esta mudança de paradigma porque estão habituadas que de uma casa de acolhimento é para ser rápido e quando mais depressa for melhor.

C: 25 - 25 (0)

A questão da desinstitucionalização. É uma questão que não é assumida, que diz respeito, nós temos algumas instituições que acolhem crianças que em colaboração com o gestor técnico da instituição e o coordenador do caso que acompanha judicialmente a medida que chegam à conclusão de que a família biológica não vai ser uma resposta para esta criança pese embora até haja um contacto, a manutenção de laços. Mas não vão ser uma resposta para a criança. Por isso eles propõem a colocação em acolhimento familiar de. Temos instituições termos técnicos a fazer esta proposta para crianças de 10 anos e temos outros técnicos. Outras instituições que acolhem crianças com 2 3 4 5 anos e que não fazem a proposta de alteração da medida quando há famílias de acolhimento disponíveis é porque este processo devia ser dinâmico.

J: 25 - 25 (0)

Noutros países é o lógico seria a partir do momento que as famílias de acolhimento porque nós sabemos que uma família de acolhimento é um perfil em dado momento quando é preciso. Quando a criança é retirada do seu contexto familiar não haveria resposta para uma criança naquele momento e em família de acolhimento, mas essa possibilidade nomeadamente se a criança tem uma idade inferior a 6 anos essa possibilidade deve estar em aberto na revisão da medida. E a criança entrou para a instituição com um ano mas a cada seis meses deve ser feita deve ser equacionada essa resposta mas não, só eventualmente o gestor do caso, o técnico da instituição (como há pouco dizia, de dentro para fora) diz que "esta criança está acolhida há cinco, seis sete anos" ; "é o mais novo da fratria", "está aqui desde os dois ou desde os três", "o irmão já vai sair", "a família não se constitui como alternativa", "vamos propor acolhimento familiar porque pelo menos assim a criança vive num contexto familiar".

J: 25 - 25 (0)

Há um consenso óbvio ao nível do conhecimento científico dos efeitos negativos de uma institucionalização prolongada, há um consenso ao nível jurídico dos efeitos negativos de uma institucionalização prolongada há um consenso ao nível jurídico porque a lei em vigor é clara quanto à prioridade do acolhimento familiar e mesmo antes de nossa lei de proteção em 2015, a própria Convenção dos Direitos da Criança que estabelece prioridades claras quanto ao que deve ser a resposta e qual é que deve

ser a resposta prioritária num sistema de acolhimento. Existe, de facto alguma resistência nas equipas que têm a implementação das medidas, aí nota-se de facto resistência, desconfiança, dúvidas. E é curioso porque são pessoas com uma formação superior no campo social e que são realmente as pessoas envolvidas na prática que levantam estas dificuldades. E isso claro que demora tempo a ultrapassar, mas tem que se fazer, é inevitável.

E: 10 - 10 (0)

Depois eu diria que nós temos e acho que esse é um desafio a curto médio prazo que é o da própria aplicação da medida. Ou seja, nós temos representações sobre as famílias de acolhimento, nós pessoalmente, nós profissionais, nós socialmente e, portanto, nós os técnicos que estão em contextos de comissão por exemplo, contextos de tomada de decisão. Quando tem que tomar uma decisão sobre qual é o melhor contexto para aquela criança. Temos também que considerar que as próprias crianças representam sobre a validade de uma medida vão influenciar aplicação desta medida.

I: 23 - 23 (0)

O fundo pensando no ponto de vista hierárquico, se quiser, temos obviamente as questões mais estruturais, depois os profissionais que representa o sistema, o sistema não existe num vazio, o sistema não funciona, são as pessoas, são os profissionais quem implementam o sistema. Acho que esta é uma área que eu acho que é muito pouco discutida, muito as questões as relações relacionadas com a disponibilidade de famílias, a ideia do match entre a família e a criança, as campanhas, seleção e formação das famílias e tenho muita curiosidade quanto à disponibilidade dos técnicos para aplicar a medida.

I: 27 - 27 (0)

Pra além de que temos outros profissionais no acolhimento residencial que vão sofrer uma grande transformação, que vão deixar de ter necessidade de tantas casas de acolhimento. Há também uma resistência, uma certa resistência em perceber que vão ser substituídas estas respostas por outras respostas de acolhimento. Este desafio acrescido para algumas casas de acolhimento se transformarem em entidades de enquadramento para o acolhimento familiar e portanto se requalificarem, este é um processo que obviamente quando olhamos para a "Mundos de Vida" e para a "Santa Casa" é muito obvio, são entidades que estão organizadas e têm uma estrutura, nós sabemos que outras entidades de outras casas estão também a fazer um movimento de perceber como é que se podem transformar.

I: 27 - 27 (0)

As casas são muitas coisas, são a direção, são os seus profissionais, temos pessoas com diferentes visões, temos visões de transformação e visões de maior medo e de ameaça.

I: 28 - 28 (0)

Ao longo dos anos, quando publicitei as virtudes do acolhimento familiar, algumas vezes fui olhado por algumas instituições porque advogar as famílias de acolhimento implicaria que mais crianças saiam dos centros de acolhimento e, portanto, as casas receberiam menos dinheiro. Este aspeto económico não pode ser negligenciado, há muitas instituições que dependem disto e, portanto, vai haver sempre resistência relativamente à verdadeira implementação de forma séria do acolhimento familiar como primeira prioridade no caso da retirada de crianças até aos seis anos dos pais quando de facto estão em perigo.

O: 41 - 41 (0)

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Políticas de Sensibilização e Captação\Da resistência ao envolvimento dos técnicos na mudança\Crenças e atitudes dos técnicos em relação ao acolhimento familiar\É como desconfiar de nós próprios - Investimento sel, for, acom

Speaker 3 [00:41:54] baixa que temos a desconfiar de nós próprios e a desconfiar das competências que o sistema não teve na altura do acompanhamento. Se calhar não devíamos estar centrados desconfiar das famílias de acolhimento. Precisamos é que o nosso sistema os nossos profissionais façam o devido acompanhamento. Se assim for nós conseguimos perceber se há famílias que de facto não estão a conseguir cumprir o seu papel. Esta é a discussão e nós precisamos de um acompanhamento muito próximo. Quanto mais próximos das famílias nós tivermos mais as conhecemos e mais conseguimos antecipar problemas antes delas existirem. Este seria o sistema

R: 10 - 10 (0)

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Uma Estratégia concertada a nível nacional

Quero dizer também que não percebo como é possível que até hoje nos relatórios sobre o respeito dos direitos das crianças no nosso país, esta questão do acolhimento residencial, do peso do acolhimento institucional nunca vir apontada como os peritos

internacionais a apontam. Como é que se olha para as recomendações do Eurochild ou até do Comité dos Direitos das Crianças e não se vêm nos relatórios de forma mais enfática exigências do acolhimento residencial. Há recomendações sobre a presença das crianças nas touradas, sobre a mutilação genital infantil, que são muito importantes, no entanto como é que esta questão do acolhimento institucional versus acolhimento familiar não estar de forma tão enfática a necessidade de mudança.

Depois vemos a estratégia nacional par aos direitos da criança e vemos que está lá mas sem concretização nenhuma. Se existe uma estratégia, esta devia ser uma área, pelo facto de ser tão estranho a nível europeu, que devia estar lá com letras garrafais e uma data de medidas de intervenção, não, en passant.

T: 39 - 40 (0)

Eu acho que temos que ter um plano DOM 2.0 NÃO PARA O ACOLHIMENTO, MAS PARA TODO O sistema de promoção e proteção. Eu acho que temos que qualificar as assessorias criar *guidelines*, criar protocolos. Termos Cafaps 2.0 , reconverter as casas de acolhimento porque nós temos imensos recursos, temos é que desinstitucionalizar. Fecharam-se 3 casas de acolhimento, foram realocados recursos na comunidade. Não precisamos de mais recursos, temos que reciclar as pessoas, tenho que dar formação. Não é preciso mais recursos, os recursos que nós temos chegam, agora, temos é que formar as pessoas e ter um modelo na cabeça. O que eu diria era o Plano DOM 2.0 PARA A REQUALIFICAÇÃO DE TODO O SISTEMA, AGORA ISTO EXIGE ESPECIALIDADE, ISTO É UM TRABALHO DE ESPECIALIDADE. DE COMPETÊNCIA TÉCNICA.

O: 57 - 57 (0)

Eu muito francamente fazendo uma comparação com a portaria familiar quando achar dispensável. Não estou muito esperançosa, acho que a portaria será um pouco mais do mesmo, a colocar um grande peso e responsabilidade das instituições, no trabalho que elas fazem e a reforçar o papel do Estado e da tutela apenas na perspetiva de fiscalizador. Infelizmente e lamentavelmente acho que é nessa posição que o nosso governo, que o Instituto de Segurança Social e as políticas sociais vão que é na perspetiva de que o Estado, a tutela é fiscalizadora. Fiscaliza as famílias de acolhimento, fiscaliza as instituições e não parte da equipa, parte orientadora até, e aqui com grande peso. Não há orientações, não há manuais de boas práticas, não há guiões, ou vai existindo agora, mas estamos em 2021 para alinhar a intervenção quer das instituições quer dos decisores e quem toma e aplica as medidas de promoção e proteção, ao nível da CPCJ, ao nível dos próprios tribunais com princípios indicadores mais objetivos. A definição de metas exequíveis, uma avaliação e auscultação dos próprios profissionais que estão no terreno parece que continuamos a que tanto os técnicos e os decisores decidem em sede centralizada e de gabinete e depois não vêm para o terreno avaliar as situações e, também não ouvem também a disponibilidade e abertura para ouvir os interessados. Quem se mostra disponível e quem está no terreno e quem tem experiência continuam passo a expressão, a fazer ouvidos de mercador.

J: 10 - 10 (0)

Esta questão de alocação de recursos de estarmos muito focados no início e numa resposta final

C: 9 - 9 (0)

Mas como quando eu tenho 200 processos comigo à minha responsabilidade. Eu não consigo, é impossível pois não havendo recursos suficientes para distribuir e até para discutir a equipa, é impossível. Numa equipa que está assoberbada com várias situações, que são sempre complexas das duas ou se dessensibiliza. Eu vou assumir que só consigo saber se está tudo vivo ou então se de facto tem muito trabalho e começa a angustiar-se. Enreda e acaba também, por não conseguir ajudar a família. A questão dos recursos e a distribuição dos recursos, e dos rácios é mesmo importante. Não é de todos de menos importância. É certo que há sempre a perspetiva de que às vezes descuramos atrás do número de processos, também pode acontecer, mas na maior parte dos casos, não acredito que seja só isso, acho que é bastante mais complexo do que isso.

C: 10 - 10 (0)

Não há um número suficiente de CAFAPS. Tanto quanto sabemos as listas de espera para uma família ser acompanhada por um CAFAP têm meses.

C: 11 - 11 (0)

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Uma Estratégia concertada a nível nacional\Financiamento/ Recursos Humanos e Económicos

Digamos que a opinião pública estava escaldada e conseqüentemente a opinião política também e estavam com muito receio e toda a gente tinha de alguma forma consciência para garantir que isto não voltava a acontecer era preciso que houve acompanhamento efetivo e lá está, vamos chegar aos recursos novamente. Isto implicava recursos, agora se pensarmos bem em termos estratégicos isto não implica mais recursos. Agora se pensarmos bem em termos estratégicos, isto não implica mais recursos, acompanhar uma família de acolhimento não implica mais recursos do que todos os recursos que temos alocado a uma casa de acolhimento. se fizermos bem as contas, não é mais caro, pelo contrário, é mais barato efetivamente e muito mais eficaz do ponto de vista daquilo que é o interesse das crianças. E é isto que tinha que ser clarificado, parece-me que ainda não está muito claro.

C: 22 - 22 (0)

A lei está bem, o que está mal são os recursos estarem afetados. Com a lei que temos, com os recursos que tenho na instituição. O problema não está na lei, nós temos uma lei do Canadá e recursos da Tanzânia.

O: 21 - 21 (0)

Nós temos imensos recursos, temos é que desinstitucionalizar. Foram encerradas 3 casas de acolhimento, estão a realocar recursos na comunidade. Não precisamos de mais recursos, temos é que reciclar as pessoas, temos que dar formação. Não é preciso mais recursos, os recursos que nós temos chega, agora, temos é que formar as pessoas e ter um modelo na cabeça. O que eu diria era plano DOM 2.0 PARA DE REQUALIFICAÇÃO DE TODO O SISTEMA. AGORA ISTO EXIGE ESPECIALIDADE, ISTO É UM TRABALHO DE ESPECIALIDADE. DE COMPETÊNCIA TÉCNICA.

O: 57 - 57 (0)

A redução de casas de acolhimento, esta transferência de investimento do acolhimento residencial para o acolhimento familiar, investimento esse que sabemos que se traduz na economia em termos de custo benefício.

D: 44 - 44 (0)

Quanto mais não seja por essa via, a canalização dos recursos financeiros para o acolhimento familiar seria uma boa perspectiva. Ficamos à imagem do Canadá com 2 ou 3 casas de acolhimento especializadas, para situações muito concretas ligadas à deficiência ou a questões de comportamentos desafiantes, que tivessem uma projeção no tempo, pelo tempo necessário para ultrapassar esta situação de crise, uma intervenção terapêutica para que depois a criança pudesse voltar à integrar num ambiente familiar.

D: 44 - 44 (0)

A diferença que em termos remuneratórios, de um técnico que é trabalhado numa Ipss e com as mesmas habilitações e as mesmas condições de um técnico e trabalhadores da Função Pública. Há uma grande disparidade muito grande que leva os técnicos e a equipa educativa a pensarem duas vezes a área que querem abraçar porque a exigência a disponibilidade polivalência que têm que ter muitas vezes é tida em conta quando um colaborador se candidata a um local de trabalho. Não é fácil manter uma equipa quer em termos técnicos quer uma equipa educativa estável para dar também essa estabilidade às crianças e lá está para se formar a equipa, preparar a equipa para poder dar uma resposta de qualidade à população com quem trabalha. São aqui, de facto muitas variáveis.

J: 8 - 8 (0)

Eu diria que é um sistema que aquilo que é na sua filosofia privilegia tanto quanto possível privilegia a manutenção da criança na sua família e, portanto, muitas vezes ou algumas vezes nós percebemos nós não retiramos para avaliar, nós avaliamos para retirar. Nós privilegiamos esta ideia de a criança estar numa família biológica com uma dimensão muito interessante do ponto de vista mais social. Mas não temos recursos para privilegiar efetivamente esta filosofia.

I: 6 - 6 (0)

E, portanto, eu diria que a filosofia de preservação é muito, muito interessante, mas precisamos de investir claramente nos recursos porque os Cafap's surgiram e foram com recurso muito muito importante mas também há desigualdades mesmo do ponto de vista do território.

I: 6 - 6 (0)

A sustentabilidade do sistema de acolhimento depende da sustentabilidade do nosso próprio sistema da segurança social, sendo a entidade gestora principal, o ISG, também a Santa Casa da Misericórdia, mas numa área geográfica mais limitada vai depender das lotações*, dos fundos atribuídos à Segurança Social e que podem ser

	canalizados para a execução do acolhimento familiar. Eu não sei em termos de captação de outros fundos, talvez fosse interessante no quadro do Instituto da Segurança Social criar um organismo próprio de acolhimento familiar em Portugal e que no fundo gerisse o orçamento para a execução desta medida. G: 23 - 23 (0) Tem que existir recursos humanos e financeiros para implementar e para monitorizar como a medida vai evoluindo. M: 33 - 33 (0) O facto de haver um timing legalmente instituído para fazer uma avaliação diagnóstica, com os tais poucos recursos técnicos inviabiliza um estudo muito mais aprofundado não só da família, N: 6 - 6 (0) Num primeiro momento, ou temos muitas equipas em campo para poder estar disponíveis para a relação com a família N: 8 - 8 (0) O que era importante mesmo era criarmos condições, recursos humanos, obrigatoriamente, com formação especializada, com muitos recursos humanos e materiais para chegar às pessoas e poder se deslocar e estar para que isto dê certo. N: 20 - 20 (0)
Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Uma Estratégia concertada a nível nacional\Estrutura que lidere a implementação	A sustentabilidade do sistema de acolhimento depende da sustentabilidade do nosso próprio sistema da segurança social, sendo a entidade gestora principal, o ISG, também a Santa Casa da Misericórdia, mas numa área geográfica mais limitada vai depender das lotações*, dos fundos atribuídos à Segurança Social e que podem ser canalizados para a execução do acolhimento familiar. Eu não sei em termos de captação de outros fundos, talvez fosse interessante no quadro do Instituto da Segurança Social criar um organismo próprio de acolhimento familiar em Portugal e que no fundo gerisse o orçamento para a execução desta medida. G: 23 - 23 (0) É necessário outro tipo de apoio, uma estrutura que perante esta situação defina objetivos e metas e que lidere essa mudança que exija uma mudança radical. Tem que haver um plano concreto, com objetivos definidos por exemplo estabelecer como objetivo de que daqui a 4 anos todas as crianças com menos de 6 anos estão obrigatoriamente em acolhimento familiar. É necessário a mobilização concertada que tem sempre que vir de uma diretiz do governo que chega ao pé da Segurança Social e do tribunal de justiça, e especialmente da segurança social porque tem que apoiar as entidades enquadradoras, enquanto as entidades enquadradoras não têm o esquema montado das diferentes funções, isto tem que começar a funcionar, não é aos bocadinhos e vai-se fazendo um grupinho aqui e outro ali. Faltam diretrizes e monitorização para cumprir o objetivo. M: 22 - 22 (0)
Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Uma Estratégia concertada a nível nacional\Definição de metas e objetivos	O que falta? Acho que não se prende pela comunidade, temos a comunidade correta, acho que não se prende pelos técnicos e a nível dos serviços centrais também, temos técnicos com muita vontade de fazer acontecer o acolhimento familiar. Antes tínhamos havia a questão de não termos o decreto-lei e não tínhamos portaria e agora temos. Agora acho que só falta acontecer. Temos um valor que é correto de pagamento às famílias de acolhimento. Temos tudo o que é necessário para salvar, <u>supostamente a única coisa que está a faltar agora são os critérios orientadores que vai ser da responsabilidade da Segurança Social</u> e depois instituições que se candidatem a sê-los e pessoas que se candidatem. Portanto, campanhas de captação para acolhedores e campanhas de captação B: 13 - 13 (0) Sobre a transição da criança de uma instituição para o acolhimento familiar. As instituições de enquadramento ou à Segurança Social que já deveria ter definido um plano de transição com metas e objetivos para que as próprias instituições possam decidir se querem requalificar, para que as instituições possam fazer, como aconteceu na Irlanda e noutros países, portanto uma reconversão de algumas instituições de algumas equipas técnicas para deixarem acolher a nível residencial e passarem a acompanhar famílias de acolhimento e se dedicarem ao acolhimento familiar. Isso deveria estar pensado deveria ser reconhecido das instituições para as próprias instituições, no seu plano de desenvolvimento desenharem ou perspetivarem essas questões e haver objetivos. Como é que nós podemos, nós instituições também podemos ajudar a segurança social a cumprir os objetivos que eles próprios também pretendem e os objetivos da lei. Não sabemos e várias instituições nos têm contactado

	a nível da operacionalização do trabalho técnico, mas também a nível desta visão mais macro e estratégica para a própria instituição, para se organizarem e planearem, organizarem os recursos humanos. Há um desconhecimento total. J: 23 - 23 (0)
Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Uma Estratégia concertada a nível nacional\Definição de metas e objetivos\Coesão de Princípios orientadores	O plano de transição tem que ser bem pensado, tem que ser bem definido, tem que ser claro, tem que ser especificado onde pretendemos chegar. Pretendemos diminuir a institucionalização em x por cento. Pretendemos que mais crianças até aos seis anos ainda que numa primeira fase sejam acolhidas em um contexto institucional possam transitar para famílias de acolhimento; objetivos metas e estratégias de intervenção concertadas para que possamos ter uma diretriz em conjunto, ter uma rumo e orientação para que trabalhemos naquele sentido e não deixar um bocadinho ao critério de cada instituição de enquadramento sentença. J: 29 - 29 (0) Depois a sociedade em geral e a importância de estas crianças não serem discriminadas e reforçar ainda outra vez através as famílias da origem. É um bocadinho como os cuidados paliativos não é eutanásia e, portanto, claro que temos que investir no acolhimento familiar, mas precisamos de uma vez por todas de apostar na origem de uma forma muito concertada porque não vamos ter sucesso ao segundo nível. R: 37 - 37 (0)
Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Uma Estratégia concertada a nível nacional\Definição de metas e objetivos\Coesão de Princípios orientadores\Modelo preventivo centrado nas forças das famílias	Tem que haver uma certa coesão e os princípios orientadores têm que ser os mesmos, mas não quer dizer que não possa haver certa adaptação nas metodologias da captação, na seleção L: 20 - 20 (0) Estamos sempre a trabalhar em crise, não se está a ter um modelo preventivo. Centrado nas forças das famílias, individualizado, continua a ser um sistema muito centrado no adulto e não propriamente um sistema centrado na criança. R: 38 - 38 (0)
Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Uma Estratégia concertada a nível nacional\Documentos de suporte às decisões	Evidencia a necessidade de lidar com a família de origem, que é o que tem corrido mal Temos de ter famílias de acolhimento com capacidade e preparadas para lidar com os comportamentos dos jovens quando tem 13 ou 14 anos, é um facto de perfil das famílias de acolhimento de que temos que avaliar bem. R: 26 - 27 (0) eu penso que a Segurança Social, o Instituto de Segurança Social e os centros, claro que depois em colaboração com um nível mais distrital, mas deveriam elaborar estes documentos de suporte às decisões, à intervenção técnica, à intervenção familiar, até como recurso. Também sabemos que os recursos humanos às vezes não sabem mas por exemplo em estreita colaboração com as instituições de ensino superior os recursos humanos o conhecimento científico, têm a disponibilidade para construir estes materiais de suporte aos técnicos e que deveria existir aqui realmente um trabalho de apoio porque as universidades têm esses recursos e poderia ser contratualizado, estabelecido um protocolo entre as universidades e por exemplo o Instituto de Segurança Social e existir supervisão, existir um conjunto por exemplo com o conhecimento científico que tem todo um conjunto de recursos digamos, aliando a investigação à nossa ação, e assim conseguiríamos fazer um trabalho em prol da qualificação das respostas sociais. É necessário ser informado pela ciência, mas também pelo conhecimento técnico e experiência do terreno. J: 22 - 22 (0)
Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Uma Estratégia concertada a nível nacional\Documentos de suporte às decisões\Base de Uniformização de procedimentos	Às vezes o que acontece e esta situação é fonte de estudos lá fora, é que quanto mais se científica, se criam formas de medida, formas de avaliação muito rígidas, pode de alguma forma afetar isto. Quando se fala de aplicação de programas estandardizados, eu acho que se perde a individualização da intervenção. T: 21 - 21 (0) Existe uma base de uniformização de procedimentos, e depois claro que cada caso é um caso, pode haver coisas adicionais como é lógico, e como é expectável que também haja exceções dos quartos (se e uma criança que está com a irmã ou o irmão e não tem problema em partilhar o quarto), existir uma prudência, mas com capacidade para ser ajustada -há espaço para se ajustar. B: 48 - 48 (0)

	Desenvolver programas de acolhimento familiar bem estruturados seguir princípios regras que já são conhecidas, modelos a quem podemos espreitar práticas, boas práticas, acabamos de publicar um livro que tem essa função precisamente, o acolhimento familiar a qualidade em Castela e Leão, e um estudo que fizemos que tem um programa de acolhimento familiar bastante desenvolvido. No fundo é isso, é sustentável se for bem feito, tem que ser bem feito, tem que haver uma seleção criteriosa das famílias, tem que haver um acompanhamento quanto as famílias acolhem crianças tem que ser bem acompanhadas não podem ser abandonadas à sua sorte, tem que haver uma gestão cuidadosa do contacto entre a criança, a família de acolhimento e a família de origem, tem que haver uma formação contínua, há que garantir um conjunto de princípios básicos para garantir a sustentabilidade do programa o que é preciso é segui-los e fazê-los bem eu diria assim. E: 23 - 23 (0) Tem que haver uma certa coesão e os princípios orientadores têm que ser os mesmos, mas não quer dizer que não possa haver certa adaptação nas metodologias do captação, na seleção L: 20 - 20 (0) A segurança Social tem trabalhado em conjunto com a Santa Casa, a ideia é haver uma uniformização e um alinhamento do modelo, portanto sim, iremos chegar a um modelo integrado. M: 34 - 34 (0)
<i>Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Uma Estratégia concertada a nível nacional\Documentos de suporte às decisões\Base de Uniformização de procedimentos \Protocolos e procedimentos claros e estruturados</i>	Como estava a dizer, para o acolhimento familiar funcionar tem que haver esta triangulação, tem que haver esta dimensão. 1- Esta supervisão tem que ser da assessoria, tem que ser do todo. 2- TEM QUE Haver um modelo CONCEPTUAL. O estado português não pode, entrega às Ips, parte delas não são profissionais e cada um faz o que quer. Tem que haver uniformização, há sempre espaço para a flexibilidade e criatividade, mas tem que haver protocolos de intervenção. Supervisão e formação continua. Tem que haver supervisão, entidades reguladoras têm que exigir resultados. Não pode estar fechado. A maior parte das pessoas da segurança social são contra o acolhimento familiar, porque têm medos na cabeça. O: 51 - 51 (0) Antes de termos um sistema de avaliação com procedimentos muito claros e estruturados. Também devemos ter um sistema de operação com procedimentos muito claros e estruturados. Voltamos a estar no mesmo sabemos muito bem como dizer que ninguém sabe como fazer e depende sempre da sorte ou de uma arbitrariedade ou de uma região ou de determinado técnico. Se resulta R: 35 - 35 (0)
<i>Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Uma Estratégia concertada a nível nacional\Documentos de suporte às decisões\Base de Uniformização de procedimentos \Adaptação e flexibilidade</i>	Obviamente que há as particularidades de cada região, de cada território, mas serão as exceções, há aquela percentagem que temos que perceber que temos que adequar ao território, às características culturais, mentalidade etc mas não pode ser a regra, não pode ser aí que vamos guiar a nossa conduta em termos técnicos de recrutamento, de avaliação e seleção das famílias J: 31 - 31 (0)
<i>Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Uma Estratégia concertada a nível nacional\Documentos de suporte às decisões\Base de Uniformização de procedimentos \Desigualdade Territorial</i>	Há um conjunto de princípios que podem e devem estar definidos a nível do todo nacional, e esse é o papel da lei de proteção mas depois a concretização deveria ser a nível local, regional, a nível do contexto e cada contexto tem a sua realidade, vai construir respostas que são distintas de região para região, as famílias também são diferentes de região para região. O que é importante é garantir que aquilo que é feito é feito com rigor, com princípios éticos, com acompanhamento criterioso. acompanhamento criterioso. Deve ser esse o caminho. Localmente serem construídos programas para dar resposta às necessidades do contexto local E: 24 - 25 (0) Não podemos ficar só com a santa casa em Lisboa, a mundos de vida no Lousado, quais são as outras instituições que estão já a apresentar manifestações de interesse? A Segurança Social vai ter bolsa de famílias e sei que deram formação e estão a seleccionar famílias, agora temos que fazer acontecer. B: 10 - 10 (0) Em Portugal é quase como a lotaria, calhou a sorte de nascer-se em Braga e ir para a Mundos de Vida ou neste caso em Lisboa.

	B: 26 - 26 (0) A sustentabilidade passa por aqui, mas tem questões a montante que precisa de uma vez por todas de organizações que possam oferecer um programa de acolhimento familiar, não é suficiente a resposta atual da Segurança Social, e sabemos que a Santa Casa tem um projeto que nos parece um bom projeto por assim dizer não é, um projeto que está a ser desenhado com solidez e até com o apoio da Academia mas nós não podemos sujeitar as nossas crianças à localização geográfica. Como assim se eu nascer em Portalegre não tenho o direito a crescer numa família precisa de uma instituição mas se ele nascer em Lisboa já posso crescer com uma família de acolhimento portanto há aqui tantos aspetos sensíveis no nosso sistema ainda que de facto nos deixem muitas angústias mas para já isso parece, termos avanços no terreno, de acordo com aquilo que tem vindo a ser as recomendações dos estudos nacionais como o seu vai ser as recomendações internacionais dos organismos internacionais que tratam estas matérias, de acordo com a legislação. R: 1 - 1 (0) Penso que nós precisamos de uniformizar vários aspetos, e esta desigualdade territorial é muitíssimo preocupante e eu penso que a Segurança social tem que assumir isto e, tem que marcar a sua posição. R: 16 - 16 (0) Há desigualdades mesmo do ponto de vista do território. Ou seja, nós quando olhamos para a realidade no contexto de Lisboa percebemos que funciona de uma forma muito estruturada com muitos recursos. Portanto as famílias. Nós temos uma Santa Casa e uma Casa Pia no contexto do acolhimento que funcionam de uma forma muito estruturada muito ligada até porque são procedimentos baseados em evidência, portanto são instituições que estão muito, muito bem organizadas e as comissões têm um suporte deste ponto de vista por exemplo na avaliação e acompanhamento e acompanhamento das famílias que quando nós vamos para o Alentejo para outros contextos deixa de existir. I: 6 - 6 (0) Esta falta de diretrizes, falta de formação, acaba por se repercutir na tomada das decisões. E ainda se verifica que está deixado muito ao critério subjetivo subjetividade técnico a decisão relativamente à aplicação da medida de colocação. E ainda temos várias decisões ou várias situações baseadas naquela expressão "Se tiver sorte com o técnico que apanhar". O futuro daquela criança ela será um "se tiver o azar de digamos cair nas mãos de outro técnico". Isto é impensável, isto por um lado ao nível das decisões da avaliação do risco, da avaliação das potencialidades das famílias biológicas, daqui até falando mais ao nível da manutenção da criança, da intervenção familiar de primeira linha, dos serviços que fazem o acompanhamento e a monitorização das famílias em risco. J: 13 - 13 (0) E portanto os próprios serviços centrais definam a nível da formação dos técnicos e também ao nível da avaliação das famílias de origem um conjunto de orientações que têm que ser cumpridas seja em que ponto do país for, seja a criança acompanhada na CPCJ, seja pela equipa da EMAT, para que a avaliação seja de qualidade assente nas potencialidades das famílias de origem mas também que não se arrastem <i>ad eternum</i> à espera que ocorra um milagre e que depois a criança com 14 anos ou 15 ou 16 saia do agregado familiar. E esta criança tem um conjunto de vivências ao longo de 15 anos que formaram a sua personalidade que ditam já um conjunto de previsões para o seu futuro. As crianças têm direito, as situações têm que ser analisadas casuisticamente, não podemos aplicar a mesma regra para todos J: 14 - 14 (0) São situações muito complexas que não podem estar dependentes de uma arbitrariedade, da subjetividade de cada técnico e da perceção mais individual. Tem que haver de facto uma colaboração entre todos os parceiros para que o próprio gestor e coordenado de casa se sinta apoiado a decidir e com base em fundamentos, em objetivos e avaliações que sejam partilhadas por todos com base em critérios comuns de avaliação. J: 19 - 19 (0) Eu acho que os diferentes agentes no sistema sentem e acho que tem a ver com falta de suporte, a ideia de suporte pode ser instrumental, profissional. Temos documentos que orientam os serviços tal como as famílias também têm as regras e sabem que fazer, o ponto não é esse, o ponto é como traduzir, como implementar e como lidar com as dificuldades que surgem. I: 30 - 30 (0)
<i>Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Uma Estratégia concertada a nível nacional\Documentos de suporte às decisões\Base de Uniformização de procedimentos \Definição do nível de Formação dos técnicos</i>	
<i>Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Uma Estratégia concertada a nível nacional\Documentos de suporte às decisões\Base de Uniformização de procedimentos \Definição do nível de Formação dos técnicos\Não depender da arbitrariedade</i>	
<i>Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Uma Estratégia concertada a nível nacional\Suporte técnico na implementação</i>	

<i>Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Uma Estratégia concertada a nível nacional\Fatores de Ponte\Parcerias comunidade-academia</i>	Também me parece que aquilo que nós falhamos e que estes sistemas estão melhores é que temos muito poucos estudos científicos sobre acolhimento familiar em Portugal. A literatura tem múltiplos fatores estudados e parece-me que é uma prática muito mais baseada na evidência e nós não temos uma prática na evidência, temos que nos basear nisso, temos que ter um grupo de estudos, temos que ter mais mestrados neste tema ou mais doutoramentos. Se temos sistemas com práticas baseadas em evidência, nós ainda não estamos lá, estamos a pecar. Quando vamos a um médico queremos uma prática baseada em evidência no acolhimento familiar não há isso, não há um guião de boas práticas, há um vazio e às vezes L: 17 - 18 (0)
<i>Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Uma Estratégia concertada a nível nacional\Fatores de Ponte\Fornecedores/intermediários\estrutura próxima das famílias para activar redes</i>	Penso que temos que ter a academia muito próxima, a academia precisa de ajudar nos instrumentos de avaliação, não nos podemos limitarmo-nos aos testes de avaliação e escalas de atitude, penso que a avaliação da dinâmica da família é obrigatória e a avaliação da criança nas várias etapas da permanência nesta família também é importante. A avaliação que se solicita nas instituições de primeira linha são importantes, por exemplo na escola, mas muitas vezes não são atribuídos os verdadeiros significados aos comportamentos que as crianças têm, portanto, esta avaliação de comportamento é de facto muito pobre. N: 16 - 16 (0) Esta ideia de ativar redes, ativar mecanismos de suporte efetivos, quer para as famílias, quer para as potenciais famílias, quer para as famílias biológicas esta ideia de que se tiverem mais suporte certamente precisam de uma intervenção menos limitadora dos seus direitos. Eu diria que falta uma estrutura próxima das instituições, das casas, das famílias, das comissões, alguma coisa que permita por um lado criar esta ideia de todo, de uma narrativa comum e de complementaridade e que seja ao mesmo tempo suporte. Não basta estar-se motivado, sentir-se capacitado é importante, sentir que se experienciar alguma dificuldade terá suporte disponível. Falta-nos um pouco isso, está cada um entregue a si próprio. I: 30 - 30 (0)
<i>Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Uma Estratégia concertada a nível nacional\Fatores de Ponte\Fornecedores/intermediários\Uniformização dos processos de avaliação*vermonitoriequalid</i>	Tem de haver e na minha opinião, um pouco levado ao extremo e, até parece que estou a defender outros sistemas, mas na minha opinião deveria haver um outro mecanismo como a CPCJ, algo paralelo, para avaliar a qualidade e promover a uniformização a nível nacional de todos os serviços de acolhimento. Para se perceber a trabalhar da mesma forma, quais são as práticas, como é que podem aprender uma as outras - troca de conhecimentos e, quais são os pontos a melhorar. Nós em Inglaterra temos isso o <i>offsaid</i> que faz isso - nas autoridades locais, assim como nas escolas para salvaguardar que há uma uniformização dos procedimentos. Quer dizer agora as entidades gestoras deverão fazer isso, mas não sei se a gestora também for enquadradora também há ali conflito de interesses. B: 47 - 47 (0)
<i>Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Ambiente inter-organizacional e trabalho em rede/ Lack of coord</i>	A Segurança Social é entidade gestora e poderá ser de enquadramento ou não, é uma opção que a segurança social tomará. Está já diretamente a assumir-se como instituição de enquadramento em alguns centros distritais para as famílias não são todos mas pode também fazê-lo através de IPSS ou outras entidades com quem celebre acordo de cooperação. Aqui a opção política será a segurança social a tomá-la. Se quer enquadrar diretamente ou fazê-lo através de instituições. A Santa Casa assumiu esta posição, definida na lei, como podendo ser instituição de enquadramento, mas não terá o monopólio do enquadramento das famílias de acolhimento. Penso que uma sã concorrência não no sentido comercial entre diferentes interventores no âmbito do enquadramento das famílias de acolhimento só pode trazer benefícios. A par da Misericórdia, haverá outras instituições que desenvolveram o acolhimento familiar, é desta diversidade que surge a riqueza do próprio sistema. Nós também temos ainda a visão muito estatizada de todo o sistema de proteção e, veja-se que exceto a parte do acolhimento familiar, a Santa Casa também tem casas de acolhimento que gere diretamente mas a segurança social não tem nenhuma, é tudo através de acordo de cooperação com IPSS mas em relação a outras áreas como na adoção, temos uma adoção estatal, estatizada, só excecionalmente é que pode ser uma instituição privada. Acho que é um erro crasso, porque a diversidade, os modelos de intervenção só pode trazer riqueza a um sistema, evidentemente desde que haja controlo. Tem que haver entidades controladoras e reguladoras, mas não tem que necessariamente ser desenvolvido por uma instituição estatal. D: 31 - 31 (0)

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Ambiente inter-organizacional e trabalho em rede/ Lack of coord\Falta de clareza função e articulação dos intervenientes tecnic

Comparando com a vizinha Espanha com quem tenhamos alguma articulação e algum trabalho para facilitar o acolhimento familiar foi ampliado a toda a toda a Espanha com resultados muito bons e um nível de aceitação pelos vários parceiros. Muito bom porque houve trabalho prévio e quando chegou digamos assim à Assembleia da República aos decisores já devia este trabalho prévio que permitiu por um lado demonstrar a qualidade da resposta às mais valias os benefícios para as crianças e os vários intervenientes e também já estavam limadas as arestas de modo que a legislação espelhasse o entendimento dos investigadores e de quem executava a medida, das instituições que tinham essa função. E portanto, portanto o mesmo poder político os outros partidos que estavam no governo espanhol acabaram por aprovar a lei sem grandes dificuldades porque havia um consenso e havia um trabalho prévio. Aqui em Portugal inverte-se a situação há um pequeno grupo de trabalho lá em baixo em Lisboa na Assembleia da República e nos órgãos decisores e no instituto que pensam e fazem a lei e depois as instituições que estão no terreno têm que se ajustar ao que está decidido e aqui rematando indicava e só a título de exemplo, neste processo do acolhimento familiar, a Mundos de Vida e Santa Casa são as duas únicas instituições, não nos ouviram, não nos pediram contributos mas por exemplo ao nível do acordo de cooperação Lisboa definiu um valor por criança que é pago, é assim na generalidade das respostas sociais mas definiu um valor por criança sem auscultar neste caso a Mundos de Vida que tem alguma experiência neste campo e perceber se aquele valor estava a fazer sentido ou não. Portanto depois nós pedimos uma reunião para abordar o assunto e se continuarmos nesta perspetiva. O Acolhimento familiar, e começando já por aqui, sem ir a outros aspetos mais críticos da implementação e da dificuldade que é a dinamização esta resposta social... vai abortar e, portanto, não vai ser bem-sucedido a implementação do acolhimento em família em Portugal porque poucas vão ser as instituições que vão querer celebrar acordos de cooperação. E, portanto, só para espelhar que é um bocadinho assim infelizmente que se continua a pensar, e a tomar as decisões, sem ouvir quem está no terreno.

J: 11 - 11 (0)

E, portanto, o que nós temos de fazer a partir do momento que ela entra é o que é que tem de acontecer para sair. E às vezes não é possível. ok, mas temos que ter esse diagnóstico criterioso. A assessoria não faz, a cpcj (?) não fazem e as casas de acolhimento também em regra não fazem. Hoje já temos coisas diferentes. Eu lembro-me quando cheguei aqui à SCML nós temos 20 casas de acolhimento. A antiga diretora dizia não temos nenhum miúdo para sair nos próximos três anos de nenhuma das casas. E nós agora nós temos um nível de rotatividade que não tem nada a ver porque o objetivo é exatamente é trabalhar claramente as famílias. Isto é sistémico, isto tem a ver com a assessoria. Por exemplo, o que é que vem dizer o decreto lei do acolhimento presencial que após a criança sair, compete à equipa técnica da casa de acolhimento no período mínimo de seis meses acompanhar a família. Ou seja, o processo de reunificação, e bem e eu sempre defendi isso deve ser perfeito porque já tem aliança terapêutica. Não é, eu estou 3 anos com um jovem e depois entra um CAFAP para fazer o trabalho. claro que vai correr mal. E se correr mal o que é que vão dizer? Correu mal porque não estava preparado para sair e eu vou dizer que correu mal porque eles não fizeram o que tinham que fazer? Não, se eu é que tinha a aliança terapêutica estabelecida com aquela criança, eu dou continuidade. Isso está na lei desde 2019, ninguém quer saber disso, mas está na hora.

O: 15 - 15 (0)

Eu penso que é importante ter esta perceção de todos os outros intervenientes do acolhimento familiar, o af é uma medida de proteção e como tal, nos termos da lei, ela é acompanhada e há um papel preponderante aqui que é o gestor do processo que vai mobilizar todos os recursos. Numa medida de acolhimento familiar nós não temos apenas uma medida de acolhimento e a equipa técnica que a acompanha, temos aqui uma série de intervenientes que vão desde definir os planos de intervenção com a criança, com a família de acolhimento, com a família de origem. Penso que é essencial que haja uma articulação fluída entre todos estes intervenientes, porque só o trabalho de todos eles o acolhimento familiar pode produzir efeito e que não esteja apenas centrado, e isto foi o objetivo, penso, do legislador ao estabelecer o regime de execução da medida de familiar. Sendo que até à data o que tínhamos era uma família de acolhimento, e uma equipa técnica que se limitava a verificar se se mantinham aquelas regras, os princípios que tinham levado à seleção daquela família, agora, em relação ao acompanhamento propriamente dito da medida, pouco era feito. Daí muitas vezes os acolhimentos se eternizarem porque também não havia intervenção com a família de origem.

D: 37 - 37 (0)

Da mesma maneira, É crucial que estejam bem identificados os responsáveis pelo acompanhamento da medida do acolhimento familiar que estejam definidos os seus objetivos, o que é que se pretende com esta medida de acolhimento familiar, através de um projeto de promoção e proteção, através de um plano de intervenção para todos os intervenientes e que haja efetivamente articulação entre todos os intervenientes no âmbito da medida. A equipa que acompanha a família de acolhimento que estará sempre disponível para apoiar, para orientar relativamente às tarefas e às funções que lhe cabem no âmbito da intervenção que tem a ver não só com o cuidar mas outras atividades que lhe são pedidas, outra equipa que articula e que é responsável pela capacitação, pelo desenvolvimento, acompanhamento e preservação do vínculo da criança com a sua família de origem e sobre isto tudo o gestor do processo que vai recolher informação sobre a forma como está a correr e está a ser cumprido este plano de atividades, este projeto e plano de promoção e proteção e que informa o tribunal relativamentever+...

D: 37 - 37 (0)

Penso que é essencial que haja uma clara definição dos papéis de cada um dos intervenientes técnicos. De modo a que o acolhimento familiar desempenhe exatamente a sua função que é proporcionar, durante o tempo necessário para concretização do seu projeto de vida, um ambiente promotor do seu maior desenvolvimento, equilíbrio e bem-estar. O que exige a participação e mobilização de uma série de recursos para o efeito.

D: 37 - 37 (0)

A Madeira é uma região do nosso país que sempre teve acolhimento familiar e não decresceu quando houve a alteração da lei de 2008. Seria importante o nosso país ouvir com mais atenção zonas do país como a madeira que conseguiram manter estas famílias. Valia muito a pena olhar para o caso da madeira.

M: 25 - 25 (0)

de forma mais global gostaria que todos os intervenientes do sistema de promoção e proteção comunicassem e trabalhassem de uma forma mais fluente. Há a comissão nacional, há os centros de saúde, a enfermeira, o tribunal, mas depois quando vamos à prática, no território, percebemos que às vezes as pessoas não se conhecem, não falam. As comissões em cada uma das suas localidades funcionam bem, mas a questão do sistema, todo ele com os tribunais, os centros de saúde, as escolas, com a polícia, acho que não está fluído, penso que ainda temos que melhorar muito na comunicação e na forma como trabalhamos. Agora também há os núcleos de proteção de crianças e jovens nos centros de saúde, como é que é possível que eu que trabalho nesta área não percebo bem o que é que eles fazem. Isto não era suposto acontecer

M: 40 - 40 (0)

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Ambiente inter-organizacional e trabalho em rede/ Lack of coord\Colaboração inter-organizacional

Eu diria que todos temos que jogar em paralelo. Porquê? As instituições estão muito dependentes da cooperação que têm com a Segurança Social e do ponto de vista da sustentabilidade financeira, é isto que está em causa, não é? Uma casa de acolhimento não tem autonomia financeira porque depende também em grande parte da cooperação com a Segurança Social e não tem autonomia para se reinventar. Portanto é normal que esteja à espera de qualquer coisa que venha do outro lado. Isso implica também e, nós temos estado a trabalhar com a Segurança Social sobre repensar este modelo de cooperação com as instituições porque a rigidez também não permite que as instituições se reinventem e isto exige flexibilidade, exige uma mudança de paradigma muito significativa a vários níveis e até ao nível da cooperação e, percebo que as instituições estejam à espera, penso que o importante seria até algum movimento para pressionar a Segurança Social no sentido deste mudança.

C: 16 - 16 (0)

As articulações são permanentes, a necessidade de juntarmos as peças é permanente. Nós não conseguimos, de outro modo. Precisamos de famílias de acolhimento, precisamos, mas tudo o resto também é preciso. Tem que ser em paralelo

C: 27 - 27 (0)

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa é uma entidade gestora e simultaneamente entidade de enquadramento. A segurança social é também entidade gestora, poderá ser de enquadramento ou não, é uma ação que a Segurança Social tomará, que está a enquadrar diretamente algumas famílias como instituição de enquadramento nos centros distritais, mas pode também fazê-lo através de IPSS's com quem celebra acordo de cooperação. A opção política será a segurança social a tomá-la se quer enquadrar diretamente as famílias ou quero fazê-lo através de instituições. A Santa Casa

D: 28 - 28 (0)

<i>Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Ambiente inter-organizacional e trabalho em rede/ Lack of coord\Colaboração inter-organizacional \Descentralização ISG</i>	Sobre a transição da criança de uma instituição para o acolhimento familiar. As instituições de enquadramento ou à Segurança Social que já deveria ter definido um plano de transição com metas e objetivos para que as próprias instituições possam decidir se querem requalificar, para que as instituições possam fazer, como aconteceu na Irlanda e noutros países, portanto uma reconversão de algumas instituições de algumas equipas técnicas para deixarem acolher a nível residencial e passarem a acompanhar famílias de acolhimento e se dedicarem ao acolhimento familiar. Isso deveria estar pensado deveria ser reconhecido das instituições para as próprias instituições, no seu plano de desenvolvimento desenharem ou perspetivarem essas questões e haver objetivos. Como é que nós podemos, nós instituições também podemos ajudar a segurança social a cumprir os objetivos que eles próprios também pretendem e os objetivos da lei. Não sabemos e várias instituições nos têm contactado a nível da operacionalização do trabalho técnico, mas também a nível desta visão mais macro e estratégica para a própria instituição, para se organizarem e planearem, organizarem os recursos humanos. Há um desconhecimento total. J: 23 - 23 (0) O novo decreto de lei e o despacho que o regulamenta depois: Está bom porque inclui a potencialidade de mais instituições de enquadramento, o que descentraliza da parte do instituto de segurança social, que pode delegar porque eu penso que um só instituto não consegue fazer tudo. Penso que neste caso faz sentido a descentralização, permite chegar mais longe de norte a sul, chegar às ilhas, nas ilhas sei que já lá está, na Madeira mas não se faz acolhimento familiar no algarve, nem se faz acolhimento familiar no Alentejo, só se faz praticamente em duas ou três regiões do país. Esta descentralização e poder preparar outros para serem instituições de enquadramento e que têm depois o seu leque de famílias é algo de bastante positivo e acho que resolve um dos problemas inerentes ao acolhimento familiar. L: 7 - 7 (0)
<i>Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Ambiente inter-organizacional e trabalho em rede/ Lack of coord\Colaboração inter-organizacional \clima - seg social fiscalizador</i>	Muito francamente fazendo uma comparação com a portaria familiar quando achar dispensável. Não estou muito esperançosa, acho que a portaria será um pouco mais do mesmo, a colocar um grande peso e responsabilidade das instituições, no trabalho que elas fazem e a reforçar o papel do Estado e da tutela apenas na perspetiva de fiscalizador. Infelizmente e lamentavelmente acho que é nessa posição que o nosso governo, que o Instituto de Segurança Social e as políticas sociais vão que é na perspetiva de que o Estado, a tutela é fiscalizadora. Fiscaliza as famílias de acolhimento, fiscaliza as instituições e não parte da equipa, parte orientadora até, e aqui com grande peso J: 10 - 10 (0)
<i>Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Ambiente inter-organizacional e trabalho em rede/ Lack of coord\Cooperação Seg-social e IPSS</i>	Antes de se falar no sistema de acolhimento familiar em Portugal temos que pensar nestas dimensões todas, que envolvem estas áreas todas. Para além disto, há outras dimensões muito importantes, que são aquilo que no sistema de acolhimento familiar, na nossa legislação, já se chama o gestor de processo. Quem é o gestor do processo? Estamos a falar das entidades que decidem, das comissões de proteção, ou dos tribunais e das equipas multidisciplinares que apoiam o tribunal. E aqui, o que é acontece? As comissões de proteção nós sabemos que têm imensas fragilidades do ponto de vista dos recursos humanos que têm disponíveis e as EMATS também têm muitas fragilidades a este nível. Nenhuma destas entidades deveria executar atos materiais, o que a Lei de Promoção e Proteção nos diz que estas entidades são entidades gestoras, as EMAT reportam e passam informação ao tribunal que decide mas é a EMAT que tem de recolher informação e gerir o que está a acontecer nos processos que têm responsabilidade mas não deveriam ter que acompanhar as famílias ou ter que acompanhar crianças a serviços de saúde ou não deveriam ter que fazer mas como não existem as tais equipas, quer nos CAFAP quer noutras respostas, depois então essas que executariam os atos materiais que são liberados nos projetos de promoção e proteção o que acontece é que as CPCJ quer as EMATS, vêm-se obrigadas a ter que o fazer e retira o quê? Por um lado, não é eficaz porque com o número de processos que têm não conseguem acompanhar, não é possível. Por outro lado, digamos a retira-lhes a neutralidade para olhar para o processo e para a situação com olhos de quem de facto está a ser centrado na criança no interesse da criança e não no interesse da sua família ou outros interesses. Esta é outra das fragilidades do nosso sistema de proteção. C: 5 - 5 (0) . Questões de prevenção, de capacitação familiar e as questões dos gestores do processo das entidades decisores que depois não conseguem ter apenas isto acabam por criar situações muito difíceis e depois centralizam (?) e faz com que as crianças estejam 10, 11 anos, às vezes a vida toda em casas de acolhimento. Basicamente, estas são ideias que me correm relativamente ao sistema de promoção e de proteção.

C: 5 - 5 (0)

Tem que haver um olhar compreensivo do gestor de processo, das casas,

O: 16 - 16 (0)

A mim assusta-me por ex. Vila Real. esta questão dos pontos de encontro familiar - a segurança social está preparada para os por no âmbito do acolhimento familiar, eu acho que há conflito de interesses. Se uma instituição de vila real que simultaneamente seleciona a família de acolhimento e acompanha a família de origem o que é que vai acontecer? Uma coisa é uma entidade pública do estado, outra coisa é uma Ipss que a democraticidade é opaca e depende da virtualidade das pessoas, o que é quase aleatório. Imagina x instituição com influência claramente religiosa, fica com acolhimento familiar e pontos de encontro familiar - um casal de médicos pessoas diferenciadas - e uma mãe com 4 classe - o presidente da Ipss, o padre - considera que está melhor no casal. Devem ser entidades diferentes, pelo menos em tese, há uma dialética e há uma tensão e, depois há o papel do estado, de como são as assessorias da segurança social, o gestor do processo, é também o que garante o interesse da criança, no fundo esta triangulação é mais efetiva que a cartelização. A misericórdia tem o estado por um lado, mesmo nos países mais liberais como por exemplo na Alemanha, um número muito significativo de respostas são do estado, em Portugal é que se tem a ideia que é o 3º sector que faz tudo. Na minha opinião, erradamente. Porque o acho que o estado nestas matérias tem uma responsabilidade direta, portanto acho muito bem que a misericórdia esteja diretamente, só tenho pena é que a segurança social não tenha.

O: 35 - 35 (0)

A segurança social está em plano inclinado. A Ação Social vai passar para as câmaras. No distrito de Lisboa passou para a misericórdia. Ou seja, custa-me dizer isto, eu comecei a trabalhar na segurança social em 1999. Já trabalhei na segurança social, na casa da pia, no governo, a minha camisola é os miúdos. A segurança social é uma estrutura macro que não resulta e, portanto, não há especialidade. As pessoas, todos os melhores que eu conheci da segurança social saíram, só ficaram aqueles que não conseguem sair. Nesta matéria que é uma matéria de especialidade, e eu tinha muita experiência de terreno, isto é uma matéria que todos os dias estou a estudar. Estamos sempre a querer aprender e temos que ter a mão na massa, não é só no abstrato. A segurança social não tem uma coisa nem outra. Portanto, não tem capacidade de regular porque não tem capacidade de conceptualizar. A Misericórdia tem aqui um papel porquê? com um laboratório colaborativo, como entidade do estado estamos a ser puxados para as atividades de regulação, estamos no acolhimento familiar, na integração comunitárias, com os migrantes, no acolhimento residencial. Estamos a assumir também esse papel nas várias dimensões, de co-regulação, em conjunto, isso pode ser uma vantagem porque o estado deixou de ter. Isto é uma crítica à segurança social. Aprendi todos os dias com a experiência, ninguém que está na segurança social, está há mais de 15 anos, e isso é um problema. Eu acho que este monopólio que existe das IPSS é um erro. Eu diria que 50 ou 60 por cento destas respostas deviam ser de respostas profissionais, ou de empresas sociais que em Portugal não há, mas respostas especializadas. São respostas de uma complexidade tão grande, não pode depender de Ipss, tem que se rumar a coisa de profissionalismo, de gestão profissional, como é evidente.

O: 37 - 37 (0)

A sustentabilidade passa por aqui mas tem questões a montante que precisa de uma vez por todas de organizações que possam oferecer um programa de acolhimento familiar, não é suficiente a resposta atual da Segurança Social, e sabemos que a Santa Casa tem um projeto que nos parece um bom projeto por assim dizer não é, um projeto que está a ser desenhado com solidez e até com o apoio da Academia mas nós não podemos sujeitar as nossas crianças à localização geográfica. Como assim se eu nascer em Portalegre não tenho o direito a crescer numa família precisa de uma instituição mas se ele nascer em Lisboa já posso crescer com uma família de acolhimento portanto há aqui tantos aspetos sensíveis no nosso sistema ainda que de facto nos deixem muitas angústias mas para já isso parece, termos avanços no terreno, de acordo com aquilo que tem vindo a ser as recomendações dos estudos nacionais como o seu vai ser as recomendações internacionais dos organismos internacionais que tratam estas matérias, de acordo com a legislação.

R: 1 - 1 (0)

Importância da segurança social tomar as rédeas.

R: 16 - 16 (0)

Segurança Social deveria ter um papel mais destacado, indiscutivelmente e não um papel secundário.

R: 16 - 16 (0)

A Segurança social resolveu avançar, está a formar famílias. Para já, pelo menos os programas de formação estão a avançar, mas não sabemos tudo o que está a ser feito.

R: 18 - 18 (0)

A segurança social aparentemente não há desinvestimento social pelo contrário, há aqui um retomar do trabalho que foi feito, mas agora de uma forma mais qualificada que era isso que nós precisávamos. Se vai ser através de todos os centros distritais ou não. Aparentemente não.

R: 18 - 18 (0)

Há um conjunto de um conjunto de fatores críticos que têm que ser tomados em consideração sob pena de depois as instituições serem acusadas de não atingirem os objetivos não estarem a enquadrar o número de crianças que está definido e aí lá está mais uma vez e falamos por experiência, A Segurança Social os centros distritais não se colocam como parceiros para encontrar soluções para colaborar para até fazerem críticas construtivas a perspetiva de evolução da resposta da melhoria, de facilitar a comunicação entre os vários intervenientes dos tribunais, a instituição de enquadramento etc.

J: 12 - 12 (0)

Depois, por exemplo a Segurança Social que neste domínio tem aqui uma responsabilidade e até um processo de comunicação mais facilitado. Poderia ser uma entidade colaboradora e não é, continua a ser fiscalizadora, vem perceber se temos os técnicos a cem por cento ou a percentagem do técnico ou gabinete a ou b, ainda muito focado nas questões mais burocráticas, de protocolo. Obviamente que estas questões têm que ser cumpridas, mas depois este papel colaborativo ainda é muito pouco visível

J: 12 - 12 (0)

eu penso que a Segurança Social, o Instituto de Segurança Social e os centros, claro que depois em colaboração com um nível mais distrital, mas deveriam elaborar estes documentos de suporte às decisões, à intervenção técnica, à intervenção familiar, até como recurso. Também sabemos que os recursos humanos às vezes não sabem mas por exemplo em estreita colaboração com as instituições de ensino superior os recursos humanos o conhecimento científico, têm a disponibilidade para construir estes materiais de suporte aos técnicos e que deveria existir aqui realmente um trabalho de apoio porque as universidades têm esses recursos e poderia ser contratualizado, estabelecido um protocolo entre as universidades e por exemplo o Instituto de Segurança Social e existir supervisão, existir um conjunto por exemplo com o conhecimento científico que tem todo um conjunto de recursos digamos, aliando a investigação à nossa ação, e assim conseguiríamos fazer um trabalho em prol da qualificação das respostas sociais. É necessário ser informado pela ciência, mas também pelo conhecimento técnico e experiência do terreno.

J: 22 - 22 (0)

O instituto da segurança social não consegue comportar dentro dela a capacidade de resposta suficientemente rápida ou de até um diálogo particularmente ativo com as instituições de enquadramento e portanto as famílias de acolhimento estão frequentemente desamparadas e isto é um facto que não se esconde e portanto assusta qualquer pessoa que esteja com alguma propensão a ser família de acolhimento, é fácil ficar assustada logo ao início com a complexidade do sistema, e sabendo que pode não necessariamente ter o apoio que necessita.

L: 2 - 2 (0)

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal/Ambiente inter-organizacional e trabalho em rede/ Lack of coord/Cooperação Seg-social e IPSS/Equipas de assessoria

A falta de capacidade técnica das equipas de assessoria. A tanga de que tem muitos processos é uma mentira pegada tem muitos processos porque não os trabalham. Porque se trabalhasse esses processos, tem a ver com competência técnica. Porque se nós tivemos técnicos com alta competência comprometidos, as coisas acontecem. É o que eu digo é fazer um *trade off* de em vez de muitos processos para menos com intervenção intensiva, veremos que com os mesmos temos resultados completamente diferentes. Portanto na sinalização precoce, começasse a intervir muito tarde, segundo monitoriza-se, aplica-se a medida de 6 meses e vai-se lá de 6 em 6 meses isto não é nada. As casas de acolhimento, a maior parte delas e quando digo isto já não se pode, hoje já existe tudo e já temos casas boa. Muito boas, não sei se temos muitas, mas boas temos.

O: 13 - 13 (0)

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Ambiente inter-organizacional e trabalho em rede/ Lack of coord\Acolhimento num sistema integrado o continuum de proteção

Acho que temos que perceber que seja a reinserção familiar, seja autonomia de vida, seja a adoção o trabalho tem que ser diferenciado, e nada impede que possa ser feito com qualidade pelas famílias de acolhimento. Acho que mesmo quando o objetivo é a reinserção familiar, a autonomia tem que ser trabalhada, o mesmo para adoção. É importante para todas as crianças, que a autonomia seja trabalhada de acordo com a sua idade e maturidade. Numa idade aprenda a fazer os laços dos cordões, como noutra idade aprender a cozinhar ou aprender a utilizar a internet para pagar uma conta.

T: 63 - 63 (0)

O objetivo final tem de ser o bem-estar e o superior interesse da criança. É para isso que temos que trabalhar, e tem que se perceber se esta família de origem tem competências ou não, a família alargada tem capacidade ou não. Em Portugal, a família de origem está no topo. Eu acho que tem de ser movido pelo que é melhor para esta criança. Fazerem-se em primeiro Lugar, fazer-se acompanhamento prévio com esta família, perceber se há necessidade da retirada ou não. Se houve acompanhamento, se há necessidade de retirar, faz sentido manter ou não, então depois manter esta criança em acolhimento familiar, preferencialmente e isto situações que por exemplo se forem grandes fratrias poderá não dar, se forem jovens adolescentes que não querem uma família de acolhimento, tudo bem também, ou então jovens que precisem de um acolhimento mais terapêutico, mais direcionado, aí o acolhimento residencial não deve ser um fim em si mesmo, mas um meio para atingir um fim, ou seja, é um tempo para a criança se organizar e depois volte-se a colocar em acolhimento familiar. Para haver um trabalho mais terapêutico.

B: 44 - 44 (0)

a família de acolhimento deverá ser a primeira opção. E deverá ser opção desejada. Mas também não é um fim em si mesmo para atingir um fim.

B: 45 - 45 (0)

As sessões informativas nós fazemos a distinção entre adoção, apadrinhamento civil e acolhimento familiar para que as pessoas se possam posicionar, de facto, se possam posicionar nestas três formas de enquadramento familiar porque são todas legítimas, nós tanto precisamos de famílias de acolhimento como precisamos de ter padrinhos civis e se o perfil for outro é importante que assim seja, para adoção inclusive.

C: 32 - 32 (0)

Nós não podemos resolver uma resposta sem resolver ver outras. Portanto não há. Nós temos um sistema no contexto português muito partimentadas, ou seja, as respostas não estão integradas e, portanto, é difícil mudar aquilo que é a eficácia e a eficiência do sistema quando nós estamos centrados numa resposta isoladamente. E, portanto, este vai ser o desafio se quiser dos próximos anos que é o de integrar verdadeiramente e pensar num sistema num contínuo. Portanto aquilo que são as respostas, temos diferentes respostas que de alguma forma cumprem diferentes funções relativamente às necessidades das crianças. Elas são integradas porque nós não vamos substituir não vamos deixar de ter acolhimento residencial porque o acolhimento familiar é premente, obviamente. Temos que o reconfigurar e, portanto, esse é um exercício que também tem que ser feito paralelamente e, portanto, eu diria que sim, são os desafios com os quais nos vamos confrontar nos próximos anos.

I: 4 - 4 (0)

Eu vejo imensas potencialidades no acolhimento familiar e para ter todo o seu potencial e valor tem que conseguir coadjuvado* com um conjunto de outras intervenções para que ele tenha todos os seus benefícios. Quando efetivamente, existe necessidade de acolhimento obrigatoriamente, o acolhimento familiar vem a meu ver ser uma medida que tem que ser privilegiada.

N: 11 - 11 (0)

É importante logo que a criança entre numa família de acolhimento o projeto de vida tem que ser visado, não pode ser parado, não se pode pensar que serve apenas retirar a criança do perigo mais imediato e que está garantida a sua segurança.

O: 33 - 33 (0)

Portanto este caminho de transição. É necessário garantir a qualidade das instituições e a qualidade das casas de acolhimento. dos profissionais e corpos técnicos e equipas dos profissionais

J: 9 - 9 (0)

*Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Ambiente inter-organizacional e trabalho em rede/ Lack of coord\Acolhimento num sistema integrado o continuum de proteção
Reorganização - Respostas Integradas*

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Ambiente inter-organizacional e trabalho em rede/ Lack of coord\Acolhimento num sistema integrado o continuum de proteção \Reorganização - Respostas Integradas\até porque Carácter transitório AF vs Permanência e Tipologias

Se pudesse estabelecer metas para 5 anos o que diria: cinco anos parece-me uma boa meta, em termos de meta, uma faixa suficientemente longa para podermos perspetivar, como meta diria que daqui por cinco anos, todos os distritos deviam estar preparados e ter uma instituição de enquadramento para responder às necessidades do distrito com uma instituição de enquadramento capaz recrutar, selecionar e acompanhar as famílias, é necessário também definir uma percentagem de número de crianças que pretendemos desinstitucionalizar. Essa percentagem tem que ser clara no sentido de que não se perca, se não conseguirmos resposta aquando da retirada em termos do projeto de vida que seja esquecido. Eu poria neste momento para cinco anos aumentar dos 2/3% que temos agora, se conseguirmos caminha para 20% das crianças em acolhimento familiar, a cinco anos já é bastante positivo. Para que possamos, principalmente crianças até aos seis anos, possamos beneficiar do contexto familiar e depois de facto também revermos aqui o número de vagas no acolhimento residencial que em alguns distritos, não em todos, existem um número excessivo, falo em particular no distrito de Braga, nós temos cerca de 500 vagas em instituições e não corresponde à necessidade do próprio sistema de proteção e aumentar claramente o números de famílias de acolhimento a nível nacional.

J: 46 - 46 (0)

Nesta fase parece-me útil não estar tipificado, precisamente para garantir que podemos abrir o leque porque neste momento nós vamos conseguir identificar as necessidades que há um ano atrás não identificávamos, por exemplo a questão da temporalidade, por alguma razão, não podemos ter medo de falar de acolhimentos de longa duração.

C: 47 - 47 (0)

Há muito medo de falar sobre isto, "é temporário, é só temporário," mas para algumas situações pode ser mais prolongado. Não faz mal, se corresponder ao interesse da criança, se corresponder à incapacidade do sistema de trabalhar a família de origem e por isso é que se prolonga, isso já é outra coisa. Agora se corresponder ao interesse da criança, não há nenhum problema, é para ela e para a família, e há famílias que estão mais disponíveis para este acolhimento mais prolongado. Não quer dizer que se perspetivam como pais, que queiram ser pais daquela criança, mas perspetivam-se como garantir a continuidade da resposta que querem dar a uma criança e ajudar. O problema é quando este prolongamento acontece por incapacidade do sistema. Nós temos acolhimento de emergência, curiosamente, todas as nossas famílias estão disponíveis para acolher em emergência. Mas para já é o que temos. Vamos aproveitar. o Acolhimento standard, será um acolhimento de média duração, vamos pensar assim, será assim é para isso que a resposta foi criada, não há problema nenhum. Mas mesmo nesta situação podemos pensar que daqui a uns anos vamos ter tipos de acolhimento

C: 47 - 47 (0)

A criação de uma bolsa diversa implica necessariamente também formação foi a fase em que a mesma idade iniciava assim e cada vez mais uma formação contínua que começa na especialização. Na prática eu acho que isso vai acontecer, da pluralidade de respostas que tem em conta as diferentes características das crianças e das famílias. O CES comentou a alteração na lei e eu não acompanho a crítica que fizeram que era não haver a tipologia de famílias de acolhimento de emergência, fui X de uma casa de acolhimento de emergência e é maltrato mínimo garantido. Não acho correto uma criança estar numa e passado duas semanas estar noutra família, a criança não tem de passar por isto. Portanto o que é que nós temos é ter muitas famílias disponíveis. Eu posso dizer nós temos 58 crianças, 10 já se sabem, 48 estão ativamente, cerca de 30/40 foram acolhimentos de emergência. Imaginem ligamos hoje às 2 da tarde. toda a gente se mobilizou, a equipa, as famílias. As nossas famílias acolhem de emergência. Eu sou contra a criação dessa tipologia, com base na experiência que tive na casa de acolhimento.

O: 45 - 45 (0)

O acolhimento de longa duração é uma inevitabilidade como há no acolhimento residencial, eu acho que na lei está bem, na lei prevê essas possibilidades. Acho é que se a lei diz há acolhimento de longa duração, já estamos a perverter as coisas.

Primeiro é, se pode voltar para a família, volta para a família.

O: 46 - 46 (0)

A questão é que nós queremos com o acolhimento familiar seja uma medida temporária isto é um retorno da criança à família de origem. Mas se calhar o que fazia sentido era nós pensarmos aqui numa tipologia diversificada de acolhimento familiar. Sou muito defensora disso e sou defensora de casos registados da profissionalização

para determinadas situações, não para todas, mas como esta questão de crianças com deficiência porque exige muito da família.

R: 6 - 6 (0)

É uma questão para a qual não tenho resposta, tenho expectativas. A questão que tanto nos preocupa, de que o tempo de permanência possa tornar insustentável o sistema, vamos precisar de cada vez mais famílias. Tenho a expectativa, de que se tudo correr bem- as tais questões da organização, da forma com o sistema funciona para este objetivo, possa introduzir aqui uma diferença e que contrariamente ao que se passa no acolhimento residencial em que os tempos de permanência são muito grandes, possa haver no acolhimento familiar ser efetivamente temporário e assegurar aqui a "libertação" de famílias que vão acolher diversas crianças.

D: 39 - 39 (0)

Uma desvantagem do acolhimento é estar sujeito a uma interrupção, de ser uma resposta de cariz mais temporário. Um acolhimento familiar pode demorar dias meses, anos, mas tem que conter em si alguma incerteza quanto ao tempo de duração isso pode ser negativo no sentido de não garantir o sentido de estabilidade que a criança necessita.

E: 4 - 4 (0)

Podemos interpretar de duas maneiras, acentuando a sua permanência ou tendo ou não tendo o carácter transitório. Uma formulação que de facto devia ser clarificada no meu ponto de vista

E: 6 - 6 (0)

Speaker 2 Sim, é uma das coisas que eu tenho defendido ao longo destes últimos anos até porque não é propriamente original, todos os países têm essas modalidades. Nomeadamente Espanha, tem acolhimento simples e acolhimento permanente ou prolongado e vai ser uma necessidade. Tive pena que quando houve esta alteração da lei de proteção que não se tivesse aproveitado para introduzir algumas modalidades, alguns tipos de acolhimento familiar. É absolutamente essencial caminhar no sentido da especialização no sistema de acolhimento, ou seja, deixar de basear a resposta de acolhimento num único tipo único tipo de acolhimento. É diferente acolher um bebé por três meses, de acolher um adolescente que vai ficar até a maioridade ficar até aos 21 ou 25. É diferente acolher uma criança com 5 anos de uma criança com problemáticas específicas, às vezes, até, de saúde ou comportamento. Tudo isso implica que respostas especializadas. É evidente que elas demoram a construir, a lei de proteção tinha essa figura na versão anterior que era as famílias de acolhimento profissionalizadas que deixou de existir na lei, esse é um caminho que alguns países têm seguido, outros não mas de qualquer forma isso não choca, sendo ou não profissionalizada, haver modalidades de acolhimento específicas dirigidas e construídas de acordo com o perfil da criança acolhida, isso parece-me essencial. Nomeadamente o acolhimento prolongado que é obviamente necessário e que na prática é o que acontece, na prática a maior parte dos acolhimentos são prolongados, às vezes até à maioridade, até à transição para a independência por isso era absolutamente essencial.

E: 15 - 15 (0)

O caso da duração do acolhimento é uma incógnita logo de início porque está dependente de uma série de fatores. O sistema está baseado no haver uma reconstrução da família de origem e, portanto, a duração do acolhimento está baseada no como esse outro trabalho paralelo está a ocorrer ou a não ocorrer. Portanto se é uma situação que teve uma solução e houve uma capacitação ativa da família biológica ou de alguém da família biológica, em meio natural de vida criar e educar a criança o acolhimento cessa.

L: 25 - 25 (0)

O que eu entendo é que as medidas de promoção e proteção não preveem um acolhimento familiar de longa duração.

M: 1 - 1 (0)

Tem que existir a possibilidade haver um enquadramento legal de um acolhimento em contexto familiar de longa duração, Os acolhimento familiares foram e têm sido tendencialmente longos. A medida é prorrogada continuamente. O que se tem vindo a defender e com este novo enquadramento legal é que isto não aconteça e de factos os últimos acolhimentos familiares no âmbito desta nova legislação têm ido muito mais ao encontro do que está preconizado pela lei, portanto crianças pequenas, têm sido acolhimentos de curta duração, um número significativo é encaminhado para a adoção porque já entram com essa perspetiva. Tem que se definir uma alternativa para o acolhimento familiar em longa duração. - o exemplo do apadrinhamento civil

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Ambiente inter-organizacional e trabalho em rede/ Lack of coord\Acolhimento num sistema integrado o continuum de proteção \Reorganização - Respostas Integradas\o alargamento desta resposta a todas as faixas etárias

M: 5 - 5 (0)

Depois, o alargamento em todas as faixas etárias. Nós neste momento temos um acolhimento familiar centrado nas crianças com menos de 6 anos, muito centrado na primeira infância. Será também mais fácil a sua adesão, mas já temos alguns acolhimentos para pré-adolescentes e adolescentes, muito já na lógica da promoção de autonomia. Tenho esta convicção que para a autonomia de vida o melhor enquadramento de ponto de partida é uma família, da qual nos queremos autonomizar, mas ao mesmo tempo constitui aqui um trampolim e amortecedor. Teríamos estas duas respostas, uma família de acolhimento associada e aqui também uma intervenção já especializada na promoção da autonomia de vida, associada ao acolhimento residencial da medida de apartamentos de autonomia.

D: 44 - 44 (0)

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Ambiente inter-organizacional e trabalho em rede/ Lack of coord\Acolhimento num sistema integrado o continuum de proteção \Reorganização - Respostas Integradas\A possibilidade de família alargada se constituir como FA

Isto é mesmo um sonho - Eu espero que eventualmente voltemos a antes de 2008 em que famílias alargadas possam ser famílias de acolhimento. Porque é uma realidade em tanto todos os países, porque é que nós não temos. Independentemente de termos as *guardianships* ou como quiserem chamar na família alargada, acho que não se pode colocar o ónus só na família só porque é a família alargada.

B: 54 - 54 (0)

Estamos a falar de famílias - Qual o perfil de crianças retiradas, de meios privilegiados? algumas, não vou dizer que não mas estamos a falar de famílias que estão em bairros mais problemáticos, se calhar famílias numerosas e temos que salvar. Eu Acho que há algum acompanhamento e alguma compensação a nível de financeira. Porém se calhar são famílias que precisam de formação, de um acompanhamento mais próximos, são famílias que precisam de outros tipos de cuidados. Agora não estou a dizer que tem que ser a mesma prestação de uma família de acolhimento sem laços de parentesco, mas acho que sim, porque é que não há de ter a definição de família de acolhimento com laços de parentesco. Lá está, nós temos um Estado social que "se coloca a família resolve" ou é muito assistencialista ou a família resolve.

B: 56 - 56 (0)

Não posso deixar de referir sobre a questão da sustentabilidade e sobre a questão também de termos sucesso na implementação e retomarmos esta questão que eu sou defensora das famílias de acolhimento alargada enfim famílias com laços de sangue poderem acolher porque senão nós queremos equiparar-nos a outros países porque muitas vezes é isso que discutimos não é até porque nós estamos enquadrados na União Europeia e temos aqui um conjunto de organismos e de recomendações que são transversais e queremos andar alinhados mas não podemos excluir as famílias com laços de sangue como estamos a fazer porque se depois nós queremos comparar por exemplo números é uma tendência muito grande e quanto mais não seja porque vamos fazer relatórios nacionais às realidades como é que vamos fazer se nós depois temos aqui critérios diferentes. Estas famílias com laços de sangue acolhem as suas crianças, mas não têm o devido acompanhamento. É uma diferença muito grande entre aquilo que nós temos a exigir uma família de acolhimento e aquilo que estamos a exigir a uma família alargada. Não é uma família de acolhimento. A diferença é muito grande. Supostamente o desempenho deveria ser o mesmo não podemos assumir que uma família só pq é familiar que vai ter mais competências para acompanhar a criança do que uma outra família que não tem laço nenhum que é um desconhecido não é porque até tem investimento nestas famílias tal como as outras. Acho que devíamos nivelar tudo.

R: 13 - 13 (0)

Pode se questionar algumas das soluções do legislador, nomeadamente continuar a vedar o acolhimento familiar aos familiares da criança.

G: 1 - 1 (0)

Um aspeto que o nosso legislador não seguiu e quanto a mim mal, é de facto ter vedado o acolhimento familiar a familiares da criança. Surgiu em 2008 essa alteração legislativa, em 2008 isso significou um decréscimo no ponto de vista do número de famílias de acolhimento em Portugal. E o certo é que em termos de cultura familiar, faria todo o sentido, e ajudaria a implementar devidamente esta medida. Poderíamos dizer que já há uma medida que é a medida de apoio junto de outro familiar, existe efetivamente não é a mesma situação. Se é certo que com a última alteração

legislativa aos sistemas de apoio às medidas em meio natural de vida, hoje o familiar acolhedor já tem algumas vantagens em termos económicos que anteriormente não tinha mas há uma questão que continua a não estar resolvida que é o prazo dessa medida, o apoio junto de outro familiar não pode ir para além dos 18 meses e o acolhimento familiar não tem essa limitação. Continuar a fazer sentido, não se alterando o prazo da duração em medida de apoio junto de outro familiar, o abrir a medida de acolhimento familiar aos familiares da criança.

G: 16 - 16 (0)

O acolhimento familiar por família alargada é efetivamente uma forma de dar uma grande expressão à medida e aí eu penso que seria possível, quando se contacta com uma situação de uma criança, há um casal de tios que têm condições e entrar em contacto em imediato com o casal de tios e compreender se eles estão dispostas a fazer todo o trabalho de preparação, tudo o que está regulamentado neste momento para as famílias de acolhimento. Eu sei e aliás vejo por experiência que nem sempre as relações com as famílias de origem nuclear são fáceis mas isso acontece também na medida de apoio junto de outros familiares e portanto é algo que se tenta resolver e na generalidade é possível resolvê-los, não é por isso que se deixa de aplicar a medida.

G: 18 - 18 (0)

Por outro lado, o que acontece é quando se trata da criança ser entregue a um familiar no meio de uma medida de apoio junto de outro familiar existem muitos casos uma situação de perpetuação dessa solução por via da regulação do exercício das responsabilidades parentais a favor do familiar. Uma das formas da cessação do processo de promoção proteção portanto arquivamento do processo porque a criança já não está em perigo é a criança ser colocada no âmbito de uma medida de apoio junto de outros familiares, junto de uma avó, junto do tio e depois verificando-se que essa solução deve continuar no futuro regular o seu exercício das responsabilidades parentais com o acordo os pais ou mesmo não havendo acordo, com decisão judicial, a favor da tia, do avô ou da avó que acolheram a criança no âmbito da medida de apoio junto de outro familiar. E assim a criança cresce até aos 18 anos digamos assim com esse familiar. Qual é o problema? O problema é que nós já temos muitos processos de situações em que os avós os tios já estão a acolher outras crianças dos meus pais ou então tem como é óbvio os filhos próprios de quem cuidam. Isso leva muitas vezes estes familiares a dizerem que já não conseguem, que não podem. o facto de os se familiares poderem constituir como uma família de acolhimento teria vantagens por um lado a nível económico, porque quer se queira quer não é um fator de decisão. Por outro lado, têm outros tipos de apoios, subsídios, apoio das instituições de enquadramento que no âmbito de uma medida de apoio junto de outro familiar não tem. E isso penso que seria benéfico para as crianças terem a possibilidade de que os seus familiares pudessem constituir como família de acolhimento. Acho que seria importante e seria a forma de potenciar o aumento do número de famílias de acolhimento porque de outro modo eu tenho dificuldades em acreditar que em todos os distritos de Portugal, com uma distribuição geográfica equitativa e justa que o número aumento de tal modo que o acolhimento familiar seja de facto uma solução viável para as comissões de proteção e para os tribunais em todos os sítios do país. Espero que sim, mas tenho dúvidas. Acho que foi uma oportunidade perdida de arranjar uma solução que seria em muitos casos benéfica para as crianças e por simplesmente não vejo, ao contrário do caso que acontece na adoção que percebe-se que se queira evitar que as famílias de acolhimento sejam famílias de acolhimento para que mais tarde venham adotar as crianças, percebo a preocupação do legislador. No caso dos familiares se constituírem como famílias de acolhimento, tenho mais dúvidas em perceber qual é a razão de ser da lei. Porque é que ficou assim? As únicas explicações que eu encontro são más, a ideia de poupar dinheiro, de não dar aos familiares os mesmos apoios económicos e os mesmos apoios sociais que as famílias de acolhimento têm e terão, o que não é uma boa razão para se fazer essa proibição.

P: 15 - 15 (0)

Não sei qual foi a razão da alteração legislativa porque não está explicada não está explicada nenhuma exposição de motivos ou em algum trabalho preparatório e contraria digamos assim a posição que a doutrina tem assumido. Não sei não sei se a ideia irei mas isso também não é argumento, digamos assim a ideia de que a criança deve sair do mau ambiente que tinha em casa dos pais por exemplo a que os familiares estão associados de alguma forma porque normalmente muitas vezes vivem na mesma comunidade isso também seria um argumento quanto à aplicação da medida de apoio junto de outro familiar.

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Ambiente inter-organizacional e trabalho em rede/ Lack of coord\Acolhimento num sistema integrado o continuum de proteção \Reorganização - Respostas Integradas\ambiguidade Possibilidade de AF adotarem

P: 17 - 17 (0)

m Inglaterra e noutros países anglo-saxónicas esta opção é o *kinship care*, outra forma de *foster care*, digamos assim e englobada no âmbito do *foster care*. A ideia cá em Portugal ser essa, incluir o acolhimento junto de outro familiar no âmbito do acolhimento familiar e providenciar aos familiares que conhecem as crianças todos os apoios que as famílias de acolhimento têm. Portanto tenho dificuldades em perceber, não consigo encontrar uma justificação

P: 18 - 18 (0)

Depois, embora perceba que o ser família de acolhimento não deve ser um *shortcut* para adoção, acho que o estar a exigir, o não aplicar a lei como ela está feita, a lei diz que no melhor interesse da criança, se a criança estiver bem com a família de acolhimento e por acaso for para adoção se a família estiver interessada poderia adotar e, portanto, não existe essa barreira. No entanto, a interpretação da segurança social não é esta e, portanto, a ideia é mais uma vez não centrada na criança mas centrada nos adultos, já ouvi o argumento estas famílias não podem adotar porque seria uma injustiça para as famílias que estão na fila da adoção, e portanto prejudicariam as famílias de adoção, outros dizem a criança não pode ficar com esta família que tão bem lá está porque investimos na formação desta família e depois já não temos família para acolher outras crianças. Mais uma vez são os interesses dos adultos que estão aqui em causa e não o interesse das crianças. Isto para mim, afasta algumas famílias. Acredito que as famílias saibam todas quando vão para famílias de acolhimento que não é o objetivo adotarem, mas também acho que as afastará se houver essa possibilidade e sejam postas de lado. Não é o objetivo principal, mas acho que é um erro de interpretação da lei, não é da lei, é da interpretação que está a ser feita da lei.

T: 48 - 48 (0)

Nós sabemos que há contextos internacionais onde as famílias de acolhimento podem adotar e no nosso contexto nós sabemos que para ser família de acolhimento não podemos ser candidatos a adoção. Eu percebo o racional subjacente, esta ideia de não criar uma autoestrada para a adoção, mas também não podemos impedir por outro lado crianças que estão em acolhimento familiar prolongado há muitos anos não possam ser adotadas pelas famílias de acolhimento. Acho que este é um grande desafio.

I: 45 - 45 (0)

Apesar da lei não querer que estas famílias de acolhimento venham a ser famílias adotivas, não é irrazoável pensar que está aberto o caminho legislativo, minutos 29- porta aberta para fazer coincidir os afetos mútuos, não há obstáculo legal para que depois a criança se possa inscrever e possa adotar mais tarde a criança. - Definição do que é acolhimento familiar- meio para retirar a criança do perigo em que está. Há muito caminho a fazer, mas o principal caminho é acreditar nesta medida, ter um sistema de captação de famílias de acolhimento que o Estado saiba de facto explicar às pessoas o que é família de acolhimento para que as pessoas possam inscrever-se para fazermos a formação e a seleção o mais perfeitamente possível

O: 8 - 8 (0)

Não deixando aqui abrir o caminho, a possibilidade de que é legal estas famílias de acolhimento, mais tarde, sem intuito adotivo apriorístico mais tarde candidatando-se a adotar, é um caminho que não podemos fechar muito embora tendem a dizer que a família de acolhimento seria sempre um meio, uma figura de transição para outro projeto de vida, eu penso que este é um caminho a explorar.

O: 30 - 30 (0)

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Ambiente inter-organizacional e trabalho em rede/ Lack of coord\Acolhimento num sistema integrado o continuum de proteção \Diferenciação das necessidades da criança para o tipo de acolhimento

Em Portugal não parece haver diferenciação entre o perfil de crianças que estão em acolhimento residencial e acolhimento familiar, como é que não há diferenciação?

Crianças com problemas mais complexos vão para acolhimento residencial – isto acontece em todos os outros países. Crianças com problemas menos complexos vão para acolhimento familiar.

B: 26 - 26 (0)

Em Portugal é quase como a lotaria, calhou a sorte de nascer-se em Braga e ir para a Mundos de Vida ou neste caso em Lisboa. Nos outros países não, crianças com

	problemas mais complexos vão para o acolhimento residencial, as outras vão para acolhimento familiar. B: 26 - 26 (0) A criação de uma bolsa diversa implica necessariamente também formação foi a fase em que a mesma idade iniciava assim e cada vez mais uma formação contínua que começa na especialização. Na prática eu acho que isso vai acontecer, da pluralidade de respostas que tem em conta as diferentes características das crianças e das famílias. O: 45 - 45 (0) Evidentemente que isso também exige uma resposta e desenvolvimento noutras áreas, noutras respostas, esta transparência para outras respostas mais adaptadas a essas situações e que serão respostas familiares permanentes e não são necessariamente a adoção e apenas a adoção. Outras respostas como as medidas para a autonomia e o apadrinhamento civil, uma resposta para situações de pluriparentalidade, chamaria até de parentalidade cooperativa, mas com uma projeção permanente e não para um curto período tempo. D: 41 - 41 (0) Faz falta, claramente, uma tipologia específica de famílias de acolhimento que tem haver com transição para a adoção - As famílias de acolhimento com vista à adoção que seriam não famílias de acolhimento como às outras mas famílias em si mesmo candidatas à adoção, existe no reino unido esta tipologia de famílias, <i>foster-to-adopt</i>, e que é uma família de acolhimento que se predispõe à acolher uma criança que quase de certeza terá projeto de adoção e portanto nesta medida é candidata à adoção e ao mesmo tempo tem esta disponibilidade e esta abertura para o acolhimento que poderá não ter como futuro a adoção mas se tiver. serão famílias que saem do sistema, que entram e poder sair com a adoção, acho que deveria ter aplicação. Como também a não-proibição de ser família de acolhimento quem é candidato à adoção. D: 42 - 42 (0) E pensando no bolo de acolhimento residencial, termos respostas especializadas, portanto, olharmos para a emergência, para autonomia, a intervenção terapêutica como respostas que vão de encontro às necessidades de um grupo específico, mas que existe e que não pode ser também negligenciado pelo próprio sistema I: 47 - 47 (0) Quando falamos de um sistema de promoção e proteção mais eficaz, a verdade é aquilo que é internacionalmente aceite é aquele que tem respostas mais diversas, portanto, uma das falhas apontadas à nossa lei é não considerar por exemplo, as famílias especializadas. As famílias especializadas, peritas em acolhimento especializado, para crianças com dificuldades. Há casas de acolhimento especializadas, mas ainda não há essas famílias especializadas. Porque não? Uma família em que a mãe ou o pai é psicólogo porque é que não pode constituir-se como família especializada para crianças com situações particulares. Se eu sou fisioterapeuta porque é que não posso acolher uma criança com deficiência física, não terei muito mais competência para acolher esta criança? Ou não está muito melhor acolhida até do que numa casa de T: 52 - 52 (0) Isto é, um sistema de proteção tão variado que consegue responder às diversas necessidades de diferentes crianças. Não nos podemos esquecer que haverá sempre a necessidade de ter casas de acolhimento, há jovens que simplesmente não querem ir para acolhimento familiar, se há possibilidade de voltarem à sua família não querem estar noutra família e, portanto, têm o direito, nós temos de ouvir a criança e o jovem e ter em conta a sua opinião. Como há jovens que têm que ir para casas de acolhimento especializado porque certamente em nenhuma família terão a ajuda que precisam, precisam realmente de uma entidade mais contentora para os poder acolher, como temos que ter famílias de diferentes tipos, por isso sem dúvida há necessidade de ter respostas diversas de acolhimento. T: 53 - 53 (0) Formação o mais universalizada possível, formação ao nível dos técnicos da segurança social, junto dos técnicos das entidades de enquadramento, junto dos técnicos das comissões de proteção que muitas vezes ainda olham com desconfiança para esta medida, não a aplicam muitas vezes, o "hábito faz o monge", e enquanto não têm muita experiência tendem a subalternizar esta alternativa, e a formação dos
<i>Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Ambiente inter-organizacional e trabalho em rede/ Lack of coord\Acolhimento num sistema integrado o continuum de proteção \Diferenciação das necessidades da criança para o tipo de acolh\Respostas especializadas</i>	
<i>Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Ambiente inter-organizacional e trabalho em rede/ Lack of coord\Acolhimento num sistema integrado o continuum de proteção \Diferenciação das necessidades da criança para o tipo de acolh\Respostas especializadas\Especialização das famílias de acolhimento e profissionalização</i>	
<i>Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Ambiente inter-organizacional e trabalho em rede/ Lack of coord\Acolhimento num sistema integrado o continuum de proteção \Diferenciação das necessidades da criança para o tipo de acolh\Respostas especializadas\Especialização CA</i>	
<i>Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Processos organizacionais, qualificação e formação</i>	

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Processos organizacionais, qualificação e formação\Qualificação das assessorias, CPCJS, Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Processos organizacionais, qualificação e formação\Qualificação das assessorias, CPCJS, \CAFAPS

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Processos organizacionais, qualificação e formação\Formação e qualificação geral e específica das equipas

juizes, de magistrados do ministério público. Nos casos em que o tribunal não poder aplicar a medida, por falta de medidas de acolhimento, será um caso em que é a exceção e o tribunal terá que explicar a razão de não ter aplicado a medida, esta é também uma forma de comprometer a própria magistratura, tem que explicar a razão do porquê de não ter sido. Do mesmo modo, uma criança tem que ser ouvida em tribunal, sempre que não for, o tribunal tem que explicar porquê. A definição e consequente aplicação do paradigma salvo as exceções e com justificação da não-aplicação ou audição da criança em tribunal. Foi um novo paradigma, a colocação do acolhimento familiar como regra.

O: 9 - 9 (0)

e não há uma intervenção na família, dois anos depois vão entrar outra vez. Isto serve pouco, se não se qualificar assessorias, as Cpcjs, se não houver Cafaps etc. etc.

O: 7 - 7 (0)

Uma família que precisa de ajuda hoje não pode esperar meses. Para além disso, os CAFAP estão muito padronizados em termos da intervenção, ou é um ponto de encontro familiar ou é a questão do conflito parental, "ou é, ou é" É tudo muito espartilhado, e estas famílias precisam de uma intervenção 360º não pode ser só naquela dimensão. Precisam de tudo o resto porque nós enquanto pessoas somos isso mesmo, precisa de um sentido mais abrangentes, e também esta flexibilidade de resposta que a Cafap pode dar é urgente, é aquilo que nós sentimos. Por exemplo, nós agora como sabe na Santa Casa tínhamos a responsabilidade com a cidade de Lisboa, assinamos um protocolo com a Segurança Social e neste momento temos os 8 concelhos. Só em Lisboa é que temos as tais equipas de apoio à família. Neste momento já temos dois núcleos, portanto em Vila Franca e na Amadora já temos equipas específicas que são nossas da Santa Casa e aqui temos alguns recursos, todos os outros concelhos estão a descoberto. Para nós, quando nós tínhamos uma criança cuja família reside daquele concelho, só podemos acolher quando garantimos que o gestor de processo, a comissão ou a EMAT, encontrou uma equipa ou um CAFAP que vai trabalhar aquela família de origem porque nós não temos capacidade para o fazer. A verdade é que temos, por enquanto, conseguimos, já temos apenas duas famílias acompanhadas por CAFAP fora de Lisboa, mas tem sido assim a pesca à linha, tem sido muito difícil.

C: 11 - 11 (0)

Acho que há uma pergunta que tem que ser feita ao Estado português que nós temos leis espetaculares e recursos exímios. e não é só o número, acho que temos até excesso de recursos. Acho que o número de pessoas que trabalham no sistema é excessivo é pouco qualificado. Porque o sistema custa muito dinheiro, com metade das pessoas, mas com qualificação e com um modelo fazia-se muito melhor. às vezes o mais é menos, acho que esse é o problema. Vai-se às CPCJ ninguém percebe nada do que está a fazer. Se eu fizer um teste aos diretores técnicos da casa de acolhimento sobre o decreto-lei que saiu há dois sobre o acolhimento residencial ninguém passava...Este é o problema, temos um Estado pouco exigente, não há supervisão e as pessoas apegam-se, é surreal eu quando gío às pessoas que eles têm que acompanhar recursos à medidas.

O: 21 - 21 (0)

A sustentabilidade técnica é que é decisiva porque eu retenho estas famílias se tiver boas equipas. Porque esta família que está a sofrer se não tem um suporte muito grande, e não é só afetivo, técnico, de consistência e segurança, desiste. Nós temos que preservar famílias. Eu digo, cada caso é um caso, mas nós temos famílias. Temos famílias que acabaram de acolher um e estão a acolher outro, impecável, mas há outras...e estas pessoas precisam de tempo para respirar. Portanto a sustentabilidade tem muito a ver com competência técnica, com gerar pensamento, e, portanto, eu digo, uma questão é a supervisão no sentido de prestação de serviços processual outra coisa é como é que lidamos com a contratransferência, como é que lidamos com as questões emocionais, como é que nós projetamos. Equipa - excesso de paternalismo, por exemplo.

O: 54 - 54 (0)

A formação tem que estar alinhada num eixo estratégica e em protocolos de intervenção, porque senão não serve de nada. Imagine a CPCJ está a fazer formação, se é a Cpcj a fazer formação a eles próprios não serve de nada. A formação tem que estar assente em protocolos científicos por isso é que nós no prochilid, um consórcio de investigação aplicada que tem universidade, nós, para desenvolver protocolos que queremos validar cientificamente que são atualizados. o que nós queremos é disseminar isto e que o estado português assuma esses protocolos como documentos enquadreadores de intervenção, responsabilizando os técnicos. Se eu for a um hospital,

levo uma anestesia antes de me cortarem a perna, se me cortarem a perna sem anestesia, você processou o hospital. Ora aqui é a mesma coisa.

O: 57 - 57 (0)

Os técnicos têm uma grande responsabilidade, têm a vida destas crianças nas mãos, nas CPCJ, nas casas, não têm, e às vezes uma má decisão destrói a vida desta criança para sempre. As pessoas têm que responsabilizadas e também acho que devem ser melhor pagas, também acho que há um conjunto de outras coisas. mas não podemos ser auxiliares como cuidadores, temos que ter pessoas com formação que tenham capacidade de compreender. É fazer aqui um *trade off* da quantidade para a qualidade e com uma urgência muito grande e, acho que o Estado como regulador tem que impor isso, não tem que ter medo. As pessoas não podem fazer o que querem, depois temos pessoas de qualidade à frente que fazem muito bem e outras que fazem muito mal.

O: 58 - 58 (0)

E para isso precisamos de acionar estes recursos, as instituições, os profissionais do sistema de proteção porque vamos continuar a ouvir que também terá tido esta experiência mas eu continuo a ouvir os discursos das equipas da CPCJ por exemplo muitos dos profissionais com muitas reservas de acolhimento familiar enquanto estas pessoas não tiverem formação todas elas, elas vão continuar a ter medos. A informação que vai tranquilizar as pessoas e depois as experiências positivas. Nós vamos ouvindo um conjunto de angústias de preocupações sobre o acolhimento familiar e depois eu pergunto conhece alguma experiência assim? não

R: 7 - 7 (0)

Parece-me muito importante que possamos atuar junto não só junto das famílias. Só vincar a importância de termos uma abordagem mais transversal, lógica comunitária, nomeadamente sobre os profissionais do sistema de proteção, formar e formar, informar, garantir isto. Aquilo que está ao controlo do estado que o estado pudesse avançar de imediato, porque controlar as famílias é mais difícil e muito mais desafiante então se queremos investir nessa parte desafiante temos que garantir pelo menos a base que está investida

R: 37 - 37 (0)

Não é por estarem lá profissionais que eles são competentes. Eles têm que ser capacitados.

R: 40 - 40 (0)

Todos tem que se chegar à formação dos técnicos e do corpo técnico e mesmo novos profissionais e, portanto, todos estarem envolvidos nesta reconversão. É isso que se pretende

R: 41 - 41 (0)

O que realmente a nossa experiência nos diz é que ainda fica ao critério e à sensibilidade de cada profissional.

J: 24 - 24 (0)

Eu diria que se fizemos um esforço significativo e que se traduziu na prática por várias razões não só não só não é necessariamente um esforço governamental estruturado e planeado, mas uma série de circunstâncias que resultaram na maior qualificação dos profissionais em acolhimento residência. Ou seja, a verdade é que com o plano DOM com o plano SER+ houve um conjunto de práticas que transformaram de alguma forma o acolhimento capacitando os técnicos e permitindo que estas equipas sejam também alvo de supervisão permitindo que novos profissionais integrem as equipas e que estejam estas equipas mais capacitadas. E depois eu recorro que no período de crise económica não é do desemprego. Nós tínhamos profissionais qualificados a desempenhar funções de educadores psicólogos e assistentes sociais que tinham formação já não estávamos na linha dos educadores que já tinha 50 anos e que estão no acolhimento desde sempre e com uma escolaridade baixa. Portanto temos de facto pessoas capacitadas, com formação. Isso nos traz outro problema não é que é a ideia de que estes profissionais que agora são mais qualificados provavelmente também ficarão menos satisfeitos por estarem a desempenhar estas funções com as condições de trabalho que existem. Portanto o que acontece é que depois a rotatividade, a saída e entrada de profissionais no sistema também é uma realidade e, portanto, a ideia da estabilidade das funções também fica prejudicada pelas condições de trabalho e as dificuldades que estes profissionais têm de ter uma carreira estável e com condições. Mas diria que a dimensão da formação e da ideia de os técnicos serem supervisionados terem acesso à formação específica também nos últimos anos surgiram cada vez mais ofertas formativas específicas nesta

área. Portanto já não temos psicólogos clínicos a trabalhar nesta área sem formação específica, ou melhor temos, mas temos formações adicionais pós-graduações mestrados quer formação específica nesta área e portanto também termos mais profissionais psicólogos e de outras áreas capacitados a trabalhar especificamente nesta área. Acho que isso também é um fator que eu acho que é importante salientar

I: 8 - 8 (0)

Nas EMATS apesar de tudo as equipas eram relativamente especializadas, até pela estabilidade da sua posição. Tipicamente as equipas das EMATs são equipas constituídas por profissionais da segurança social e portanto a estabilidade destes profissionais dá-lhes um nível de especialização dá-lhes um nível completamente diferente de profissionais nas comissões ou seja quando nós falamos CPCJ falamos num trabalho que é muito desempenhado por pessoas que são representantes de e é esta dimensão que eu acho que deveria naturalmente ser repensada do ponto de vista dos recursos humanos. Neste nível específico do sistema que é esta ideia de que nós não podemos não devíamos fazer depender a proteção das crianças da disponibilidade ou boa vontade dos profissionais, mas sim da sua capacidade de formação ou seja de uma forma muito simples. A realidade que nós conhecíamos era de que as comissões funcionam como representantes da Câmara Municipal, da Saúde, da Educação, etc, como voluntários portanto pessoas que de alguma forma estavam ligadas às questões da proteção e queria continuar a desempenhar aquelas funções e portanto nem sempre os serviços colocam o profissional na comissão que está mais habilitado para aquela função, colocam necessariamente muitas vezes em função do seu próprio serviço. Como é que eu fazendo a gestão dos profissionais qual é que posso dispensar ou não e não qual é a diferença no contexto da comissão, e, portanto, esta ideia de que nós podemos não ter um sistema no contexto das comissões propriamente com profissionais especializados e estáveis. Ou seja, esta perspetiva que de repente é substituído por um novo representante e passamos a vida a mudar de profissionais. É uma área que eu acho que precisa claramente de ser melhorada.

I: 16 - 16 (0)

Houve também melhorias ali em 2007/2008 oito assim houve ali um investimento de esforços técnicos. Houve um investimento de profissionais no contexto das comissões a tempo inteiro e depois mais tarde já em 2011/12. Houve um esforço reforçar as equipas através da Segurança Social. Depois teve um efeito perverso que foi a segurança também precisava destes profissionais e, portanto, eles passaram para as EMATS em vez de estarem nas comissões e voltamos a ter um problema. De forma muito simples. A profissionalização dos profissionais da CPCJ, eles têm obviamente formação de base- não podem estar na comissão se não tiverem o ponto é que muitas vezes não estão na comissão porque têm um melhor para estar mas sim porque são representantes de outras entidades e estiveram durante muitos anos a trabalhar em áreas completamente distintas e portanto é muito complexo porque acho que nós temos diferentes níveis quando falamos de profissionais qualificados, falamos da formação de base e depois do treino de competências específicas nestas áreas e que todos eles beneficiam.

I: 16 - 16 (0)

Penso que tem haver com o treino que é dado, porque quem da parte da segurança social nos vai seguindo, não são pessoas que estão particularmente treinadas para o acolhimento familiar. São pessoas que estão habituadas a avaliar situações de risco, que vão às casas avaliar, se está seguro ou não está e que também é para o fazer, mas é uma situação diferente, é uma medida de promoção. Já tantas vezes que as reuniões começaram com o técnico a contar relatos de situações horríveis de que tinha vindo...não é o diálogo que quero ter.

L: 5 - 5 (0)

Speaker 1 No caso Espanhol, parte do equivalente à segurança social em que certas divisões são completamente alocadas ao acolhimento familiar e, portanto, tem um grupo de pessoas que é isso que fazem, que é a isso que se dedicam e isso parece-me extremamente necessário. Eu se calhar comecei a ser muito crítica, os técnicos da segurança social têm outras coisas, não estão dedicadas nem formadas para tal e parece-me que as histórias de sucesso estão repletas de equipas em que é isso que fazem, que se centram e que se focam, portanto têm soluções e experiência e estão capacitadas para tal.

L: 17 - 17 (0)

Temos que investir nos perfis das famílias e temos de investir nos perfis dos técnicos que trabalham nesta área, não tenho dúvidas nenhuma que se não for assim, andamos cada um com a nossa crença pessoal a gerir o sistema

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Processos organizacionais, qualificação e formação\Formação e qualificação geral e específica das equipas\Atualização de Saber: A intervenção com a Família de origem

R: 29 - 29 (0)

Na verdade, como o trabalho que é feito com estas famílias não é um trabalho efetivo de capacitação. É um trabalho ainda de alguma maneira assistencialista ainda é muito na lógica do "atribuir o subsídio" e agora "veja lá o/a senhor/a tem que ir fazer o tratamento", "tem que ir, tem que ir" e quem é que vai com ele? O senhor José não vai é porque ele não consegue ir sozinho porque o contexto dele não lhe permite ser autónomo a esse nível. Portanto, é imprescindível que exista uma equipa que esteja disponível para ajudar o senhor José e a sua família a fazer este caminho de autonomia e este caminho, efetivamente, tem que ser autonomia, de capacitação para autonomia, enquanto pessoa, enquanto indivíduo e depois enquanto pai e aqui ligamos diretamente ao sistema de proteção das crianças de forma direta. Esta questão da prevenção das retiradas e do trabalho e capacitação das famílias é fundamental e é uma dimensão que ainda estamos também, infelizmente à luz de conseguir.

C: 3 - 3 (0)

Quando a retirada acontece, temos que trabalhar também rapidamente no sentido de voltar a permitir que estas crianças voltem ao seio das suas famílias. Este trabalho de intervenção tem que ser com alguma intensidade nestas famílias. É também fundamental. No resto do país, isto acontece ao nível da poesia ainda, infelizmente, como eu dizia, não temos ainda um trabalho muito efetivo. E estas famílias não se reorganizam por milagre e por alguma razão chegaram ao ponto a que chegam, de não conseguir proteger os seus filhos. Muitas vezes são questões inter-geracionais que sem intervenção técnica não vão conseguir, não é possível mudar. Qual é a questão aqui? Antes de chegarmos ao acolhimento temos muita coisa para trás que o sistema de promoção e proteção em Portugal ainda não está a dar resposta.

C: 3 - 3 (0)

Quando o acolhimento acontece, rapidamente tem se tem que perspetivar o seu retorno. Não foi feito a montante, ok, então tem que ser feito a jusante, mas tem que ser feita com rapidez e com intensidade.

C: 4 - 4 (0)

No diz respeito à capacitação familiar neste contexto de acolhimento familiar. Nós estamos a trabalhar com o laboratório colaborativo - não sei se já ouviu falar, é um consórcio de entidades, quase todas as universidades do país estão envolvidas praticamente, várias entidades que intervêm também indiretamente inclusivamente a Sonae, é um consórcio de entidades que está envolvido. Chama-se ProChild e é precisamente dos poucos laboratórios colaborativos para a área social. A ideia é haver esta partilha da dimensão académica com a dimensão da intervenção, de quem está no terreno para encontrar produtos que depois possam ser partilhados. No nosso caso nunca será vendido porque estamos a falar de economia social. A ideia é criar os produtos que depois sejam partilhados. Neste momento, um dos projetos que estamos a fazer é precisamente a criação deste modelo de intervenção e capacitação familiar. Estamos a construir este modelo, estamos a testá-lo e ele será depois replicado. A ideia é: haverá outros naturalmente, ao longo do tempo, e nós iremos com certeza melhorá-lo e reformulá-lo, haverá outros modelos que cada instituição pode ter e recorrer e adotar mas há este modelo que está a ser construído tendo em conta a realidade do acolhimento familiar, portanto este nós podemos, em breve, também ajudar as equipas a ter. A formação das equipas nestes modelos e o nosso próprio modelo de acolhimento familiar está a ser testado no próprio laboratório colaborativo também. Portanto quanto tudo isto tiver validado, a ideia é replicar. Como é que vamos fazer esta replicação ainda está por definir. Seremos nós a dar formação às outras equipas? será o próprio laboratório colaborativo? Como se vai montar, mais à frente se decidirá, mas a ideia é partilhar, a ideia não é criarmos nós este modelo só para nós e só para os recursos da Santa Casa. A Santa Casa tem recursos que o resto do país não tem, se nós criássemos o modelo que depois não fosse replicável no resto do país, tudo isto não servia de nada. Lisboa passava a ter famílias de acolhimento, o resto do país não. Não seria exequível nem é isso que se pretende.

C: 20 - 20 (0)

Como é que se quer que uma família biológica assuma o exercício das responsabilidades parentais no âmbito de uma situação de acolhimento residencial ou de acolhimento familiar, se a família não levar a criança à escola; não leva a criança a consultas médicas, não trata dos cuidados da criança ao nível da higiene e da apresentação de uma forma regular. Necessariamente o que eu acho é que quando as crianças estão com medidas de colocação, mas com projeto de vida de reintegração familiar que efetivamente se dê possibilidade à família biológica de demonstrar que é capaz de tomar conta da criança

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Processos organizacionais, qualificação e formação\Formação e qualificação geral e específica das equipas\Atualização de Saber: A intervenção com a Família de origem\Muito avaliativo, ab assistencialista?

P: 21 - 21 (0)

3) Num primeiro momento, ou temos muitas equipas em campo para poder estar disponíveis para a relação com a família, para unicamente preocupados com a avaliação do progresso mas sim com uma avaliação que serve para ajudar e não como medida em que se foca apenas no "conseguiu ou não conseguiu", não mas focada no "o que é que ainda não conseguiu", "o que falta conseguir em passos intermédios", ainda não estamos aí e como não estamos aí, a desconfiança vai-se mantendo. O que fazer? Equipas muito preparadas, preparação forçosamente especializada no trabalho com estas famílias, uma formação sistémica e familiar e na área da criança, e intervir com as famílias logo que são sinalizadas situações de risco e não deixar necessariamente para perigo.

N: 8 - 8 (0)

Equipas especializadas, intervenção em campo, muito direcionada, dirigida para aquela família em especial e não para aquele acordo. [O sistema é muito judicializado e burocrático.] Penso que intervenção tem que se dirigir para a família, se nos dirigirmos a ela enquanto pessoas nas suas vulnerabilidades e nas suas potencialidades, nós podemos ganhar muito.

Potencialidades

N: 9 - 10 (0)

Na verdade, como o trabalho que é feito com estas famílias não é um trabalho efetivo de capacitação. É um trabalho ainda de alguma maneira assistencialista ainda é muito na lógica do "atribuir o subsídio" e agora "veja lá o/a senhor/a tem que ir fazer o tratamento", "tem que ir, tem que ir" e quem é que vai com ele?. O senhor José não vai é porque ele não consegue ir sozinho porque o contexto dele não lhe permite ser autónomo a esse nível. Portanto, é imprescindível que exista uma equipa que esteja disponível para ajudar o senhor José e a sua família a fazer este caminho de autonomia e este caminho, efetivamente, tem que ser autonomia, de capacitação para autonomia, enquanto pessoa, enquanto indivíduo e depois enquanto pai e aqui ligamos diretamente ao sistema de proteção das crianças de forma direta.

C: 3 - 3 (0)

questão do sistema é este: O sistema tornou-se numa coisa burocrática e que apenas monitoriza mas não ajuda na relação, se estas pessoas fossem capazes não estavam lá, são pessoas muito aflitas. Acha que ainda há um modelo muito assistencialista? Sim muito assistencialista e com um grande preconceito social. Quase que queremos ver aquelas famílias à nossa imagem quando não há igualdade de oportunidades, o ponto de partida não é o mesmo. As questões subjetivas, estamos a falar de uma mãe que trabalha 6 dias por semana e apanhava 3 autocarros para estar com os filhos, tem uma relação emocional de alta qualidade com os filhos e isso vale tudo. O estado aí tem de garantir. Há toda uma conceção errada. É como as casas de acolhimento que no primeiro mês não recebia visitas para a criança se habituar. Mas nós não queremos que as crianças se habituem. Uma medida de colocação é uma coisa, a lei diz que a criança só tem a medida de colocação quando está em perigo, a primeira coisa que toda a gente tem que fazer é remover o fator de perigo para a criança voltar para o meio natural. Só que a partir do momento que a criança está numa casa de acolhimento toda a gente esquece.

O: 11 - 11 (0)

As casas centram-se muito nisto não é nos trabalhos de casa e, não estou a dizer que não são coisas importantes, mas o foco tem que ser a intervenção terapêutica. se o meu carro tiver um problema no motor e gripar e levá-lo a oficina, claro que é importante que eles vejam se tenho os pneus cheios, se o óleo está bom, a água, mas o importante é que arranjem o motor, porque o que estas casas têm? têm os planos de intervenção que a segurança social manda fazer e aquilo é chapa cinco, fazem um copiam para todos, mudam os nomes. Isso não é um plano de intervenção.

O: 16 - 16 (0)

Ora eu acho que antes tudo tem a ver com o *mindset* da coisa, que é o grande problema. A segurança social tem um pensamento do século 17 não é e, portanto, essa é uma grande fragilidade.

O: 27 - 27 (0)

O que é que eu acho são estas três alavancas. Não é e depois tem que haver uma dimensão. As equipas para trabalhar as famílias eu acho que são os CAFAP - mas acho que os cafap, para já não gosto do nome, eu chamo-lhes os Cafap 2.0 mas tem que ter outro nome, porque centro de apoio, - uma família não se apoia, trabalha-se,

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Processos organizacionais, qualificação e formação\Formação e qualificação geral e específica das equipas\Atualização de Saber: A intervenção com a Família de origem\Crenças e técnicas da Família de origem

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Processos organizacionais, qualificação e formação\Formação e qualificação geral e específica das equipas\Atualização de Saber: A intervenção com a Família de origem\A intervenção de Reintegração Familiar\A dimensão da relação no trabalho com a família de origem\Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Processos organizacionais, qualificação e formação\Formação e qualificação geral e específica das equipas\Formação Entidade Enquadradora e da Família de acolhimento

capacita-se, e "de aconselhamento parental" parece que nós somos o pais professores que ensinamos, pá é de um paternalismo é de uma presunção que eu acho que fica mal. Eu se me dissessem que ia ser considerado parentalmente, dizia assim, pá vão se lixar. Mas lá está, eu tenho consciência dos meus direitos, a maior parte destas famílias não têm, portanto o que digo é: os CAFAP 2.0 têm que ter equipas de trabalho de uma forma intensiva as famílias. Não podemos ter CAFAPS como temos agora com 3 técnicos para 100 famílias. Portanto acho que no máximo cada técnico só pode ter 12 famílias e no limite dos limites 15. quero ir mais longe mas tem que ser step by step, já fico satisfeito com 15, e tem que ter os convívios familiares. Nós complicamos porque institucionalizamos tudo, por exemplo no Canadá os convívios das crianças e famílias são feitos por rede de voluntários, nós não temos essa cultura. Nós somos pobres e tem que ser tudo institucional, montes de técnicos, montes de instituições, temos é que por a comunidade ativamente a funcionar, a comunidade de uma forma ativa a proteger as crianças,

O: 27 - 27 (0)

Isto resulta do passado, de uma tendência assistencialista que se manteve, ainda apesar de ter havido uma alteração profunda no que toca ao direito das crianças centrada e resultante da conceção da criança como um ser autónomo, digno de direitos, há esta alteração teórica profunda mas na prática, o sistema continuou a assentar na mesma ideia da criança-objeto, e que levou a este predomínio de um acolhimento de base assistencialista.

D: 2 - 2 (0)

considero que o sistema de acolhimento ainda hoje se caracteriza por esta ideia assistencial, por pouca valorização do direito das crianças a viver em família, por influência também de uma outra série de situações e ideias que estão relacionadas com o acolhimento

D: 3 - 3 (0)

Quer a nível do acolhimento residencial quer a nível do acolhimento familiar, estamos a fazer cortes e depois para o retorno, houve uma história que nós introduzimos e que não fizemos bem, e se não fizemos bem fez mal, não chega fizemos mais ou menos. Ou fez bem ou fez mal. Houve uma rutura naquela relação e naquela história, por isso é que penso que temos que proteger a criança e também proteger a família, no necessário. Efetivamente a nossa ação talvez seja ainda na perspetiva assistencialistas e não cientificamente fundada e responsável a saber que uma retirada de uma criança vai provocar isto, isto e isto e, portanto, para evitarmos isto o que é que temos que fazer? Uma retirada de uma criança para outra família, vai evitar isto e isto e isto e também o que é que podemos evitar que aconteça.

N: 15 - 15 (0)

Há pressupostos sociais que vão se repercutindo e vão ajudando muitas vezes à marginalização e ao preconceito das famílias de origem.

2)

N: 6 - 7 (0)

Quando são acolhidas, numa situação de acolhimento e mesmo sendo mais difícil penso que é muito importante não fixar-se só no acordo, o que importa é cumprir aquele acordo, acho que há aqui uma necessidade de relação empática e pedagógica com a família mas muito empática, se não formos capazes de entender o sofrimento daquela família nós não vamos poder trabalhar com ela, e aqui obrigatoriamente são sofrimentos brutais. Estamos com os olhos postos na criança acolhida

N: 9 - 9 (0)

Penso que intervenção tem que se dirigir para a família, se nos dirigirmos a ela enquanto pessoas nas suas vulnerabilidades e nas suas potencialidades, nós podemos ganhar muito.

Potencialidades

N: 9 - 10 (0)

Algo que tem que haver uma grande honestidade com a possibilidade do acolhimento em Portugal poder ser de longa duração e tem que haver um preparamento da família para isso. Todo o conjunto de relação muda. O sistema tem que estar preparado para essas famílias que vão ter necessidades diferentes, são processos diferentes, assim como é diferente acolher um jovem de 15/16 anos ou acolher um bebé. Tem que haver preparação para todos estes tipos de realidades.

L: 21 - 21 (0)

	Profissionais capacitados para tal, que se informam e que esta ocupa 100% a sua dedicação, que não é dividida entre mil e uma coisas. L: 48 - 48 (0) m sistema que investe nas famílias de acolhimento, que continua a investir nelas e que se alia a elas, crítico quando necessita de o ser, mas que é sobretudo um apoio porque as famílias de acolhimento estão muito sozinhas. Se eu digo que tenho um problema, sem ser a entidade de enquadramento, sempre que nos queixamos a alguém somos julgados "já sabias no que te estavas a meter", por uns somos vistos como heróis e não somos, não somos heróis de nada, por outros somos vistos como os maus da fita que vamos roubar os filhos dos outros, portanto, honestamente, é muito complicado e francamente a alguns níveis somos muito pouco compreendidos e muito isolados. Claro que imagino que há medida que vá havendo mais famílias, vá havendo menos isolamento. Somos poucas e não há uma rede efetiva das famílias de acolhimento, este sistema de apoio é muito importante, quando estamos sozinhos não somos tão bons. L: 49 - 49 (0) Vai ter que operacionalizar muito bem todos os cuidadores, vai ter que dar formação específica a todas estas pessoas que também vão formar as famílias de acolhimento, que haja prazos perentórios, no sentido de eles perceberem que durante aquele tempo eles têm um prazo para se poderem reorganizar no caso da reunificação familiar. O: 32 - 32 (0)
<i>Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Processos organizacionais, qualificação e formação\Formação e qualificação geral e específica das equipas\Formação Entidade Enquadradora e da Família de acolhimento\A DIMENSÃO da Seleção</i>	O princípio da avaliação que está aqui presente é por um lado, da diversidade de perfis de famílias para diversidade de crianças. Uma lógica de avaliação progressiva, a resposta aos questionários já podem peneirar a informação para a avaliação e as temáticas da formação que fazem um peneirar progressivo até chegar a um juízo bem arrumado, bem estruturado da equipa de profissionais que leva à seleção. Estamos num bom caminho para garantir uma avaliação exigente, como deve ser, mas simultaneamente honesta, dando às pessoas ferramentas para que elas próprias desde a formação inicial reflitam e irem crescendo em competência para o acolhimento familiar: D: 35 - 35 (0) Temos que ter cuidado na seleção das famílias, na ideia de que uma família não é uma vaga, mas é de facto um perfil. O: 26 - 26 (0)
<i>Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Processos organizacionais, qualificação e formação\Formação e qualificação geral e específica das equipas\Formação Entidade Enquadradora e da Família de acolhimento\A DIMENSÃO da Seleção\Diversidade de Famílias</i>	A importância da retenção das famílias de acolhimento. Portanto esta sustentabilidade, de facto, passa muito por termos ao nosso dispor este recurso estas palavra feia das vagas, mas que às vezes facilitam um pouco a comunicação. No fundo é isso que nós precisamos de ter uma bolsa muito sólida. Mas o que quer dizer muitíssimo importante é que não basta termos números de famílias, Isso é muito pouco para nós, ainda que possa deixar nos um bocadinho mais tranquilo, porque esses números podem traduzir-se em vagas de qualidade por assim dizer. Na verdade não chega nós queremos é família certa para cada uma destas crianças, a família mais qualificada possível a família com melhor perfil para cada uma das crianças que precisam desta resposta que são muitíssimas porque o acolhimento familiar serve uma grande percentagem de crianças que não podem viver com a sua família de origem e portanto esse é um dos aspetos muito sensíveis do nosso sistema de acolhimento familiar, é o fato de nós não termos respostas diversificadas para todas as necessidades. Uma discussão que eu fazia há pouco tempo com meu colega e sobre crianças com deficiência e, portanto, é muito difícil neste momento nós conseguirmos resposta para estas crianças que são as crianças muitas vezes até mais. Na época a probabilidade de se conseguir uma adoção ainda mais reduzida até neste caso em particular por questões até de idade e, portanto. Como assim continuamos com tantos receios do acolhimento de familiares e a protelar aqui tantos aspetos quando o tempo das crianças não para, não é? É já a velha discussão. R: 1 - 1 (0) Ser capaz de estimular as famílias a tomarem conta das crianças com a mente aberta no sentido de a preparar da criança para o regresso à família biológica quando for possível ou eventualmente preparando-a para outro caminho futuro. O: 30 - 30 (0)
<i>Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Processos organizacionais, qualificação e formação\Formação e qualificação geral e específica das equipas\Formação Entidade Enquadradora e da Família de acolhimento\A nível da Formação</i> <i>Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Processos organizacionais, qualificação e formação\Formação e qualificação geral e específica das equipas\Formação Entidade Enquadradora e da Família de acolhimento\A nível</i>	O Canadá tem aqui, não só a par, desde sistema de recrutamento permanente, mas tem também sistemas que permite conservar, manter famílias de acolhimento no sistema, sendo que não são profissionais, com inscrição de registos profissionais. Vão-se especializando ao longo dos anos. Existem famílias que acolheram já 2 gerações, jovens e filhos desses jovens e que ao longo do ciclo de vida também vão

alterando a sua tipologia, começam por acolher crianças pequenas, passam a acolher jovens, adquirem maior experiência, maior maturidade, especializam-se de certa forma ao longo dos acolhimentos que exercem e acabam por se tornar ao longo deste percurso como famílias especializadas ou em determinadas idades ou em determinados comportamentos, sendo que tudo é natural e acompanha de certa forma o ciclo de vida da própria família. Se calhar Jovem com filhos pequenos acolheu crianças, que mais tarde se disponibilizou a acolher adolescentes e que acaba já sem filhos em casa a acolher jovens com problemáticas e desafiantes etc. tem esta grande virtualidade, mas lá está, é um sistema muito vivo e que assenta também muito também nesta ideia, qualquer coisa que existe nestas comunidade, que é esta forte componente de intervenção comunitária que nós temos que ressuscitar numa sociedade velha, antiga que é como é a nossa e como são a maior parte das sociedades europeias. Esta grande diferença, mas que eu acredito que é possível abanar, através deste tal trabalho de atirar a pedra ao charco que é o acolhimento.

D: 24 - 24 (0)

Criação de uma bolsa diversa implica necessariamente também formação foi a fase em que a mesma idade iniciava assim e cada vez mais uma formação contínua que começa na especialização. Na prática eu acho que isso vai acontecer, da pluralidade de respostas que tem em conta as diferentes características das crianças e das famílias.

O: 45 - 45 (0)

Este artigo da sustentabilidade e, portanto, pegando um pouco da reflexão feita na altura. Aquilo que nós fomos percebendo é que em linha com a literatura quando uma família tem muita experiência a probabilidade de continuar no sistema é maior e portanto nós tínhamos que investir mais nas famílias que estão na primeira experiência porque essa é que ainda estão muito hesitantes porque é tudo novo é uma das questões e como é que vai ser quando for a cessação a medida e a eventual rutura do contacto com a criança é muito preocupante para as famílias já não vai estar aqui como vai ser o momento em si e depois aquele sentimento de ausência tudo isso. Portanto é nestas que nós precisamos de investir de forma mais clara

R: 25 - 25 (0)

Por isso é que no modelo estava mais centralizado na Segurança Social, a própria estrutura da organização o horário de funcionamento não se coaduna com o acompanhamento que as famílias. Tivemos técnicos da Segurança Social a dizer que tinham que fazer visita domiciliária às 10 da manhã porque saíam às 17h horas. A família de acolhimento que faltasse ao trabalho porque nós passamos uma justificação. Não pode ser uma família de acolhimento não pode faltar ao trabalho porque é descontado, é uma perda de rendimento. O sistema tem que estar montado para facilitar a vida a família de acolhimento, a formação tem que ser dada em horário pós-laboral, as visitas domiciliárias têm que ser no final do dia quando todos estão em casa não é às dez da manhã, em algumas famílias se calhar conseguimos noutras não, estes estereótipos não podem delinear a nossa intervenção sob pena de as coisas correrem mal e. E a família depois de desistir não conseguirá superar uma situação de crise numa dificuldade que ganha.

J: 39 - 39 (0)

Eu diria que aquilo que me parece importante é a ideia da qualidade das relações. Uma das questões que surge é a dificuldade de comunicação das famílias de acolhimento com a família de origem, mas também com as equipas técnicas, com os profissionais. Portanto esta ideia é uma ideia muito importante para além do treino. A relação é o primeiro contexto de aprendizagem e, portanto, não há forma de treinar famílias e as envolver-mos neste papel se não houver uma relação segura relativamente a todas as outras dimensões da formações, o que se relaciona com a formação dos próprios técnicos, as suas competências no estabelecimento de relações empáticas. A ideia de relações de qualidade com os próprios técnicos é uma ideia que é muito importante relativamente ao sucesso da intervenção.

I: 38 - 38 (0)

os técnicos de enquadramento, a experiência é completamente diferente se eu tiver até um problema grave, eu estou completamente à vontade para dizer que eu estou a ter este problema e sei que a resposta não é "está a acontecer algo de errado", a resposta "é como podemos ajudar e temos aqui este conselho a dar, vamos ver se resulta, se não resultar experimentamos outra coisa, e outra coisa". É uma aprendizagem contínua e uma evolução, um retrocesso às vezes, mas andamos nesta viagem e não sentimos que estamos a ser avaliados, mas sim compreendidos e sempre em busca da melhor solução e do encorajamento constante.

L: 3 - 3 (0)

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Processos organizacionais, qualificação e formação\Formação e qualificação geral e específica das equipas\Formação Entidade Enquadradora e da Família de acolhimento\A nível do Acompanhamento\Cultura do défice

Quando a família de acolhimento não está bem, a criança acolhida não pode estar bem. É necessário garantir que as famílias de acolhimento estão bem e estão a ser apoiadas, cuidadas de modo a assegurar o cuidado da criança. As famílias de acolhimento são parte central do processo e não pode ser descurada a necessidade de cuidarmos delas. O sistema não está feito para cuidarmos das famílias de acolhimento. Existem poucas e não são bem cuidadas, mas de novo a lei prevê que sejam cuidadas, está tudo escrito, se conseguirmos aplicar o que lá está, se efetivamente acontecer estaremos bem.

L: 50 - 50 (0)

Por parte da Segurança Social é uma experiência totalmente diferente, é um telefonema apressado num dia antes de escrever o relatório antes de entregar ao Tribunal, pouco simpático, abrupto, repleto de perguntas do que é que está a correr mal, não se pergunta o que está a correr bem, são relatórios negativos, não é uma experiência simpática, pode haver um ou outro momento que até é simpática e dá esperança para o futuro mas seis meses e depois, dependendo se as pessoas estão bem dispostas ou mal dispostas naquele dia e é sempre apressado, nunca pensado, nunca nos sentimos tranquilos, sentimos sempre que estamos à procura de tudo o que está errado, do que correu mal, e é sempre isso que transparece nos relatórios, numa situação que não é sequer acompanhada. Os seis meses são reduzidos a cinco minutos em que nos temos de acautelar de tudo aquilo que dizemos e como dizemos porque é isso que se vai pegar, é uma experiência francamente horrível, e eu não sou a única pessoa a passar por essa experiência.

L: 3 - 3 (0)

"Todas as negativas que teve estão no relatório que vem do tribunal, todas as positivas que teve, nunca vem que vem boas notas, vem que está a ser demasiado exigente. Até os próprios jovens, que a partir dos 12 anos leem o relatório fica sem saber o que fazer. São experiências muito negativas, não têm nada de construtivo, revestem-se de negativo. A minha experiência não é a única, as outras famílias de acolhimento, quanto estamos juntos e falamos, vemos que temos experiências semelhantes.

L: 4 - 4 (0)

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Processos organizacionais, qualificação e formação\Formação e qualificação geral e específica das equipas\Formação Entidade Enquadradora e da Família de acolhimento\A nível do Acompanhamento\Relação de cooperação

Que desenvolvam uma relação de cooperação com as famílias de acolhimento, um pouco quase à semelhança do que é numa casa de acolhimento a relação entre a equipa técnica e equipa educativa vamos supor que a equipa técnica são as pessoas que fazem a supervisão e acompanhamento, que decidem e acompanham a medida e concretizam e a equipa educativa passarão a ser as famílias de acolhimento, isto obviamente implica uma boa relação, espírito de equipa, trabalho em equipa, considerar que os acolhedores, fazem parte do sistema, fazem parte da resposta, de que são uma peça fundamental no programa e não são vistos como algo exterior à resposta.

E: 29 - 29 (0)

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Processos organizacionais, qualificação e formação\Formação e qualificação geral e específica das equipas\Formação Entidade Enquadradora e da Família de acolhimento\A nível do Acompanhamento\Relação de cooperação\terem poucos casos

em que ter obviamente equipas técnicas disponíveis e que estejam atentas ao que são as colocações, que façam visitas, que estejam disponíveis para responder às dificuldades e às necessidades, que façam um acompanhamento, que não tenham 90 ou 100 crianças em acompanhamento, a seu cargo e que desenvolvam uma relação de cooperação com as famílias de acolhimento, um pouco quase à semelhança do que é numa casa de acolhimento a relação entre a equipa técnica e equipa educativa vamos supor que a equipa técnica são as pessoas que fazem a supervisão e acompanhamento, que decidem e acompanham a medida e concretizam e a equipa educativa passarão a ser as famílias de acolhimento

E: 29 - 29 (0)

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Processos organizacionais, qualificação e formação\Formação e qualificação geral e específica das equipas\Formação Entidade Enquadradora e da Família de acolhimento\A nível do Acompanhamento\Relação de cooperação\terem poucos casos\Acompanhamento como continuum da supervisão e avaliação das FA

Acompanhamento e monitorização - A partir do momento em que a criança é acolhida, nós acompanhamos o momento da integração, estamos sempre presentes no momento de integração, momento de crise. Estamos sempre presentes praticamente todos os dias da primeira semana. Se não fisicamente, por contacto telefónico ou videochamadas estarmos sempre presente. Durante a pandemia houve muita dificuldade na presença física, mas percebemos que outras formas também são legítimas e depois, de acordo com o nosso modelo, a partir do primeiro mês, estamos uma vez por semana, no mínimo e a seguir no mínimo uma vez por mês, nós estamos muito mais vezes com as famílias do que esta frequência. Até porque os contatos não são só presenciais. Nós introduzimos esta prática das videochamadas, chamadas e zooms, isto é permanente. Por outro lado, como as crianças têm contato com as suas famílias, se nós não estivermos nestes contactos estão as equipas que trabalham com as famílias de origem, vamos passando informação entre equipas permanentemente. Esta monitorização é sempre triangulada - há sempre o nosso olhar diretamente com o olhar da equipa que acompanha a família de origem e depois o do gestor do processo,

mas mais diretamente no dia-a-dia é isto mesmo. É um triângulo, efetivamente. Nos que nos diz respeito a nós, o acompanhamento que fazemos é à medida das necessidades da criança e de cada família. Muitas vezes neste contexto de pandemia foram difíceis os registos do registo civil. Nós acompanhamos a família até garantir que esta questão está salvaguardada ou, por exemplo, a família precisa pedir licença parental e há dificuldade de articulação com a segurança social, nós estamos lá. A criança precisa de uma consulta específica porque tem uma questão de saúde, questões de pele que não são assim identificadas logo à partida como grave, mas que são incomodativas nós encontramos a solução quer nas nossas respostas da Santa Casa quer noutras da comunidade. É à medida de cada criança e, portanto, de cada família. A família sente necessidades específicas sobre uma determinada questão, por exemplo a situação de uma criança que tem determinada questão, é preciso antes de aceitar a criança, perceber como é que se faz, como é que se cuida desta criança, encontramos solução e foi dada uma formação a esta família. Portanto se família identifica necessidades específicas nós encaminhamos para a formação específica que pode ser dada por nós ou pode ser encontrada na comunidade. O acompanhamento é à medida das necessidades de cada situação, da família de acolhimento e da criança. Não há uma questão padronizada, porque não pode haver, a diversidade é muito grande.

Fazemos sempre articulação com as escolas, com as creches com os equipamentos, com os médicos de família ou pediatra, toda esta articulação é feita e mais uma vez se percebe que é de facto muito exigente. Por isso é que o rácio muito elevado de famílias para técnico é impossível, depois não é possível garantir este acompanhamento.

C: 41 - 42 (0)

Há questões em nós porque imagina a criança vai a família de origem e vem de lá e acorda a meio da noite, a família telefona para a equipa técnica. É uma coisa trabalhada diariamente, as pessoas não estão sozinhas, é como a equipa que acompanha a família de acolhimento é a equipa técnica daquela família de acolhimento como numa casa de acolhimento que ajuda a significar, ajuda a dar sentido fazer, essa questão é decisiva. Sentirem-se parte integrantes da equipa. Muito muito. Envolver a equipa no processo.

O: 43 - 43 (0)

x. situação de mãe muito ansiosa porque acolhimento familiar chegou ao fim, colocaram em contacto esta mãe com outra família. Promoção de reunião online das famílias de acolhimento. Muito importante, as famílias de acolhimento participarem na formação. ~~Grupos de ajuda das famílias de acolhimento.~~

~~O: 43 - 43 (0)~~

Esse trabalho de supervisão, o acompanhamento, a formação é decisiva, é algo sistemático e permanentemente, não é algo que se faz e morreu.

O: 44 - 44 (0)

A família precisa de disponibilidade para a capacitação para a formação. Isto não está contemplado não eco. Como é que participam depois nós criamos participação família toda, não só a cuidadora principal, mas a família de acolhimento, seria o cenário ideal e levanta algumas discussões sobre a importância da família alargada sobre a importância da professora da Escola, da Médica de Família poderem ter alguma formação sobre o acolhimento familiar, porque são recursos muito importantes. Nós trabalhamos muito nesta abordagem eco- sistêmica e, portanto, para termos um sistema de sucesso precisamos que ele tenha este tipo de abordagem de facto

R: 7 - 7 (0)

Quando eu comecei a desenhar um pós-doutoramento sobre estes temas de imediato é o mesmo que venha a descobrir pela voz das famílias que o acompanhamento é importantíssimo não é quando nós validamos a teoria com a prática e as famílias diziam. Do que adianta eu ter ido à formação e ter toda a informação direitinha no dossiê. Se depois quando acontece um problema com a criança, eu tenho que pegar num dossiê para ver o que disseram. Eu quero é pegar no telefone e perguntar diretamente aos técnicos e que eles me respondam de imediato. Portanto o acompanhamento de facto é complementar a todas as outras etapas nomeadamente a da formação.

R: 23 - 23 (0)

Só para lhe dar uma pista no meu estudo. As famílias estavam a demorar em média um ano para ter o primeiro acolhimento desde que tinham sido certificadas e tinha aqui várias questões que valia a pena observar. Enfim depois é questão um desafio.

Portanto todo o conjunto de desafios são muito importantes serem observados nomeadamente a gestão do comportamento da criança que é o desafio para a família do acolhimento. E isto também em linha com a literatura internacional e, portanto, estas famílias precisam de ser muito bem acompanhadas também nestas questões da gestão do comportamento da criança porque não é a mesma coisa criar o meu filho ou eu ter que cuidar de uma outra criança até porque do ponto de vista por exemplo da legitimação do papel da autonomia da autoridade que têm há muitas restrições. as famílias às vezes dizem eu não sei eu. Mentiu às vezes era isto mentiu ou portou se mal na escola com professora. Eu não sei se eu ponho de castigo ou não então vou perguntar aos profissionais, claro que um pai ou uma mãe tem a liberdade total para decidir se merece um castigo. Que tipo de castigo. Que tipo de consequências que implicações. Como gerir aquele comportamento. Nós queremos um efeito pedagógico e preventivo que a criança não volte a repetir e possa corrigir o erro nesse sentido, mas a liberdade é muito menor.

R: 28 - 28 (0)

Então esta importância de acompanhar a família na gestão do comportamento da criança nos desafios até porque há crianças com muitas vivências traumáticas não é só o facto de estarem no acolhimento de estarem fora do contexto de origem e de terem de fazer a gestão também do contacto com a família de origem tudo isso e portanto há um conjunto que nós identificamos até fizemos um diagrama grande a um conjunto de aspetos muito importantes que de facto os profissionais deveriam acautelar a retenção das famílias no sistema. Para continuarem em bolsa.

R: 29 - 29 (0)

importância de saberem sobre a história e origem e da criança para conseguirem ajustar eles falavam muito sobre a importância de perceber o que vai na cabeça da criança e compreender melhor um bocadinho o contexto conseguem perceber o que vai na cabeça da criança e melhor ajudar na gestão do comportamento e ajudá-los a crescer.

R: 31 - 31 (0)

Valorizavam muito sentiam que gostavam de dar por exemplo quando sobre as questões das transições, quando se previa que a criança ia retornar à família de origem para a família de acolhimento era muito importante poder participar na decisão. Que não fossem só os profissionais a decidir porque tinham ali muita informação sensível que gostavam de partilhar. Às vezes era muito desconfortável para eles porque não fazia sentido, achavam que a família não estava preparada para ter a criança de volta e que a criança ia ter muitos retrocessos e, portanto, isso é que era angustiante na cessação. Aí sim gostavam de poder participar mais dos processos de decisão e sim era um dos motivos também para quererem continuar em bolsa. (ACOMPANHAMENTO) Estava tudo articulado

R: 32 - 32 (0)

Daí a importância de levar a cabo, um sistema de acolhimento familiar que tenha modos de avaliar e intervir justamente quando se pressente o risco destas situações. Assegurar que o acolhimento familiar, pelo tempo que durar, se transforma e é, um fator de continuidade e não, mais um fator de descontinuidade como consideramos que é o acolhimento residencial, de certa forma

D: 14 - 14 (0)

A exigência do acompanhamento durante a permanência da criança na família é também bastante e de fato as instituições que vieram abraçar esta medida e a dinamização desta medida têm que ter essa consciência se calhar ainda maior do que acontece com o que acontece com o acolhimento residencial. O problema não tem a mesma dimensão, numa casa de acolhimento o problema é diluído, é tratado em várias dimensões pela equipa educativa, pela equipa técnica, pela diretora técnica, pela assistência social. Dizia se que acontece se compararmos com o acolhimento residencial porque uma casa não tem nem mesmo. Que. Está a dizer que o problema não é uma casa de acolhimento ele acaba por ser diluído. O problema é tratado em vários níveis em vários patamares pela equipa educativa até pela diretora técnica, pela assistente social, pela psicóloga.

Na família de acolhimento, o problema é tratado pela família, que está ali e tem aquela pressão vai solicitar muito mais rapidamente o apoio da equipa técnica de acompanhamento. Portanto, do ponto de vista do acompanhamento, é exigente, tem que ser um acompanhamento muito regular, muito próximo porque estão sempre a acontecer coisas. Há sempre questões problemas na escola, dificuldades, faltas da escola, gestão da comunicação, das visitas, da família biológica, são várias questões.

J: 33 - 34 (0)

Efetivamente a equipa técnica e uma equipa de suporte e apoio e neste âmbito também por vezes as transferências escolares contam com a nossa colaboração porque senão a família tem trabalho tem que se deslocar à escola. Resta agora felizmente têm o dia do acolhimento justificado se for criança com menos de um ano têm a licença. A própria legislação, os direitos que reconhecem o papel da família. Este apoio não está preparado para responder as famílias de acolhimento. Para além de termos, os programas de formação vieram depois do trabalho direto que é necessário ser feito e que não é reconhecido ou é perspetivado logo numa primeira análise na instituição de enquadramento e é necessário fazê-lo porque a família não tem essa função, a nossa legislação assenta nesta perspetiva solidária e não profissional.

J: 38 - 38 (0)

Do ponto de vista dos processos que falham no acolhimento familiar, quando estamos a falar de famílias de acolhimento que deixam de ser famílias porque não têm suporte formal dos técnicos ou das instituições, que não tem suporte formal e também não têm suporte informal e, portanto, eu diria que essa é uma dimensão central independentemente da medida que estamos a falar.

I: 32 - 32 (0)

Algo muito importante na retenção é o suporte contínuo das entidades, o acompanhamento das famílias de acolhimento, dê como é que as famílias depois de acolherem as crianças e com as dificuldades que surgem no processo como é elas lidam com as dificuldades e se têm apoio.

I: 34 - 34 (0)

Há uma dimensão também muito relacionada com a natureza da função, ou seja, esta ideia de que "eu vou ficar com a criança, mas depois ela volta para a família biológica e eu não sei lidar com este momento de separação", "ela é minha ou não é minha". Isto é uma ideia que ocorre recorrentemente. Olhar para o para o acolhimento familiar não como uma substituição permanente da família biológica mas como ativação de um recurso adicional, quando volta para a família e nem a família de acolhimento, nem a criança desaparecem, tal como a criança quando está com os avós e depois quando é aplicada uma medida junto de outro familiar o avô ou avó continuam a ser um recurso. A ideia é sempre de mapear recursos e os agregar e não de nos substituímos.

I: 41 - 41 (0)

Situações como encontrar os recursos na comunidade, a família de acolhimento não só não está habituada como nem tem direito a tirar dias para tratar do assunto. e, portanto, ter uma equipa que está no terreno comigo, nós vamos ajudar a fazer a matrícula, nós facilitamos, nós fazemos telefonemas, nós ajudamos a família de acolhimento a ter um guião. Como eu dava para ter um guião prático. Esta rede de apoio é um sítio extraordinário para tudo o que pode vir de expertise do acolhimento residencial tem. Podemos fazer mais em equipa e ter uma visão mais unida porque afinal o objetivo é o mesmo, é cuidar.

L: 36 - 36 (0)

Speaker 2 ver que há um nível de conforto e não há qualquer tipo de abuso em ambas as direções. Depois de avaliadas estas duas dimensões principais. Se está a ter a assistência que a criança necessita em termos psicológicos ou de apoio escolar e vamos vendo isso gradualmente, vamos estabelecendo metas. Tem que ser um plano individualizado com metas, adequadas, pequenos objetivos adaptados ao caso específico, e se calhar depois ir aumento para coisas maiores. Cada plano deve ser um plano personalizado. A avaliação acho que passa por aí. Acho que a avaliação tem que ser muito baseada em cada acolhimento em que se respeitou as necessidades e se tentou ao máximo responder a essas necessidades e não se tem sucesso em todas mas na maioria sim nem que seja ao longo do tempo. A avaliação é necessária, mas que seja tranquila.

L: 40 - 40 (0)

Acho que a avaliação se vai fazendo gradualmente e se calhar as avaliações mais bem-sucedidas são aquelas que vão ter lugar numa conversa telefónica natural, básica, a perguntar de como correm as coisas, e traçar metas para a família de acolhimento e metas para as crianças também.

L: 42 - 42 (0)

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Processos organizacionais, qualificação e formação\Formação e qualificação geral e específica das equipas\Formação Entidade Enquadradora e da Família de acolhimento\o nível do Acompanhamento\Relação de cooperação\terem poucos casos\Acompanhamento como continuum da supervisão e avaliação das FA\Carácter transitório no Acolhimento Familiar

A equipa técnica de acolhimento tem necessariamente um nível de conhecimentos diferente, e discutem os casos em reuniões. A comunicação das equipas de acolhimento com as crianças também é muito importante para superar determinadas questões que podem surgir, especialmente na adaptação da criança ao acolhimento.
L: 43 - 43 (0)

A avaliação tem que ser um processo construtivo e que tem que ser um processo positivo para se chegar ao melhor resultado possível. A avaliação não deve ser um processo de crítica ou um processo negativo. Uma boa avaliação uma coisa que é construtiva. se se identificar um problema muito sério de raiz tem que se perceber se aquela medida está a ser melhor mas uma avaliação construtiva tenta resolver um problema, não o estendendo no tempo, uma avaliação negativa leva a esconder o problema. A avaliação tem que ser gradual e de acompanhamento de processo, pelos técnicos da segurança social que estão a acompanhar o acolhimento, e não de seis em seis meses. Eu acho que muito mais facilmente se falam dos problemas quando o processo é positivo e construtivo. Eu acho que quando o processo é negativo nós tentamos esconder, fechamo-nos completamente em quatro paredes com a sensação de mais vale não dizer nada. Quando o processo é negativo, mas para não dizer uma coisa. Se o processo é positivo, muito mais facilmente expressamos as preocupações, sem medo de uma retaliação. I é necessário que haja formação para estas equipas.
L: 46 - 46 (0)

Vou dar-lhe outro exemplo, sobre a transição acolhimento familiar - adoção - é sobretudo difícil para as famílias, mas também para os técnicos que acompanham as famílias. Quando propomos que este período de transição seja um período de transição gradual em função do ritmo do bebé, a família vai mudar a fralda se o bebé aceitar. que se não aceitar, não vamos forçar, vamos dar tempo. Quando nós permanentemente estamos a pedir para adiar a gratificação o de alguém que está há seis anos (tempo médio de espera de famílias candidatas à adoção) é difícil de gerir isto. Sobretudo quando eu, equipa técnica, estou a fazer esta integração, mas eu tenho não sei mais quantas para fazer. Enquanto que nas casas de acolhimento é uma semana. Porque é que esta tem que demorar muito tempo? Estamos um bocadinho assim ainda entre o funcional e eu acredito que isto seja preciso. Falamos das teorias da vinculação que toda a gente conhece e que toda a gente questiona nesta fase. Isto tem acontecido e tem sido um trabalho difícil com as equipas de adoção, por exemplo, como tem sido com outras, de refrear aqui e introduzir esta mudança de paradigma porque estão habituadas que de uma casa de acolhimento é para ser rápido e quando mais depressa for melhor. Apesar de toda a evidência científica, depois os argumentos que encontramos são ao nível " se o bebé tem 3 meses, não tem 7" portanto ainda não está na angústia da separação, que diferença vai fazer? Nós explicarmos, a questão da vinculação é gradual, é construída, se interrompemos agora, quando chegar aos 7 não vai estar no ponto que era suposto estar e que era saudável que esteja, mas é um bocadinho isto ainda. As pessoas não duvidam da teoria da vinculação, nem sequer se sentem legitimadas para isso, mas na prática isto tudo vem mexer, com qualquer coisa que há anos fazemos assim. mas também é questionar. que se há anos fazemos assim, se calhar não fazemos. Se calhar numa semana ou em três dias fazer transições de casas de acolhimento para famílias adotivas, se calhar não está correto. Se calhar temos que repensar isto. Isto exige pormo-nos em causa, permanentemente, a todos. E é difícil de aceitar isto e assumir isto assim.

C: 25 - 25 (0)

Vão-se encontrando é estas dificuldades. Depois, outra questão é, por exemplo, a questão da temporalidade - Quando nós falamos em famílias de acolhimento familiar vinculam com estes bebés, sem dúvida (e estamos a falar bebés porque são aqueles que são mais facilmente adotáveis), mas estas famílias, desde o início, sabem que não vão ser elas que vão adotar estas crianças. Ainda assim, e mesmo sabendo, e eles próprios muitas vezes têm os seus próprios filhos, portanto não há aqui a questão da satisfação da vontade parental, mas eles efetivamente vinculam e é muito difícil. Daí a necessidade de nós estarmos permanentemente em contacto com estas famílias e a enquadrá-las. Quando chega o momento de transitar para uma outra família e eles sabem que há outra família. Isto aconteceu num caso concreto: "Mas vocês ainda vão à procura de uma família para ele? - Nós já cá estamos, nós estamos disponíveis para o adotar". Não, nós não estamos à procura, ela já existe, esta família já foi selecionada, está seis anos à espera" - "Há outra família, é verdade". Quando nós ajudamos a re- situar, aceitam, mas depois quer eles, família, quer o bebé estão vinculados. Não tem que haver rutura, faz sentido é haver manutenção de contactos "mais lá para a frente". Curiosamente esta resistência da manutenção dos contactos

são dos técnicos não têm sido das famílias adotivas. As famílias adotivas têm percebido a enorme vantagem do seu filho ter estado numa família de acolhimento. Quando nós explicamos isto a estas famílias, as famílias aceitam e mantêm contacto com a família de acolhimento. Vão aos aniversários, há contactos telefónicos. Uma situação curiosa. Uma família que foi primeiro família adotiva, desistiu, foi família de acolhimento, acolheu um bebé que foi adotado, já foi adotado há um ano (faz agora em agosto), continuam regularmente a visitar este bebé e voltaram outra vez a candidatar-se à adoção perceberam que afinal o que queriam era a adoção. Mas este bebé ficou na vida deles e eles ficaram na vida deste bebé. E isto tem acontecido com muita naturalidade, com mais resistência da parte dos técnicos do que por parte das famílias. Há caminho para fazer isto. Quando as pessoas percebem a grande vantagem do ponto de vista da criança, quando nos focamos na criança, as coisas acontecem com mais naturalidade.

C: 30 - 30 (0)

como na adoção. a preparação para a adoção em acolhimento residencial é 5 dias que acho escasso. No acolhimento familiar tem que ser no ritmo da criança. Para já essa família de acolhimento pode adotar, está na lei, estamos a tentar fazer isso. Mas imagine que a família não está disponível para adotar, porque a família quando se meteu nisto não era para adotar, então se já tem esta vinculação, esta transição tem que levar dois ou três meses - então o que é que isto implica? não pode ser uma família que viva geograficamente distante, isto é defender o interesse da criança. A adoção é para proporcionar a criança uma família, não para proporcionar uma família uma criança.

O: 26 - 26 (0)

Também a importância de nós cuidarmos muito bem da rutura e, portanto, as transições são uma das questões sensíveis do acolhimento familiar. Principalmente quando olhamos por exemplo por exemplo, para o acolhimento residencial não é que não seja sensível também, mas não é tão discutido, portanto a questão das transições é muito importante porque se a transição da saída não for bem feita é um sofrimento gigante para a família de acolhimento e para a criança. Na altura que eles relatavam era um duplo sofrimento voltou a sofrer porque a criança vai embora e ainda estou a fazer porque estou a ver a criança a sofrer porque vai embora e a criança queria ficar comigo não pode ficar comigo. Portanto este cuidado é extremamente importante

R: 25 - 25 (0)

e estamos preocupados com as transições no acolhimento familiar. Temos que nos preocupar com as transições no acolhimento residencial também, não é por estarem lá profissionais que eles são competentes. Eles têm que ser capacitados.

R: 40 - 40 (0)

Speaker 1 A pergunta do a criança está a mostrar progresso? esqueça, adoram fazer essa pergunta. O que é que vai acontecer nos primeiros seis meses? nada. De repente tem autoconfiança, de repente é um atleta de topo, de repente...temos que pôr de lado expectativas e temos que aceitar que pode até regredir porque está colocado num meio novo e pode fecha-se em si mesmo até conseguir florescer.

L: 38 - 38 (0)

Uma vez considerada como medida transitória, esta medida obriga as crianças e os adultos, a família de acolhimento e os técnicos a uma certa *dúvida perante o tempo do acolhimento*. Esta aposta tem que ser muito mediada e trabalhada por inteiro, para que o seu carácter transitório não seja elemento da redução da ligação afetiva. Esta necessidade e direito da criança manter ligação à família de origem, poderá e para não haver cisão interna de alianças, estas alianças "do que é que eu digo?", "o que é que eu faço?", a nível do pensamento: "a quem é que eu estou a querer ligar-me?", a nível dos afetos sentidos: quem é a pessoa mais importante?". Isto pode levar a que aconteçam efetivamente cisões, para que isto não aconteça novas cisões precisa de haver este trabalho de mediação entre a família de acolhimento, a família de origem, os técnicos da família de acolhimento, os técnicos da família de origem e a criança e apoios a todas elas, como sistemas independentes mas articulados e interativos, sabendo que sim a não sei assim, mesmo sem se dar conta, mesmo sem se ver os sinais externos é muito natural que esta criança viva estas cisões interna

N: 14 - 14 (0)

Depois é toda a valorização que é feita à família. A família precisa de ser valorizada pelos diferentes intervenientes pela própria criança porque se a criança não quiser estar ali a família também não vai forçar para continuar no sistema para continuar naquele acolhimento em particular no sistema também, dos próprios profissionais é importante que validem as competências das famílias, portanto no fundo é uma abordagem positiva, uma abordagem muito centrada no esforço. Percebe-se quando é o contrário, quando há uma crítica da parte dos profissionais relativamente ao

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Processos organizacionais, qualificação e formação\Formação e qualificação geral e específica das equipas\Formação Entidade Enquadradora e da Família de acolhimento\o nível do Acompanhamento\Relação de cooperação\terem poucos casos\Acompanhamento

como continuum da supervisão e avaliação das FA\outros dentro do tema

desempenho das famílias principalmente quando ela é na adolescência e as crianças dizem uma coisa a família diz outra não é porque deu jeito dizer assim se há desconfiança relativamente ao desempenho da família de acolhimento a família não vai querer continuar como assim estou a fazer um esforço tão grande. Porque é desafiante e porque de facto há um esforço muito grande por mais simples e por pouco complexo que seja um determinado acolhimento. Há sempre implicações negativas quanto pode ser maravilhoso, mas há sempre, sempre alguma implicação. Há um esforço, há uma necessidade de ajuste que se não é valorizada naturalmente desmotiva. Portanto uma das questões, isto é, de ir alimentando a motivação e isso foi muito discutido por nós também, do ponto de vista da fase inicial, portanto desde que a família está apta a acolher até verdadeiramente começar a acolher. Ou então se está em bolsa já com experiência, mas se está em bolsa e não está a acolher. Isso é absolutamente determinante também. Portanto os profissionais continuarem em contacto com esta família e alimentarem a motivação porque senão a família enfim começa a organizar-se noutro sentido e sai da bolsa ou então quando é contactada diz que não está disponível.

R: 25 - 26 (0)

Eu diria que uma das questões é a própria estabilidade, da estabilidade das relações, da estabilidade da vida. Há sempre esta discussão um acolhimento que é prolongado e, portanto, estável ou acolhimentos acolhimento múltiplos e, portanto, múltiplas disrupções. A supervisão às famílias biológicas ou de acolhimento deve ter naturalmente esta orientação para aquilo que é a estabilidade do ponto de vista relacional, da qualidade das relações e da segurança da criança e obviamente que isto é muito complicado tanto do ponto de vista da tomada de decisão, como do planeamento da própria intervenção.

I: 43 - 43 (0)

os técnicos de enquadramento, a experiência é completamente diferente se eu tiver até um problema grave, eu estou completamente à vontade para dizer que eu estou a ter este problema e sei que a resposta não é "está a acontecer algo de errado", a resposta "é como podemos ajudar e temos aqui este conselho a dar, vamos ver se resulta, se não resultar experimentamos outra coisa, e outra coisa". É uma aprendizagem contínua e uma evolução, um retrocesso às vezes, mas andamos nesta viagem e não sentimos que estamos a ser avaliados, mas sim compreendidos e sempre em busca da melhor solução e do encorajamento constante.

L: 3 - 3 (0)

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Processos organizacionais, qualificação e formação\Formação e qualificação geral e específica das equipas\Formação Entidade Enquadradora e da Família de acolhimento\o nível do Acompanhamento\Relação de cooperação\terem poucos casos\Acompanhamento como continuum da supervisão e avaliação das FA\As famílias de acolhimento não são técnicas,

As famílias de acolhimento não são técnicas, ótimo é isso mesmo as famílias de acolhimento não são técnicas, são exatamente isso uma família. Portanto as necessidades extra que a criança tiver que a família não possa ter recorre aos serviços para tal, é para isso que existem médicos, psicólogos, psiquiatras, existem explicadores, existem escolas. Uma família de acolhimento não tem que ter essas competências todas, nem lá perto, só tem que ser uma pessoa normal e isto se calhar é uma mensagem muito importante. A família de acolhimento é uma família perfeitamente regular, não tem que ter competências extras a mais ninguém é o nosso pai, mãe, tio ou avô e avó regular. Pode ser o nosso vizinho, nós mesmos. Considero no entanto que tem que haver alguma estabilidade financeira, por existirem situações que temos que tratar por exemplo ortodontia, que não conseguimos estar indiferentes mas há famílias que não conseguem ter possibilidade de fazê-lo e não têm que ter, tem que haver estabilidade económico neste sentido para a pessoa se preparar que pode haver despesas.

L: 35 - 35 (0)

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Processos organizacionais, qualificação e formação\Formação e qualificação geral e específica das equipas\Formação Entidade Enquadradora e da Família de acolhimento\o nível do Acompanhamento\Relação de cooperação\A família como parte da equipa

Valorizavam muito sentiam que gostavam de dar por exemplo quando sobre as questões das transições, quando se previa que a criança ia retornar à família de origem para a família de acolhimento era muito importante poder participar na decisão. Que não fossem só os profissionais a decidir porque tinham ali muita informação sensível que gostavam de partilhar. Às vezes era muito desconfortável para eles porque não fazia sentido, achavam que a família não estava preparada para ter a criança de volta e que a criança ia ter muitos retrocessos e, portanto, isso é que era angustiante na cessação. Aí sim gostavam de poder participar mais dos processos de decisão e sim era um dos motivos também para quererem continuar em bolsa. (ACOMPANHAMENTO) Estava tudo articulado

R: 32 - 32 (0)

Eu acho que um aspeto muito importante do atual regime e será um critério para o sucesso da medida que é o diálogo constante com a família de acolhimento que não é apenas a executora da medida mas que está envolvida, o próprio regime dá-lhe direito a manifestar a sua opinião, concretamente no âmbito da alteração da medida, é aberto um espaço para ouvir a família de acolhimento.

G: 19 - 19 (0)

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Processos organizacionais, qualificação e formação\Formação e qualificação geral e específica das equipas\Formação Entidade Enquadradora e da Família de acolhimento\A nível do Acompanhamento\Relação de cooperação\A família como parte da equipa\Valorização das famílias de acolhimento

Depois é toda a valorização que é feita à família. A família precisa de ser valorizada pelos diferentes intervenientes pela própria criança porque se a criança não quiser estar ali a família também não vai forçar para continuar no sistema para continuar naquele acolhimento em particular no sistema também, dos próprios profissionais é importante que validem as competências das famílias, portanto no fundo é uma abordagem positiva, uma abordagem muito centrada no esforço. Percebe-se quando é o contrário, quando há uma crítica da parte dos profissionais relativamente ao desempenho das famílias principalmente quando ela é na adolescência e as crianças dizem uma coisa a família diz outra não é porque deu jeito dizer assim se há desconfiança relativamente ao desempenho da família de acolhimento a família não vai querer continuar como assim estou a fazer um esforço tão grande. Porque é desafiante e porque de facto há um esforço muito grande por mais simples e por pouco complexo que seja um determinado acolhimento. Há sempre implicações negativas quanto pode ser maravilhoso, mas há sempre alguma implicação. Há um esforço, há uma necessidade de ajuste que se não é valorizada naturalmente desmotiva. Portanto uma das questões, isto é, de ir alimentando a motivação e isso foi muito discutido por nós também, do ponto de vista da fase inicial, portanto desde que a família está apta a acolher até verdadeiramente começar a acolher. Ou então se está em bolsa já com experiência, mas se está em bolsa e não está a acolher. Isso é absolutamente determinante também. Portanto os profissionais continuarem em contacto com esta família e alimentarem a motivação porque senão a família enfim começa a organizar-se noutro sentido e sai da bolsa ou então quando é contactada diz que não está disponível.

R: 25 - 26 (0)

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Processos organizacionais, qualificação e formação\Formação e qualificação geral e específica das equipas\Formação Entidade Enquadradora e da Família de acolhimento\A nível do Acompanhamento\Retenção das Famílias

Conservar as famílias de acolhimento ao longo de uma vida, o que é também um desafio e é importante

D: 24 - 24 (0)

Porque enfim rotatividade de crianças não implicará sempre a necessidade de estar permanentemente a recrutar porque estamos permanentemente também a perder famílias de acolhimento que após um acolhimento desistem ou não voltam. O Canadá tem aqui, não só a par, desde sistema de recrutamento permanente, mas tem também sistemas que permite conservar, manter famílias de acolhimento no sistema, sendo que não são profissionais, com inscrição de registos profissionais. Vão-se especializando ao longo dos anos.

D: 24 - 24 (0)

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Processos organizacionais, qualificação e formação\Formação e qualificação geral e específica das equipas\Formação e articulação para a cooperação FA-FO

Isto é outra área importante, se souberem apostar na abertura das famílias para criarem relação com as famílias de origem, se isto for bem feito não há como a criança não voltar a família de acolhimento para visitar, para estar, para conviver e haver uma relação que permaneça no fim do acolhimento familiar.

T: 49 - 49 (0)

Lembro-me de uma família de acolhimento um pouco mais velha, que tinha os filhos na universidade, sentiram a sensação do ninho vazio, e tornaram-se família de acolhimento, primeiro a criança subiu as notas assim milagrosamente, claro dois professores reformados em casa a ajudar, teve uma progressão escolar fantástica e depois quando voltou para a mãe ia lá fazer os deveres a casa. Porque não? Não há nada que o impeça e, esta cooperação no melhor interesse da criança é sempre o que devemos privilegiar.

T: 50 - 50 (0)

Mesmo no dia a dia e aquilo que às vezes sentimos como uma boa família. Às vezes temos surpresas que não são assim tão agradáveis quanto nós gostaríamos. Por exemplo famílias que sentem alguma dificuldade. Nós temos sempre o momento em que as duas famílias se encontram. Este encontro é mediado por nós, só acontece quando temos a certeza que estão garantidas todas as condições de segurança. O que nós queremos é que este encontro corra bem, corra bem para diminuir a ansiedade da família de origem, e termos o conhecimento das duas famílias, para que a família de origem tenha oportunidade de falar com a família de acolhimento para conhecer o rosto da pessoa que agora cuida do seu filho e também dar-lhe alguma informação sobre esta criança. Há muitas vantagens de estar noutros países, noutros modelos que fomos beber esta experiência e isto acontece.

C: 37 - 37 (0)

A família tem a formação toda connosco, o processo de formação todo connosco, tudo era aceite, chegou o momento crítico de conhecer a família de origem, e não está preparada. às vezes há surpresas que não estamos a contar, mas isto é trabalhável, é natural que neste momento estejam ansiosos, pensem que a família de origem está bastante mais ansiosa do que vocês, vocês aqui estão na posição privilegiada porque é assim mesmo. E, portanto, vamos lá nós estamos convosco, vamos preparar isto tudo, o que faz sentido perguntarem, o que vocês querem dizer. E isto além das outras formas de comunicação. Isto acontece. Durante o processo de avaliação correu tudo bem, chega a hora H....isto é dinâmico. O segredo aqui é nós estarmos sempre presentes. É a família sentir que nós estamos sempre presentes. Eles sabem que nós estamos constantemente também avaliar, mas sabem que é uma avaliação feita em equipa, é uma avaliação que eles próprios podem e devem fazer e têm espaço para fazer

C: 37 - 37 (0)

O mundo ideal do acolhimento familiar deveria ser que ao longo da vida independentemente do destino, do que aconteça a esta criança que teve em acolhimento familiar, seja adotada, seja acolhida de volta na sua família de origem, seja integrada na família alargada ou noutra resposta, a manutenção desta relação para ao longo da vida. independentemente de sermos acolhidos, todos nós guardamos uma imagem agradável da nossa educadora ou professora do primeiro ciclo ou do professores que nos marcaram de vida como quem se fosse possível gostaria de estabelecer a relação e de as ver e saber como estão e é o que seria desejável. Por outro lado, ainda há outro potencial do acolhimento familiar que é a ideia da responsabilidade da comunidade quer relativamente às próprias famílias de origem. Não só a questão, admitindo que o acolhimento familiar com estas preocupações da transitoriedade tenha trazido aqui uma maior pressão, qualquer coisa que também poderia estar mais, enfim desvalorizada ou esquecida, que é este trabalho permanente de capacitação da família de origem, de preservação do vínculo, pela necessidade de evitar ruturas, eu penso que trará também aqui um aspeto que eu penso que seria muito a própria relação que se estabelece entre as famílias de acolhimento e as famílias de origem da criança que tradicionalmente é diabolizada porque são maltratantes, são negligentes e gerando a sensação que é imediata nas pessoas e nas famílias, como é que é possível fazer isto a uma criança mas que através do conhecimento destas famílias, da sua história e do acompanhamento desejável, que poderá nem ser sempre fácil mas de coexistência responsável entre estes dois sistemas familiares poderá trazer também a diferença em termos de capacitação a estas famílias que acolherem esta criança, mantiveram uma relação saudável com esta família de origem na medida que mais tarde a criança possa continuar a beneficiar do apoio desta família. E vamos observando isto em alguns casos, crianças que estiverem em acolhimento familiar, que já estão nas suas famílias de origem e famílias alargadas e que passam o fim-de-semana ou que se juntam com a família de acolhimento, em volta aquela criança e que isto tem importância não só para a própria criança como para a família de acolhimento e família de origem. Há aqui, eu diria, um alastrar dos benefícios do acolhimento familiar não só para a criança que dele beneficia diretamente, mas para os os dois sistemas familiares que esta criança se insere e também para o bem-estar genérico da comunidade onde está integrada. Desenvolvendo-se isto em proximidade, vamos tendo também um maior espírito comunitário, de apoio e responsabilidade pelo bem-estar das crianças e de todos nós. Este é um aspeto que Portugal precisa de estimular, este espírito comunitário que não está muito presente. Temos um potencial grande e acolhedor mas o espírito comunitário de nos organizarmos, de nos apoiarmos, colide também com o espírito demasiado individualista de "na minha casa" e "gosto de estar protegido", este é um fator importante para o desenvolvimento da comunidade, capacidade de se relacionar sem inibição, sem resistência à invasão do outro, com respeito pelo espaço do outro mas de envolvimento solidário.

D: 19 - 19 (0)

Temas mais desafiadores são evidentemente a convivência com a família de origem e a capacidade de se perspetivarem numa das bases deste triângulo que é a relação com a criança e com a família de acolhimento. Essa é uma das áreas mais desafiadoras e mais importantes desta formação. São os temas mais sensíveis quer na formação quer na própria avaliação que é esta questão da pluriparentalidade - capacidade de as famílias de acolhimento acolherem e integrarem e aceitarem e partilharem esta parentalidade que vão ter temporariamente, com mais ou menos tempo, com a parentalidade existente e que deve ser fortalecida da família da criança.

D: 35 - 35 (0)

Obviamente a ideia que a família biológica faz parte deste porque há também alguma resistência a reconhecer família biológica como sendo uma parte. "eu acolho a criança, mas eu não quero ter contacto com a família biológica" ou eu não quero sequer participar nesse processo". Portanto é um bocadinho esta conjugação das diferentes dimensões.

I: 36 - 36 (0)

Agora é preciso e esse é um dos desafios, caso a medida venha a tomar-se realmente viável em todo o país e para muitas crianças, o desafio será conseguir que os projetos de vida da criança, seja de reintegração familiar, seja de adoção, seja de autonomia de vida, consigam ser concretizados por via dessa medida e que essa medida constitua como facilitadora do cumprimento dos projetos de vida da criança. Esse é um ponto que não está a ser suficientemente salientado pela comunidade do sistema de proteção as pessoas estão ainda muito preocupadas com a questão de ter famílias de acolhimento e construir essa solução como uma solução viável não estão tão preocupadas com o funcionamento da solução. E se a mesma funciona de uma forma a facilitar a concretização do projeto de vida das crianças.

Dou como exemplo: qual vai ser a relação das famílias de acolhimento e as famílias biológicas, como é que vão ser os convívios da criança com as famílias biológicas. Como é que vai ser a partilha das responsabilidades parentais entre a família de acolhimento e a família biológica. Vamos garantir que o acolhimento familiar só vai aplicar no caso da proximidade de acolhimento na mesma área de residência da família biológica de forma a que a criança não seja afastada da família biológica o tornará mais difícil um projeto de vida de reintegração familiar? São as questões que importa debater para termos a certeza de que estamos a garantir um grande envolvimento da família biológica e conseguir um trabalho conjunto que facilite o cumprimento do projeto de vida de reintegração familiar, tem que ser premente no âmbito do acolhimento familiar.

P: 3 - 4 (0)

Portanto também não se pode partir do princípio que como essa relação entre a família biológica e outra família é problemática que se deve afastar completamente essa possibilidade não há casos em que se consegue fazer com que funcione bem. A minha preocupação com o acolhimento familiar é um pouco essa, gostava de ver mais na lei a preocupação de haver uma articulação entre a família biológica e a família de acolhimento a dois níveis: o primeiro nível tem a ver com a partilha das responsabilidades parentais, porque o que a lei diz, a guarda, a manutenção, educação da criança é transferida para a família de acolhimento mas prevê simultaneamente que a família biológica deve cooperar com a família de acolhimento e deve passar por uma formação e deve ser preparada para assumir o exercício das responsabilidades parentais durante a duração da medida de acolhimento familiar.

P: 20 - 20 (0)

Para mim, o grande desafio é conseguir uma cooperação saudável entre a família de acolhimento e família de origem e conseguir que a família de acolhimento contribua para o projeto de vida da criança quando ele passa pela reintegração familiar. Gostava que houvesse mais soluções para isso, que ficasse mais claro na lei que a questão de particular importância na vida da criança deva ser tomada pelas duas famílias em conjunto, mas isso não está previsto na lei, assim como não está para o acolhimento residencial.

P: 50 - 50 (0)

Naquelas situações que existiam e ainda existe, às vezes, era a madrinha que ficava com o seu afilhado, estava na casa da madrinha, mas ia à família sempre que pudesse, se quisesse, porque aquela era a pessoa amiga que ajudava a família. Enquanto a família de acolhimento não poder ser sentida como alguém que ajuda a família naquele momento, eu não sei se conseguimos ultrapassar também os possíveis danos que vemos que podem acontecer e acontecem no acolhimento residencial. Se esta avaliação pudesse ser feita com este enfoque de família de origem e família de acolhimento, podíamos ter ganhos muito interessantes, como é que esta proximidade pode ser viável como potenciá-la, sem que a criança sinta triangulada nestas duas existências.

N: 17 - 18 (0)

Seria muito interessante o estudo e contributo da academia de como avaliar e como potenciar esta ligação. Sei que as famílias de acolhimento, naturalmente se possam sentir molestados, incomodados, mas talvez com estes procedimentos mais exaustivos, pudéssemos chegar a este modelo que não é este.

N: 19 - 19 (0)

	É necessário compreender que a família de origem não é alguém para se afastar é alguém para trabalhar e que eles também são um pilar importante, não só no apoio à criança e às necessidades dela, mas também no apoio à família dela. É um dos fatores, difíceis de encontrar nas famílias de acolhimento. As famílias sim têm um espírito de missão, mas temos tido muitas que desistem quando se foca este ponto, há que haver contacto com a família de origem e muitas não querem. Não pode existir esta cisão, a seleção tem que ser extremamente cautelosa nisto. R: 4 - 4 (0)
<i>Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\Processos organizacionais, qualificação e formação\Formação e qualificação geral e específica das equipas\Formação e articulação para a cooperação FA-FO\Envolvimento de FA E FO strength based approach</i>	Por mais que a família de acolhimento seja brilhante, trabalhe bem, faça tudo, etc. o ver-se, o perceber-se. Acho que acho que é outro nível, sentarem-se todos à mesa e de facto estarem ali em sintonia. B: 34 - 34 (0) Se conseguirmos congregar criança, família de origem e família de acolhimento e fazer perceber a todos do que é que se trata, no fundo. Isto impõe um grande trabalho ao tribunal, às comissões de proteção, trabalho de diálogo constante, de informação mas se todos perceberem que o que nós estamos a fazer não é retirar a criança daquela família e colocá-la noutra, que o que estamos a fazer é tomar uma medida tendo em vista um resultado que é desejado por todos, isto faz a diferença. É necessário definir o problema que originou a situação de perigo com toda a clareza, identificá-lo como problema, o Estado não é indiferente a este problema, mas queremos resolvê-los e precisamos da colaboração de todos. Quando as pessoas se sentem em colaboração, quando se sentem importantes e isto depende também de mais do que apontar o dedo à família também se mostre os aspetos positivos que tem, as virtualidades e capacidades de desenvolvimento que tem. Muitas vezes também temos pessoas que derivado de todo o percurso que tiveram também estão de braços caídos, sem grandes expectativas, sem autoconfiança, se essa for a nossa postura eu penso que podemos ter resultados melhores. Sem dúvida, temos que retirar a visão da subtração, que estamos a criar a divisão, a retirar, isolar, a impedir os laços normais entre pais e filhos, mostrar que não é esse o objetivo. Se em função do melhor interesse da criança, o tribunal tem seguramente que tomar todas as medidas. G: 13 - 13 (0) acho que temos de criar mecanismos de controle T: 23 - 23 (0)
<i>Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\ Suporte técnico e monitorização da qualidade</i>	Esse trabalho de supervisão, o acompanhamento, a formação é decisiva, é algo sistemático e permanentemente, não é algo que se faz e morreu. O: 44 - 44 (0)
<i>Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\ Suporte técnico e monitorização da qualidade \Investimento na Seleção, formação e Acompanhamento do A Família\Os processos de Seleção e Formação das FA</i>	No fundo o que é que se considera a nível de captação de seleção da formação de famílias de acolhimento dos conteúdos de formação da necessidade de acompanhamento e supervisão. Um parecer sobre temas: recrutamento, seleção e formação são muito difíceis. Speaker: Essa área, essa dimensão do acolhimento familiar e o <i>matching</i> eu acho que são de facto, talvez os aspetos mais complexos desta medida. J: 32 - 33 (0) Mas relativamente à seleção, ao <i>matching</i> mesmo que são de facto áreas complexas que apesar ter alguns protocolos algumas baterias, é muito exigente a equipa, porque estamos a lidar com seres humanos, estamos a lidar com pessoas porque no momento da seleção, no momento da avaliação, a família fala-nos no campo das hipóteses. Estamos a projetar problemas estamos a perspetivar formas de atuação e formas de lidar. Mas depois quando a criança está lá cada criança provoca numa família uma reação diferente. Mesmo até famílias de acolhimento que já têm experiência já tinham vivenciado vagas de acolhimento e vivência ligação que estabelecem com aquela criança é diferente. Outra dificuldade do acolhimento familiar é outro desafio que é preciso ter realmente enquanto esta gestão da Bolsa no que diz respeito à seleção não estava a falar. Mas depois também há a manutenção da família Bond porque a nossa legislação vai nesse sentido. J: 35 - 35 (0) A avaliação do impacto a nível organizacional, da família e da experiência criança, o que considera ser componentes fundamentais da avaliação do acolhimento familiar?

Na avaliação do acolhimento, nós temos que ouvir quer a família quer também a criança. Para além da auscultação das famílias no âmbito da avaliação do acolhimento, regularmente, uma monitorização ao longo do tempo, não pode ser só no final da medida, tem que ser uma avaliação regular, nós de dois em dois meses, três em três meses depende também da situação e há algumas questões que têm que fazer parte do Protocolo de Avaliação das famílias nomeadamente o impacto que o acolhimento está a ter na dinâmica familiar, junto dos filhos, os desafios de que a criança coloca ao longo do tempo, quer em termos de acompanhamento escolar, quer em termos de comportamento da criança, mais exigente ou menos exigente, e em termos da dedicação de tempo à criança que depois também leva a uma saturação digamos assim na família. A questão do impacto nos filhos biológicos também é importante um aspeto a ser monitorizado porque os filhos são muitas vezes os modelos das crianças acolhidas porque muitas vezes também são mais velhos, pelo menos nas boas práticas sugerem que as crianças acolhidas sejam mais novas do que as dos filhos biológicos e é esse esse aspeto também não for motorizado pode depois constituir um obstáculo e por outro lado ouvir as crianças individualmente e em grupo. Nós temos duas metodologias portanto utilizamos um estilo mais formal mais entrevista em que tentamos avaliar o grau de satisfação da criança quanto à integração naquele contexto sobre as várias dimensões da vida da criança mas também de uma forma lúdica fazendo reuniões com outras crianças acolhidas fazendo dinâmicas de grupo, jogos e que desta forma mais informal também conseguimos perceber o grau de satisfação e o bem estar e de integração da criança no contexto familiar e a a percepção da Criança e do sentimento que a criança depois pode desenvolver relativamente a este sentimento de aliança e de lealdade entre a minha família biológica e minha família de acolhimento que é uma dimensão importante para que a criança tenha consciência dos dois contextos familiares e dos benefícios que é duas famílias e conseguir lidar com isso. Porque quando há visitas e quando há relação e perspetiva de integração no seio familiar há que ter essas dimensões bem definidas e bem integradas na história de vida da criança para que não haja nenhuma conflitualidade, portanto este conjugar de diferentes técnicas de auscultação e de diferentes momentos individuais e em conjunto mais em contexto da instituição mas também em contexto da visita domiciliária, do espaço da criança, do espaço da própria família permite-nos esta monitorização do impacto no acolhimento familiar está a ter na dinâmica familiar e na vida da criança. Outra dimensão que é preciso ter em conta que é muito impactante nas famílias diz respeito à questão mais processual e à parte mais burocrática. A forma como a família sente que é envolvida no processo de decisão e a forma como é vista é tratada pelo sistema de proteção digamos mais burocrático da legislação que enquadra e da forma como ela sente que o sistema a vê, que vê o seu papel, que tem atenção as suas opiniões, é um aspeto muito importante para que a família se sinta satisfeita com o acolhimento e com o contributo que está a dar para o processo daquela criança. E às vezes é uma área descurada porque é muito burocrática. Às vezes mais rígida porque a família entende que o sistema de proteção, os tribunais, devem considerá-las não como um elemento que executa a medida, mas como um elemento participativo e ativo, que conhece a criança e que cujo a sua opinião deve ser tida em consideração. Vista como parte integrante da equipa.

que a família tem visto relatos das famílias, mas não um sistema os tribunais devem considerar não uma prestadora de serviços em nenhum momento quis colocar na vida, mas participativo. Aqui que reconhece a criança. Sua opinião deve ser

Speaker 1 visto como parte integrante da equipa. Exatamente como a comunicação esta focada em suas necessidades focadas na criança e não na vigilância. Isto é, o início que é importante é uma questão que atravessa um modelo assistencialista que atravessa as mais complexas questões sociais.

J: 40 - 43 (0)

Tem mesmo que ser sistémico, holístico, integrador das necessidades, das potencialidades e das fragilidades das famílias. Mesmo no processo de avaliação, a perspetiva aplicamos os instrumentos ou quando avaliamos a família também tem que ser assente nas potencialidades da família e não digamos assim como uma checklist: "não reúne, "não reúne", porque aí podemos estar de facto a desperdiçar uma boa família para a criança porque às vezes tem uma forma de se expressar ou esta ou algumas características que numa primeira análise poderá às vezes surgir menos. Não excluir a família logo à partida porque achamos que não tem esta competência educativa ou esta prática educativa, mas no aspeto de integrar o conhecimento e a experiência da família, formá-la naquelas áreas em que achamos que há alguma fragilidade ou alguma necessidade. Nesta perspetiva de integrar, considerar a família

e não excluí-la à partida. Todos somos diferentes, todas as famílias têm características diferentes e às vezes determinada característica que para nós não nos parece bem, para aquela criança, para aquela faixa etária, funciona muito. Olhar para as forças em vez de excluir pelo défice e trabalhar a família para desenvolvê-las melhor.

J: 44 - 44 (0)

Aquilo que nós sabemos é que quando as famílias quando nós avaliamos as razões para uma família de acolhimento ou quando nós exploramos as motivações e certas motivações estão centradas no melhor interesse da criança que são as suas necessidades. Isto é um bom preditor de sucesso. Portanto quanto mais a motivação para se tornar família de acolhimento estiver centrada na ideia de dar resposta às dificuldades da criança, de se constituir como um contexto seguro protetor reparador etc. maior a probabilidade de continuar isto é relativamente alta porque se torna família de acolhimento para cumprir digamos assim uma função mais pessoal ou familiar, quando eu deixar de ter esta necessidade esta ideia de acolhimento deixa de fazer sentido e portanto avaliar as motivações para se tornar e aquilo que orienta o comportamento é uma dimensão muito importante.

I: 34 - 34 (0)

E depois eu diria que as expectativas também. Nós sabemos e isso também é descrito na literatura que há muitas vezes informação que é pouco clara e as pessoas confundem a medida de acolhimento com adoção e a ideia de poder adotar tanto. A ideia das expectativas também é muito importante quando nós pensarmos na formação inicial ou antes disso ainda não é quando os candidatos mostram disponibilidade, é muito importante informar, avaliar e considerar estas expectativas para que elas não sejam frustradas. Não devemos criar expectativas irrealistas só porque precisamos de famílias. Portanto esta ideia de que estamos sempre a pensar numa resposta para as crianças e não para as famílias e não para os adultos.

I: 34 - 34 (0)

Portanto por um lado relativamente àquilo que são as dimensões mais relacionadas com querer tomar se portanto eu diria que as questões motivacionais muito centradas nas necessidades da criança são muito importantes. A ideia do suporte é muito importante naturalmente relacionado com também as expectativas.

I: 34 - 34 (0)

O sucesso vai depender muito disso, da formação, da seleção

G: 19 - 19 (0)

Na seleção inicial tem que existir medidas psicométricas, psicológicas. Uma pessoa autónoma, independente, bem psiquicamente e fisicamente, tem que ser uma pessoa que tem noção, compreende e aceita, uma avaliação que deve ser feita por um psicólogo. Uma pessoa que tenha plena noção do que é o acolhimento familiar, de que é uma medida temporária, que não é uma adoção, tem que saber o que é o acolhimento familiar e aceitá-lo como ele é e estar preparada para que a criança vai continuar a ter, em grande parte das vezes, um contacto com a família de origem e tem que estar preparada porque podem vir a existir situações de conflito.

L: 32 - 32 (0)

ma coisa é a seleção inicial em que essas coisas tem que ser conhecidas, aferidas e aceites e depois passado esse momento vem a treino para saber se vai de facto integrar nessa bolsa e esse processo é um processo que demora o tempo que demorar. Nos primeiros dias do processo de treino são coisas muito básicas, conhecer a lei, saber o que a lei diz, definição de termos, o que é, o que não é. No fim, por exemplo, gerir, no que é que se pode tomar decisões, no que é que não se pode tomar decisões. O miúdo decide rapar o cabelo? podemos dizer vai, vai, não é bem assim se calhar temos que perceber se os pais se vão opor ou têm grandes objeções a isso ou se não. A formação vai do muito muito prático, as coisas que se pode ou não fazer e áreas como o que esperar da segurança social, como é que é o processo, como é que é o processo nos tribunais, os direitos que nos assistem, os direitos que não nos assistem, coisas muito práticas, eles não têm respostas para tudo. Eu tive imensas dificuldades em encontrar um centro de saúde. Ensinam-nos a navegar em coisas básicas e depende como a família candidata vai reagir, se ou se assusta e foge ou fica e vai resolvendo as questões que tem. É um momento para desistir do processo, se for o caso. É um ótimo momento para ouvir outras famílias. Algumas perguntas hipotéticas também como reagimos em certas situações de mau comportamento, ou como valorizamos a escola, como valorizamos os laços sociais, como valorizamos os laços familiares?. Neste processo a quem compete, psicólogas e assistentes sociais, estão a usar todos esses momentos para fazer avaliação.

L: 33 - 33 (0)

	Na sessão de informação, logo nas primeiras etapas apresentar as diferentes possibilidades do acolhimento de uma criança em contexto familiar, por isso falamos do acolhimento familiar, do apadrinhamento civil e da adoção. Muitas consideram apelativo o apadrinhamento familiar, M: 6 - 6 (0) Speaker 2 Já houve sessões informativas a nível nacional, quando as famílias se querem candidatar existe uma primeira sessão, uma formação inicial, para as potenciais famílias antes de formalizarem a candidatura. A experiência que temos tido a nível nacional é que é um modelo muito bom, considero que é um dos aspetos mais positivos. As pessoas são elucidadas e é clarificado do que lhes é pedido e só depois após a reflexão dos potenciais candidatos de se sentem que têm capacidade para lidar com as crianças, como vão estruturar a sua vida, como vão lidar com as famílias de origem, aí então formalizam a sua candidatura. Esta formação existe antes de se iniciar a avaliação e penso que tem grandes benefícios. M: 27 - 27 (0)
<i>Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\ Suporte técnico e monitorização da qualidade Investimento na Seleção, formação e Acompanhamento do A Família\Os processos de Seleção e Formação das FA\Dimensão da Formação\A formação Evidencia científica e experiência</i>	Não há estudos específicos sobre avaliação da qualidade formação, mas os seus conteúdos são feitos com base no que é o sucesso da colocação. Há uma associação ou uma representatividade, (inglaterra – <i>skills to foster- foster network</i> – representa os acolhedores ingleses) e, portanto, baseia-se na evidência científica e no conhecimento prático do casamento entre as duas vezes uma está mais à frente do que outra. Também temos que neste momento não temos estudos sobre a formação portuguesa. Temos que ir lá fora mas também percebeu que os técnicos têm a partilhar, o que fez sentido, assim como as famílias de acolhimento. B: 42 - 42 (0)
<i>Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\ Suporte técnico e monitorização da qualidade Investimento na Seleção, formação e Acompanhamento do A Família\Os processos de Seleção e Formação das FA\Dimensão da Formação\Testemunhos</i>	Depois em termos de formação, o fator de sucesso associado à formação é a participação de acolhedores e também a participação de ex-acolhidos. o testemunho em primeira pessoa de quem já passou pelo processo, quem conhece as dificuldades e a gratificação, da recompensa que a atividade de acolher uma criança na sua família proporciona, é reconhecido no conhecimento científico como um triunfo que deve ser aproveitado na formação dos potenciais acolhedores. E: 21 - 21 (0)
<i>Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\ Suporte técnico e monitorização da qualidade Investimento na Seleção, formação e Acompanhamento do A Família\Os processos de Seleção e Formação das FA\Dimensão da Seleção</i>	A relação entre o acolhedor e a criança, esta é a parte fulcral, como é que este acolhedor está disponível para se relacionar com a criança e para suprir as necessidades de desenvolvimento e respeitar a identidade da criança. Comecei pelo meio do modelo, mas depois tem a ver quem é o acolhedor e quem é a criança, a começar pelo acolhedor - as características do acolhedor: como ser afetivo paciente flexível, sentido de humor apesar de não ser altamente valorizado, autorregulação – conseguir-se regular e lidar com o stress, mas ao mesmo tempo também ter curiosidade de aprender mais e estar motivado para aprender com os outros e, também tem a ver com as experiências do passado (experiências passadas) que eles tiveram e o bem-estar psicológico; A minha investigação identificou e está alinhada com outras investigações, depois tem a ver com a rede de suporte que elas têm, seja o conjugue, os próprios filhos, a família alargada, as redes de suporte social, (redes sociais) - estamos a falar de vizinhos, amigos, colegas de trabalho. Depois temos <u>a questão da relação com os serviços sociais, mais abrangente com as assistentes sociais, e com a família de origem da criança</u> e depois quem é que é esta criança - quais são as questões a criança traz, saber-se lidar com estes aspetos, e estar predisposto a promover então a relação. Ou até podemos pôr de outra forma: a permanência. Estamos a falar de salvaguardar a permanência legal, física, e emocional da criança. todos trabalharem em conjunto. Esta é a base do que é um acolhimento de sucesso. B: 29 - 29 (0)
<i>Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\ Suporte técnico e monitorização da qualidade Investimento na Seleção, formação e Acompanhamento do A Família\Os processos de Seleção e Formação das FA\Dimensão da Seleção\matching/necessidades da criança</i>	Em Portugal, precisamos porque nós somos muito, ou crê-se que somos um país muito pouco diverso, quando temos diversidade e não a reconhecemos. Eu acho. Precisamos porque quando eu falei do que contribui para o sucesso são as questões-base, depois tem a ver com o emparelhamento, são outro tipo de investigações e de estudos e que eu tenha conhecimento nenhum foi em Portugal na área de <i>matching</i> que é exatamente isso temos que perceber quais são as necessidades das crianças. Nós não temos só crianças brancas, católicas, cis, hétero, temos uma multiplicidade de crianças e agora também com a questão das crianças e jovens não acompanhados.

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\ Suporte técnico e monitorização da qualidade \Investimento na Seleção, formação e Acompanhamento do A Famili\Os processos de Seleção e Formação das FA\Investimento na Formação

Depois disto então, explicamos tudo aquilo que é o processo de acolhimento familiar. Quais são os desafios do AF reforçando a questão da temporalidade do acolhimento. Reforçando a questão da presença da família de origem, que é o enorme desafio do acolhimento familiar. Fazemos isto tudo, não escondemos nada, não afugentamos, mas é tudo disto com muita transparência. Eles fazem perguntas e a seguir decidem ou não formalizar a candidatura. Formalizam e a seguir têm formação, de acordo com a nossa legislação, de 20 horas. Nós fazemos cinco sessões de quatro horas onde vamos explorar tudo isto: o conceito de pluriparentalidade que é no fundo isto mesmo, a criança em acolhimento familiar beneficia de vários ambientes familiares, dois, o da sua família de origem e da família de acolhimento, como é que estas duas famílias se relacionam. A mediação técnica que tem que estar sempre presente. Não tem que ser uma relação direta, mas se houver envolvimento e se isto acontecer também não há nenhuma questão. As questões das características das crianças e dos desafios que estas crianças podem trazer tendo em conta a sua mochila, o seu passado, e como é que isto se traduz nos comportamentos, em atrasos de desenvolvimento, enfim, tudo isto é passado na formação. Quando as pessoas terminam a formação têm uma ideia bastante clara de como é realizado o acolhimento familiar e que com o seu exercício é que se vai tornando mais clara e mais real.

Só depois das 20 horas de formação é que iniciamos o processo de avaliação. e porquê? isto tem a ver com a experiência dos outros países, a perspectiva é que não faz sentido começar a avaliar e conhecermos muito bem uma família e só depois quando souber que o que está em causa no final nos disser que afinal não era bem isto que eu queria, que se soubesse se calhar não tinha não tinha avançado. Portanto, é preferível ter toda a informação e o que vamos avaliar a seguir não é o conhecimento que eles têm sobre o acolhimento familiar. Concluída a formação, iniciamos a avaliação, a avaliação é, de facto, muito rigorosa avaliação psicológica tanto dos elementos do casal, precisamos muito de conhecer muito bem a dimensão do funcionamento individual de cada um deles sobretudo das questões do cuidar, do ponto de vista de cuidar de uma criança, é exaustivamente esmiuçado. E a seguir, precisamos de conhecer as dinâmicas conjugais, como interação, quais são as dinâmicas que estão envolvidas. No meio disto tudo conhecemos as histórias de vida de cada um dos elementos do casal. Naturalmente as pessoas falam-nos das suas histórias de vida e é muito curioso e não é raro encontrar pessoas com histórias de vida pesadas, histórias de vida que não são lineares, provavelmente, por isso mesmo é que as pessoas são tão disponíveis e tão empáticas com estas crianças e estas famílias e a sua experiência também lhes trouxe algum sofrimento conseguiram lidar com esse sofrimento, de maneira que agora, tão generosamente estão a querer ajudar outros. Isto é muito importante. Não é raro encontrar histórias de vida densas.

Então: dimensão individual, dimensão conjugal, a dimensão parental quando existem filhos também. Precisamos de conhecer muito bem quais são as suas dinâmicas com os seus próprios filhos ou com outras crianças, sobrinhos ou filhos de amigos. Como é que as coisas se gerem. A questão dos modelos parentais também é muito importante. e as crenças educativas é fundamental. E aqui temos tido algumas não digo surpresas, mas a questão da punição física por exemplo ainda é aceite culturalmente no nosso país. Não são surpresas, mas são questões que precisamos trabalhar com algumas famílias. Algumas ficam pelo caminho por esta questão. As próprias famílias percebem porque é que ficam. Depois precisamos de conhecer muito bem a rede de suporte. Para uma família de acolhimento é fundamental existirem redes de suporte sólidas, inclusivamente nós pedimos às famílias que identifiquem uma família substituta. Porquê? numa falha da família, quem é a pessoa, as pessoas ou a família, com quem a criança vai manter uma relação próxima e que as pode substituir por doença ou numa situação de viagem, qualquer coisa. É importante haver uma família. Pedimos também cartas de referências, consideramos muito importante. Estas cartas de referência servem no fundo para ter uma triangulação maior para ter informação sobre esta pessoa e por outro lado para responsabilizar quem nos responde. Se eu peço ao professor na escola uma opinião sobre esta pessoa. Nós fazemos várias perguntas nestas cartas, nomeadamente, se confiaria um filho seu a esta família? Qualquer coisa que é emocionalmente impactante, portanto também responsabilizamos quem responde uma assunção de que esta família tem capacidade e é idónea para exercer o acolhimento familiar. Portanto, é isto tudo, quando chegamos ao final do processo de avaliação, o relatório que é aprovado ou não, mas conhecemos muito bem esta família. Uma coisa que é importante é que nós não avaliamos ou selecionamos uma família de acolhimento em abstrato, avaliamos uma família de acolhimento para um perfil específico de criança a acolher. Quando temos dúvidas sobre alguma família, quando surgem informações

que suscita dúvidas ao longo do processo, fazemos um exercício em intervisão, em equipa, de que criança é que fazia sentido esta família acolher? há algum perfil de criança que faria sentido que esta família pudesse acolher? Quando conseguimos vislumbrar que sim então, vamos avançar, vamos ver que se calhar com apoio, com formação...então vamos continuar. Às vezes, não conseguimos. A pobreza é tanta que - que criança é que ganharia em estar nesta família? e não conseguimos ver nenhuma criança que possa beneficiar então não faz sentido nem é honesto para nós, nem é para a família e comunicamos esta decisão à família. O processo é assim, precisamos muito de famílias, mas nem todas as famílias são aceites e aquelas que são de facto, alvo de um escrutínio muito detalhado. Sempre nesta perspetiva, de que não é em abstrato, é para um perfil, pode ser de banda larga ou pode ser um perfil mais restrito. há sempre um perfil de criança que perspetivamos para aquela família e sem essa perspetiva não faz sentido avaliar.

C: 32 - 34 (0)

I Esse escrutínio também é uma prudência.

AG Sim, sem dúvida. Pela herança que temos de trás e por algumas situações que correram mal e se tomaram públicas nós não podemos correr o risco de correr mal. Não podemos nunca pela criança, claro. mas nesta fase de implementação deste programa não podemos correr o risco mesmo de ser negligentes nesta avaliação. Por isso é que é tão detalhado. De qualquer das formas também aquilo que sentimos é que a avaliação nunca está concluída, que aquilo que conhecemos de uma família quando o processo termina é complementado com a introdução de uma criança lá. Depois na realidade nós vamos continuar a avaliar esta família, como continuamos a estar muito presentes, com a tal disponibilidade 24 horas e nós próprios, não é só a família que nos contacta. Nós temos este movimento periódico de estar lá e acompanhar. Isto também nos permite garantir que a criança está bem e claro que há surpresas, é tudo dinâmico. Há mudanças na família no dia-a-dia.

C: 35 - 36 (0)

O nosso acompanhamento, nós somos exigentes, ou seja, nós temos situações, às vezes em que até acho que é excessivo. Na minha opinião acho que tem a ver com a nossa necessidade que isto corra bem, é uma prudência. Máxima exigência e maturidade. Isto é tudo novo para toda gente.

O: 43 - 43 (0)

Nós estamos a excluir muitas famílias, têm que ter as motivações certas, não pode ser mais ou menos, na dúvida exclui-se. Não podemos escolher famílias que vão ter motivações erradas com estes miúdos. estes miúdos já passaram por tudo o que não deviam ter passado. Na dúvida excluimos, se é uma família que tem muito preconceito social pela sua família de origem, não queremos. Se é uma família que quer adotar, que a gente percebe, não queremos. Temos um modelo muito exigente. Temos 5 sábados de formação, depois *home study*, várias sessões com instrumentos, é muito exigente, é muito mais exigente que a adoção, porque é muito mais difícil ser família de acolhimento do que adotar. Lidar com as descontinuidades, com as saídas, com a família de origem, é muito mais desafiante.

O: 55 - 55 (0)

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\ Suporte técnico e monitorização da qualidade \Investimento na Seleção, formação e Acompanhamento do A Família\Os processos de Seleção e Formação das FA\Investimento na Formação\Formação contínua

À medida que se vai evoluindo no acolhimento familiar, deve haver outras coisas como workshops, ações gestão emocional, gestão de conflitos, primeiros socorros, depois podemos ser criativos, trabalhos de casa, conversar com professores, técnicas de comunicação, técnicas de relaxamento. coisas giras que vamos trabalhando, mas que todos os pais. Mesmo que a instituição de enquadramento não poder que nos dê guia, nos dê websites.

L: 41 - 41 (0)

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\ Suporte técnico e monitorização da qualidade \Investimento na Seleção, formação e Acompanhamento do A Família\Os processos de Seleção e Formação das FA\Investimento na Formação\Processos de Recrutamento, Seleção, formação das FA

nosso sistema ainda não contempla esta questão do *matching* a nível das famílias de acolhimento. A gestão de vagas teoricamente deveria ser isso para as casas do acolhimento, mas não é isso. Enquanto não houver esta questão de *matching* como há para adoção para as famílias de acolhimento, poder pôr a criança certa para a família certa faz todo o sentido. As entidades enquadradoras têm uma certa obrigação de o fazer, como serão elas que farão o recrutamento, a seleção, a formação das famílias, vão ter conhecimento acerca das famílias, mas depois a colocação das crianças ainda não se percebe muito bem como vai ser. Provavelmente não irá passar por esta entidade enquadadora, apesar desta entidade enquadadora depois tenha a obrigação de acompanhar o processo.

T: 54 - 54 (0)

	Se há dúvidas sobre as famílias de acolhimento então temos que investir na parte da seleção. Temos que salvaguardar que as pessoas são bem selecionadas, temos que salvaguardar que a sua formação é correta. B: 8 - 8 (0) Portanto esse investimento passará exatamente por aí, também pela capacitação das famílias, a preparação das famílias. Tem que existir uma preparação grande até para não se confundirem conceitos e as famílias estarem preparadas e focadas apenas em proporcionar à criança e jovem acolhidos um ambiente seguro que visa o restabelecimento do seu equilíbrio e do seu são e integral desenvolvimento com um espírito de generosidade portanto saber enfim que poderão criar o vínculo do apadrinhamento civil mas tirando essa situação, saber que é de facto uma passagem e ter isso presente e essa capacidade de deixar a criança seguir o seu caminho, resolvida a situação de perigo que deu lugar à aplicação da medida, parece-me que para começar o investimento passará por aí, por divulgação, sensibilização, educação e depois claro, a captação de familiares, a sua preparação e sua própria capacitação também. G: 3 - 3 (0)
<i>Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\ Suporte técnico e monitorização da qualidade \Investimento na Seleção, formação e Acompanhamento do A Famili\Os processos de Seleção e Formação das FA\Diversidade e Especialização da bolsa de famílias</i>	2 Sim, é uma das coisas que eu tenho defendido ao longo destes últimos anos até porque não é propriamente original, todos os países têm essas modalidades. Nomeadamente Espanha, tem acolhimento simples e acolhimento permanente ou prolongado e vai ser uma necessidade. Tive pena que quando houve esta alteração da lei de proteção que não se tivesse aproveitado para introduzir algumas modalidades, alguns tipos de acolhimento familiar. É absolutamente essencial caminhar no sentido da especialização no sistema de acolhimento, ou seja, deixar de basear a resposta de acolhimento num único tipo único tipo de acolhimento. É diferente acolher um bebé por três meses, de acolher um adolescente que vai ficar até a maioridade ficar até aos 21 ou 25. É diferente acolher uma criança com 5 anos de uma criança com problemáticas específicas, às vezes, até, de saúde ou comportamento. Tudo isso implica que respostas especializadas E: 15 - 15 (0) A ideia de especialização implica exatamente a existência de repostas tão diversas de acordo com as diferentes necessidades das crianças. E: 16 - 16 (0)
<i>Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\ Suporte técnico e monitorização da qualidade \Investimento na Seleção, formação e Acompanhamento do A Famili\Os processos de Seleção e Formação das FA\Diversidade e Especialização da bolsa de famílias\Bolsa diversa de famílias</i>	O acolhimento deve ser para todos, o acolhimento familiar aos 17 faz sentido, se for preciso. D: 45 - 45 (0) Depois obviamente que estaria feliz se nós tivéssemos uma bolsa de famílias suficientemente diversa para responder às necessidades das crianças. I: 47 - 47 (0) Quando falamos das crianças em um contexto de acolhimento familiar falamos também de menores acompanhados. Falamos também de diversidade quer do ponto de vista social, cultural, portanto, ou seja, nós estamos muito longe desse objetivo. Nós estamos ainda a criar famílias de acolhimento para crianças em idades pequenas com menos de seis anos está muito neste foco ainda de reparar aquilo que está errado digamos assim I: 47 - 47 (0) eu gostaria de ter uma visão que fosse de inclusão, portanto de alguma forma nós estivéssemos capazes de responder aos desafios sociais que vão ser simultaneamente tão importantes quanto estes, portanto internacionalmente apesar deste ser o nosso desafio nacional, vamos ter que paralelamente lidar com menores não acompanhados, com o movimento de refugiados. I: 47 - 47 (0) Eu defendo que deve existir uma bolsa de famílias específica para dar resposta às situações de urgência. A formação especializada implica que exista um grupo de famílias que deve estar preparada e para responder em situações de urgência, com tudo o que representa do ponto de vista traumático para a criança, mas também com uma disponibilidade que é exigida que é total, às três hora da manhã por exemplo e

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\ Suporte técnico e monitorização da qualidade\ Investimento na Seleção, formação e Acompanhamento do A Famili\ Os processos de Seleção e Formação das FA\ Diversidade e Especialização da bolsa de famílias\ Bolsa diversa de famílias\ Formação contínua e Especialização

deveria garantir um pagamento como um subsídio para garantir efetividade na medida.

G: 20 - 20 (0)

Em função de uma eventual especialização das famílias de acolhimento penso que se poderia considerar ter bolsas específicas, pareceria uma boa solução para permitir dar uma resposta mais rápida e imediata à situação da criança. Saber que quando aplicamos a medida ou a retirada, no quadro de urgência, saber exatamente para que tipo de família a criança pode ser encaminhada.

G: 21 - 21 (0)

Speaker 2 Acho importante que exista uma bolsa de famílias de acolhimento que dê resposta às necessidades das crianças em todo o território nacional. Diversidade é garantir a distribuição das famílias de acolhimento a nível nacional e garantir que a criança mantém os contactos com a família de origem.

M: 29 - 29 (0)

Nós temos muitos problemas, mas quando temos muito problemas temos que começar por algum lado, começar por algum lado é definir uma prioridade e a prioridade é acolher crianças até aos 6 anos, então temos que garantir isto. Nós só vamos conseguir garantir isto se existir uma bolsa significativa a nível nacional.

M: 30 - 30 (0)

Precisamos de especialização de respostas por exemplo, mais tarde famílias só especializadas em acolher bebés que transitam para a adoção porque isso exige outro tipo de competência específica e disponibilidade. Podemos especializar as famílias que já temos e que tem capacidade de o fazer, chegaremos ao ponto também de ter famílias de acolhimento especializadas em receber crianças mais velhas com problemas de comportamento desafiantes, de oposição, são necessárias famílias robustas e capazes de lidar com estes comportamentos, é outro tipo de especialização. Acho que é muito importante, como tentamos fazer no acolhimento residencial, nós não temos que saber fazer tudo, nenhuma família tem que saber tudo, se calhar tem que se especializar de acordo com a sua motivação, as suas competências, aquilo que a move e no futuro vamos ter isto. No futuro vamos ter isto, para já é bom que não tenhamos, ou por questões de saúde por exemplo na legislação anterior- havia famílias profissionais, nunca acabaram por existir porque não estava na altura de existirem, mas se calhar vamos imaginar, mas temos um médico ou um enfermeiro, que tem uma situação mais delicada. É por aí.

C: 47 - 48 (0)

Não ser profissional foi intencional. é o modelo escolhido e que faz sentido no nosso contexto.

AG E porquê? por oposição que, no passado as famílias passavam recibos verdes, não é de todo dignificante para uma família de acolhimento passar um recibo verde, já não falo dos valores que estavam envolvidos eram absolutamente irrisórios ridículos. Não correspondia de todo. Obrigar uma família a passar um recibo verde, uma família é um ambiente emocional, não se paga. O valor atribuído à família é um subsídio para fazer face às necessidades que a família vai ter acrescidas com o acolhimento da criança. É isto. Não é um salário. Isto nem sequer era dignificante para uma família. No Reino Unido, por exemplo, É um modelo profissionalizante, têm uma carreira e vão progredindo. No ambiente cultural em Portugal, isto não nos fazia sentido. Nem acredito que irá evoluir para aí. No nosso modelo, a dimensão profissional e técnica é dos técnicos que a acompanham, as famílias só têm que ser famílias, não lhes pode pedir mais nada. Isto não significa que elas não sejam especializadas ou que não saibam o que estão a fazer, por isso têm um processo de formação, o facto de não serem profissionais não lhes retira a competência, nem o valor, nem o mérito. Pelo contrário, centra o mérito nesta disponibilidade voluntária e de responsabilidade social, e não na dimensão profissional porque essa é nossa, é dos técnicos e famílias. Isto foi intencional, não sei se vamos evoluir, não sei ganhamos com isso.

C: 49 - 50 (0)

No sentido da especialização, não da profissionalização.

C: 51 - 51 (0)

Em Inglaterra, até pela cultura, é muito mais profissional. Em Portugal a coisa é muito mais emocional e se calhar no *inbetween* é que está a virtude. Não tanto a dimensão profissional, mas o saber o que se está a fazer com a dimensão emocional que é tão importante e reparadora para estas crianças. Porque é isso que se quer que estas famílias

tenham uma função reparadora da história destas crianças. A dimensão emocional é importante.

C: 53 - 53 (0)

Sou muito defensora disso e sou defensora de casos registados da profissionalização para determinadas situações, não para todas, mas como esta questão de crianças com deficiência porque exige muito da família.

R: 6 - 6 (0)

Famílias que acolhem crianças com questões de saúde. Crianças muito pequeninas enfim uma das discussões que eu faço na minha tese era a dificuldade em conciliar o acolhimento com o emprego. Várias famílias têm dificuldade e, portanto, também coincidiu. Em alguns casos como a questão da crise financeira. Mas algumas tinham part-time ou tinham um pequeno negócio ou tinham ficado desempregadas e estavam com o subsídio de desemprego

R: 7 - 7 (0)

O sistema muito flexível que permite dar resposta a todas as necessidades. De qualquer tipo profissional e não profissional. Não estou a falar de ter uma resposta exclusivamente profissional, mas a possibilidade de ter as duas tipologias. Está em discussão, do que tenho percebido- é uma não-questão, é outro tabu. Parece que profissionalizarmos as famílias, o interesse monetário é superior. Tem a ver com desconfiança, sim. Como se a família tivesse menos afeto e que tivesse menos competência. Eu gostava de perguntar então o que é que acontece com o nosso sistema de acolhimento residencial porque as pessoas também são todas profissionais e que são competentes, não têm afeto por aquelas crianças. As crianças não estão bem ali não vamos tirá-las rapidamente. Acho que há algumas incoerências nos discursos, acho temos uma visão muito tradicional, muito conservadora, mas ainda assim são passos pequenos, mas são passos positivos que estamos a dar. Quando digo não quero deixar de os valorizar porque são muito importantes e a favor da criança. É para isso que nós temos que trabalhar.

R: 15 - 15 (0)

Mas depois também há a manutenção da família Bond porque a nossa legislação vai nesse sentido. Portanto Portugal apostou numa perspectiva de profissionalização. É uma área muito complexa e muito, muito discutível. Eu muito sinceramente e a minha opinião nós deveríamos ter dois sistemas ou duas dois modelos de famílias em funcionamento porque fazem falta, ou seja, fazem no espaço

J: 35 - 35 (0)

Embora a vertente solidária e humanitária tem que ser a principal motivação. Nós também necessitamos de profissionais nesta perspectiva de experiência. Portanto ao longo do tempo em que a família e a família de acolhimento e a formação continua vai tendo mais experiência e mais formação mais ferramentas, não estamos dependentes do espírito humanitário baseado no altruísmo das famílias que muitas das vezes leva a melhor quando termina aquele acolhimento. Sente que cumpriu a sua missão de ajudar uma criança. Muitas das vezes vai manter contacto com a criança e a família de origem dada a relação que se estabeleceu e, portanto, o seu interesse em continuar a ser família de acolhimento e de curso que é importante para o sistema porque deixamos aquela família. A família também tem uma temporalidade em termos de disponibilidade para o acolhimento. Nós existimos como casa de acolhimento há 15 anos uma família é ter disponibilidade. A dinâmica familiar é rotina tudo isto é muito mais volátil no contexto familiar. Mais ainda a família tem que se proponha a ajudar uma criança numa perspectiva solidária. Quando sente que cumpriu o seu papel deixa de ser e então há que recrutar uma nova família, manter um leque diversificado de famílias na bolsa para que possamos também responder aos vários pedidos e às várias características das crianças.

J: 35 - 35 (0)

Speaker 2 São caminhos distintos no caso do Reino Unido e na própria França, o acolhimento familiar é uma profissão e com tudo o que isso implica em termos de reconhecimento de direitos laborais, de progressão na carreira. Há quem opte por outro sistema e por exemplo aqui em Espanha temos soluções interessantes como por exemplo o caminhar no sentido de renumerar a família de acolhimento pelas despesas e pelo que implica em termos de orçamento familiar acolher, mas não remunerar pelo trabalho. No fundo, a questão de fundo é deve esta resposta ser assente na generosidade e na vontade das famílias ou pode e deve ter uma componente profissional? essa é a questão que aqui se debate e não tem uma resposta fácil na verdade.

	E: 19 - 19 (0) O sucesso do acolhimento familiar vai depender também de haver alguma especialização da família de acolhimento. Uma família de acolhimento preparada para acolher cinco crianças não tem as mesmas exigências que uma família que acolhe uma por exemplo ou uma família de acolhimento preparada para acolher com crianças com deficiência é diferente de uma família que acolhe crianças sem qualquer problema de saúde G: 19 - 19 (0) Uma família preparada para acolher adolescentes ou para acolher crianças com problemáticas de integração social, este parece ser o grande desafio de futuro, mas seguramente o sucesso da medida passará muito pela especialização das famílias de acolhimento que tem a ver no fundo com a sua própria formação. A formação contínua está prevista na portaria que regulamente o regime de execução prevê a formação contínua, e bem quanto a mim, espero que de facto seja posto em prática. G: 19 - 19 (0) faz sentido haver digamos assim famílias de acolhimento especialmente capacitadas para crianças com problemas especiais. Para que isso acontecesse algum tipo de doença específica. Isso faz todo sentido é claramente uma coisa estar a cuidar de uma criança com autismo ou com alguma doença específica ao tratar de uma outra criança sem problemas. Portanto essa especialização eu estou convencido que vai ter que existir agora e em médio prazo não é necessariamente. E até uma solução muito porque o que acontece. Crianças com esse tipo de doenças não possam ficar com as famílias biológicas. Em Portugal muitos seguem até para casas para instituições pessoas com deficiência e não em instituições de crianças. Ou seja, o que acontece muitas vezes é que essas pessoas acabam por ser acolhidas em lares para pessoas com deficiência na própria casa as crianças que nós conhecemos especialmente porque criança acaba por ser adulto e é no âmbito de uma instituição que não é específica que essa era uma instituição. Quando uma ideia específica para pessoas com deficiência quando ela vê casas de acolhimento específicas melhor nacional para crianças com deficiência. Essa hipótese soa similar que vai permitir o acompanhamento terapêutico pré. Que é uma coisa que falta era falta de casas especializadas P: 56 - 56 (0) O acolhimento de longa duração é uma inevitabilidade como há no acolhimento residencial, eu acho que na lei está bem, na lei prevê essas possibilidades. Acho é que se a lei diz há acolhimento de longa duração, já estamos a perverter as coisas. Primeiro é, se pode voltar para a família, volta para a família. RG ex: pai presente na vida de dois filhos acolhidos -> Sugestão de um acolhimento familiar, que deve avançar naturalmente para apadrinhamento civil, porque não há adoção aberta, se não seria adoção aberta, ou pode vir a ser uma adoção, isto se o pai se ausentar. Nós temos os instrumentos e a lei. Não podemos é ser o branco e preto ou não é. A gente vai interpor. O: 46 - 47 (0) 2 Esta ideia de que os jovens em acolhimento têm tipicamente mais problemas ou mais dificuldades, mas há jovens em acolhimento adaptativos com trajetórias de resiliência e adaptação apesar da diversidade. Provavelmente teremos uma percentagem de 30% que precisa de uma intervenção mais intensiva do ponto de vista mais terapêutico, mas eu acredito que uma boa margem destes jovens, se em contexto familiar com recursos comunitários adequados poderão não ter que estar em acolhimento residencial. I: 48 - 48 (0) Também é verdade que qualquer bom sistema de promoção e proteção tem que ser aberto. Os processos têm que ser revistos ao fim de algum tempo e, portanto, tem que se ter a coragem de mudar a criança para outra resposta, se essa não for a melhor, quem diz outra resposta diz outra família, como já se faz, às vezes até demasiado e muitas vezes não baseado no melhor interesse da criança na transferência de casa de acolhimento para casa de acolhimento. Não pelas necessidades da criança, mas porque os adultos acham que é o melhor para eles. O próprio sistema exige esta avaliação, a partir do momento em que é feita esta reavaliação da medida então também temos que ter coragem para alterar a medida quando for necessário. T: 55 - 55 (0) um sistema centrado na criança. Se tivermos um sistema centrado no bem-estar da criança temos resposta para tudo, porque realmente vamos fazer o melhor, não
<i>Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\ Suporte técnico e monitorização da qualidade \Investimento na Seleção, formação e Acompanhamento do A Famili\Os processos de Seleção e Formação das FA\Diversidade e Especialização da bolsa de famílias\Bolsa diversa de famílias\Acolhimento de jovens</i>	
<i>Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\ Suporte técnico e monitorização da qualidade \Sistema aberto</i>	
<i>Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\ Suporte técnico e monitorização da</i>	

podemos estar a não controlar uma situação, porque como é que sabemos se está a fazer bem à criança se não avaliarmos e temos que dar voz às crianças.

T: 69 - 69 (0)

Quando falo de avaliação de qualidade, falo de uma forma distanciada, com confidencialidade, com capacidade e uma linguagem apropriada à própria idade da criança, auscultar como está a ser o seu acolhimento. Tem que haver um sistema de avaliação da satisfação com a família, seja familiar seja residencial, mas tem que ser um sistema de avaliação que envolve a criança, envolva ouvir a criança quando à sua satisfação com o próprio acolhimento.

T: 70 - 70 (0)

Sempre, sem dúvida. Vou torcer aqui as coisas, mas as famílias de acolhimento não são as famílias das crianças. São as famílias temporárias, são as famílias substitutas, estão lá para apoiar, mas elas não são as famílias das crianças. Nós não podemos perder isto visão porque se fossem famílias então já seria uma guarda, seriam apadrinhamento civil ou adoção. Portanto precisamos fazer assim. Não vale a cada seis meses antes de rever a medida fazer uma chamada e perguntar então está tudo bem? dez dedos nos pés dez dedos nas mãos.

B: 47 - 47 (0)

Vamos ver nos outros países, a importância de se aplicar um programa, ter um pré-teste, um pós-teste e de conseguirmos avaliar os resultados por essa via. Penso que seria importante ter um sistema de avaliação com uma metodologia bastante afinada. Penso que seria importante. Não sei se a Santa Casa da Misericórdia terá. Tenho ideia que sim é o que prevê o que prevê na prática penso que ainda não está a ser aplicado

R: 34 - 34 (0)

Depois também poderemos ter um sistema de avaliação que permita o envolvimento de todos os participantes, de todos os intervenientes, auscultando. Eu diria abordagens mistas, como nós fazemos na investigação não chega a aplicar inquéritos por questionário e daí conseguir tirar informação suficiente. Por outro lado, também a possibilidade deste acompanhamento muito próximo os profissionais poderem aplicar aqui quase esta técnica de observação estarem lá e ser um processo mais natural. A lógica da monitorização, isso também me parece importante

R: 36 - 36 (0)

Depois também existem diferentes níveis de avaliação: avaliação interna, claro que sim uma lógica de autoavaliação mas também avaliação externa.

R: 36 - 36 (0)

Portanto diferentes níveis diferentes metodologias, diferentes instrumentos do ponto de vista metodológico diferentes entre muita lógica da triangulação a vários níveis. Eu não tenho trabalhado com avaliação aí já há um conjunto de instrumentos internacionais muito interessantes nomeadamente a Sónia Rodrigues que como se sabe tem estado a trabalhar nestas áreas e, portanto, poderá dar contributos mais sólidos do que aquilo que tem vindo a ser mas muito importante.

R: 36 - 36 (0)

aro, uma avaliação atenta para que se surgirem situações que não estejam a defender os direitos fundamentais das crianças haver uma resposta imediata e que permita resolver essas situações, porque obviamente há sempre o risco. Temos que ter presente que seja uma família, seja uma casa de acolhimento há sempre o risco que as coisas não correm bem. Portanto a supervisão e a avaliação é absolutamente essencial.

E: 29 - 29 (0)

Pode haver perigo na família de acolhimento e nas instituições de acolhimento por isso é que o estado tem de monitorizar estas famílias de acolhimento. tem que existir algum *matching* entre a família e a criança que vai ser acolhida, não podemos errar relativamente a estes encontros, pode haver incompatibilidades com que a medida não surge efeito.

O: 33 - 33 (0)

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\ Suporte técnico e monitorização da qualidade \Supervisão e Avaliação do Acolhimento Familiar\Supervisão Técnica

Para além disso as próprias instituições devem ser todas supervisionadas, sim deve haver supervisão dos acolhedores, da colocação, que para mim isso é esse acompanhamento, tem que haver supervisão das técnicas entre elas, e dos casos- haver espaço para debater os casos e para troca de conhecimentos, mas depois também haverá uma supervisão que seja nacional para assegurar todos os princípios-base estão a ser salvaguardados.

B: 49 - 49 (0)

Espero que estejam a começar a convidar pessoas para fazer a supervisão como num antigo plano DOUM, que agora é o plano que o substitui - um plano de apoio para ajudar a refletir e pensar com outros técnicos e precisamos disso para o acolhimento familiar .

B: 53 - 53 (0)

Como estava a dizer, para o acolhimento familiar funcionar tem que haver esta triangulação, tem que haver esta dimensão. 1- Esta supervisão tem que ser da assessoria, tem que ser do todo. 2- TEM QUE HAVER UM MODELO CONCEPTUAL. O estado português não pode, entrega às Ipss, parte delas não são profissionais e cada um faz o que quer. Tem que haver uniformização, há sempre espaço para a flexibilidade e criatividade, mas tem que haver protocolos de intervenção. Supervisão e formação continua. Tem que haver supervisão, entidades reguladoras têm que exigir resultados. Não pode estar fechado. A maior parte das pessoas da segurança social são contra o acolhimento familiar, porque têm medos na cabeça.

O: 51 - 51 (0)

A equipa técnica de acolhimento tem necessariamente um nível de conhecimentos diferente, e discutem os casos em reuniões. A

L: 43 - 43 (0)

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\ Suporte técnico e monitorização da qualidade \Supervisão e Avaliação do Acolhimento Familiar\A participação das crianças

Falamos sempre do sistema como algo que serve as crianças, mas pouco ou as ouvimos. Há um desafio adicional que é exatamente a ideia da participação das crianças, dos adolescentes mas de uma participação efetiva do processo, não é só ser ouvido, ser considerado, cumprir a lei mas sim envolver efetivamente as crianças e os jovens naquilo que é o seu próprio processo de acolhimento.

I: 43 - 43 (0)

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\ Suporte técnico e monitorização da qualidade \Supervisão e Avaliação do Acolhimento Familiar\Base Uniformização dos processos de avaliação

Tem de haver e na minha opinião, um pouco levado ao extremo e, até parece que estou a defender outros sistemas, mas na minha opinião deveria haver um outro mecanismo como a CPCJ, algo paralelo, para avaliar a qualidade e promovesse a uniformização a nível nacional de todos os serviços de acolhimento. Para se perceber a trabalhar da mesma forma, quais são as práticas, como é que podem aprender uma as outras - troca de conhecimentos e, quais são os pontos a melhorar. Nós em Inglaterra temos isso *o offsaïd* que faz isso - nas autoridades locais, assim como nas escolas para salvaguardar que há uma uniformização dos procedimentos. Quer dizer agora as entidades gestoras deverão fazer isso, mas não sei se a gestora também for enquadradora também há ali conflito de interesses.

B: 47 - 47 (0)

Há um sistema muito transparente que eu espero que não queira dizer que não existia porque já existia a avaliação de acolhimento. É importantíssimo que seja dito já existem e ninguém estava anos e anos a ser avaliado. A avaliação é feita a cada três meses ou a cada seis meses, mas já existia. Este ponto não é nada de novo, mas está de novo bastante descrito e espero que o processo seja uniforme, que não seja diferente de uma família para a outra. Se houver uma uniformização do processo, parece-me que é para aí que a lei caminha, o que é excelente.

L: 9 - 9 (0)

Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\ Suporte técnico e monitorização da qualidade \Supervisão e Avaliação do Acolhimento Familiar\Base Uniformização dos processos de avaliação\Avaliação no continuum do acompanhamento

Não só fazer-se encontros regulares entre famílias de acolhimento, porque é não há encontros entre pares, redes de suporte mais específicos para o acolhimento familiar? e sessões de formação onde se possam todos encontrar e trocar experiências. A supervisão a avaliação não tem de ser também uma coisa altamente formal com um bloco e papel a confirmar todos os detalhes. Tem a ver com criar-se espaços para partilhas e não se esperar que a família de acolhimento seja a família de origem que não é.

<i>Desafios Percebidos da implementação do AF em Portugal\ Suporte técnico e monitorização da qualidade \Supervisão e Avaliação do Acolhimento Familiar\Avaliação externa da qualidade do serviço</i>	B: 48 - 48 (0) As avaliações externas são sempre importantes, a avaliação de qualidade de acolhimento, seja ele familiar ou residencial, se não houver uma avaliação externa corre sempre o risco que haja esse compadrio. De alguma forma a entidade tutelar está comprometida com aquela casa ou a família. Se a casa ou a família não faz um bom trabalho, então é porque a entidade também não fez o seu. Ou porque o centro distrital da Segurança Social não fez o seu, ou seja, de alguma maneira, há sempre uma tendência para esconder, para minimizar, para resolver internamente, quando muitas vezes isto não tem solução. A avaliação externa permite este olhar distanciado, sem complicitades. T: 67 - 67 (0) Isto não pode ser feito sem haver uma avaliação de peritos porque o que nos dizem os estudos internacionais é que as crianças são muito “boazinhas” com esta avaliação, uma criança que vem de uma casa de familiar onde é maltratada, sem condições de higiene e onde não lhe é dada atenção, “qualquer migalha” lhe serve mas esse não é o nosso critério, o nosso critério tem que ser de um standard de qualidade e, do mesmo modo que existem standards de qualidade para o acolhimento residencial, também os há para o acolhimento familiar T: 71 - 71 (0) esmo este este acompanhamento e parceria entre a Santa Casa e o PROLAB é muito importante mas também me parece que deveria haver um distanciamento, e portanto o prolab avaliar externamente o programa da santa casa se não parece que a santa casa está a avaliar-se a ela própria, e isso é importante mas também ter esta avaliação externa que me parece importante claro a segurança social também tem aqui o seu papel. Portanto diferentes níveis diferentes metodologia, diferentes instrumentos do ponto de vista metodológico diferentes entre muita lógica da triangulação a vários níveis. Eu não tenho trabalhado com avaliação aí já há um conjunto de instrumentos internacionais muito interessantes nomeadamente a Sónia Rodrigues que como se sabe tem estado a trabalhar nestas áreas e, portanto, poderá dar contributos mais sólidos do que aquilo que tem vindo a ser, mas muito importante. R: 36 - 36 (0) Depois também existem diferentes níveis de avaliação: avaliação interna, claro que sim uma lógica de auto avaliação R: 36 - 36 (0) Nós temos dados disponibilizados para quem quer fazer estudos. Poder ter acesso poder estudar e poder contribuir com recomendações se não existem dados disponíveis como é que nós trabalhamos não é. Como é que temos informação científica como é que temos uma intervenção fundamentada na ciência. Não temos. R: 13 - 13 (0) Precisamos de estudos sobre a nossa realidade. Claro que sim com os diferentes intervenientes e precisamos que os dados estejam disponíveis. Não sei se é o caso de Rita mas desde logo quando comecei a minha tese de doutoramento na comunicação com a segurança social e depois quando consegui um ano após quando consegui dados numéricos, a resposta foi muito inferior à pergunta portanto eu tinha um pedido mais vasto e tive uma informação muito redutora que depois veio a traduzir se no relatório CASA portanto o que me pareceu foi que eles estavam a recolher dados que me enviaram imediatamente antes da publicação porque estamos disponíveis na altura isto é quase nada e é natural um relatório era mais completo do que as últimas publicações porque nós conseguimos localizar com mais clareza as famílias de acolhimento. Na melhor das hipóteses nós conseguimos localizar as crianças que estão em acolhimento e até isso até isso se alterou de forma negativa. Portanto há dados não tínhamos e agora temos, mas há outros que era importante voltarmos a ter. Enfim. Este aspeto é um aspeto muito sensível R: 13 - 13 (0) Nós queremos mesmo apostar no acolhimento familiar ou na reconversão do sistema ou na desinstitucionalização. Como lhe queiramos chamar, mas isto tem que estar muito claro, eu na semana passada eu estava a fazer pesquisas e descobri alguma documentação que foi produzida pela Segurança Social, mas porque não há
--	--

divulgação? Eu recebo a newsletter não sei se recebe do Gepe. Porque que não vem lá? Porque é que não há uma divulgação real. Esta discussão também já é antiga não é nos meios de comunicação social nos programas televisivos que as pessoas assistem ao longo do dia. Mesmo que sejam de entretenimento nas notícias é claro que sim vivemos algo. Às vezes alguns movimentos que vemos o X e o Y e é ótimo principalmente quando há publicações dos relatórios CASA. Mas ainda assim é claramente insuficiente há muitas pessoas e eu. Trabalhei muitos anos em escola e vou tendo ainda contato até por via dos estágios com o sistema de proteção com os profissionais que atuam no sistema de proteção. Há um desconhecimento muito profundo, mas isso é o que ela faz. Mas como é que funciona.

R: 16 - 16 (0)

Esta aposta numa comunicação clara na divulgação do trabalho que é feito também me parece importante até por exemplo para nós que realizamos estudos também poderemos ter acesso a essa informação não só as estatísticas que são importantes para nós e também percebermos como é que está a andar em termos de ação era importante nós sabermos em que estado é que estamos

R: 18 - 18 (0)

Penso que o seu papel é um papel mais amplo que deveria ter uma ação muito mais vasta, muito mais concertada e mais divulgação mais visibilidade do trabalho é muito importante assim como nós vemos o que é que os ministros tiveram a discutir e onde é que foram. Deveria haver investimento também este nível pelo menos no site da Segurança Social. Nós pesquisávamos uma plataforma que seja já há algum tempo. Discutimos a importância de se criar um observatório, o que seja, mas um investimento claro. Portugal tem vindo a ser chamado a atenção várias vezes sobre o que não está a fazer e, portanto, que mostra até internacionalmente com muita clareza o que está a fazer.

R: 18 - 18 (0)

Na semana passada estava a identificar alguns aspetos que vêm referidos na estratégia nacional e depois fui ver as recomendações e as recomendações têm muito mais informação como por exemplo iniciativa da Infância e Adolescência neste ano foi extinta e eu só descobri que foi extinta porque li a recomendação simples ao trabalho que estamos a fazer. Isso não está claro na estratégia não sei porquê. Porque da forma como está escrito na estratégia parece que ainda está ativa. Portanto era importante esta transparência na comunicação.

R: 20 - 20 (0)